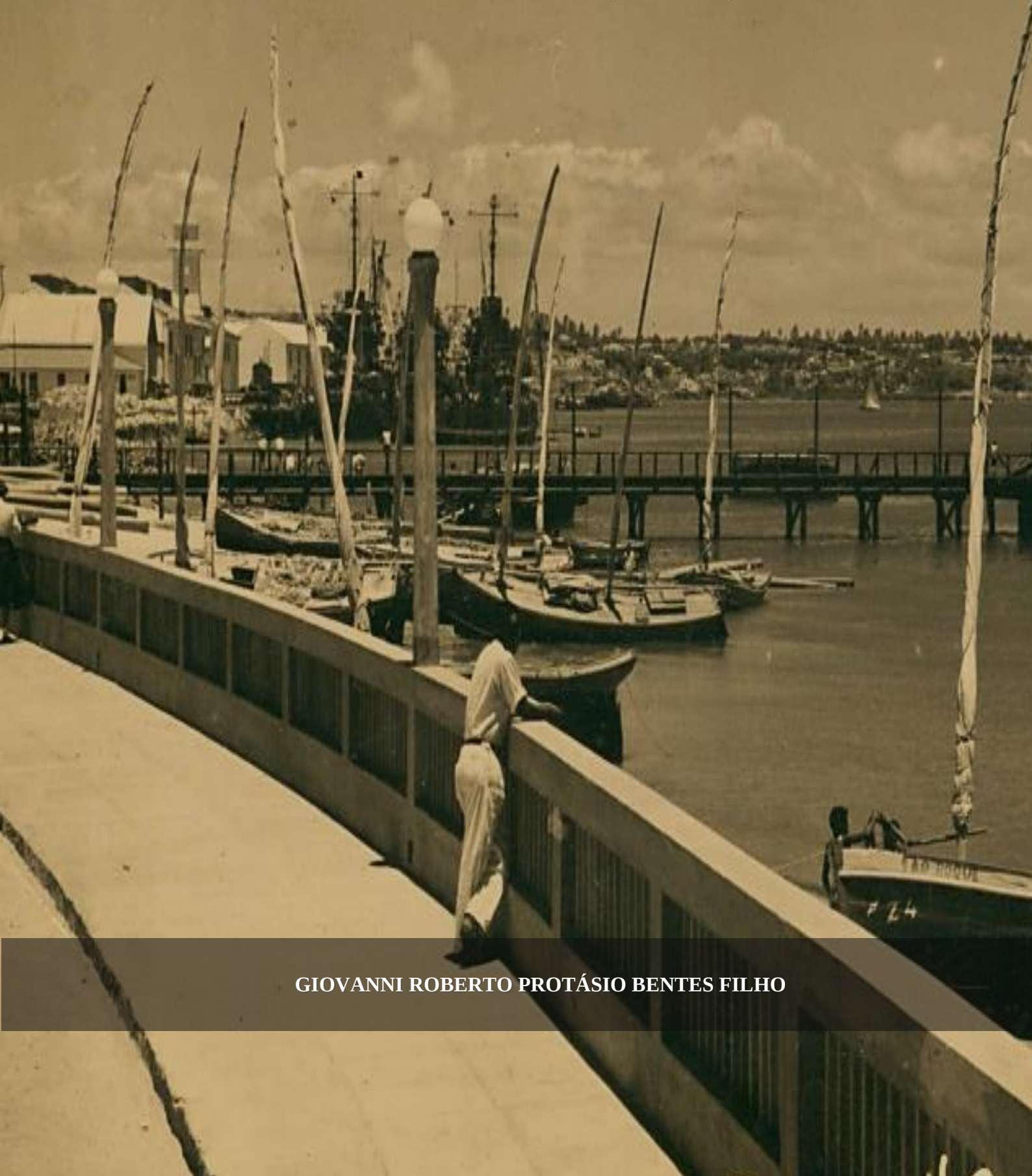


ENTRE O RIO E O MAR, ROCAS

DE BAIRRO SINÔNIMO DE INFERNO A BAIRRO DA TRADIÇÃO E
DA CULTURA POPULAR (1900-1950)



GIOVANNI ROBERTO PROTÁSIO BENTES FILHO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA: FORMAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO
DOS ESPAÇOS

ENTRE O RIO E O MAR, ROCAS: DE BAIRRO SINÔNIMO DE INFERNO A BAIRRO
DA TRADIÇÃO E DA CULTURA POPULAR (1900-1950)

GIOVANNI ROBERTO PROTÁSIO BENTES FILHO

NATAL/RN

2023

GIOVANNI ROBERTO PROTÁSIO BENTES FILHO

ENTRE O RIO E O MAR, ROCAS: DE BAIRRO SINÔNIMO DE INFERNO A BAIRRO
DA TRADIÇÃO E DA CULTURA POPULAR (1900-1950)

Tese apresentada para a defesa de doutorado como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Formação, institucionalização e apropriação dos espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

NATAL/RN

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
- CCHLA

Bentes Filho, Giovanni Roberto Protásio.

Entre o rio e o mar, Rocas: de bairro sinônimo de inferno a bairro da tradição e da cultura popular (1900-1950) / Giovanni Roberto Protásio Bentes Filho. - 2023.
282f.: il.

Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

1. Bairro das Rocas. 2. Natal (Rio Grande do Norte). 3. Cidade. 4. Urbano. 5. Subúrbio. I. Arrais, Raimundo Pereira Alencar. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911.375.6

GIOVANNI ROBERTO PROTÁSIO BENTES FILHO

ENTRE O RIO E O MAR, ROCAS: DE BAIRRO SINÔNIMO DE INFERNO A BAIRRO
DA TRADIÇÃO E DA CULTURA POPULAR (1900-1950)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

RAIMUNDO PEREIRA ALENCAR ARRAIS
(UFRN - Presidente) – ORIENTADOR

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS
(UFRN - Examinador Interno)

RAIMUNDO NONATO ARAUJO DA ROCHA
(UFRN - Examinador Interno)

IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA
(UFCG - Examinador Externo à Instituição)

ARTHUR LUIS DE OLIVEIRA TORQUATO
(IFRN - Examinador Externo à Instituição)

Natal, 20 de outubro de 2023

À Giovanni Roberto Protásio Bentes,
pai amado, exemplo de perseverança e resiliência.
(*In memoriam*)

“Esse até logo ou até breve, quanta saudade deixou.
Para mim jamais morreu, apenas se mudou”.
- Maracajá do Nordeste (Giovanni Protásio)

RESUMO

A presente tese propõe analisar, de uma maneira geral, o processo de desenvolvimento urbano da cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, durante a primeira metade do século XX, privilegiando nas análises uma parte significativa desse conjunto urbano, o bairro das Rocas, a fim de evidenciar as fraturas e os desequilíbrios presentes nesse processo. A partir da leitura e crítica das fontes (jornais, relatórios governamentais, leis, decretos, fotografias, literatura, relatos memorialísticos) assim como pela produção historiográfica sobre o tema da história urbana de Natal, notou-se como, durante o período no qual propostas e projetos modernizadores foram pensados e implementados para a cidade, determinados locais – Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova – foram favorecidos, enquanto outros, situados na zona periférica, como o bairro das Rocas, foram tratados de maneira secundária no tocante à distribuição de recursos e intervenções materiais. Os projetos urbanísticos, bem como a legislação regulamentadora dos espaços, possuíam um caráter segregador e excludente, pois estavam relacionados aos desejos das classes dirigentes de garantir o aformoseamento e a modernização da cidade, ou melhor, de partes dela, daqueles pedaços que serviam como seus espaços de interação e de sociabilidades valorizadas, que se localizavam na zona central. Rocas não fazia parte, pelo menos até meados da década de 1920, dos interesses (políticos e econômicos) dos grupos dominantes. Pelo contrário, Rocas era o espaço da pobreza, da miséria, da doença e do perigo; era o lugar de moradia dos pobres da cidade e da classe trabalhadora, lugar de pescadores, de operários do porto e do complexo ferroviário, de pequenos comerciantes, dos grupos socialmente excluídos, ou melhor, dos incluídos de maneira perversa na sociedade, até ser associado, por volta da década de 1940, ao lugar da tradição e da cultura popular. Em vista disso, a tese defendida no presente trabalho é a de que a forma como os grupos dirigentes trataram o bairro das Rocas durante o processo de modernização da cidade, seja do ponto de vista administrativo ou discursivo, contribuiu para a produção e reprodução de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial, isto é, fazendo com que esse lugar, localizado fisicamente à margem do rio e do mar, figurasse também à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, também à margem da história.

Palavras-chave: Bairro das Rocas; Natal; Cidade; Urbano; Subúrbio

ABSTRACT

This thesis proposes a general analysis of the process of urban development in the city of Natal, capital of the state of Rio Grande do Norte, during the first half of the 20th century, focusing on a significant part of this urban complex, the Rocas neighborhood, in order to highlight the fractures and imbalances present in this process. From reading and critiquing the sources (newspapers, government reports, laws, decrees, photographs, literature, memorial accounts) as well as the historiographical production on the subject of Natal's urban history, it was noted how, during the period in which modernizing proposals and projects were thought up and implemented for the city, certain places - Ribeira, Cidade Alta and Cidade Nova - were favoured, while others, located in the peripheral zone, such as the Rocas neighbourhood, were treated secondarily in terms of the distribution of resources and material interventions. The urban planning projects, as well as the legislation regulating the spaces, had a segregating and excluding character, as they were related to the wishes of the ruling classes to ensure the shaping and modernization of the city, or rather parts of it, those parts that served as their spaces of interaction and valued sociability, which were located in the central zone. Rocas was not, at least until the mid-1920s, part of the (political and economic) interests of the dominant groups. On the contrary, Rocas was a place of poverty, misery, disease and danger; it was a place where the city's poor and working class lived, a place for fishermen, port and railway workers, small traders, socially excluded groups, or rather, those perversely included in society, until it was associated, around the 1940s, with tradition and popular culture. In view of this, the thesis defended in this work is that the way in which the ruling groups treated the Rocas neighbourhood during the city's modernization process, whether from an administrative or discursive point of view, contributed to the production and reproduction of a dynamic that resulted in processes of socio-spatial segregation, that is, making this place, physically located on the banks of the river and the sea, also appear on the margins of modernizing projects and, in a certain sense, also on the margins of history.

Keywords: Rocas neighborhood; Natal; City; Urban; Suburb

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os três primeiros bairros da cidade de Natal (1902)	37
Figura 2 - Blueprint Projeto da rede de captação de esgotos para Ribeira e Cidade Alta, incluindo o esboço de um bairro operário na área das Rocas, 1924.....	55
Figura 3 - Divisão espacial da cidade de Natal, 1929.	62
Figura 4 – Planta da cidade de Natal de acordo com o Plano Geral de Systematização (1929) elaborado pelo arquiteto Giacomo Palumbo.	73
Figura 5 - Macrozoneamento do Plano Geral de Sistematização, 1929.....	74
Figura 6 – Planta esquemática com as propostas do Plano Geral de Obras, 1935-1939.....	84
Figura 7 - Início da construção da Avenida Circular (1946).....	106
Figura 8 – Bulldozer mastigando a areia para fazer surgir a Avenida Circular, 1946.	107
Figura 9 – Os três primeiros bairros da cidade de Natal antigamente segundo Lauro Pinto.	113
Figura 10 – Vista panorâmica da cidade de Natal, 1931.....	114
Figura 11 – Espacialização das enfermidades em Natal (1920).....	133
Figura 12 – Discriminação das estatísticas de população segundo as fontes e as bases de informação dos dados por ano (1919-1920).....	134
Figura 13 – Um trecho alagado das Rocas, 1920.	141
Figura 14 – Rocas, década de 1920.	142
Figura 15 - Flagelados nas ruas de Natal acampados, 1904.....	145
Figura 16 – Habitação improvisada para retirantes da seca, 1905.	146
Figura 17 – Plano geral da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, 1909.....	149
Figura 18 – Trecho do rio Piauí na época da seca, maio de 1912.	153
Figura 19 – Passo da Pátria, 1920.	155
Figura 20 – O Baldo, 1920.	156
Figura 21 – Rocas, Travessa Paraense (1924).....	159
Figura 22 – Rocas: uma família (1924).....	160
Figura 23 – Feira das Rocas (1940-1950)	216
Figura 24 – Projeto da Avenida Circular (1929)	241
Figura 25 – Silvio Piza Pedroza apresentando a planta da Avenida Circular na praia de Areia Preta, Natal, Rio Grande do Norte (1946).	250
Figura 26 – Silvio Pedroza visitando as obras da Avenida Circular (1946).	252
Figura 27 – Silvio Pedroza almoça com trabalhadores da Avenida Circular em churrasco oferecido por ele no recém-fundado bairro dos Santos Reis (1946).	253
Figura 28 – Trecho da rua Expedicionário José Varela antes das obras de pavimentação (1946)	254
Figura 29 – Trecho da rua Expedicionário José Varela depois das obras de pavimentação (1948)	255
Figura 30 – Recorte do material de campanha para o Senado da República de Silvio Pedroza e José Varela (1958).	257
Figura 31 – Chamada da reportagem produzida pelo jornalista dos Diários Associados, Ferreira Filho, publicada no O Poti, em julho de 1954.....	259
Figura 32 – Vista área das Rocas (1934).....	261

Sumário

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE NATAL E SUA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL-ADMINISTRATIVA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	35
1.1– O lugar dos espaços suburbanos e periféricos na organização territorial-administrativa da cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX.....	42
1.2– O Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal (1924) e a pretendida superação da crise urbana dos anos de 1920	50
1.3– Fazer desaparecer as favelas e os casebres miseráveis: o Plano Geral de Sistematização de Natal (1929) e a continuação do sonho por uma cidade moderna	70
1.4 – Natal, o levante comunista, o Estado Novo e o Plano Geral de Obras (1939)	78
CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE AS ROCAS COMO INSTRUMENTO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL	90
2.1 – Entre papel e tinta: os intelectuais, suas memórias e a construção discursiva das Rocas nas primeiras décadas do século XX	98
2.2 – Januário Cicco e seu estudo sobre como higienizar a cidade de Natal na década de 1920	125
2.3 – Rocas como espaço enfermo e da pobreza: miséria e doença nos registros fotográficos	140
CAPÍTULO 3 – O RENASCIMENTO DAS ROCAS: DE BAIRRO DO CRIME E NINHO DE CANGACEIROS A BAIRRO DO TRABALHADOR E DA CULTURA POPULAR.	162
3.1 – Mario de Andrade e a sua viagem etnográfica à região Nordeste: a passagem pelo Rio Grande do Norte e a sua visita ao bairro das Rocas.....	167
3.2 – O bairro das Rocas durante a gestão municipal de Omar O’Grady (1924-1930).....	178
3.3 – Silvino Lopes e a transformação do “velho cenário” das Rocas: o renascimento do bairro como obra de Silvio Piza Pedroza.	194
3.3.1 – Rocas como espaço da cultura popular	201
CAPÍTULO 4 – A CIDADE DE NATAL NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CHEGADA DE SILVIO PIZA PEDROZA À PREFEITURA (1946-1950)	209
4.1 – Natal e o governo municipal de Silvio Piza Pedroza (1946-1950).....	220
4.2 – O bairro das Rocas e seu lugar na Natal dos projetos de Silvio Piza Pedroza.....	240
CONCLUSÃO	263
BIBLIOGRAFIA	271

AGRADECIMENTOS

Este trabalho deve muito às pessoas que me ajudaram e que não me deixaram desistir quando em alguns momentos eu achei que não fosse capaz.

Aos meus pais, Giovanni (*In memoriam*) e Cleonice, e ao meu irmão Roberto Neto, por sempre apoiarem minhas escolhas, por estarem ao meu lado dia a dia, pela ajuda constante, por todo o carinho com que me tratam e por acreditarem que eu seria capaz de terminar este trabalho.

Aos queridos amigos do doutorado, Jandson Bernando, Cid Silveira, Tyego Franklin e Luana Barros, pelas tardes de cafezinhos, de conversas descontraídas e por tornarem a passagem por esse doutorado mais suportável, a todos vocês meus mais sinceros agradecimentos. Em especial quero agradecer a Francisco Leandro pela amizade sincera, pelas conversas alheias e descontraídas, pelas discussões sobre nossos trabalhos, pelos momentos de desabafo, pelas palavras de incentivo, pelos abraços fraternos, pela sua alegria contagiante. Este trabalho deve muito a você, meu irmão.

Aos professores Raimundo Nonato Araújo da Rocha e Magno Francisco de Jesus Santos pela leitura atenta do trabalho apresentado na qualificação e pelas excelentes contribuições.

Ao meu orientador professor Raimundo Pereira Alencar Arrais, pelo acolhimento, pelos ensinamentos dentro do grupo de pesquisa, e com sempre gosto de frisar, por ter me mostrado o valor do trabalho e da pesquisa, pela honestidade intelectual, pelo rigor metodológico nas suas correções, por ser um exemplo de professor e de historiador, por ter me vacinado contra o vírus da vaidade, do orgulho solene, das ostentação caricata, como Luiz da Câmara Cascudo certa vez recordou a influência que recebera de Henrique Castriciano. Tentei ser um aprendiz aplicado e insistentemente busquei seguir suas orientações e sugestões.

À Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por toda a estrutura, pelos acervos das bibliotecas Zila Mamede e setorial (CCHLA), por ter contribuído na minha formação como pesquisador de iniciação científica. Em especial ao Laboratório de Imagens da UFRN (LABIM), coordenado pela professora Iris Alvares, pelo auxílio e disponibilização de fontes e documentos.

Aos funcionários do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, por fazerem dos meus dias no departamento de História o mais animados e felizes, a Erica pelos inúmeros cafezinhos,

a dona Ivonete que sempre me recebia com um abraço, a “soldado” pelas conversas sobre as pescarias na praia da Redinha na hora do café da manhã na copa do CCHLA.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Agradeço à CAPES pela bolsa de pesquisa, que permitiu a dedicação necessária para desenvolver este trabalho.

Por fim, à Alejandra Coutinho, minha companheira fiel, meu amor, minha melhor amiga, pela paciência, pelo amor e pelo carinho, por ser a minha maior incentivadora, por sempre ter acreditado em mim e dizer que eu era capaz. Por todas as vezes que chorei calado ao seu lado, pelas vezes que entrei em desespero voltando para casa. Por todas as vezes que pude desabafar e não ficar louco com as pressões externas e com as minhas próprias cobranças. Por todas as vezes que compreendeu os meus momentos de estresse causados pela pesquisa, por ter segurando minha mão e não me deixado desistir, ainda mais depois que passei por um dos piores momentos da minha vida, a perda do meu pai. Por ter se mostrado orgulhosa por cada vitória, por mais pequenina que fosse, por estar sempre ao meu lado, caminhado dia a dia, compartilhando uma vida, sonhos e objetivos. Por demonstrar seu amor e afeto todos os dias, pelas risadas soltas e espontâneas. Por ser a base que me sustenta, por ser o meu abrigo nos dias de chuva e tormenta. Por tudo isso, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

INTRODUÇÃO

O início dessa caminhada começou no final do ano de 2018, logo após a defesa da minha dissertação de mestrado. Foi também um momento no qual estava em voga as questões relativas ao processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Natal, em vigor desde o ano de 2007, e que foi permeado por intensos debates sobre as ações da gestão do então prefeito Álvaro Costa Dias (MDB) no que dizia respeito às suas propostas quanto ao uso e a apropriação do solo urbano da cidade.

As discussões e as mobilizações sociais que decorreram desse processo acabaram servindo como uma espécie de combustível, como um gatilho, para que eu elaborasse um plano de pesquisa que tivesse como objeto de investigação a cidade de Natal e submetesse ao recém-criado curso de doutorado em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). Isso se insere naquilo que Antoine Prost chamou de enraizamento social e pessoal das questões históricas, quando o historiador, por estar situado num determinado espaço e sociedade, não consegue “abstrair-se de seu tempo”, de modo que suas questões acabam por serem formuladas “*hic et nunc*”.¹

No entanto, não foram apenas as questões relacionadas à revisão do Plano Diretor de Natal que me fizeram escolher a Cidade como objeto de pesquisa. À minha participação no grupo de pesquisa *Os Espaços na Modernidade*, coordenado pelo professor Raimundo Arrais, e do qual faço parte desde o ano de 2012, também contribuiu para essa escolha, pois, ao longo de todos esses anos participando efetivamente das atividades do grupo, mantive contato cotidiano com pesquisas, documentos e discussões sobre o fenômeno urbano brasileiro de um modo geral e, mais especificamente, sobre o processo de urbanização da cidade de Natal.

Os trabalhos desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa investigam e analisam a formação dos espaços da cidade sob o ponto de vista das representações elaboradas pelas classes dominantes nas quatro primeiras décadas do século XX, visando, com isso, compreender o modo como a dinâmica social, ou uma parte dela, se exprimia no espaço da cidade. As discussões, os textos produzidos, os documentos pesquisados, lidos e criticados, ou seja, toda essa experiência de pesquisa acabou servindo de base para que eu pensasse e estruturasse o tema da pesquisa que pretendia desenvolver para o doutorado. Nesse sentido, a leitura da obra

¹ PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 84.

O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930, produção coletiva do grupo, foi crucial para a definição dos objetivos da pesquisa.

Raimundo Arrais, um dos autores e também organizador do livro, apesar de enfatizar as ações e a vida da classe dominante de Natal – isto é, dos sujeitos que dispunham de capitais políticos, econômicos, sociais e culturais, que eram intelectualizados, que possuíam bibliotecas, que recebiam livros, jornais e também revistas tanto do Brasil quanto do exterior, que liam em inglês e em francês; indivíduos viajados, que conheciam os grandes centros urbanos do mundo, que estudavam no exterior e voltavam para o país de origem formados engenheiros, advogados e médicos – ressaltou também a presença de outros grupos sociais, de outros sujeitos que circularam e também fizeram parte da cidade no período: os retirantes das secas, os caixeiros, os catadores de caranguejo, as lavadeiras, os trabalhadores do porto e da ferrovia, os pobres, que eram mencionados vez por outra em pequenas notas jornalísticas.²

Esse estudioso da história urbana de Natal, porém, não apenas notou e indicou a existência desses indivíduos na cidade, como também reparou no fato de que essa cidade, representada pelos grupos dominantes, não os contemplava diretamente. À vista disso, Arrais lançou o seguinte questionamento: onde eles estão? Apesar da relevância da pergunta, o autor afirmou que a obra não tinha o objetivo de respondê-la, pois o foco das pesquisas e dos textos apresentados se concentravam nas representações espaciais produzidas pelos grupos dirigentes da cidade. Essa indagação do autor, contudo, me fez ficar incomodado. Ela funcionou como um verdadeiro “catucão”, fazendo com que minha atenção se voltasse para esses “outros” habitantes de Natal que foram mencionados por Arrais, e que também eram produtores dessa mesma cidade.

Esses indivíduos, desfavorecidos pelo sistema social e político, isto é, os pobres da cidade, também possuíam impressões, sentimentos, modos de ver, viver e conceber o lugar que habitavam, de forma que não era adequado considerar a cidade somente a partir do olhar dos grupos dominantes, como fez questão de frisar esse autor. Em razão disso, decidi que meu objeto de estudo giraria em torno desses “outros” sujeitos e de seus espaços (as periferias e os subúrbios), que figuraram de maneira secundária no processo de urbanização da capital norte-río-grandense na primeira metade do século XX, como o bairro das Rocas, situado na Zona Leste da cidade, próximo ao porto, entre o rio Potengi e o oceano Atlântico.

² ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenуска; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade moderna: Natal, entre 1900 e 1930*. Natal: EdUFRN, 2008.

A princípio, meu objetivo consistia em ouvir e dar voz a essas outras percepções da cidade, isto é, analisar a cidade de Natal a partir das impressões dos grupos socialmente marginalizados, a fim de evidenciar aquilo que havia escapado, ou melhor, que havia sido produzido pelo processo de urbanização da cidade, que permanecia nas sombras da história urbana de Natal, aquilo que os pesquisadores, sobretudo os historiadores, não consideraram, ou consideraram de modo parcial e secundário, quando escreveram suas histórias: os “rumores dentro do vazio” e o silêncio.³

Queria ouvir a voz do subúrbio e da periferia, no caso das Rocas, a fim de saber o que eles tinham a dizer sobre a cidade, que memórias eles possuíam do processo de urbanização de Natal; se eles se enxergavam e se reconheciam na cidade em que moravam. E por que escolher Rocas como objeto de estudo e não outro espaço periférico da cidade de Natal como, por exemplo, o Passo da Pátria?

A escolha das Rocas como objeto de estudo não partiu de um desejo aleatório. O interesse por esse lugar surgiu durante o período que me dediquei ao mestrado em história (PPGH-UFRN), quando investiguei uma campanha nacional organizada pela Marinha de Guerra brasileira na década de 1920, conhecida popularmente como a “Missão do Cruzador Auxiliar José Bonifácio”.

Chefiada pelo então capitão de fragata Frederico Villar, que também coordenava uma comissão formada por oficiais da Marinha, médicos e pesquisadores, essa campanha percorreu o litoral brasileiro entre os anos de 1919 e 1924, do extremo norte ao sul do país, a fim de levar a efeito os seus objetivos abertamente declarados, a saber: o saneamento do litoral, a fundação e a organização de pescadores em colônias de pesca, e a conversão desses pescadores brasileiros em reserva militar da nação. Na dissertação desenvolvida e defendida em 2018, analisei justamente esse processo de construção do pescador brasileiro e sua incorporação a um projeto de nação nas três primeiras décadas do século XX.⁴

Dentre os locais que fizeram parte do itinerário de viagem da referida “missão”, o estado do Rio Grande do Norte foi um deles, uma passagem que não foi isenta de problemas, como a difícil relação entre o comandante Villar e o então governador do estado Antônio José de Melo

³ ARRAIS, Raimundo org. *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de natal no início do século XX*. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 189.

⁴ Ver mais em: BENTES FILHO, Giovanni R. P. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. 2018, 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CCHLA. Natal, 2018.

e Sousa (1920-1924). Algumas colônias de pescadores foram fundadas, assim como também foram iniciados os primeiros movimentos para a instituição e a organização de um sistema de cooperativa de pesca no estado. Em Natal, a colônia de pescadores foi fundada nas Rocas e foi batizada de “José Bonifácio”. Pela natureza do trabalho desenvolvido no mestrado, não tive como aprofundar as pesquisas sobre esse bairro, um desejo que guardei comigo até o momento em que decidir participar do processo seletivo para o doutorado em história do PPGH-UFRN.

Investigar esse bairro no doutorado foi como unir o útil ao agradável, pois consegui tratar de dois campos muito caros à minha formação, a saber, a história marítima e a história urbana. Rocas, além de ser uma parte expressiva da cidade de Natal, era também socialmente composta por pescadores e por outros pequenos trabalhadores do mar como estivadores e operários do porto, mergulhadores, construtores e armadores de botes e de pontões.⁵

Além disso, se observarmos o processo de urbanização da cidade na primeira metade do século XX, bem como a própria historiografia dedicada ao tema, Rocas não foi um espaço privilegiado no tocante à distribuição de recursos públicos, investimentos materiais e muito menos como objeto de estudo, o que aguçou ainda mais meu interesse por essa espacialidade. Me parecia imperioso trazer para a luz determinados aspectos da cidade, lugares, pessoas, sonhos e desejos que muitas vezes foram esquecidos ou ditos sem história, mas que na verdade a história, simplesmente, por um certo tempo, ignorou.⁶

Analisar processos históricos sob um outro ângulo, pela perspectiva não mais dos grandes homens, mas a do homem comum, foi uma marca deixada por Edward Palmer Thompson, historiador que compreendia que os eventos, os fatos e as tramas históricas não deveriam ser construídas a partir de um único modelo explicativo, mas que novas problematizações e hipóteses poderiam ser formuladas por meio de uma mudança no ângulo de observação. De acordo com esse autor, à medida que sujeitos que despenhavam papéis de relevância na história como grandes políticos, pensadores, empresários e generais, não fossem mais objeto de nossa atenção, “um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes”, forçaria sua entrada em cena.⁷

⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade de Natal*. 4. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010, p. 301.

⁶ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 27.

⁷ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* / E. P. Thompson; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva, — Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 234.

Tal concepção de história permite que enxerguemos a participação fundamental, na produção da cidade, dos pobres, dos camponeses, dos artesãos, dos pequenos comerciantes, dos pescadores, dos moradores dos subúrbios, entre outros silenciados pela história vista de cima, isto é, pessoas comuns, homens e mulheres que atuaram na história como coadjuvantes, quase nunca como protagonistas; pessoas que circularam pelas ruas, pelas fábricas, olharam vitrines e tiveram, mesmo que num breve momento de consciência da realidade a sua volta, a noção de que as regalias e os privilégios da vida não foram igualmente distribuídos na sociedade.⁸

A presença desses indivíduos nas áreas centrais das cidades causava, principalmente a partir do desenvolvimento do sistema capitalista e do florescimento da sociedade urbano-industrial, espanto, medo, indignação e fascínio nos grupos dominantes, provocando reações, em diferentes níveis, geralmente relacionadas a táticas de controle e coerção contra a presença deles na cidade.

A literatura está cheia de imagens e representações desses grupos de pessoas, dessa multidão de trabalhadores, de pessoas pobres que circularam pelas cidades, dignas de atenção somente quando expressavam seus descontentamentos por meio de violentas manifestações ou pela simples presença, uma presença compreendida como perturbadora da ordem e indesejável pelo mundo civilizado⁹, como o rebuliço causado por uma multidão de homens, mulheres e crianças que chegaram à cidade de Natal em busca de mínimas condições de trabalho e de sobrevivência após saírem dos interiores onde a seca havia dizimado plantações, criações e vidas humanas – isso durante, praticamente, toda a primeira metade do século XX.¹⁰

O estudo da cidade a partir do olhar dos sujeitos que não pertenciam à classe dominante não se configura como uma tarefa fácil. José de Souza Martins, que analisou a relação do subúrbio de São Paulo, especificamente São Caetano, com a restante da cidade, entre os anos finais do Império e as primeiras décadas do período republicano, destacou que, geralmente, o *subúrbio* correspondia a esse espaço pobre de vínculos com a História, uma pobreza que era, ao seu ver, “a face urbana e espacial da alienação do morador-trabalhador, também ele diferente

⁸ BERMAN, Marshall. Baudelaire: o Modernismo nas ruas. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p.143-144.

⁹ Ver BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p.38. Ver também CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1984; ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann. São Paulo : Boitempo, 2010.

¹⁰ FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George. Os “indesejáveis” na cidade: as representações sobre os retirantes da seca (Natal, 1890-1930). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940*. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

do cidadão – um cidadão menor porque para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de modo insuficiente, incompleto, parcial”.¹¹

Para esse autor, o processo de construção da história de uma cidade, de sua representação, de sua memória oficial tende, frequentemente, a ser constituída a partir de uma postura elitista, da perspectiva do centro, dos grupos dominantes, em detrimento do ponto de vista das periferias, dos grupos populares. Essa percepção – de que existe uma diferença entre uma história *do* subúrbio e uma história *no* subúrbio, sendo a primeira reconstituída por meio dos fragmentos da segunda, “pois no subúrbio a História é fragmentária, incompleta e se manifesta ocasionalmente” – fez com que Martins propusesse em seu estudo um caminho inverso: investigar a cidade e os processos urbanos a partir do subúrbio, a fim de que esse movimento revelasse outras facetas e dimensões da vida urbana, pois nesse espaço, conforme suas palavras, o imaginário de que faz parte é outro.¹²

Partindo dessa perspectiva, e a fim de cumprir aquele objetivo de ouvir e dar voz às pessoas e aos espaços periféricos da cidade, especialmente das Rocas, fazia-se necessário o contato com os moradores para que, dessa maneira, pudesse reunir informações, dados e documentos sobre a cidade, sobre o bairro, que possibilitassem a construção de uma trama baseada nas suas experiências, nas suas memórias. Esse contato, no entanto, foi prejudicado diante do cenário pandêmico que se instalou no mundo inteiro no ano de 2020, por causa da propagação de um vírus altamente contagioso e letal, que ataca, principalmente, o aparelho respiratório das pessoas, o coronavírus SARS-CoV-2, ou Covid-19.

Como medida de segurança, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou o isolamento social a fim de que a alta taxa de transmissibilidade do vírus decaísse. Por volta do mês de março daquele ano, foi decretado estado de pandemia e passamos a viver isolados numa espécie de quarentena que durou todo o ano de 2020 e boa parte do ano de 2021, quando as primeiras vacinas começaram a chegar. Mesmo assim, milhões de pessoas pereceram pelo mundo por causa dessa doença, outros milhares por causa da irresponsabilidade de governantes que desacreditaram e negaram o poder desse vírus e sua capacidade destrutiva.

Diante desse estado pandêmico, que chegou ao fim somente em maio de 2023, o acesso aos arquivos e o contato com as pessoas foi totalmente prejudicado, para não dizer que foi

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo; ed. Hucitec, editora UNESP, 2002, p.11.

¹² *Ibid.*, p. 11.

impossível fazê-lo.¹³ À vista disso, os objetivos da pesquisa tiveram que ser repensados e reavaliados várias vezes durante o processo da escrita, de uma tal maneira que o bairro das Rocas não deixasse de ser o objeto de estudo principal.

Nesses termos, e a partir do conjunto de fontes que dispunha, e as que conseguir coletar entre uma paralisação e outra dos acervos públicos locais por causa da pandemia do Covid-19, como jornais, documentos oficiais, relatórios dos governadores do estado, leis, decretos, literatura, relatos memorialísticos e fotografias, procurei analisar o processo de desenvolvimento urbano da capital norte-rio-grandense durante a primeira metade do século XX e seus efeitos no bairro das Rocas, com a finalidade de evidenciar as fraturas e os desequilíbrios presentes nesse processo. Além disso, analisei também as formas como o bairro das Rocas foi representado nesse período, sobretudo pelos grupos dirigentes da cidade, com o objetivo de questionar uma certa narrativa dominante sobre esse bairro – aquilo que foi dito e também não dito.

Rocas, no imaginário urbano natalense, se constituía como o lugar de moradia dos pobres da cidade, da classe trabalhadora, dos pescadores, dos operários do porto e do complexo ferroviário, de pequenos comerciantes e dos grupos socialmente excluídos – ou melhor, dos incluídos de maneira perversa, precária e marginal na sociedade.¹⁴ Apesar de fazer parte administrativamente do bairro da Ribeira, um dos primeiros bairros da cidade, Rocas, na compreensão das classes dirigentes, era classificado como um arrabalde, um subúrbio, uma área periférica, isto é, um local situado às margens daquilo que compreendiam como a cidade oficial. Logo, no tocante à distribuição e organização socioespacial da cidade de Natal, Rocas não fazia parte, pelo menos num primeiro momento, dos interesses (políticos e econômicos) dos grupos dominantes e muito menos era o lugar das práticas de sociabilidades desses grupos.

De uma maneira geral, as transformações materiais realizadas nas cidades brasileiras durante as décadas iniciais do século XX, apesar de terem sido tratadas como oriundas de planos e projetos que se diziam urbanísticos, elas não continham, na sua essência, os princípios do urbanismo, pois não consideravam a cidade na sua totalidade, de modo que as intervenções no espaço urbano se davam de modo bastante localizado.¹⁵ Conforme as palavras de Robert

¹³ Até o presente momento, mais de 700 mil pessoas tiveram suas vidas interrompidas por causa dessa doença. Ver BRASIL. Ministério da Saúde. Covid-19 no Brasil. Disponível em < https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html > acesso em 20/08/2023.

¹⁴ MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997, p. 26.

¹⁵ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In.: *Cidade, povo e nação* [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno. Luiz Cesar

Pecham, no Brasil “o urbanismo fugiu à política e se travestiu de pura técnica de controle dos problemas produzidos pela disfunção urbana. Entre nós, o urbanismo emudeceu a cidade e se revestiu de uma forma de dominação fundada exclusivamente na técnica”.¹⁶

Essa forma de encarar as questões urbanas acabou legitimando, nas cidades, ações e práticas segregadoras, visto que podemos perceber uma tendência de favorecimento, no tocante ao processo de gestão e organização das cidades, de parcelas específicas do território e da sociedade em detrimento de outras, de modo que as reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, engendradas pelo prefeito Francisco Franco Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906, podem ser consideradas o exemplo mais flagrante, ou o mais conhecido, dessa política urbana.

Esse processo, que contou com a abertura da Avenida Central (Rio Branco) e de tantas outras avenidas e ruas; com a edificação de prédios “monumentais”, inclusive do próprio Estado, como a Escola Nacional de Belas-Artes, a Biblioteca Nacional e o Teatro Municipal, obras que buscavam representar no espaço os valores e os princípios republicanos de ordem e de progresso, acabou desabrigando e expulsando das áreas centrais da cidade centenas de pessoas pobres que “tiveram seu quadro cotidiano de existência pulverizado pelas obras, e pelas normas e proibições que foram instituídas concomitantemente”.¹⁷

Essa parte da população, destituída de suas moradias e de seus locais de sociabilidades, foram parar nos subúrbios distantes ou nas encostas dos morros próximos à zona central. Nesse processo se assentaram as bases de um novo tipo de estrutura urbana, a favela. Esse grupo de pessoas, os chamados populares, aos olhos dos reformadores, não podiam mais fazer parte ou integrar a nova paisagem urbana da região central da cidade do Rio Janeiro, que seria produzida/construída/remodelada especialmente para atender aos anseios da classe dominante por um espaço urbano moderno e civilizado.

Por esse ângulo, os projetos de modernização da cidade/sociedade carioca, assim como os de tantas outras cidades brasileiras, como São Paulo, Belém, Recife e Natal, que se basearam na experiência das reformas urbanas da então capital federal, foram conduzidos de forma

de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman (orgs). – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015, p. 58.

¹⁶ PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 17.

¹⁷ BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. 3. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 258-264.

autoritária e disciplinadora, sobretudo, para com uma multidão de homens, mulheres e crianças pobres que tiveram que se submeter ou perecer diante de uma lógica burguesa que relacionava a ideia de progresso à tudo aquilo que era considerado moda e novidade ao continente europeu.

A ideia que circulava no período era a de que o Brasil precisava ser “regenerado” para que a sua imagem de atraso e desordem – associada aos tempos coloniais e imperiais pelos grupos que haviam ascendido ao poder após o golpe que instituiu o regime republicano no país – fosse apagada por completo para, no lugar, ser projetada a imagem de um país renovado e alinhado aos ideais de civilização e progresso, sobretudo franceses.

Esses padrões acabaram se tornando uma verdadeira obsessão entre as classes dominantes do país e assumiram posição de destaque nos processos de organização da vida e nas relações sociais, principalmente no âmbito da cidade, de modo que o progresso tinha que ser alcançado a qualquer custo. O risco disso era o de que os empreendimentos baseados nestes discursos, e na suposta “infalibilidade do progresso”, se convertessem em “formas extremas de opressão quando voltadas para as populações destituídas de qualquer educação formal e alheadas dos processos decisórios”, como de fato aconteceu – e não apenas no Rio de Janeiro.¹⁸

Cuidar dos pobres ou investir materialmente em obras com objetivo de melhorar as suas condições de vida não era algo essencial do ponto de vista da política urbana na Primeira República. A prioridade dos investimentos estava nas áreas centrais da cidade, valorizadas pelas formas de ocupação e apropriação do solo, diferente das partes mais afastadas, isto é, aquelas porções do espaço urbano habitadas pelos populares e que não se constituíam como alvos de investimento prioritário da política municipal.

A falta de investimentos nesses espaços se deu, em partes, pela “baixíssima representatividade desse contingente populacional entre eleitores e eleitos”, como afirmou Raquel Rolnik, uma situação que viria a sofrer alterações a partir da crise política dos anos 20 e do movimento político-militar que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, popularmente conhecida como a “Revolução de 1930”, quando “as classes médias e os trabalhadores passaram a ser entendidos como interlocutores políticos” e os espaços da cidade

¹⁸ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando A et al. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 27-39.

reservados a eles, os subúrbios e as periferias, passaram a entrar na pauta das discussões e das ações.¹⁹

E isto repercutiu não apenas nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em outras cidades como Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte. Os grupos dirigentes de Natal, no primeiro período republicano, sob o prisma dos ideais higienistas, que remetiam ainda ao século XIX, e de determinados padrões estéticos oriundos da Europa, mais precisamente dos países da região norte como França e Inglaterra, e depois da América do Norte, elaboraram leis e projetos que acabaram determinando a configuração urbana e condicionando as formas de uso da cidade pela sociedade, como o plano de Cidade Nova (1901), o Plano Geral de Saneamento de Natal, (1924), o Plano Geral de Sistematização de (1929) e o Plano Geral de Obras (1939), que foram implementados de maneira parcial.

Esses planos, cujas bases estavam assentadas nos ideais de civilização, progresso, desenvolvimento, modernização e construção da nacionalidade, representavam os interesses, os desejos, os sonhos e a visão de futuro dos grupos dirigentes de garantir aquilo que chamavam de “aformoseamento” da cidade, ou melhor, de partes dela, daqueles pedaços que serviam como seus espaços de interação e de sociabilidades, onde estavam situados os cafés, os clubes, os teatros e os cinemas, que se localizavam, geralmente, na zona central da cidade – Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova – onde também estavam situadas as instituições encarregadas da administração, da gestão e da organização da vida socioespacial da cidade, como também era o espaço no qual as classes dirigentes procuraram fixar suas residências. Nessa lógica, as atenções e o foco das intervenções foram voltados para a estrutura viária da cidade, na abertura e pavimentação de ruas, no ajardinamento de praças, nos serviços de limpeza pública e de saneamento urbano. Além disso, esses planos também buscavam organizar a cidade de acordo com suas atividades econômicas e grupos sociais, estabelecendo uma espécie de zoneamento urbano.²⁰

A ideia central era transformar a cidade de Natal num lugar em que se pudesse visualizar as marcas e os efeitos do progresso em seu cotidiano, como acontecia – pelo menos era o que se acreditava – nos grandes centros urbanos do Brasil e do mundo ocidental, de modo que ela

¹⁹ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997, p. 146.

²⁰ FERREIRA, Angela Lucia de Araújo. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996, p. 109.

refletisse a nova condição da sociedade, isto é, civilizada e moderna nos moldes europeus. As classes dirigentes, nesse sentido, buscaram com veemência “afastar de suas vistas — e das vistas do estrangeiro — o populacho inculto, desprovido de maneiras civilizadas, mestiço”, e criaram, a partir das reformas urbanas, uma cidade “para inglês ver” e não para o cidadão comum brasileiro, pertencente à camada popular, morar. Os espaços desses populares não foram considerados nos projetos de cidade das classes dominantes e se tornaram verdadeiros espaços da marginalização, de pobreza, da informalidade e da não-vigência das normas.²¹

A análise dos processos urbanos a partir de documentos e registros deixados por indivíduos ou grupos que possuíam certa ligação com o poder e que dele se utilizavam para impor seus interesses ao conjunto da sociedade, sugere que, com frequência, tais grupos tendiam a enfatizar a unidade e a ordem, “colocando na sombra as forças de fragmentação, da dispersão, da desordem”.²² Nesse termos, bairros como Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova (Petrópolis e Tirol), chamados por Luís da Câmara Cascudo de *bairro centrais*, figuraram nas pranchetas de engenheiros e arquitetos e no discursos das classes dirigentes como protagonistas de seus projetos de cidade, enquanto outros, como o bairro das Rocas, do Alecrim e das Quintas, foram relegados à margem, ao segundo plano.²³

Esse tipo de prática acabou resultando em uma espécie de “desenvolvimento geograficamente desigual” na cidade, na medida em que a “homologia espaço-classe pode ser verificada na divisão regionalizada do espaço” organizado em centros dominantes, locais extremamente valorizados em termos econômicos, dotados de infraestrutura urbana, cujo preço do metro quadrado do terreno e também dos imóveis são consideravelmente altos e onde, geralmente, estão concentrados os grupos sociais que dispõe de um alto poder aquisitivo, e periferias subordinadas que, por sua vez, não foram beneficiadas por esses processos de valorização econômica, que apresentam uma infraestrutura urbana precária e concentram, em sua maioria, os grupos sociais mais vulnerais e de baixa renda.²⁴

Mesmo com as intervenções materiais, como as obras de “melhoramento” e reequipamento do porto, como a abertura de novas ruas, a construção de praças e as obras de saneamento urbano, levadas a efeito parcialmente a partir daquele conjunto de planos e projetos

²¹ RIBEIRO, *op., cit.*, 2015, p. 59-60.

²² ARRAIS, Raimundo. As identidades das cidades. In: VIANA, Hélder do Nascimento; et al (Org). *Cidade e diversidade*: itinerários para a produção de materiais didáticos em história. Natal: EDUFRRN, 2012.

²³ CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 299.

²⁴ SOJA, Edward, 1999, p. 99 *apud* CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, v. 4, n. 6, 2007.p. 47.

urbanísticos, a cidade de Natal não se transformou em Paris. À Natal moderna e progressista dos grupos dominantes foi uma tentativa, apenas um reflexo embaçado dos grandes centros urbanos que serviram como modelos de inspiração.²⁵

Com relação à área das Rocas, praticamente não se observou registros de grandes obras, projetos ou planos urbanísticos especificamente elaborados para esse lugar. Na verdade, o que encontramos nas fontes foram as percepções da classe dirigente sobre as Rocas, que geralmente descreviam o lugar de modo negativo e até mesmo com um certo temor, pelo menos até meados da década de 1940 quando uma outra maneira de representar esse lugar, como espaço da tradição e da cultura popular, passou a se tornar mais frequente nos discursos dos “homens de letras” da cidade – classe privilegiada que, em diferentes níveis, se articulava ao poder instituído e estabelecia uma relação direta com o aparelho burocrático do Estado.²⁶

No início do século XX, Rocas não aparecia com tanta recorrência nas páginas dos jornais, a não ser quando se tratava de algum problema relacionado às suas condições sanitárias e à sua infraestrutura urbana precária. Geralmente, as notícias versavam sobre ações empreendidas por funcionários públicos no combate a algum foco de doença ou epidemia existente nessa área, como essa, publicada pelo jornal *A República* no ano de 1902, que informava aos leitores sobre a atitude do dr. Antonio China, diretor do Serviço da Limpeza Pública, em reunir cerca de quarenta e cinco homens para que eles fossem trabalhar na limpeza do bairro da Ribeira sob a fiscalização do tenente Cascudo. O plano divulgado pelo jornal consistia na divisão desses homens em cinco grupos para que eles atuassem, especificamente, na praça da Republica, no largo do Bom Jesus, na rua de S. Amaro e nas Rocas, cobrindo pontos de alagamento com a areia dos morros próximos e retirando a lama das valas.²⁷

Anos depois, em 1911, esse mesmo jornal informava que nas Rocas “achavam-se diversas pessoas atacadas de varíola”, embora o dr. Calistrato Carrilho, inspetor da higiene da cidade à época, tivesse ordenado à João Alfredo da Câmara, funcionário da assistência pública, que fosse até ao local indicado para fazer a verificação e conferir a procedência daquela informação. Com base nas informações divulgadas pelo *A República*, João Alfredo teria encontrado somente um único caso de varíola “em um pobre velho” que residia naquela zona,

²⁵ MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense*. Natal, RN: EDUFN, 2011.. 175.

²⁶ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução Emir Sader. 1. Ed. São Paulo: Bointempo, 2015.

²⁷ Nesse período, como evidenciamos na primeira parte, Rocas era uma área que estava circunscrita nos limites do bairro da Ribeira. *A REPUBLICA*, Natal, 14 abril de 1902.

que por ventura já tinha até se reestabelecido. Aproveitando sua ida ao local, esse mesmo funcionário, como ação preventiva, vacinou cerca de trinta e seis pessoas contra varíola.²⁸ Meses depois, o inspetor de higiene havia ordenado que um vacinador fosse “às Rocas, na Ribeira, afim de serem alli vaccinados as pessoas que o quiserem”.²⁹

Em 1914, os redatores do *A República* comunicaram a seus leitores que uma denúncia havia sido feita sobre um caso de varíola nas Rocas. A pedido da “Inspectoria de Hygiene”, esse periódico lançou uma nota à população informando que aquela denúncia não tinha razão de ser, que era “destituída de fundamento”, uma vez que, ao tomar conhecimento da suposta existência da varíola naquele local, “fez para alli seguir em competencia funcionario da assistencia publica, o sr. João Alfredo da Camara, que verificou apenas um caso de *varicella molestia* comum nas estações quentes, sem que ainda se tivesse registrado qualquer caso fatal”.³⁰

Esses dados sugerem que havia uma certa preocupação por parte dos poderes públicos com relação aos cuidados com a saúde e com a higiene da população pobre da cidade, ou, simplesmente, que havia uma preocupação em controlar e conter o avanço de determinadas doenças, a varíola em especial, pelo restante da cidade. Em todo caso, uma nova ordem de vacinação para as Rocas fora expedida por aquele inspetor no ano de 1917, resultando, segundo as informações divulgadas por aquele mesmo periódico, na vacinação de aproximadamente vinte e sete pessoas.³¹

Notemos como a imagem das Rocas como espaço enfermo e da doença vai sendo construída e publicizada por esse periódico, notemos como o bairro da Ribeira, mais precisamente as Rocas, vai tendo sua imagem associada a uma espécie de “marco zero” das enfermidades na cidade. Isso ainda mais evidente quando lemos um outro artigo, também publicado pelo *A Republica*, em 1926, sobre uma provável epidemia que estava ameaçando invadir a cidade e que tinha sua origem nas Rocas.

As péssimas condições sanitárias das Rocas foram atribuídas pelo articulista como algo natural a esse lugar, como se fosse uma condição imanente a ele, como se fosse um dado da natureza, e não por causa de falta de investimento e/ou atenção por partes dos poderes públicos. Ao descrever o estado sanitário das Rocas, o autor fez a seguinte afirmação: “*Como era natural,*

²⁸ A REPUBLICA, Natal, 08 de fevereiro de 1911.

²⁹ A REPUBLICA, Natal, 07 de agosto de 1911.

³⁰ A REPUBLICA, Natal, 20 de novembro de 1914.

³¹ VARIAS. *A Republica*, Natal, 18 de janeiro de 1917.

o estado sanitario das Rocas prendeu a atenção do publico, por ventura em face de uma alastradora epidemia que ameaçasse a devastação daquelle bairro e dali viesse a envolver a cidade”.³² A expressão destacada aponta para a existência de uma dada maneira de perceber e de representar as Rocas como lugar da pobreza, cuja condição de insalubridade era associada ao modo de vida de seus moradores. Ao que parece, havia o entendimento de que eram eles, os moradores, e não o poder público, responsáveis pela condição degradante do lugar.

Com base nas impressões desse articulista, a falta de higiene das Rocas era um problema crônico da cidade, a muito tempo conhecido, de forma que a causa daquela epidemia, nas palavras dele, não era difícil de ser encontrada, pois estava relacionada a “insalubridade reinante” da área, cujos habitantes – o proletariado – viam-se forçados a servirem-se de água imprópria para o consumo que se acumulava em poços anti-higiênicos. O que preocupava não era, ao que tudo indica, as condições precárias em que viviam uma parte da população da cidade e muito menos o fato de ser nas Rocas a origem da epidemia, mas sim o fato de a doença se espalhar pela cidade, ou melhor, pelos espaços centrais.

Os jornais, contudo, também nos fornecem pistas, mesmo que fragmentárias, sobre a luta dos moradores das Rocas por melhores condições de vida. O ano era 1912 quando, por meio do jornal *A Republica*, na coluna “Varias”, os moradores das Rocas reclamaram por providências quanto à situação, ao que parece, recorrente do depósito de lixo nas imediações do local, que não estava sendo coletado e muito menos passando pelo processo de incineração. O acúmulo de lixo pelas ruas, já em estado de decomposição, prejudicava a saúde pública, conforme declararam os habitantes do bairro. Podemos apenas imaginar incomodo dos moradores em razão do mau cheiro que circulava pelas ruas e pelos insetos atraídos pela matéria em decomposição.

O inspetor de higiene, Calistrato Carrilho, a fim de atender às reclamações desses moradores das Rocas, informou que uma solicitação já tinha sido enviada ao senhor Valle Miranda, diretor da empresa de “Melhoramentos”, para que ele resolvesse o problema do lixo no bairro. A solicitação determinava que o lixo deveria ser incinerado ou recolhido para o Oitizeiro, onde, daquela data em diante, seria depositado e queimado, enquanto o forno de incineração do lixo das habitações da Cidade Alta não fosse concluído.³³ Aqui temos um indicio de que reações e cobranças aos órgãos competentes existiam por parte dos moradores das

³² O ESTADO sanitário das Rocas. *A Republica*, Natal, 18 de abril de 1926. *Grifo nosso*.

³³ VARIAS. *A Republica*, Natal, 12 de agosto de 1912.

Rocas, algo que se contrapõe àquela interpretação que insinuava que as precárias condições sanitárias do bairro era algo “natural”, como se os habitantes tivessem escolhido viver em meio a doenças e a sujeira.

Foi somente em meados da década de 1920, quando o engenheiro Omar Grant O’Grady³⁴ se tornou chefe do executivo municipal, entre os anos de 1924 e 1930, que Rocas passou a ser incorporada paulatinamente nos projetos e nas propostas de intervenção urbana para a cidade de Natal, como sugere um pequeno artigo publicado no jornal *A República*, que era o instrumento de comunicação oficial do governo e do Partido Republicano Federal do Rio Grande do Norte.

O texto informava a seus leitores sobre algumas ações que seriam realizadas pela Intendência Municipal como, por exemplo, a organização de um “serviço permanente de limpeza das ruas e remoção de lixo no populoso suburbio das Róccas”. O’Grady fazia questão de enfatizar – quando entrevistado ou questionado sobre as obras públicas da cidade – a necessidade de serem realizadas intervenções materiais nos espaços mais empobrecidos da *urbe*, como as Rocas. O prefeito se mostrava, conforme as palavras dos redatores, “empenhado em melhorar as condições de salubridade e de esthetica naquella zona de nossa Capital”, que começava “a sentir os benefícios da solícita atenção dos poderes públicos”.³⁵

Enquanto outras partes da cidade já haviam sentido os efeitos desses tais “benefícios”, os tais “melhoramentos” urbanos, somente a partir do ano de 1926 é que Rocas viria a sentir, de maneira mais concreta, as ações do poder público, pelo menos é isso que sugerem as notas jornalísticas. No entanto, essas mesmas notas também indicam que esse lugar pode ser lido como a expressão da inércia produzida por sucessivas administrações que não pensaram a cidade coletivamente. A “solícita atenção dos poderes públicos” correspondia a medidas de caráter paliativo como uma “estrada de automóveis”, construída “atravez da vasta e arenósa esplanada Silva Jardim, partindo do edificio da Fiscalisação do Porto” e que serviria, conforme foi destacado na matéria, a todo aquele “subúrbio”.

Esse olhar direcionado para as Rocas, assim como para outros espaços periféricos da cidade de Natal, pode ser entendido como “um reflexo de novos arranjos políticos que visavam, entre outros aspectos, atender as demandas do grupo dos artistas (artífices) e operários”,

³⁴ Antes de Omar O’Grady, quem ocupava o cargo de intendente era seu sogro, Manoel Dantas, homem de elevado prestígio político e social, que faleceu meses depois de tomar posse como intendente da cidade, no dia 15 de junho de 1924.

³⁵ A MUNICIPALIDADE e o suburbio das Roccas. *A Republica*, Natal, 06 de maio de 1926.

indivíduos que, geralmente, habitavam esses espaços, sobretudo as Rocas e o Alecrim, conforme observado por Renato Santos.³⁶ De acordo com esse autor, a década de 1920 marcava um momento de transição, ou melhor, marcava o início de um processo em que a classe dirigente buscava, por meio de uma reorganização administrativa do Conselho da Intendência e de obras estratégicas, a superação de uma “crise urbana” que vinha afetando a cidade de Natal havia muitos anos.

Nesse período, o clima era de que muito ainda havia a se fazer por Natal para que, de fato, ela fosse considerada uma cidade moderna e civilizada. Para alguns observadores da cena urbana da época, como o jornalista Marcos d’*A Republica*, a cidade ainda apresentava aspectos primitivos, de forma que tudo o que tinha sido feito até aquele momento havia sido conduzido sem plano algum, “às tontas, sem orientação e sem gosto”, uma situação que mudaria com chegada ao poder de Manoel Dantas e depois Omar O’Grady.³⁷ Além de ser representado como espaço de pobreza, Rocas, até meados dos anos 1920, também foi caracterizado como espaço do crime e do perigo, como a parte da cidade por onde ninguém queria passar por medo de sofrer algum tipo de violência.

Após a década de 1930 e o período no qual a cidade de Natal foi transformada em base militar norte-americana, no início da década de 1940, percebe-se que Rocas passou a ser constantemente associada ao lugar das tradições populares, das festas religiosas, folclóricas e do pitoresco. A cultura popular e a tradição passaram a ser valorizadas numa espécie de movimento que levou uma parte da intelectualidade natalense a prestar mais atenção sobre esses territórios, os espaços esquecidos e periféricos, nos quais, para eles, a dinâmica da vida moderna, diferente dos bairros centrais, não havia ainda produzido efeitos de maneira mais concreta. Circulava a ideia de que esses lugares haviam parado no tempo, que neles se podia encontrar aspectos que remetessem a uma tradição e a uma cultura popular autêntica.

Rocas continuou a ser identificado como o local de moradia dos pescadores, dos operários e dos pobres da cidade, mas também passou a ser percebida como aquele lugar onde se podia encontrar comidas típicas como as famosas peixadas da “Comadre”; onde se podia participar das festas de Reis, de São João, dos folguedos, dos carnavais de rua, e de onde

³⁶ SANTOS, Renato Marinho Brandão. Escola, a cidade e os desfavorecidos de fortuna: espaços da pobreza em Natal-RN (1909-1937). *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, 2017, p. 124.

³⁷ O texto do jornalista Marcos, intitulado “Impressões de domingo”, foi publicado pelo jornal *A República* no dia 6 de maio de 1924. Ver SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!* [recurso eletrônico]: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal, RN: EDUFRRN, 2018, p. 294.

também se podia recordar a figura esguia do poeta Ferreira Itajubá, que cantava a vida atormentada dos pescadores.

A vinculação das Rocas com a imagem de local berço da cultura popular e da tradição não foi, contudo, capaz desassociar a imagem de lugar do crime e do perigo do bairro, visto que ainda hoje é possível verificarmos a continuidade dessas caracterizações estereotipadas sobre o bairro.³⁸ Uma prova disso, de como essa imagem negativa associada às Rocas continua a ser reproduzida no tempo presente, foi a criação, em 2022, do “Bloco dos Detentos”, bloco de carnaval de rua que tem como principal característica a vestimenta de seus integrantes, que procuram imitar o uniforme usado por aqueles que estão sob a guarda do sistema penitenciário norte-rio-grandense (calção azul e camisa branca), e o uso de objetos que fazem referência à tornozeleiras eletrônicas.

Muitos viram a criação e o movimento produzido por esse bloco como um ato de apologia ao crime e uma maneira de intimidar a população. Denúncias foram até realizadas com base em alegações de que alguns foliões estariam portando e exibindo armas de fogo em meio ao cortejo, que havia tomado conta das principais ruas do bairro. Tais denúncias, por sua vez, foram verificadas pela Secretaria da Administração Penitenciária (SEAP), que acabou não constatando qualquer tipo de irregularidade envolvendo detentos do regime semiaberto, portadores de tornozeleira eletrônica, no bairro das Rocas.³⁹

O bloco, no carnaval de 2023, abarrotou as ruas das Rocas e provocou, novamente, alvoroço e polêmica pela cidade. Por meio de suas redes sociais, Matheus Araújo, coordenador em Natal do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e militante da Unidade Popular, partido político legalizado em 2019, afirmou que o “Bloco dos Detentos” foi criado justamente para se contrapor as falas que costumam associar as Rocas ao lugar que, na sua expressão, “só tem bandido”, como também para denunciar o preconceito contra a periferia.

A representação da cidade está pautada num conjunto de práticas e valores, individuais e coletivos, de uma sociedade, isto é, na maneira com essa sociedade experiencia o espaço urbano e como ela interpreta a realidade à sua volta.⁴⁰ Contudo, levando em consideração as

³⁸ SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade de Natal* (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011.

³⁹ SUBTENENTE Eliabe sobre bloco dos tornozelados nas Rocas: “Apologia ao crime”. *Agora RN*, Natal, 4 de março de 2022. Disponível em < <https://agorarn.com.br/ultimas/subtenente-eliabe-sobre-bloco-dos-tornozelados-nas-rocas-apologia-ao-crime/> > acesso em 24/11/2023.

⁴⁰ LUTEL, Eulina Pacheco, *et al.* As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996, p. 88.

desigualdades sociais presentes em nossa sociedade, visíveis sob vários aspectos, não podemos jamais pensá-la como uma unidade homogênea. A cidade, nesse sentido, como centro aglutinador de grupos sociais diversos acaba, por sua vez, se configurando numa forma capaz de conter inúmeros discursos e olhares também distintos que “não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”, mesmo que alguns desses discursos e olhares acabem se perpetuando ao longo do tempo e no imaginário urbano da cidade, como a representação das Rocas como espaço de pobreza, da doença e do perigo.⁴¹

No processo de construção da imagem pública da cidade de Natal durante a primeira metade do século XX, percebeu-se uma certa inclinação em privilegiar a maneira como os grupos dominantes viam, compreendiam e diziam a cidade, de modo que podemos observar isso no próprio processo de fabricação daquilo que podemos chamar de memória da cidade que, com frequência, tende a ser confundida com a memória dos grupos dirigentes sobre ela. A memória, nesse aspecto, não é apenas uma conquista, mas sim “um instrumento e um objeto de poder”.⁴²

São as memórias que permitem com que as pessoas se reconheçam como parte de uma comunidade e que estabeleçam um senso de pertencimento em relação ao espaço citadino. Contudo, não devemos esquecer que a memória – por ser um fenômeno social e também uma prática e fruto de relações de poder – é um elemento de disputa, uma vez que reflete os conflitos de interesse entre os grupos sociais na cidade, os quais buscaram, de alguma maneira, influenciar na interpretação e representação do passado citadino, bem como na própria construção narrativa do espaço urbano.

Os grupos dominantes, diferente dos grupos marginalizados e/ou subalternizados, geralmente possuem uma influência maior nesse processo em razão de seu poder econômico, político e cultural.⁴³ Eles podem, a partir de uma seleção de eventos, lugares, histórias e interpretações sobre o passado, moldar a narrativa e a representação da cidade de acordo com

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 9.

⁴² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990, p. 250.

⁴³ O conceito de memória coletiva engloba os eventos, experiências, tradições e símbolos que são transmitidos de geração em geração, moldando a forma como um grupo se entende e se relaciona com o passado. Essa memória é compartilhada por um grupo, comunidade ou sociedade como um todo, que se desenvolve ao longo do tempo e influencia a identidade, a história e a cultura desse grupo. Maurice Halbwachs, em sua obra “A memória coletiva”, explorou a relação entre memória individual e memória coletiva, argumentando que a memória é moldada pelos contextos sociais e coletivos nos quais ela é construída e transmitida. Ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

seus interesses e perspectivas. O resultado disso é uma construção idealizada do espaço urbano que, não raras vezes, prioriza uma determinada forma de organização espacial e procura ressaltar positivamente alguns aspectos como o desenvolvimento econômico, o progresso urbano e determinados elementos arquitetônicos da cidade.

O problema dessa construção idealizada da cidade é que ela tende a desconsiderar, ignorar, marginalizar, excluir e/ou silenciar outras percepções, experiências e histórias da cidade, geralmente aquelas que foram produzidas pelos grupos populares, de baixa renda e/ou com pouca representatividade política. Essa forma de exclusão ou de silenciamento na construção da memória coletiva sobre a cidade acaba por perpetuar e aprofundar desigualdades, estigmas e estereótipos negativos a certos lugares e grupos sociais.

Nesse sentido, ter controle sobre a memória e também sobre o esquecimento foi e é uma das grandes preocupações dos grupos que dominam ou dominaram as sociedades, de tal forma que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.⁴⁴ A cidade, nesse aspecto, se torna um espaço privilegiado no qual podemos perceber a materialização dessa memória, ou melhor, sua espacialização, por meio de edifícios, de monumentos históricos, de ruas, praças, bairros, entre outros elementos, que trazem consigo as experiências, as histórias e as identidades dos grupos sociais que habitam e/ou habitaram a cidade.

Assim, ao focar na maneira como os grupos dominantes descreveram, pensaram e deram a ler a área das Rocas no período em exame, notei como certos aspectos socioespaciais – elementos topográficos, condições sanitárias do lugar e a composição social – assumiram posição de destaque em seus discursos, de maneira que Rocas teve sua imagem associada, durante muito tempo, à pobreza, à doença, à insalubridade, ao perigo e ao crime, ainda mais quando comparado a outros espaços da cidade, a outros bairros como Cidade Alta, Petrópolis e Tirol, locais que, entre os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, se enquadravam – ou foram enquadrados – no ideal de urbe desejado pelas classes dirigentes da cidade.

Em vista disso, a tese aqui defendida é a de que a forma pela qual os grupos dirigentes da cidade de Natal trataram o bairro das Rocas durante o processo de urbanização/modernização da cidade (1900-1950), seja do ponto de vista administrativo ou discursivo, contribuiu para a

⁴⁴ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994, p. 426.

produção e reprodução de uma dinâmica que resultou em processos de segregação socioespacial, na medida que o espaço urbano foi submetido a uma lógica de organização territorial que dividiu a cidade em áreas com “intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”.⁴⁵ Isso acabou fazendo com que Rocas, localizado fisicamente à margem do rio e do mar, figurasse também à margem dos projetos modernizadores e, num certo sentido, à margem da história.

O bairro das Rocas é um exemplo claro de como as práticas discursivas – aqui compreendidas como as expressões de sentimentos, das mentalidades e da própria consciência de classe dos grupos sociais⁴⁶ – influenciaram as ações – ou a inércia – do poder público com relação ao desenvolvimento urbano e social dos espaços periféricos e suburbanos da cidade. Um reflexo dessa marginalização socioespacial, que é efeito e produto do próprio processo de modernização da cidade, pode ser observado, por exemplo, no tardio reconhecimento das Rocas como um dos bairros oficiais da cidade, fato que ocorreu somente no ano de 1947, durante a gestão municipal de Silvio Piza Pedroza (1946-1949).

Com a finalidade de decifrar aquilo que está oculto nas estruturas que formam e sustentam a cidade, busquei demonstrar, por meio de uma espécie de *radiografia* da cidade, que consiste na análise de um conjunto de imagens de representação de um determinado espaço urbano, como uma dada representação das Rocas, estereotipada, estigmatizada e negativa (bairro doente, perigoso e violento), acabou se sobrepondo às demais, até ser apropriada e usada como base para uma outra forma de representação (bairro da tradição e da cultura popular).

Essas imagens de representação, todas elas fragmentárias, “partículas da realidade”, podem ser lidas como a expressão dos desejos e dos sonhos de uma sociedade ou de parte dela que, por sua vez, são codificados pela literatura, pelas fotografias, pelos desenhos e projetos urbanísticos, pela legislação, de modo que, ao submetê-los ao exame crítico, podemos ter uma ideia da fisionomia da cidade moderna, inclusive dos seus aspectos contraditórios, já que a Modernidade “é essencialmente hostil ao desenvolvimento pleno do ser humano”.⁴⁷ Isso posto, e compreendendo o bairro das Rocas como um produto das relações sociais, por vezes conflitantes e contraditórias, entre os diferentes grupos que habitaram na cidade, que usaram,

⁴⁵ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 250.

⁴⁶ BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna*: representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 75.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 80-103.

se apropriaram e produziram o espaço urbano de maneiras distintas, a tese foi dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado *A cidade de Natal e sua organização territorial-administrativa na primeira metade do século XX*, busquei identificar, a partir da análise da legislação urbana, dos projetos e planos urbanísticos, e de documentos oficiais do governo estadual e municipal, como os espaços suburbanos da cidade apareciam na letra da lei, em particular as Rocas, a fim de compreender o lugar dessa área no processo de organização socioespacial da cidade. Além disso, procurei discutir os conceitos de *subúrbio* e de *periferia* na história das cidades e, especificamente, na história urbana de Natal, com o objetivo de entender o sentido desse termo quando associado às Rocas ou aos espaços que estavam afastados da parte central da cidade, e que não possuíam infraestrutura e equipamentos urbanos de uso coletivo.

No capítulo dois, *A produção discursiva sobre as Rocas como instrumento de segregação socioespacial*, procurei analisar os discursos, as ações, os projetos e o imaginário social dos grupos dominantes com relação às Rocas, assim como procurei evidenciar, quando possível, alguns aspectos, mesmo que fragmentários, do cotidiano, dos modos de vida e das formas como os moradores das Rocas usavam e se apropriavam dos espaços no período em exame. A investigação se baseou na leitura, na análise e na crítica de jornais, de textos memorialísticos, de relatórios de governo e de fotografias, documentos que, de certa maneira, possibilitaram acompanhar o percurso de homens e suas ações no tempo e no espaço, as formas de apropriação do espaço urbano, bem como os procedimentos e as estratégias usadas pelos grupos dominantes na produção das Rocas como um espaço de pobreza, da doença, do crime e do perigo.

No terceiro capítulo, intitulado *O renascimento das Rocas: de bairro do crime e ninho de cangaceiros a bairro do trabalhador e da cultura popular*, analisei a forma como esse bairro foi representado a partir dos anos finais da década de 1920 até a década de 1950, mais especificamente os períodos dos governos municipais de Omar O'Grady (1924-1929) e o de Silvio Piza Pedroza (1946-1949), que foram tratados, sobretudo pela imprensa, como pontos de inflexão para as Rocas, pois foram nesses dois momentos que Rocas, assim como outros espaços periféricos da cidade, começou a figurar nas pautas de discussões do poder público de modo mais regular. Chamei esses dois instantes de *momentos de renascimento urbano*, expressão que compreendo ser uma metáfora da Modernidade, visto que pode ser usada para

descrever, destacar ou indicar períodos de renovação, de revitalização, de transformação, de modernização urbana das cidades, ou de partes delas.

O quarto capítulo, *A cidade de Natal no período da Segunda Guerra Mundial e a chegada de Silvio Piza Pedroza à prefeitura (1939-1950)*, foi dedicado a entender como estava organizada a cidade e a sua dinâmica no período em que ela serviu de base militar para o Estados Unidos da América no momento da conflagração europeia entre os países do Eixo e os Aliados. Além disso, foi no período imediato ao pós-guerra que Silvio Pedroza assumiu a gestão municipal da cidade, momento no qual levou a efeito uma série obras públicas com o objetivo de modernizar a cidade, incluindo aí os espaços periféricos da cidade como a área das Rocas que foi reconhecido, oficialmente, como um dos bairros da cidade na sua gestão.

A metáfora do “renascimento” foi usada para fazer referência a um conjunto de intervenções materiais que tinham o objetivo de modernizar/civilizar as Rocas, pois a ideia que circulava na época era a de que Rocas, após a realização dessas intervenções, deixaria de ser identificada como o lugar da pobreza, do crime, da prostituição e dos vícios e passaria a ser visto como um local “renascido”, “regenerado” e “civilizado”, reconhecido como lugar de tradição e de cultura popular, o que não aconteceu totalmente. Nesse sentido, mais do que significar um momento de mudanças profundas na paisagem urbana e social das Rocas, a ideia de “renascimento” acabou refletindo a natureza complexa e contraditória da experiência da Modernidade na cidade de Natal.

Assim, buscando lançar luz sobre essa parte específica da cidade, o bairro das Rocas, que ficou à margem do processo urbanização/modernização de Natal durante boa parte do período em exame, procurei explorar outras formas de percepção, concepção e organização dos espaços e das relações sociais na cidade, como também perceber melhor, a partir das ações dos grupos dominantes no tocante ao bairro das Rocas e os efeitos delas no cotidiano de seus moradores, mesmo que de modo bastante fragmentário, o embaralhamento das lógicas sociais e a dinâmica urbana da cidade de Natal no período.

CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE NATAL E SUA ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL-ADMINISTRATIVA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

No período da Primeira República brasileira, as classes dominantes buscavam consolidar o projeto de modernização brasileiro através da instituição de mecanismos de controle que pretendiam agir sob determinadas práticas e comportamentos sociais que, aos olhos desse grupo, não correspondiam aos novos padrões desejados de civilidade e progresso. Tais instrumentos de poder (leis, decretos, projetos urbanos, dentre outros), articulados a formas de saber especializado, como a medicina, a educação e a engenharia, foram usados pelo Estado como uma maneira de intervir na sociedade de maneira mais profunda: a medicina, atuando na normatização dos corpos; a educação, agindo no processo de conformação das mentalidades; a engenharia, operando na organização do espaço.⁴⁸

A legislação urbana, na medida em que ela classifica, organiza e confere significado aos espaços da cidade, seja no estabelecimento de formas permitidas e proibidas do uso do solo urbano, na transformação do chão da urbano em mercadoria, que muitas vezes leva a uma hierarquização não apenas dos espaços, mas também dos grupos sociais dentro da cidade, ela também possibilita a criação de “territórios dentro e fora da lei” que, por sua vez, acabam se configurando, por um lado, em regiões plenas de cidadania, e, por outro, em regiões de cidadania limitada.⁴⁹

Estas regiões de cidadania limitada podem ser entendidas como uma zona ilegal, formada, não raras vezes, pelos assentamentos populares que, conforme sugeriu Raquel Rolnik, existiam, mas sem “serem reconhecidos como parte da cidade oficial”, de modo que “a alta densidade do território popular causava repugnância e preocupação às elites, que se defendiam construindo bairros exclusivos”.⁵⁰

A construção desses espaços exclusivos foi e é uma marca do processo de urbanização das cidades brasileiras e do modelo de desenvolvimento econômico do período contemporâneo, dos quais podemos identificar duas situações bastante características, a saber: o progresso

⁴⁸ HERSCHMANN, Micael M; KROPF, Simone Petraglia; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996, p. 13.

⁴⁹ ROLNIK, *op. cit.*, 1997, p. 13.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 145.

tecnológico e o bem-estar para algumas áreas e grupos sociais; e privação, pobreza e marginalização social para outros setores da população.⁵¹

Em Natal, podemos citar como um daqueles bairros exclusivos de que tratou Rolnik, Cidade Nova. Desde a sua criação, em 1901, pela resolução de número 55, esse bairro fazia parte daquilo que se compreendia como área urbana da cidade: “Terá a denominação de Cidade Nova a parte da área urbana que demora a leste da linha formada pelo prolongamento norte-sul do muro que limita, pelo nascente, a chácara de propriedade do dr. Santos”. A condição de bairro urbano foi reforçada pela resolução de número 73, de 1903, que definia, de maneira clara e objetiva, a divisão territorial da cidade e os limites da zona urbana, na qual, além de Cidade Nova, também estavam circunscritos nesses limites os bairros da Ribeira e de Cidade Alta, os mais antigos – as resoluções eram determinações oficiais que eram dirigidas à cidade pelo Conselho da Intendência.⁵²

A ideia de construir Cidade Nova tinha sido elaborada ainda durante o governo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, entre os anos de 1892 e 1896, mas não pôde ser concretizada por falta de recursos técnicos e de materiais na época. O projeto do novo bairro determinava que ele seria composto por quatro largas avenidas, paralelas e traçadas em linha reta, cortadas por mais seis ruas, que permitiriam a entrada da luz solar de maneira mais eficiente, assim como a circulação dos ventos dominantes, uma ação pensada para a manutenção da qualidade do ar.⁵³ Essa parte da cidade foi a primeira a ser alvo de uma intervenção sistematizada no espaço urbano da capital, que tomou forma somente durante a administração do intendente municipal Joaquim Manuel Teixeira de Moura (1900-1913).

Cidade Nova era a expressão concreta do desejo de integrar a cidade ao mundo civilizado, materializando no solo os princípios republicanos e os signos do urbanismo moderno.⁵⁴ O mapa a seguir é uma representação gráfica de como estavam distribuídos e organizados, nos primeiros anos do século XX, os três primeiros bairros oficiais da cidade. Nele

⁵¹ MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 13.

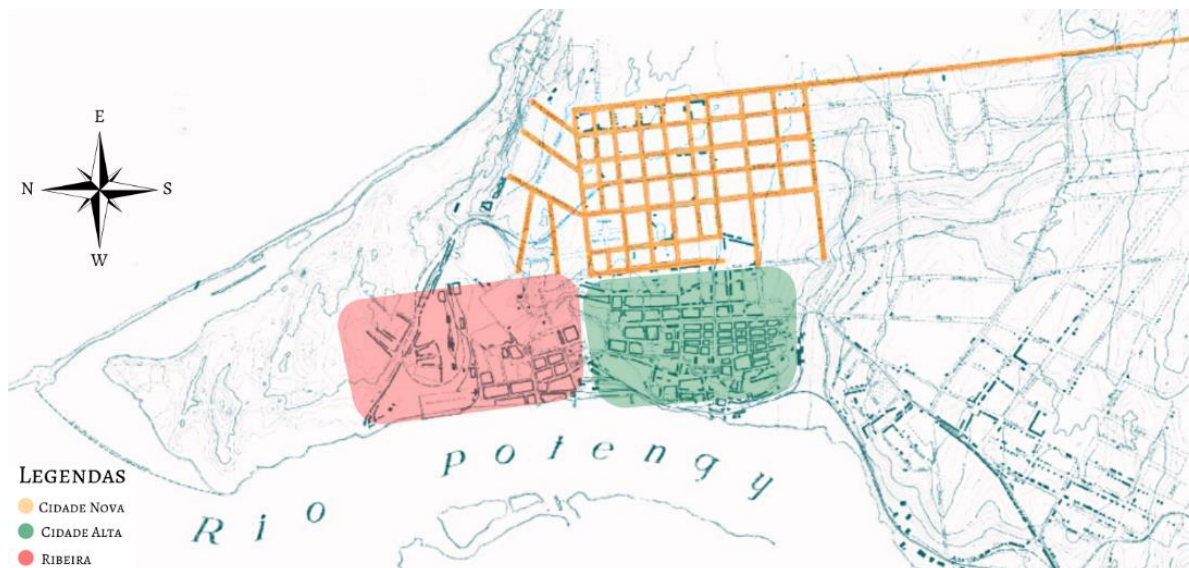
⁵² RESOLUÇÃO Nº 55, *A República*, Natal, 04 de janeiro de 1902; RESOLUÇÃO Nº 73, *A República*, Natal, 11 de fevereiro de 1903. Ver ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; VIANA, Hélder do Nascimento. *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal 1892 a 1919*. Natal: EDUFRRN, 2012.

⁵³ FERREIRA, Ângela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB, RN CREA, 2008, p. 62.

⁵⁴ Em 1902, por meio da resolução nº. 55, dois novos bairros tinham sido criados, Petrópolis e Tirol (Cidade Nova) RESOLUÇÃO Nº. 55. *A Republica*, Natal, 04 de janeiro de 1902.

podemos visualizar, de modo bastante evidente, a forma como a área ocupada pelo terceiro bairro de Natal se destacava no conjunto territorial da cidade.

Figura 1 - Os três primeiros bairros da cidade de Natal (1902)



Fonte: Adaptação (marcações e legenda) elaborada pelo autor sobre o mapa encontrado em FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal (1850-1969)*. Natal: IAB, 2008. p. 63.

Enquanto que os bairros da Ribeira e Cidade Alta, os mais antigos, foram retratados levando em consideração a forma “espontânea” com que foram ocupados, Cidade Nova foi desenhada a partir de um outro princípio de organização das cidades, que tinha como base de ação a intervenção racionalizada e planejada sobre a natureza, que acabou se tornando uma marca do regime republicano.

Os limites do terceiro bairro obedeciam os traços das linhas retas e bem demarcadas, símbolos da ordem e do planejamento, bem diferente das “linhas convulsas e tortuosas” que eram identificadas pela classe dirigente como aspectos que caracterizavam os bairros mais antigos, Ribeira e Cidade Alta, e que representavam a desordem de um período anterior que se queria esquecer.⁵⁵ O bairro de Cidade Nova, no pensamento dos administradores da cidade e da classe dominante local, diferente dos dois bairros mais antigos, já adensados e marcados pela

⁵⁵ DANTAS, George A. F. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: Transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC/USP. São Carlos, 2003.

ocupação humana, seria construído num espaço totalmente em branco no qual “eles iriam escrever seus sinais de propriedade, seu desejo de ordem, suas mensagens, suas aspirações”.⁵⁶

Com isso, a classe dirigente almejava para a cidade um modo de viver moderno! Desejava-se, sobretudo, transformar Natal ao ponto dela não mais ser reconhecida como uma cidade provinciana, mas sim como as cidades dos grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do país, cuja palavra *novo* mediava as práticas sociais desse grupo e das pessoas “esclarecidas” nos primeiros anos do século XX. A cidade moderna tinha de apresentar, nesse sentido, novos espaços, novos costumes, novos comportamentos, novas mercadorias e novas ideias.

A valorização do novo impelia à recusa do passado e de certos hábitos e costumes que, aos olhos de uma “elite” afrancesada, simbolizavam o atraso. O futuro possibilitava um campo livre para projeções de uma cidade ideal, que estaria alinhada ao progresso técnico e científico, que acabou se convertendo em uma ideologia para os grupos dominantes, principalmente, da Primeira República. Exemplo desse tipo de posicionamento podemos encontrar em Manoel Dantas, intelectual, jornalista, político e editor do jornal *A Republica*, e ligado à família Albuquerque Maranhão, que projetou a cidade de Natal no futuro, assim como tantos outros “homens de letras” fizeram, homens que, em diferentes níveis, se articularam com o poder e estabeleceram uma relação direta com o aparelho burocrático do Estado, uma prática tradicional na América Latina.⁵⁷

Em 1909, no salão principal do palácio do governo, Manoel Dantas proferira sua conferência “Natal d'aqui a cinquenta annos” para um público seleto de homens e mulheres da alta sociedade, 240 pessoas que, nas palavras do conferencista, foram convidadas para uma “festa íntima” de caráter filantrópico em razão dos órfãos do poeta Segundo Wanderley. Nesta conferência, Dantas apresentou a imagem de uma cidade organizada, de limites ampliados, ordenada, promissora, com infraestrutura comercial e industrial, modernizada pela “máquina do progresso”.⁵⁸

O seu discurso pode ser interpretado como a expressão dos ideais dos grupos dirigentes que buscavam a modernização dos espaços urbanos e o progresso da cidade de Natal, assim

⁵⁶ ARRAIS, Raimundo. Terra urbana, chão da memória das classes dirigentes. In: *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de natal no início do século XX*. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 28.

⁵⁷ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução Emir Sader. 1. Ed. São Paulo: Bointempo, 2015.

⁵⁸ DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui a cinquenta annos*. Natal, RN. Typographia d' “A República”. 1909.

como uma maneira de inculcar no seio da sociedade os princípios, os signos, uma certa pedagogia que possibilitaria a adequação dela à uma nova realidade.

Manoel Dantas anunciava o progresso através de vários aspectos da vida social, por meio das artes, da ciência, da tecnologia, nas formas de sociabilidade e, sobretudo, na política, como bem destacou Gabriel Barreto. De acordo com esse autor, a visão de progresso de Manoel Dantas derivava de suas leituras variadas de autores brasileiros e estrangeiros, embora ele realizasse adaptações à realidade local, almejando com isso conduzir parte da sociedade na direção das transformações que ele, assim como o grupo político do qual ele fazia parte, os Albuquerque Maranhão, julgava fundamentais, principalmente no que dizia respeito à vida urbana da cidade de Natal.⁵⁹

Em Natal, a transformação do espaço urbano, diferente da operação realizada na cidade do Rio de Janeiro, não se deu de maneira direta. Enquanto que na cidade carioca a área central da cidade foi praticamente toda destruída, cedendo lugar a extensas e largas avenidas, produzindo um grande impacto, acima de tudo, para as populações pobres, que foram alvos das medidas e ações sanitárias implementadas pelo governo municipal da capital federal, na capital norte-rio-grandense, as intervenções urbanas foram empreendidas na área escolhida para servir de base para a fundação de Cidade Nova, um local formado por um tabuleiro que se estendia ao sul da cidade, “sem outro obstáculo a não ser os casebres de ocupantes que não possuíam título da terra”.⁶⁰

A construção de Cidade Nova representava a consolidação da nova ordem política engendrada pela proclamação da República. Com base na resolução de número 55, o bairro de Cidade Nova teria, “de acordo com a respectiva planta arquivada na secretária, quatro avenidas paralelas, com as denominações de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Sales [...] e duas praças, denominadas Pedro Velho e Municipal”.⁶¹ O batismo das principais avenidas e praças do novo bairro com os nomes de agentes que participaram da implantação e manutenção do regime republicano, tanto a nível nacional quanto local, pode ser considerado um indicativo do processo de apropriação do espaço da cidade por parte de um determinado grupo.

⁵⁹ OLIVEIRA, Gabriel Barreto da Silveira. *O intelectual e a cidade imaginada: Manoel Dantas e a construção de uma Natal do futuro (1900-1923)*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021, p. 17.

⁶⁰ ARRAIS, *op. cit.*, 2017, p. 31.

⁶¹ RESOLUÇÃO Nº 55, *A República*, Natal, 04 de janeiro de 1902.

Além desta representação simbólica dos ideais republicanos, o bairro de Cidade Nova representava também “um espaço criado e planejado para atender aos anseios da elite potiguar, tanto no que concerne à salubridade e a higiene, quanto aos aspectos da estética urbana”, o que indicava, de certa maneira, “os primórdios da segregação e elitização espacial em Natal”.⁶²

O terceiro bairro da cidade, nesse aspecto, atenderia duplamente aos interesses dos grupos dominantes locais, de modo que “superaria o antigo desenho irregular originário da cidade colonial onde as classes sociais conviviam, praticamente, no mesmo espaço ou guardando uma certa contiguidade”, assim como também “serviria como um refúgio, onde as classes dominantes poderiam se proteger do contato com as péssimas condições ambientais” que cercavam a cidade.⁶³

Vale salientar que, diferente do que pensavam os grupos dirigentes, o espaço reservado para a construção de Cidade Nova não estava totalmente em branco, de modo que o processo de consolidação desse bairro se deu às custas da expropriação e da expulsão de posseiros que ocupavam essa área.

Com base nos estudos de Angela Ferreira, esse processo pode ser compreendido como o ponta pé inicial que possibilitou a implantação de um mercado de terras na cidade, cujos terrenos, na sua grande maioria pertencentes a políticos, comerciantes e industriais vinculados ao grupo familiar que dominava a política no estado, os Albuquerque Maranhão, iam se valorizando, dentre outros fatores, por causa da criação e da expansão das linhas de bondes. Não foi por acaso que o ponto final da linha de bonde do Tirol se encontrava na residência do governador Alberto Maranhão, onde hoje funciona o Aero Club.

Todavia, essa ação não passou despercebida. O grupo de oposição, que tinha no jornal *Diário do Natal* seu principal meio de comunicação, se referia à Cidade Nova, em 1904, como a “Cidade das Lágrimas”, uma maneira de caracterizar o processo excludente, segregador e autoritário desse primeiro ciclo de intervenções urbanas e de chamar atenção para a forma como o chão da cidade estava sendo apropriado pelo grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, que marcavam, limitavam e organizavam o espaço citadino, definindo, inclusive, os eixos de crescimento da cidade.⁶⁴

⁶² FERREIRA, *op., cit.*, 2008 p. 63.

⁶³ SANTOS, 1998, p. 45 *apud* FERREIRA, 2008, p. 64

⁶⁴ FERREIRA, *op., cit.*, 2008 p. 65.

A legislação urbana do período possibilita que verifiquemos a existência e a criação de vários dispositivos, regras e imposições, que limitavam o acesso de pessoas que não dispusessem de recursos financeiros suficientes para arcar com os custos dos impostos e das cartas de aforamentos referentes aos terrenos que se encontravam nos limites do bairro de Cidade Nova. Entretanto, as resoluções indicavam que dentro dos próprios limites daquele bairro haviam espaços destinados à habitação de pessoas que não tinham condições de adquirir, a título oneroso, terrenos do patrimônio municipal, como determinava o Art. 2º da resolução Nº. 87, de 1903.

Esse artigo estabelecia que alguns terrenos, situados nos quarteirões entre as avenidas Sétima (Afonso Pena) e Oitava (Hermes da Fonseca), seriam divididos em lotes de sete metros de frente por trinta de fundo, no mínimo, a serem concedidos de forma gratuita, mediante títulos especiais, “a pessoas pobres, pelo prazo de dez annos, não podendo o indivíduo ser concessionário de mais de um lote”.⁶⁵ Essas concessões seriam dadas de preferência para aqueles que possuíssem ranchos e casebres no trajeto das avenidas e ruas do referido bairro.

Isso sugere que o poder público procurava, de certa maneira, minimizar os impactos que a construção do novo bairro estava provocado na vida e no cotidiano daqueles que habitavam essa região, embora tenhamos noção de que ações reparadoras como essa nem sempre conseguem diminuir os efeitos que a violência do ato de desapropriar e expulsar provocam na vida das pessoas que, por sua condição social, não podiam mais compor a paisagem urbana, moderna e civilizada, que desejavam as classes dominantes e foram obrigadas a se retirarem do local.

É possível que algumas dessas pessoas, junto com suas famílias, tenham adquirido um lote naqueles termos, assim como também é possível que tenham se mudado para outras partes da cidade, mais afastadas, ou regiões que, até aquele momento, não estavam na mira dos projetos da classe dirigente, como os subúrbios e as periferias. Em vista disso, o que podemos dizer sobre os espaços que não faziam parte da zona urbana da cidade?

⁶⁵ RESOLUÇÃO Nº. 87, *A República*, Natal, 1903.

1.1 – O lugar dos espaços suburbanos e periféricos na organização territorial-administrativa da cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX.

Analisando a legislação deste período, é possível perceber a tentativa da Intendência Municipal de estabelecer, como bem observou Gabriela Siqueira, uma diferença entre as áreas urbanas, suburbanas e rurais da cidade. Uma diferença que, por sua vez, não estava somente na determinação dos limites físicos da cidade, mas também em algumas práticas que faziam parte do cotidiano dos moradores de Natal.⁶⁶

A circulação de animais pelas ruas da cidade, conforme destacou a autora, era algo corriqueiro no dia a dia dos natalenses, embora tenha se tornado uma prática proibida após a oficialização da área urbana da cidade, gerando, inclusive, advertências e despesas para donos de animais que descumprissem as normas. Além dessa, outras práticas que não mais correspondiam com aquilo que os grupos dirigentes entendiam como uma conduta urbana moderna e civilizada podem ser identificadas nas resoluções como a criação de porcos nos quintais das casas, o lançamento de dejetos na via pública, nas praças ou nos jardins; urinar nas proximidades dos mercados, entre outros costumes.

As resoluções, embora indicassem os limites do patrimônio territorial e sua divisão em área urbana e suburbana, como estabelecido na resolução de Nº 73, de 1903, os espaços suburbanos da cidade não possuíam uma demarcação clara ou uma descrição objetiva da área, de maneira que ficava subentendido que tudo que estava fora dos limites daqueles três bairros podiam ser considerado como os subúrbios da cidade: era “considerado – área urbana – o espaço compreendido entre a costa do mar e uma linha que, partindo da margem direita do rio Potengy, em sua embocadura, continua pela referida margem até o lugar Refoles”, tendo como marcador do limite neste local o edifício da fábrica de sabão; se dirigindo deste ponto “para a ‘Ponta da Areia Preta’ passando ao sul do Lazareto da Piedade e Lagoa Manoel Felipe”.⁶⁷

Em termos de delimitação do espaço físico, somente aqueles três bairros que formavam a área urbana de Natal possuíam uma descrição clara e objetiva de seus limites. A forma de nomear e demarcar os espaços naquele tempo se dava de maneira mais natural e próxima da realidade dos habitantes de Natal, que se orientavam a partir dos elementos físicos da paisagem,

⁶⁶ SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. Entre a Cidade Nova e a Cidade das Lagrimas. In: ARRAIS, Raimundo org. *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de natal no início do século XX*. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 46.

⁶⁷ RESOLUÇÃO Nº. 73, *A República*, Natal, 1903.

da experiência cotidiana, bem como das tradições populares, algo bem diferente do nosso modo de pensar contemporâneo, “prisioneiro de uma razão técnica, que impõe formas abstratas de medir e esquadrinhar o espaço”.⁶⁸ A título de exemplo, vejamos como os limites dos três primeiros bairros de Natal, Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova, foram descritos na letra da lei:

O primeiro compreenderá a area limitada ao norte, pela costa do mar, a leste, pela “Avenida Deodoro”, desde o seu extremo norte até ao ponto em que nella termina a “Rua Coronel Juvino”; ao sul, pela referida rua, “Avenida Junqueira Ayres” e travessa da fabrica de tecidos, continuando pelo leito da estrada de ferro até á “Pedra do Rosário”; a oeste, pela margem do rio, da referida Pedra do Rosario até a barra.

O segundo compreenderá a area limitada, ao norte, pelo bairro da “Ribeira”; á leste, pela “Avenida Deodoro” desde a “Rua Coronel Jovino” até ao extremo sul da mesma avenida; ao sul pela extrema da area urbana, desde a terminação da “Avenida Deodoro” até ao ‘Refoles’; a oeste pela margem do rio, desde o ‘Refoles’ até a Pedra do Rosario.

O terceiro compreenderá a area limitada pela Avenida Deodoro, em toda a sua extensão; pela costa do mar, desde o extremo norte da mesma avenida até á Ponta da areia preta, e pela extrema dos terrenos urbanos, desde a Ponta da areia preta até a “Avenida Deodoro”.⁶⁹

No que diz respeito à região suburbana da cidade, com publicação da resolução Nº. 92, de 1904, criada para reavaliar a legislação vigente “sobre diversos ramos da administração”, incluindo aí o patrimônio territorial do município, aquilo que estava, de certa forma, subentendido, aparecia de forma concreta e oficial, embora ainda com imprecisões, no texto da daquela resolução na forma de um parágrafo único: “a parte do patrimônio municipal não compreendida nos limites da Area urbana é considerada Suburbios”.⁷⁰ Subúrbio era tudo aquilo que não estava circunscrito nos limites dos três bairros oficiais da cidade: Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova.

Gabriela Siqueira chamou atenção para esta imprecisão quanto aos limites dos espaços suburbanos da cidade. A autora afirmou que, apesar da indefinição presente na legislação, era possível, através de algumas matérias jornalísticas que circulavam pela capital na época, identificar a existência de outros locais, muitos deles sob a denominação de povoados, e que por não estarem incluídas nos limites da zona urbana da cidade, como definido pelas resoluções,

⁶⁸ ARRAIS, *op., cit.*, 2017, p. 22.

⁶⁹ RESOLUÇÃO Nº. 73, *A República*, Natal, 1903.

⁷⁰ RESOLUÇÃO Nº. 92, *A República*, Natal, 1904.

tais áreas integrariam os subúrbios natalenses, conforme sugeriu a autora. No trecho a seguir, Siqueira indicou alguns desses locais:

Em fevereiro de 1901, por exemplo, ao comentar o recenseamento de Natal realizado no ano anterior, o *A Republica* mencionou que a capital possuía uma população de 9.920 indivíduos, devendo-se adicionar a essa cifra “560 habitantes de Ponta Negra, 27 de Pirangy e 190 de Cajupiranga”. Ainda em 1901, foi publicado um anúncio de venda de um sítio no “lugar Quintas desta Cidade”. Em fevereiro de 1905, um fiscal da Intendência lembrava aos comerciantes de “Pirangy, da Praia de Ponta Negra, Cajupiranga, Quintas e Pitimbu” que a fiscalização dos estabelecimentos ocorreria no prazo de quinze dias. A Resolução orçamentária nº.111, de 1907, elencou entre as fontes de renda do município a feira do Passo da Pátria. Em outubro de 1909, foi publicado um edital de solicitação de enfiteuse que destacava um requerimento no lugar “denominado Rocas do bairro da Ribeira”.⁷¹

Mas o que isso quer dizer em termos conceituais? Qual a diferença entre um espaço periférico e um suburbano? A tendência é que essas duas categorias espaciais sejam confundidas ou até mesmo tratadas como sinônimos, como chamou atenção José de Souza Martins, mas na verdade são espaços diferentes, onde cada um apresenta um processo de constituição particular.⁷²

A noção de subúrbio, por se tratar de um conceito dinâmico, polissêmico, que varia no tempo e no espaço, não pode ser entendida de maneira universal. O subúrbio, geralmente, se distingue daquilo que se compreende como a zona urbana da cidade pela sua localização, tipo e forma de uso. Com frequência, a região suburbana está situada, geograficamente, às margens da cidade, nos seus limites, de forma que acaba por ser reconhecida como “um espaço produzido junto à cidade e tão antigo quanto ela”.⁷³

No Brasil, desde o século XIX, a palavra subúrbio aparece nos dicionários de língua portuguesa designando, de forma bastante genérica, os arredores da cidade, podendo ser identificado de maneira mais intensa nos textos por volta da década de 1840. O termo subúrbio aparecia, principalmente, nos títulos de mapas e planos urbanos como no “Mapa da cidade de São Paulo e seus subúrbios” e no “plano que compreende a planta da corte da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios”. Entretanto, desde as primeiras décadas do século XVIII, o termo

⁷¹ SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Cidade, terra e jogo social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seu impacto nas redes de poder locais (1903-1929)*. Tese de doutorado apresentada na UFC, 2019, p. 61.

⁷² MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 50-51.

⁷³ FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro. Editora Apicuri/Faperj. 2011, p. 34.

pode ser encontrado em textos de circulação mais ampla, com a escrita ainda latina, *suburbium*: “a palavra já figura, em 1712, no *Vocabulário português e latino* como sinônimo de ‘arrabalde’ ou ‘arrebalde’, termo utilizado para designar a área ocupada pela gente multiplicada *que não cabe na Cidade* e faz sua habitação fora dela”.⁷⁴

Apesar de figurar em alguns textos oficiais, a palavra subúrbio não constava, por exemplo, nos Códigos de Postura, nem nos decretos do período imperial e muito menos na linguagem corrente, mesmo após a proclamação da República em 1899, como foi observado por Margareth Pereira. Contudo, ao analisar o comentário de um contemporâneo sobre a questão dos limites da cidade do Rio de Janeiro, onde esse indivíduo apresentou a sua ideia de cidade e aquilo que considerava subúrbio, a autora destacou o uso do termo de maneira bastante pontual.

Usando da linguagem popular, aquele sujeito, de acordo com Pereira, definiu a cidade enquanto a parte onde se encontrava a maior incidência de comércio e onde estavam situadas as repartições públicas, de modo que todo o resto, na sua perspectiva, era considerado subúrbio.⁷⁵ O que fundamentava a ideia de cidade, nesse caso, era a noção de centralidade, ou seja, a cidade enquanto centro econômico e de poder. Para o geógrafo e urbanista Marcel Roncayolo, que apontou a grande dificuldade de se estabelecer uma teoria geral para as cidades pelas inúmeras variáveis que devem ser levadas em consideração, o conceito de centralidade se torna essencial para a compreensão do processo de construção e nascimento das cidades, visto que elas se manifestam mediante a escolha de um centro de culto permanente, pela concentração dos órgãos de decisão ou de gestão, assim como na afirmação de uma cidade enquanto capital de um Estado.⁷⁶

Foi durante a primeira metade do século XX que o uso da palavra *subúrbio* se tornou mais recorrente na linguagem citadina, um resultado da presença de novos atores sociais na cena urbana que haviam chegado junto com as companhias ferroviárias e de energia elétrica, como os profissionais estrangeiros e pessoal ligado aos quadros técnicos. Para implantarem os trilhos por onde passariam os novos serviços de transportes, essas empresas tiveram que fazer um mapeamento detalhado das áreas a serem servidas pelas concessões para que pudessem

⁷⁴ PEREIRA, Margareth da Silva. Subúrbio. In: *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Org. Christian Topalov, Stella Brescisi, et al. Tradução Alícia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 619. [grifo nosso].

⁷⁵ *Ibid.*, p. 621-623.

⁷⁶ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi: Região*. Imprensa Nacional: Casa da moeda. 1986, p. 396-397.

cobrar suas taxas e tarifas. Nesse sentido, foram os transportes e o processo de urbanização das cidades brasileiras que acabaram por definir o uso da palavra subúrbio para designar “as localidades situadas na zona de expansão urbana, servidas pelas linhas férreas que foram sendo implantadas na segunda metade do século em diferentes cidades”.⁷⁷

A noção de que subúrbio da cidade era aquele espaço que havia se desenvolvido próxima às estações ferroviárias, onde as indústrias foram assentadas e onde os operários foram morar, foi consolidada a partir da experiência carioca. Para o escritor Afonso Henriques de Lima Barreto, por exemplo, o subúrbio era o lugar da pobreza, local em que se via pouca ou nenhuma ação por parte dos poderes públicos; lugar do movimento frenético da classe trabalhadora em direção a estação de trem mais próxima para poderem chegar aos locais de trabalho; lugar da moradia dos operários, de pequenos empregados, de militares de todas as patentes; era, nas palavras do escritor, o “refúgio dos infelizes”.⁷⁸

De acordo com Clara Ornellas, a paisagem do subúrbio descrita na obra *Clara dos Anjos*, de 1922, de Lima Barreto, revelava a completa situação de miséria e de exclusão social vivida pelos moradores, estes que habitavam “casas, casinhas, casebres, barracões, choças” sem qualquer tipo de planejamento, amontoadas, unidas “por paredes duvidosas”, geralmente de taipa e bambu, conforme foi ressaltado pelo próprio Lima Barreto. Além das descrições da paisagem e da estrutura material do subúrbio, um dos pontos mais destacados pela autora na obra barretiana era a maneira como aquele literato fazia referência à postura alheia dos poderes públicos no que dizia respeito à realidade precária do subúrbio.⁷⁹

Lima Barreto era um crítico das obras públicas que se diziam servirem para o melhoramento da infraestrutura urbana da cidade. De acordo com esse observador da cena urbana, essas obras, “inúteis e suntuárias”, se davam somente nas regiões onde residiam as pessoas que dispunham de um alto poder aquisitivo, embora os impostos fossem pagos igualmente pelos moradores do subúrbio. Os bairros economicamente favorecidos também se tornavam urbanisticamente valorizados, enquanto que no subúrbio, um “intrincado labirinto de ruas e bibocas”, local onde vivia grande parte da população da cidade cuja existência o governo fechava os olhos, ficava às margens desse processo.

⁷⁷ The Rio de Janeiro Tramway (1899-1908); The São Paulo Tramway, Light and Power (1903-1908), e depois a Cia. Brasileira de Energia Elétrica. Ver PEREIRA, Margareth da Silva. Op., Cit., p. 624-625.

⁷⁸ ORNELLAS, Clara Ávila. *Subúrbio como centro do mundo*: Lima Barreto e João Antônio. Navegações, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2010.p. 8.

⁷⁹ BARRETO, 1956, p. 115 *apud* ORENALLAS, 2010, p. 14.

A realidade urbana observada e criticada por Lima Barreto, contudo, não era uma especificidade da cidade carioca, mas de todas as cidades brasileiras no período que, inspiradas no modelo de urbanização europeu, francês sobretudo, dirigiram seus esforços e recursos para a transformação profunda do centro da cidade a fim de livrá-la de aspectos estruturais e sociais considerados atrasados: ruas estreitas e insalubres cederam lugar a avenidas largas, higiênicas, com rede de esgotos e de abastecimento de água.

A noção de subúrbio como lugar dos grupos socialmente desfavorecidos, dos operários, dos bairros populares e ferroviários – seguindo bem a perspectiva de Lima Barreto, tal como foi apresentada por Ornellas – somente veio a se instalar no imaginário urbano nas primeiras décadas do século XX. Antes disso, até meados do século XIX, o termo subúrbio não estava vinculado a qualquer sentido depreciativo, pelo contrário, era entendido enquanto lugar de descanso das famílias nobres, um reduto de chácaras sossegadas, longe da cidade insalubre, barulhenta, caótica e socialmente perigosa.

Nelson da Nóbrega Fernandes, que analisou o processo de formação do subúrbio carioca, vai afirmar que essa alteração de sentido foi o resultado de um rapto ideológico, “uma mudança brusca e drástica do significado de categorias e conceitos, quando então os atributos mais originais e essenciais que o definiam são expurgados de seu conteúdo e substituídos por significados novos e completamente estranhos à sua extração mais genuína”.⁸⁰ Uma mudança que o autor associou diretamente ao processo de industrialização carioca, assim como a própria política urbana desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro, que procurava “desmoralizar o subúrbio enquanto lugar das classes subalternas na cidade”.⁸¹

José de Souza Martins, por sua vez, em seu estudo sobre as contradições do processo de modernização industrial brasileiro na vida cotidiana e suburbana da classe operária paulistana entre as décadas finais do século XIX até a década de 1960, discutiu a noção de subúrbio e também de periferia. O autor procurou demonstrar a diferença entre esses dois espaços, assim como tentou explicar o porquê de eles serem confundidos e até mesmo tratados como termos sinônimos, apesar de não serem. Na perspectiva de Martins, tanto o subúrbio quanto a periferia, são consideradas antinomias do urbano, ou seja, são espaços resultantes das contradições do processo de urbanização.⁸²

⁸⁰ Vale ressaltar que o autor se fundamenta na obra de Maria Therezinha Segadas Soares, geografa que propôs a existência de um conceito carioca de subúrbio. FERNANDES, *op., cit.*, p. 16.

⁸¹ *Ibid.*, p.17.

⁸² MARTINS, *op., cit.*, 2008, p. 43.

Martins também destacou o caráter polissêmico do termo subúrbio. Na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo, o termo subúrbio foi usado para designar os “espaços residenciais de alto nível ao redor das grandes cidades”, para onde os indivíduos economicamente dependentes da cidade retornavam ao final do dia para descansarem. Esse movimento de retorno ao subúrbio – aqui entendido como esse espaço refúgio – foi apontado por Martins como uma crítica à ideia do urbano como lugar de se viver, de forma que a noção de subúrbio remetia a uma espacialidade bucólica, a um local de vida tranquila, bem diferente do cenário caótico, barulhento e frenético das cidades.⁸³

No que dizia respeito à realidade brasileira o subúrbio era entendido como uma realidade social e espacialmente identificada entre o mundo rural e o urbano, como foi observado por Martins. Diferente do subúrbio norte-americano e europeu, o subúrbio brasileiro era, ao mesmo tempo, o lugar no qual o morar e o trabalhar disputavam o mesmo espaço; onde se podia perceber um modo de vida peculiar, característico das regiões de confinamento entre a cidade e o campo; onde nos terrenos das casas operárias havia espaço suficiente para a plantação de árvores frutíferas, de hortaliças, para o cultivo de flores em jardins; para a criação de pequenos animais, para fabricação de pão e broa, dotando esse espaço com um cheiro característico, uma espécie de perfume suburbano, nas palavras do autor.⁸⁴

A periferia, por sua vez, diferente do espaço suburbano, é a negação daquilo que é propriamente urbano, de suas promessas transformadoras, emancipadoras e civilizadoras. Nas palavras do Martins, se configura como o espaço da urbanização patológica, da negação de um “modo de habitar e viver urbanos”; um espaço produzido pela rentabilização da terra urbana e pela especulação imobiliária. A concepção de periferia, nesse sentido, acabou servindo para designar aquela parte da cidade que não correspondia à ideia de cidade propriamente dita, aquela compreendida enquanto sua área central e dotada de toda uma infraestrutura e equipamentos urbanos como redes de esgotamento sanitário, de abastecimento de água, de energia elétrica; de oferta de serviços de transporte, de educação e de saúde.

A periferia representava a degradação dessa infraestrutura urbana, que se percebia através das formas precárias de habitação, das ruas e calçadas estreitas, pelos terrenos minúsculos, pelas casas amontoadas, onde todo o espaço era ocupado pelas construções, não havendo espaço para vegetação; um local onde não era raro encontrar muita sujeira e mau

⁸³ *Ibid.*, p. 48.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 50.

cheiro; um espaço sinônimo de pobreza, de exarcebação de problemas sociais ou fonte deles; um espaço de exclusão, que é a inclusão realizada de maneira perversa, conforme explicou Martins. Contudo, esse autor nos deixa um alerta sobre o uso indiscriminado da concepção de periferia por certos grupos, sobretudo no diz respeito à sua instrumentalização partidária, tanto por políticos de esquerda quanto de direita. Essa forma de uso acabou por levar a uma leitura equivocada daquilo que, na verdade, seria a periferia, de tal jeito que a redução da noção de periferia à espaço de pobreza acabou transformando-a num conceito, segundo o autor, pobre de pobreza.⁸⁵

Apesar de serem várias as formas pelas quais o subúrbio pode ser identificado, existem aspectos que, ao que parece, tendem a ser invariantes e característicos desse espaço, como a sua localização geográfica – espaço afastado do centro da cidade, nas margens, nos limites do espaço citadino oficial – e a forma de ocupação – lugar de descanso dos grupos socialmente privilegiados ou lugar de moradia das classe trabalhadora.

Os subúrbios de Natal, “povoados dispersos e isolados”, “lugar dos pobres e dos migrantes”, como destacou Giovanna Oliveira, em grande medida foram formados a partir das ações empreendidas pelas administrações que se sucederam desde o início do século XX, as quais se baseavam numa legislação bastante restritiva que impedia a população pobre de se fixar nas áreas nobres de Natal como os bairros de Cidade Alta e Cidade Nova (Petrópolis e Tirol).⁸⁶ Isso porque determinados setores da sociedade se esforçavam para implementar na cidade um projeto que tinha como objetivo a remodelação e a modernização do seu espaço urbano, ou melhor, de parte de seu espaço urbano, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e intensificação da desigualdade na cidade.

Nesse caso, não foi por falta de ação ou políticas públicas que o espaço da cidade de Natal – assim como outras cidades – se desenvolveu de maneira desigual. Pelo contrário, foi a partir da “concentração histórica de recursos humanos, culturais e econômicos em determinados territórios e a exclusão sistemática da maior parte da população” que o maquinário da desigualdade na cidade, como sugeriu Raquel Rolnik, conseguiu funcionar a pleno vapor.⁸⁷

⁸⁵ *Ibid.*, p. 52.

⁸⁶ OLIVEIRA, Giovanna Paiva. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial*. Recife, Pernambuco, 2008, p. 82.

⁸⁷ NEIVA, Leonardo. Raquel Rolnik: ‘o espaço urbano não é inerte, ele produz desigualdade’. *Gama*. 5 de maio de 2022. Disponível em < https://gamarevista.uol.com.br/formato/conversas/raquel-rolnik-o-espaco-urbano-nao-e-inerte-ele-produz-desigualdade/?utm_medium=twitter&utm_source=social&utm_campaign=conversas_gama > acesso em 11/05/2022.

Entretanto, é possível identificarmos, a certa altura do processo de urbanização de Natal, alguns sinais de que os espaços suburbanos e periféricos da cidade como, por exemplo, aquele “lugar denominado Rocas do bairro da Ribeira”, foram inseridos no conjunto das transformações materiais implementadas no espaço citadino da capital norte-rio-grandense. O Plano Geral Obras de Saneamento de Natal, de 1924, merece destaque nesse sentido.

1.2 – O Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal (1924) e a pretendida superação da crise urbana dos anos de 1920

Patrocinado pela gestão municipal de Omar O’Grady (1924-1930) e sob a coordenação do engenheiro Henrique de Novaes, esse plano representava a articulação de propostas e ideias que, desde o final do século XIX, os grupos dominantes locais ansiavam executar na cidade. O projeto aproveitaria as discussões e as propostas das intervenções anteriores que, de certo modo, tencionavam implantar na cidade uma estrutura material que a desvinculasse da imagem de cidade atrasada, antiga, desordenada, insalubre, de ruas estreitas, isto é, uma representação típica daquilo que correspondia a uma cidade do período colonial e que, ao mesmo tempo, a vinculasse a uma ideia de cidade moderna, marcada pelas linhas retas, pela ordem e pela racionalidade.

Esse plano, o primeiro efetivamente pensado para a cidade de Natal, tinha a pretensão de superar aquilo que George Dantas chamou de “crise urbana dos anos 1920”, uma série de representações que apontavam para um cenário de perda, de precariedade dos equipamentos e serviços urbanos, assim como a percepção de que o processo de modernização não tinha avançado desde o final do segundo governo estadual de Alberto Maranhão (1908-1913), “ápice e, ao mesmo tempo, o fim desse primeiro ciclo de reformas urbanas”.⁸⁸ Neste ciclo, somente algumas partes da cidade foram remodeladas, algumas poucas ruas e avenidas localizadas na região central.

Indícios dessa “crise urbana” em Natal também podem ser observadas na maneira como os periódicos natalenses representavam a cidade em suas páginas, pois, num dado momento, a cidade era a capital inserida no mundo moderno, e no outro, Natal tinha sua imagem vinculada a uma ideia de retrocesso, cuja situação se agravava dia após dia. Em uma matéria publicada

⁸⁸ DANTAS, *op., cit.*, 2003, p. 44-46.

pelo *Jornal do Norte*, no dia 17 de junho de 1921, que tratava especificamente sobre a situação dos cinemas na capital norte-rio-grandense, podemos notar indícios de como aquela “crise” era sentida.

A cidade foi comparada a um corpo humano, um corpo doente, em situação de risco: “Natal é uma espécie de enfermo desenganado. Cada dia, cada hora, a sua situação se agrava, e todos os meios empregados para evitar o seu desaparecimento se vão tornando improficuos”.⁸⁹ Era uma situação limite, como ressaltado por Dantas, na qual as representações da crise urbana reforçavam a necessidade de se pensar um novo projeto de modernização para a cidade, onde a questão da saúde pública assumia posição de destaque.

Do ponto de vista do governo do estado, representado pela figura de José Augusto Bezerra de Medeiros, as ações envolvendo as questões de saúde e higiene pública estavam em pleno desenvolvimento no Rio Grande do Norte, principalmente no que se referia às práticas de fiscalização engendradas pelo Departamento de Saúde Pública: fiscalização da limpeza pública, do matadouro e das profissões médicas; ações da polícia sanitária sobre os serviços de vacinação antivariólica e “anti-typhica” e de higiene das habitações, principalmente, no que se referia às instalações sanitárias das residências. Apesar de todos esses cuidados e serviços descritos pelo governador, é possível notarmos uma alta taxa de mortalidade no período, sobretudo, infantil. Segundo dados apresentados pelo próprio governador em seu relatório anual ao Congresso Legislativo, o alto índice de mortes se dava, principalmente, pelas “affecções do aparelho digestivo”: de um total de 903 mortes registradas, 392 foram ocasionadas por aquelas “afecções”.⁹⁰

José Augusto, diante dessa situação e aparentemente preocupado com as questões relacionadas à saúde pública, havia anunciado que pretendia realizar uma “campanha de hygienização” em todo estado do Rio Grande do Norte, sobretudo na cidade de Natal. Na perspectiva do governador, por ser a capital do estado e por ser o local “mais densamente povoado, mais sujeito, portanto, aos perigos que as aglomerações urbanas soem acarretar”, Natal precisava de cuidados especiais, sobretudo no que se referia às suas condições sanitárias.

Nesta lógica, a capital do Rio Grande do Norte se convertia numa verdadeira vitrine da administração estadual, de tal forma que os investimentos a serem empregados na cidade para

⁸⁹ CINEMAS. *Jornal do Norte*, 17 de junho de 1921 *apud* DANTAS, 2003, p. 52

⁹⁰ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de novembro de 1924*. Natal: Type., d'A Republica, 1924, p. 20-27.

dotá-la de boas “condições de salubridade e conforto”, serviriam, também, para o “bom conceito do Estado”, na expressão de José Augusto. Para pôr em prática suas pretensões de transformar a cidade de Natal num centro de atração capitalista e homens de negócios capazes de contribuir com o progresso da capital, o governador havia colocado como uma condição: a elaboração de projetos de intervenção urbana fundamentados em “estudos sérios e meditados”.

Foi nesta ocasião que José Augusto convidou o engenheiro Henrique de Novaes para que ele realizasse estudos na capital do estado para a elaboração de um projeto de redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. No entendimento de José Augusto, os projetos a serem elaborados por Novaes tornariam Natal uma cidade “das mais saudáveis do norte do Brasil”.⁹¹

Para isso, o governador, por força do decreto Nº.231, de 26 de abril de 1924, criou a “Comissão de Saneamento de Natal”, a ser chefiada por Novaes. A Comissão tinha seus objetivos claros e bem definidos: a elaboração de projetos e a organização de todos os serviços de abastecimento de água, esgotos domiciliares e pluviais da cidade de Natal, não se limitando somente à capital, mas contribuindo também com outros municípios que, nas palavras do governador, quisessem “aproveitar do auxilio do Estado para os mesmos fins”; organizar o cadastro da cidade, analisar e estudar as formas de “ampliação da cidade, dando os alinhamentos respectivos e fornecendo ao thesouro do Estado e do Município os dados technicos para a venda e aforamento dos terrenos de propriedade do Estado ou do Município”.

Em pouco tempo como diretor geral daquela comissão, Henrique de Novaes entregava o resultado de seus estudos ao governo do estado, nos quais estavam os cálculos das despesas com as novas obras: a construção de uma rede de abastecimento de água e de esgotos fecais, incluindo aí a ampliação do serviço de abastecimento de água já existente, localizado na região do Baldo, assim como “outros melhoramentos” complementares.

O governador apresentou aos congressistas o orçamento preparado por Henrique de Novaes referentes aos projetos da Comissão de Saneamento de Natal (CSN), no qual havia a indicação de que parte do material para as obras de saneamento da capital já tinha sido encomendado e a primeira prestação, de mais de cem contos de reis, já tinha sido paga. O novo abastecimento de agua da cidade e o sistema de esgotos da Ribeira e da Cidade Alta, que cobria uma área de 100 hectares e que pretendia, segundos os projetos da CSN, receber despejos da

⁹¹ *Ibid.*, p. 32.

Cidade Nova e parte do Alecrim, foram orçados em 2.748:429\$325, “cabendo ao abastecimento d’agua 1.502:445\$290, ao systema de esgotos 1.017:672\$035, e á direção technica e administrativa e trabalhos acessórios 228:312\$000”.⁹²

Contudo, no que diz respeito às obras públicas previstas para a cidade de Natal com base nos estudos de Henrique de Novaes, o governador havia declarado, em sua mensagem ao Congresso no ano seguinte, que ele não tinha como dar conta de grande parte delas por causa da situação financeira do estado. De acordo com José Augusto, a queda nos preços do algodão, principal produto de exportação do estado naquele período, que nos anos anteriores tinha apresentado boas cotações, havia prejudicado a vida tributária do estado, repercutindo, por sua vez, na “vida industrial, sobretudo na indústria de tecidos”, bem como nos compromissos anteriormente firmados, incluindo aí aqueles relacionados às obras públicas.⁹³

Tal situação refletiu, inclusive, no departamento de Serviços Urbanos de Natal, tanto no que se referia à sua condição financeira quanto ao próprio estado dos serviços desempenhados por ele. O governador, procurando uma solução para o problema, decidiu entregar a direção da pasta para o engenheiro Paulo de Araújo Coriolano. Nas palavras do chefe do governo estadual, Coriolano era “um administrador exclusivamente consagrado à tarefa”, pois somente ele conseguiria atenuar as dificuldades relativas ao Departamento de Obras Públicas.

O novo diretor da Repartição do Serviços Urbanos de Natal dedicou-se aos serviços dos transportes, da energia elétrica e do abastecimento de água que, para ele, eram serviços imprescindíveis para o funcionamento da capital. Uma das primeiras medidas empreendidas pelo engenheiro foi a de repassar para a iniciativa particular, por arrendamento, alguns daqueles serviços como os do sítio do Oitizeiro, da fábrica de gelo e dos postes. Ao que parece, tal iniciativa era uma maneira de minimizar as despesas do estado no que se referia àqueles serviços.⁹⁴

A questão do abastecimento de água de Natal acabou se tornando uma prioridade durante a gestão de Paulo Coriolano. Isso porque o abastecimento da capital provinha de um cacimbão, cuja profundidade era de 4 metros, “onde era também collectada agua de 5 poços tubulares, dos quaes 3 somente funcionavam, e de maneira deficiente”. Havia uma mistura da “agua puríssima desses poços” com a “agua superficial suspeitíssima do cacimbão”, conforme

⁹² *Ibid.*, p. 33-34.

⁹³ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de novembro de 1925*. Natal: Type., d’A Republica, 1925, p. 44.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 46.

destacado pelo governador em seu relatório.⁹⁵ Levando isso em consideração, água imprópria para o consumo, não era de se espantar o alto número de mortes por “affecções do aparelho digestivo”. O trecho abaixo, retirado da mensagem anual do governador, nos permite ter uma noção de como era realizada a captação, bem como era a qualidade da água nestes poços. De acordo com o governador,

os restos de alvenaria de cal do muro de arrimo, em grande parte desabado, e muita lama formavam o fundo do poço, e folhas podres, restos de vigas de madeira do tecto, meio desabado e animaes mortos sobrenadavam na agua esverdeada. Como complemento, no inverno a agua da chuva, que corria nos terrenos circunvizinhos da cacimba, para ella passava directamente através das grandes fendas da amurada protectora sobre a qual está apoiado o tecto.

Além da péssima qualidade da água, outro problema foi apontado pelo governador com relação ao abastecimento de água na capital: a distribuição – que não era das melhores. Todavia, com base no relatório de Paulo Coriolano, no qual eram apresentadas as medidas adotadas para a resolução do problema da distribuição de água na capital, o governador procurava informar aos congressistas sobre um conjunto de ações que tinham como objetivo amenizar a situação da péssima qualidade da água e da sua constante falta, como foi o caso da “remodelação de todo o aparelhamento” e da reconstrução do poço.

Conforme destacou José Augusto, em cinco dias, tempo em que o abastecimento precisou ser suspenso, e com uma média de trinta e cinco homens trabalhado naqueles serviços, o fornecimento de água havia sido restaurado, mas ainda com a capacidade limitada. Além disso, a Comissão de Saneamento de Natal havia perfurado mais seis poços tubulares no terreno da Uzina Electrica – como estava previsto no projeto elaborado pelo engenheiro Henrique de Novaes – e adquirido novas bombas de distribuição, visando com isso aumentar a capacidade do fornecimento de água para a cidade, que girava em torno de 1880 mil litros diários.⁹⁶

A questão da água era um fator importantíssimo para a manutenção da vida cotidiana da cidade como um todo, de modo que, mesmo as condições dos reservatórios, poços e cacimbas não estarem de acordo com o padrão sanitário exigido pelo engenheiro, era impensável descartar fontes de água pelas suas condições insalubres. Diante deste cenário, o

⁹⁵ *Ibid.*, p. 47.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 48.

diretor da Repartição dos Serviços Urbanos de Natal havia se limitado “aos trabalhos de completo asseio e construção da cobertura da cacimba que era de céu aberto”.⁹⁷

O governador, apesar de ter afirmado que a questão do abastecimento de água na capital havia melhorado, destacou que a situação ainda estava longe do ideal, concluindo que somente a execução do projeto do engenheiro Henrique de Novaes, responsável pela pasta da Comissão de Saneamento de Natal, criada a partir daquele decreto de Nº. 231, poderia trazer uma solução definitiva. O governador não escondia seu desejo de levar adiante o plano elaborado pela Comissão de Saneamento de Natal, mas a situação financeira do estado naquele momento não era favorável à sua realização, salvo algumas pequenas intervenções como o saneamento do sítio do Oitizeiro, “um dos principais focos do impaludismo”, que até aquele momento já estava quase todo saneado.⁹⁸

Figura 2 - *Blueprint* Projeto da rede de captação de esgotos para Ribeira e Cidade Alta, incluindo o esboço de um bairro operário na área das Rocas, 1924.



Fonte: FERREIRA, Ângela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB, RN CREA, 2008, p. 106-107.

O momento era de incertezas, sobretudo, por causa das constantes oscilações nos preços do algodão, que representava cerca de 50% das rendas do estado. Nos anos anteriores à sua

⁹⁷ *Ibid.*, p. 49.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 50.

gestão, conforme procurou demonstrar José Augusto em seu relatório, a cotação do algodão, somado ao volume de exportação, sinalizava para uma certa estabilidade financeira no estado, o que não aconteceu. O balanço realizado pelo governador apontou que, no ano de 1922, foram exportados cerca de 12.367.871 kg de algodão, gerando uma receita de 2.060:200\$003 mil contos de réis.

No ano seguinte, o volume exportado foi menor, 9.434.373 kg, embora tenha gerado uma receita significativa, chegando ao valor de 4.387:305\$458 mil contos de réis. Em 1924, ano em que José Augusto assumiu ao governo do estado, o volume de exportação apresentou uma nova queda, 6.890.450 kg, ainda mais com relação ao ano anterior. Mesmo assim, este volume possibilitou ao estado uma receita de 3.054:931\$444 mil contos de réis.⁹⁹ Este cenário levou José Augusto a assumir uma posição de cautela no que dizia respeito aos investimentos na estrutura material da cidade, pois não era somente o algodão que estava sofrendo com as oscilações do mercado, o sal também estava passando por variações nos rendimentos decorrentes da exportação.

Diante do orçamento da receita naquele momento, que apontava para um regime de *deficit*, o governador declarou que era hora de “parar, ou antes retroceder do caminho desavisadamente trilhado”.¹⁰⁰ Além disso, na tentativa de evidenciar, de fato, que o estado estava desequilibrado financeiramente, José Augusto informava aos deputados do Congresso do Estado que os vencimentos do funcionalismo público estavam em atraso, com uma dívida flutuante de 600 contos de réis e que ainda não havia tido condições de cumprir com as devidas obrigações para com o Governo Federal no que dizia respeito aos acordos relativos ao saneamento rural.¹⁰¹

Apesar do estado de cautela, o governador não deixava de informar sobre as reformas que estavam sendo realizadas na cidade durante sua gestão como as modificações nas redes de energia de alta e baixa tensão da cidade, bem como “melhoramentos” por que passava a viação urbana de Natal que, nas suas palavras, estava “consideravelmente melhorada, constituindo hoje a melhor fonte de receita da Repartição”, principalmente no que dizia respeito à construção

⁹⁹ *Ibid.*, p. 52.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 53.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 69.

de linhas de bonde, onde foram construídos cerca de 2500 metros de linha, do Alecrim ao bairro de Lago Seca.¹⁰²

José Augusto também aproveitava o momento para anunciar a construção de novos trechos como aquele que ligaria o bairro de Petrópolis à Areia Preta, uma obra que traria maior movimento ao tráfego urbano, facilitando o acesso da população à estação balneária da cidade, à “pitoresca praia natalense”, bem como aquisição de bondes novos e outros equipamentos como uma “nova estação transformadora, com dois elementos de 300 H.P., cada um, e dois bondes para 36 passageiros, de 70 H.P., cada um”, encomendados à casa Siemens Schuckert, na Alemanha.

A partir dos relatórios do governador José Augusto, podemos notar como a cidade de Natal, por ser a capital do estado, foi favorecida em termos de investimentos materiais se comparada aos outros municípios. Apesar disso, a cidade ainda apresentava problemas a serem resolvidos como a questão do abastecimento de água que, nas palavras do governador, era “o problema por excellencia”, cuja resolução ainda estava pendente por causa da situação financeira do estado, embora o Baldo, principal fonte de abastecimento da cidade, contasse com 10 poços profundos “de água puríssima” que servia, ao que parece, somente à população da Cidade Alta.¹⁰³

Contudo, José Augusto apresentava os dados de sua gestão aos congressistas com certo orgulho, destacando, sobretudo, o desenvolvimento pelo qual vinha passando a saúde pública no estado, um resultado que, ao seu ver, era fruto das ações empreendidas pelo Departamento de Saúde Pública no combate as endemias que assolavam o Rio Grande do Norte. Além de exaltar aquela instituição, dirigida na época pelo Dr. Varella Santiago, o governador também havia apresentado uma série de sugestões aos congressistas que serviriam para auxiliar o trabalho desenvolvido por aquele departamento: a criação de um leprosário, a construção de pavilhões extras no Hospital dos Alienados para os pensionistas de primeira classe e um sistema de esgoto que compreendesse todo o bairro da Ribeira.¹⁰⁴

Em sua mensagem ao Congresso Legislativo de 1927, José Augusto apresentou os serviços urbanos realizados na capital do Estado de maneira bastante resumida. O governador havia informado que algumas reformas nos sistemas de abastecimento de água da capital foram

¹⁰² RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de outubro de 1926*. Natal: Type., d'A Republica, 1926, p. 59.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 60.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p.61-65.

realizadas por Coriolano na tentativa de melhorar a distribuição e a quantidade de água fornecida para a cidade: “os melhoramentos introduzidos consistiram na reforma do poço de sucção, e construção de um abrigo para o mesmo, reforma de todas as canalizações internas e nova casa de bombas”.¹⁰⁵ O tempo e as condições financeiras do estado tornaram a execução completa do plano do engenheiro Henrique de Novaes, elaborado em 1924, algo improvável naquele momento. Diante da impossibilidade de serem iniciadas as obras do referido plano, ações paliativas foram realizadas como pudemos perceber.

No entanto, o abastecimento continuaria limitado “devido ao número de casas a abastecer e a pouca capacidade dos referidos poços” que, segundo dados apresentados pelo governador José Augusto, cerca de 8316 habitantes de Natal, “quasi 25% da população”, eram servidas pela água proveniente do Baldo.¹⁰⁶ Ao que parece, boa parte dessa população que estava localiza, sobretudo, no bairro de Cidade Alta, Alecrim e Cidade Nova, pois, no que se refere ao bairro da Ribeira, incluindo aí a região das Rocas, o serviço de abastecimento de água ainda era bastante precário e dependia do cacimbão da rua General Glycério, cuja água não era apropriada para o consumo.

O engenheiro Paulo Coriolano havia projetado um sistema de abastecimento para o bairro da Ribeira que se conectava ao sistema do Baldo. Embora se tenha cogitado esta possibilidade, esse projeto não foi levado adiante por causa das condições da Central Elétrica, que não permitiam o aumento do número de bombas, assim como pelo “estado lastimável dos canos de distribuição do mesmo bairro, obrigaram a adiar a execução do mesmo projeto”. No que se referia às Rocas, o governador condicionou o abastecimento daquela área aos mesmos “inconvenientes”, pois este estaria ligado ao abastecimento da Ribeira. Os canos que já haviam sido comprados para tal projeto, foram realocados e usados na “instalação central de abastecimento do Baldo, para abastecer dagua a rua Felipe Camarão”, localizada no bairro de Cidade Alta, e melhorar outras.¹⁰⁷

A gestão do governador José Augusto, como vimos, buscou empreender algumas ações no tocante ao abastecimento de água da cidade e o seu sistema de esgotamento sanitário. Entretanto, podemos observar como o bairro da Ribeira, que englobava a região das Rocas, apesar da visível necessidade de obras naquele sentido, ficou à margem dos processos de

¹⁰⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de outubro de 1927*. Natal: Type., d'A Republica, p. 115.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 117.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 118.

urbanização pelos diversos motivos apresentados pelo governador. Com o final do mandato José Augusto, quem assumiu o governo do estado foi Juvenal Lamartine de Faria, em 1928.

Abrindo a primeira sessão da 14ª Legislatura com sua mensagem à Assembleia, o governador recém empossado agradeceu a todos os deputados que estavam presentes e, de imediato, deixou claro qual era o seu programa de governo. Lamartine afirmava que suas ações girariam em torno de uma “política de desenvolvimento da produção, dos transportes e do crédito”, da valorização da produção agrícola e da educação.¹⁰⁸ Além disso, a questão da saúde pública, tratada constantemente como uma situação emergencial pelos governos anteriores, também era colocada como uma prioridade por Juvenal Lamartine, que destacou o Rio Grande do Norte como um dos estados que mais dispendia recursos públicos com a saúde – uma maneira de apresentar o estado como uma referência neste aspecto diante do cenário nacional.

O governador destacou o papel do Departamento de Saúde Pública do Estado, no que dizia respeito aos serviços prestados por ele como a polícia sanitária, a fiscalização de gêneros alimentícios, os serviços de vacinação, os registros de óbitos e nascimento e a fiscalização da higienização das construções que, na perspectiva de Lamartine, era um “incontestável progresso”. As novas construções só poderiam ser concretizadas mediante um parecer da repartição de higiene, que determinava um certo padrão de construção, diferente de alguns anos atrás quando, de acordo com o governador, “as construções eram feitas sem planta e em desacordo com os mais elementares preceitos da hygiene publica”.¹⁰⁹

No Rio Grande do Norte, era comum a presença de doenças como o paludismo e a disenteria, provocando verdadeiras endemias. Outras doenças epidêmicas como a varíola, febre amarela e a peste bubônica se tornavam, contudo, cada vez mais raras no estado. A fim de combater estas e outras doenças, Lamartine chegou a sugerir algumas ações preventivas como a exigência do esgotamento sanitário das habitações particulares. Nas palavras do governador, a coleta dos resíduos produzidos pela população devia ser feita para redes gerais de esgoto ou para fossas fixas, de maneira que onde não houvesse rede de esgotos, se impusesse a construção de fossas.

A instalação desse tipo de fossa foi apontada coma uma solução para o bairro da Ribeira e a região das Rocas, como pode ser percebido neste comentário do governador: “Nos terrenos

¹⁰⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo presidente do Estado do Rio Grande do Norte á Assembleia Legislativa e lida na abertura da primeira sessão da 14ª Legislatura, em 1 de outubro de 1928*. Natal: Imprensa Oficial do Estado. 1928, p. 4.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 28.

onde o primeiro lençol d'água é muito superficial – como na Ribeira e na parte baixa das Rocas – o tipo único de fossa aconselhável é o da liquefactora”. Era um recurso, segundo Lamartine, necessário tanto no que se referia à profilaxia das verminoses quanto as disenterias, assim como para o problema do “typho e das febres paratyphicas”, de maneira que a “Repartição de Hygiene do Estado” se esforçava para dotar as “habitações particulares e públicas, urbanas e ruraes, desses indispensáveis meios de defesa sanitária”.¹¹⁰

Além disso, o governador apresentava aos congressistas um total de seis sugestões para o desenvolvimento dos serviços sanitários em Natal que, de modo resumido, tratavam da construção de um prédio para Departamento de Saúde do Estado; da criação de uma Inspetoria Sanitária e a instalação de pequenos postos de atendimentos nos municípios; da melhoria dos serviços de abastecimento de água; do saneamento das Rocas; da criação de serviço de assistência para os casos da sífilis e doenças venéreas, e da intensificação dos serviços de assistência e de profilaxia das endemias reinantes. É importante atentarmos para o fato de que, dentre aquelas sugestões apresentadas pelo governador, a região das Rocas foi a única a ser especificada entre os espaços da cidade que, provavelmente, necessitavam de intervenções sanitárias.

O saneamento das Rocas era uma questão antiga e tratada como um problema a ser resolvido de maneira prioritária, como apontam alguns documentos do período. Nas palavras de Lamartine, Rocas era o lugar “onde a falta de hygiene das habitações particulares alliada ao abastecimento de aguas de fontes condenáveis” ameaçava a salubridade do bairro. Juvenal Lamartine reconhecia Rocas como um bairro, embora o reconhecimento oficial daquele lugar como esta categoria administrativa de bairro só viesse no ano de 1947 com a aprovação do decreto-lei Nº. 251, que dividia a cidade de Natal em onze bairros, sendo nove deles pertencentes a área urbana, dos quais Rocas fazia parte, e dois deles pertencentes à região suburbana, os bairros das Quintas e do Carrasco.¹¹¹

No tocante à divisão espacial da cidade, o governador, ao fazer aquelas sugestões, acabou incluindo também a noção de *periferia*, estabelecendo com isso uma distinção entre os espaços periféricos e suburbanos da cidade, ou seja, deixando claro de que não se tratavam dos mesmos espaços, da mesma paisagem. Pelos dados apresentados em seu relatório, a cidade de Natal se dividia em quatro zonas, como estava especificado no texto da terceira sugestão

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 30.

¹¹¹ NATAL. Prefeitura Municipal. Projeto de Lei 251, de 10 de julho de 1947. Natal: 1947.

apresentada pelo governador aos congressistas: zona urbana central, zona urbana, “peripherica” e suburbana.¹¹² Na sexta sugestão, que tratava da intensificação dos serviços de assistência e profilaxia, essa divisão espacial também foi reforçada, na medida que havia um menor investimento material nos espaços periféricos e suburbanos como as Rocas, pois, ao mesmo tempo em que se propunha uma rede de esgotos para a zona urbana central da cidade, para as periferias e os subúrbios se planejava a construção de fossas sépticas.

VI – Intensificação dos serviços de assistência e de prophylaxia das endemias reinantes, paludismo e dysenterias, com a conservação do serviço de policia de focos, ora feito somente na estação invernosa, limpeza dos quintaes, roçagem de terrenos devolutos, aterramentos e drenagem de terrenos pantanosos, desobstrução de valetas e canaes, abastecimento de agua insuspeita, construcção de rede de exgotos, na *zona urbana central* e de fossas nas *zonas urbanas, peripherica e suburbana*, visando de preferencia os bairros pobres.

Entretanto, no ano seguinte, aquela forma de dividir espacialmente a cidade de Natal sofreu algumas alterações se tomarmos como base a Lei Nº. 4, sancionada pelo prefeito Omar O’Grady em 2 de setembro de 1929. A referida lei tratava das “construções, reconstruções, accrecimos e modificações de Prédios” e, em seu Capítulo I, estabelecia a divisão da cidade em zonas, quatro para ser mais específico: primeira, segunda, terceira e quarta zona ou zona Central, Urbana, Suburbana e Rural, respectivamente.¹¹³ O Art. 2º, por sua vez, especificava os limites físicos de cada zona, como pode ser observado na transcrição abaixo:

a) a zona Central comprehenderá a area limitada ao Norte pelo actual bairro das Rocas (inclusive o mesmo); a Oeste pelo rio Potengy a partir rua Aureliano de Medeiros e por esta até á Praça Augusto Severo, seguindo pela Avenida Junqueira Ayres, rua Padre João Manoel, Praça Gonçalves Lêdo até á Praça André de Albuquerque; ao sul partindo da Praça André de Albuquerque pela Praça João Maria e rua Pedro Soares até á Avenida Rio Branco; a Leste, a partir da rua Pedro Soares pela Avenida Rio Branco, Praça Leão XIII, rua General Glycerio até attingir o limite do bairro das Rocas;

b) a zona Urbana comprehenderá a area entre a zona Central e a Avenida Silvio Pelico, rua Amaro Barretto, Avenida Dois, Estrada São José, Rua C, Avenida Prudente de Moraes, Avenida Alexandrino de Alencar até á Avenida Hermes, por esta até a rua Areia Preta e dahi por uma recta em direção á Ponta do Pinto, estendendo-se dentro destes limites entre o Oceano Atlântico e o rio Potengy;

¹¹² RIO GRANDE DO NORTE, *op., cit.*, 1928, p. 36.

¹¹³ Na falta do documento na íntegra, contamos com as transcrições presentes no livro “Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999” de João Maurício Fernandes de Miranda. MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999*. Natal, RN: Prefeitura do Natal, 1999, p. 67.

- c) a zona Suburbana será constituída pelos terrenos compreendidos entre o limite Sul da zona Urbana e o limite do Patrimônio Municipal;
- d) a zona Rural compreenderá a área situada entre o limite do Patrimônio Municipal e os limites do Município de Natal.¹¹⁴

Essa foi a primeira lei que instituiu, de maneira oficial, o zoneamento, bem como a estética das faixadas para a cidade de Natal através de prêmios oferecidos anualmente pela prefeitura aos autores de projetos e proprietários dos melhores prédios, cujas faixadas fossem aprovadas pela “comissão de esthetica”. Diferente do zoneamento apresentado pelo governador Juvenal Lamartine em seu relatório, que considerava o espaço da periferia, no proposto por Omar O’Grady, ao que parece, a periferia não era tão relevante ao ponto de constar como uma das partes da cidade, como poder ser visualizado no mapa abaixo (Fig. 03), uma representação gráfica da cidade de Natal elaborada por João Maurício com base na Lei Nº. 4.

Figura 3 - Divisão espacial da cidade de Natal, 1929.



Fonte: MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999*. Natal, RN: Prefeitura do Natal, 1999, p. 65.

O que pode ter levado o prefeito a desconsiderar a periferia como uma das zonas da cidade? Será que o edil natalense havia entendido que a periferia fazia parte do conjunto que formava a zona central, urbana ou suburbana da cidade e por isso não achou necessária à sua especificação na letra da lei? Todavia, não devemos confundir as categorias espaciais. A

¹¹⁴ NATAL. Prefeitura Municipal. Lei Nº. 4, de 2 de setembro de 1929. Natal, 1929. *Apud* MIRANDA, João Maurício, 1999, p. 67-68.

periferia faz parte do conjunto da área urbana da cidade, embora ela reflita, ao mesmo tempo, as limitações do próprio processo de urbanização.

Pelos relatórios de Juvenal Lamartine é possível perceber uma certa preocupação com relação aos espaços periféricos e pobres da cidade, principalmente no que dizia respeito às suas condições sanitárias. Embora o governador tenha se mostrado relativamente satisfeito com os resultados obtidos nos últimos anos no que se referia a situação da saúde pública, ele chamava atenção para o notável aumento, principalmente nos períodos de inverno, das taxas de “morbilidade e da mortalidade”. Sobre isso, Lamartine havia destacado que um dos fatores para o aumento daquelas taxas se dava, sobretudo, pela “inhabitabilidade dos bairros pobres e das más condições de alimentação de sua população”, de modo que “os efeitos mórbidos desses factores poderosos” eram sempre agravados pela “syphilis, alcoolismo, verminoses, dysenterias, paludismo, tuberculose”.¹¹⁵

Na esperança de que os números de mortes diminuíssem no estado e de que seu quadro sanitário melhorasse, sobretudo, na capital, o governador apresentou aos congressistas doze sugestões elaboradas pelo Departamento de Saúde Pública do Estado. As sugestões giravam em torno da construção de escolas de educação sanitária, inspetorias sanitárias e de fiscalização, construção de abrigos de isolamento, criação de serviços de assistência especializados (tuberculose e sífilis), criação de verbas para combater e evitar as verminoses, disenterias e outras doenças, como propunha a nona sugestão, que recomendava a criação de uma importância a ser destinada especificamente para tratamento do esgoto das residências de proprietários notoriamente pobres.

Ainda é possível, por meio dessas sugestões, observar a forma como o governo do estado ainda se referia à divisão espacial da cidade, mesmo a Lei Nº. 4, que instituía o zoneamento da cidade de Natal, tendo sido sancionada naquele mesmo ano. A zona periférica ainda estava presente quando se falava sobre as ações a serem empreendidas nas cidades do estado, um sinal de que ela não tinha como ser desconsiderada do conjunto territorial da cidade, como podemos observar no texto da quarta sugestão, que recomendava a “construção de um predio, mesmo modesto, na *zona urbana peripherica*, para a installação de dois institutos, um vaccinogenico e outro anti-rabico”; a nona sugestão, por sua vez, aconselhava “o saneamento dos terrenos pantanosos existentes nas *zonas urbana, central e periferica*, como alta medida de defesa anti-

¹¹⁵ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo exmo. Dr. Juvenal Lamartine de Faria, presidente do Estado do Rio Grande do Norte à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 3ª sessão da 13ª Legislatura, em 1 de outubro de 1929*. Natal: Imprensa Oficial do Estado. 1929, p. 62.

malarica”. Apesar de ser citada nessa documentação, não se sabe, com precisão, no que diz respeito à capital do estado, quais locais faziam parte daquilo que Lamartine chamava de periferia.¹¹⁶

Este era o cenário no qual os grupos dirigentes do estado do Rio Grande do Norte e, sobretudo, os de Natal, tentaram implementar aquele plano proposto por Henrique de Novaes, em 1924, o Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal. Como podemos perceber as pretensões daquele plano – a construção de poços para o abastecimento da cidade e de uma rede de esgoto – não foram totalmente concretizadas, “apesar da busca das condições materiais e de exequibilidade que marcou sua proposição”, como destacou George Dantas.¹¹⁷

Ao que parece, o Plano Geral de Saneamento de Natal não superou por completo aquela “crise urbana dos anos 1920” de que tratou Dantas, mas foi o ponto pé inicial para que os espaços suburbanos e periféricos, resultado dos limites do processo de urbanização, passassem a figurar, embora de maneira bastante pontual e localizada, nas discussões e nas pautas das reformas urbanas da cidade, tanto a nível estadual quanto municipal, além de servir como ponto de partida para os futuros debates técnicos sobre a transformação urbana de Natal.

O terceiro ano de governo de Juvenal Lamartine foi marcado por episódios e ações políticas que abalaram profundamente a ordem vigente, não apenas no estado em que governava, mas no Brasil como um todo, gerando um clima de tensão que pairava por todo o país. O governador, em mensagem ao Congresso Legislativo, declarou que aquele estado de tensão era uma consequência direta das “agitações decorrentes do problema da sucessão presidencial da República”, promovidas por “demagogos empenhados em perturbar a tranquilidade do espírito nacional” e que ameaçavam colocar em prática um “plano revolucionário” no Brasil.¹¹⁸

O problema de sucessão presidencial mencionado por Lamartine havia se dado em razão do processo eleitoral ocorrido em março de 1930, no qual disputaram à Presidência da República a chapa formada pelos candidatos situacionistas, Júlio Prestes e Vital Soares, ambos do Partido Republicano Paulista, e a formada pelos candidatos de oposição Getúlio Vargas e João Pessoa, da Aliança Liberal, coligação partidária formada pelas forças sociais das regiões

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 73. [grifo nosso]

¹¹⁷ DANTAS, *op.*, cit., 2003, p. 24.

¹¹⁸ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo presidente Juvenal Lamartine de Faria á Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da 1ª sessão da 14ª Legislatura, em 1 de outubro de 1930*. Natal: Imprensa Oficial do Estado. 1930, p. 93.

em dissidência, bem como quadros do Exército – sobretudo, os jovens oficiais (tenentes) que desde o início da década de 1920 procuravam, através das armas, derrubar o sistema político em voga desde 1889, se definindo, inclusive, como antioligárquicos – e pelas classes médias dos grandes centros urbanos.¹¹⁹

Neste processo, o pacto político existente no Brasil da Primeira República, aquele firmado entre os estados de maior expressão econômica e política do país e que ficou conhecido como política do “café com leite”, foi abalado.¹²⁰ A burguesia cafeeira, liderara pelo estado de São Paulo, pressionava e manipulava o governo federal para que a política de valorização do café se mantivesse a todo custo, principalmente diante de um cenário de crise global como o que havia se instalado.¹²¹ Os cafeicultores precisavam ter alguém no poder que fosse favorável à manutenção daquela política.

A vitória de Júlio Prestes, na disputa eleitoral de março de 1930, representava em si a vitória dos interesses daquele grupo. Prestes simbolizava a continuação da política financeira levada a cabo pelo presidente Washington Luís durante seu mandato (1926-1930). Entretanto, o fato de Washington Luís ter insistido na indicação de um candidato paulista à sucessão presidencial – no lugar de apoiar um candidato mineiro, como previa o arranjo político do “café com leite” – e, sobretudo, pelas suas atitudes com relação à política financeira de estabilidade cambial, que resultaram numa queda significativa nos preços do café, acabou gerando grande descontentamento de sua base de sustentação para os momentos decisivos. Contudo, a “máquina”, mais uma vez, havia funcionado naquelas eleições.¹²²

O resultado da eleição não foi aceito pelos setores mais radicais da Aliança Liberal, representado pelos tenentes, dispostos a pegarem em armas contra o sistema oligárquico vigente e que tinha acabado de ser reafirmado com a vitória de Júlio Prestes. Nessa conjuntura, o movimento revolucionário foi articulado pós-derrota da Aliança Liberal pelos quadros jovens do partido, tanto civis quanto militares, que não aceitaram a recomposição tradicional do

¹¹⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 16.

¹²⁰ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da "política do café com leite"*. Ebook – 2ª. ed., Belo Horizonte: Fino Traço, 2019, p. 24.

¹²¹ Essa política de valorização do café teve suas bases definidas no início do século XX, no ano de 1906, quando, após uma grande safra que ocasionou uma superprodução, os estados de maior expressão na produção cafeeira se juntaram e articularam uma política comum para a manutenção de seu preço, o Convênio de Taubaté, que, essencialmente, procurava reestabelecer o equilíbrio entre a oferta e a procura do café a partir da intervenção do governo, que passaria a comprar o excedente da produção mediante empréstimos estrangeiros. Ver FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2007, p. 255.

¹²² FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 98-99.

governo como Virgílio de Melo Franco, Carlos de Lima Cavalcanti, Pedro Ernesto, Osvaldo Aranha, João Neves da Fontoura, chamados “tenentes civis”. Foram eles que conseguiram articular o movimento revolucionário, conseguindo arrastar, inclusive, as figuras tradicionais.¹²³

O plano foi posto em prática e no mês de outubro ele foi executado. No mês seguinte, dia 3 de novembro, Getúlio Vargas já era o chefe de um Governo Provisório instituído pelos revolucionários. A concretização do movimento se deu, em grande medida, através da atuação dos militares, embora este grupo não tenha participado da revolução como uma força homogênea. O êxito da revolução de 1930 significava o colapso da burguesia do café no poder, embora o novo governo não representasse mais do que um reajuste nas relações internas das classes dominantes “tão bem expressa na intocabilidade sagrada das relações sociais no campo”.¹²⁴

Assim que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, o Congresso Nacional foi fechado, bem como as assembleias estaduais e municipais; a Constituição de 1891 foi revogada e os governadores dos estados foram destituídos de seus cargos para, no lugar, serem empossados os interventores, agentes subordinados ao poder central e nomeados diretamente pelo presidente da República, com o propósito de controlar a política local. Num primeiro momento, estes interventores eram vinculados ao “tenentismo”, de maneira que é possível afirmar que o início do Governo Provisório foi marcado pelo fenômeno da “militarização das interventorias”.

Apesar de uma participação rarefeita no cenário nacional, a política estadual norte-riograndense era dominada pelo sistema oligárquico e mantido através de arranjos de interação com o Governo Federal, de modo que não estava tão por fora assim das “barganhas da política nacional”, como sugeriu Marlene Mariz. Da eclosão do movimento revolucionário às eleições de 1934, que marcaram o retorno à legalidade, a política no estado do Rio Grande Norte foi marcada por uma fase bastante turbulenta, resultado da falta de consistência interna e ausência de acordos entre os representantes das classes dominantes tradicionais e os revolucionários.

A falta de coesão política fez com que o sistema das interventorias não fosse bem aceito entre os norte-riograndenses, como sugere a grande rotatividade de interventores na

¹²³ PANDOLFI, *op., cit.*, 2007, p. 16.

¹²⁴ FAUSTO, *op., cit.*, 1991, p. 102-113.

administração estadual no período, cuja escolha obedecia a alguns critérios.¹²⁵ O representante do Governo Federal não poderia ter, a princípio, qualquer relação com o estado que iria administrar, ou seja, o interventor escolhido tinha que ser “pessoas alheias às facções políticas locais”.¹²⁶

Diante do cenário, Juarez Távora, comandante da “Revolução” no Norte e Nordeste procurou indicar um nome que não tivesse ligação alguma com a política local. O nome escolhido foi o do norte-rio-grandense Lindolfo da Câmara, que naquele momento residia na cidade do Rio de Janeiro. Até à sua chegada, quem assumiu interinamente o Governo do Estado foi o chefe de Segurança Pública da Paraíba Irineu Joffily, que recebera, posteriormente, um convite oficial para ser efetivado no governo potiguar. Esse convite foi fruto das pressões e da campanha de Café Filho para a permanência de Joffily na administração estadual.¹²⁷ A facção cafeísta apoiava a administração de Irineu Joffily, ao mesmo tempo que os grupos tradicionais se mantinham distantes. Neste cenário, a reação contra a política de Irineu Joffily, primeiro interventor do Rio Grande do Norte, é reveladora do clima político no estado naquela primeira metade da década de 1930 e dá indícios dos motivos que levaram a tantas mudanças na administração do estado durante o governo provisório de Vargas.

A postura política de Irineu Joffily, como foi destacado por José Antônio Spinelli, se coadunava com as preocupações do governo provisório em moralizar a máquina administrativa dos estados, de maneira que o interventor tinha objetivos claros em reformar os “costumes políticos” e reprimir os “vícios que corroíam a República Velha”.¹²⁸ Joffily era extremamente hostil com os antigos chefes municipais, realizando devassas de suas administrações, demitindo funcionários ligados às antigas gestões e controlando, de maneira sistemática, a política orçamentária e fiscal. Por causa de suas ações, o interventor foi acusado de realizar um governo arbitrário e de favorecer amigos e parentes com a distribuição de cargos políticos em detrimento dos políticos locais.

Jornais cariocas como o *A Esquerda* e o *A Pátria*, por sua vez, denunciavam as motivações que levavam Irineu Joffily a sofrer tanta oposição. De acordo com aqueles periódicos, a forte oposição partia de interesses políticos vinculados ao grupo deposto do poder,

¹²⁵ MARIZ, Marlene da Silva. *A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984. Reimpressão fac-similar, Natal: Sebo Vermelho. 2021, p. 13.

¹²⁶ SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010, p. 21.

¹²⁷ MARIZ, *op.*, *cit.*, 2021, p. 65.

¹²⁸ SPINELLI, *op.*, *cit.*, 2010, p. 23.

que acreditavam na possibilidade de que, com a saída do interventor, teriam a chance de colocar alguém confiável na administração estadual.

O jornal *A Pátria*, nesse sentido, afirmava em seu editorial que a campanha contrária à administração Joffily escondia “os despeitos subalternos e os terrores angustiados daqueles que foram apanhados em flagrante pelas devassas administrativas”, assim como também ocultava a “ambição dos insaciáveis mandões do Estado, que a Revolução enxotou do poder”.¹²⁹ As pressões políticas e a forte oposição sofrida por Irineu Joffily fizeram com que se retirasse do cargo no dia 28 de janeiro de 1931, sendo substituído pelo tenente Aluísio Moura, que havia colaborado com o governo Joffily na condição de comandante da Polícia Militar do Estado.

A análise das administrações dos interventores realizada por José Antônio Spinelli nos proporciona uma visão geral de como a ideologia revolucionária de 1930 se incorporava e se concretizava nas ações e nos discursos de seus agentes. Além dos princípios moralizantes do tenentismo, que contestavam as práticas políticas típicas do sistema oligárquico da Primeira República, também fazia parte do programa a aproximação do governo revolucionário com as camadas populares, como tentou fazer o interventor Aluísio Moura.

Em visita ao Sindicato dos Estivadores Natalenses, localizado nas Rocas, no dia 7 de abril de 1931, o interventor, que estava acompanhado de João Café Filho e o tenente Ernesto Geisel, havia discursado para aproximadamente mil pessoas. Café Filho, talvez, tenha sido aquele que melhor traduziu a orientação do novo regime de se aproximar e utilizar o operariado urbano como base de legitimação política.¹³⁰

Nesse período, o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas havia investido de maneira significativa na questão social, criando ministérios como o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública, bem como leis e decretos que garantiam a proteção do trabalhador como a regulamentação do trabalho feminino e do menor, da jornada de trabalho, essa fixada em 8 horas; instituição da carteira de trabalho; adoção de uma lei de férias; direito dos trabalhadores se organizarem em sindicatos, entre outros. A atenção dispensada por Vargas à questão social tinha o objetivo de subordinar os sindicatos ao Estado, transformando-os em base de sustentação de seu governo.¹³¹

¹²⁹ O editorial do *A Pátria*, intitulado “Os mais reacionários elementos da oligarquia deposta no Rio Grande do Norte estão tentando assaltar o poder”, havia sido transcrito pelo jornal *A Republica* no dia 10 de janeiro de 1931. Ver mais: SPINELLI, *op., cit.*, 2010, p. 31.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 38.

¹³¹ PANDOLFI, *op., cit.*, 2007 p. 19-20.

O reconhecimento do operariado urbano e das camadas populares como partes importantes do processo político brasileiro acabou criando uma forte identificação desses grupos com o governo de Getúlio Vargas, que soube usar isso muito bem a seu favor, associando a origem dos trabalhadores ao período pós-movimento revolucionário.¹³²

O discurso de João Café Filho aos estivadores sindicalizados, além de indicar essa aproximação com as camadas populares, também apontava para uma espécie de hierarquização dos espaços na cidade de Natal, na medida em que alguns locais foram privilegiados, em termos de reformas materiais, no processo de urbanização, enquanto outros foram marginalizados, tratados de maneira secundária pelos grupos dirigentes.

Nas palavras de Café Filho, o bairro Anchieta, ou melhor, o bairro das Rocas, como era mais conhecido, um “bairro de humildes e desprotegidos da sorte”, cujas portas “sempre estiveram trancadas para os governos oligarcas que apenas mandavam os seus esbirros vergastar as costas do operário”, ressuscitava naquele dia por obra do próprio governo revolucionário, este “que se ia confraternizar com o operário descalço, com o homem humilde do trabalho”.¹³³ Esse discurso pode ser entendido como mais um indício da mudança de perspectiva dos grupos dirigentes sobre os espaços suburbanos e periféricos da cidade de Natal, de maneira que a ideologia Varguista, do Governo Provisório ao Estado Novo, contribuiu para pôr em evidência, nas décadas de 1930 e 1940, estes espaços, fazendo-os figurar nos projetos políticos e sociais, notadamente os urbanos, mesmo que ainda timidamente.

Apesar de ser apontando pela historiografia como um período de relativa instabilidade política, marcada pela deposição de governadores e alta rotatividade de interventores na administração estadual, no que se referia às obras públicas, principalmente àquelas de infraestrutura, que desde a décadas de 1920 estavam em andamento, não foram interrompidas. De acordo com Ângela Ferreira, a continuidade das obras se dava pelo fato de que a maioria dos administradores da cidade, naquele momento, era formada por engenheiros, de forma que, “nessa posição, encontravam-se inteirados dos discursos de modernização urbana que vigoravam no Brasil e no mundo”.¹³⁴

¹³² FAUSTO, *op., cit.*, 1991, p. 109.

¹³³ A VISITA do Sr. Interventor Federal ao bairro Anchieta. *A Republica*, Natal, 7 de abr. 1931. *apud* SPINELLI, 2010, p. 38.

¹³⁴ FERREIRA, Ângela Lúcia *et al.* *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB, RN CREA, 2008, p. 114.

Nesse sentido, os projetos e as obras continuavam e seguiam as diretrizes das propostas anteriormente elaboradas – o Plano Geral de Sistematização de Natal, de 1929, coordenado pelo arquiteto Giacomo Palumbo, no período da gestão municipal de Omar O’Grady.

1.3 – Fazer desaparecer as favelas e os casebres miseráveis: o Plano Geral de Sistematização de Natal (1929) e a continuação do sonho por uma cidade moderna

De modo geral, o Plano Geral de Sistematização ou Plano Palumbo, como ficou conhecido, estabelecia como um de seus princípios a remodelação da cidade de Natal. De acordo com um documento encontrado no Arquivo Nacional, a proposta de “remodelação da capital do Rio Grande do Norte” tinha como base aquilo que chamavam de os “preceitos da esthetica e ás leis do urbanismo hodiernos”.¹³⁵ Tal documento, que não conseguimos identificar sua autoria, ao que parece, tinha a finalidade de expor a natureza da proposta de maneira clara e objetiva.

O que podemos afirmar, com base numa observação escrita à mão no canto superior esquerdo do referido documento, é que pelo menos uma cópia se destinava ao “sr. Oswaldo Lamartine”, filho do governador Juvenal Lamartine. Ou seja, tal documento foi produzido durante a gestão de Lamartine, provavelmente por alguém de sua equipe de governo, uma vez que percebemos um certo reconhecimento positivo da pessoa e da administração desse governante, como poder ser observado no trecho que transcrevemos a seguir:

No actual Governo, chefiado pelo ilustre Presidente Juvenal Lamartine, cujo programa de administração visa principalmente o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, estão sendo envidados os maiores esforços no sentido de transformar Natal em uma capital á altura do papel crescente que lhe cabe no scenario nacional.

Este “papel crescente” da cidade no cenário nacional a que se refere o documento, diz respeito ao fato de Natal ter sido considerada como um local privilegiado pela sua condição

¹³⁵ Documento sem autoria, encontrado no acervo digital do Arquivo Nacional, intitulado “A remodelação da capital do Rio Grande do Norte: natal”. O período atribuído ao documento refere-se à gestão de Juvenal Lamartine. Constan 2 duplicatas, em uma delas há uma anotação manuscrita: “Enviar a dr. Oswaldo Lamartine”. Papel, mimeografado. ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *A remodelação da capital do Rio Grande do Norte: Natal*. Rio de Janeiro. 1930. Fundo Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino. Cód. BR RJANRIO Q0.PIT.0.113 – Dossiê. Disponível em <
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1368297&v_aba=1 > acessado em 21/04/2021.

aeroportuária, de maneira que o Plano de Sistematização e remodelação da cidade foi uma das iniciativas do governo estadual nesse sentido. O projeto de remodelação dividia a cidade em bairro comercial, bairro residencial, bairro jardim, bairro operário, porto marítimo e aeroporto que, segundo ao autor correspondiam “as divisões de uma cidade moderna”.

Embora indicasse a necessidade de uma remodelação, a ideia era a de que plano se constituísse de forma prática “procurando reunir o exequível ao bello e não apresentando ideias impossíveis de realizar”. Nesse sentido, fazia parte da proposta de remodelação da cidade o “aproveitamento máximo” de tudo o que existia naquele momento. Contudo, tal aproveitamento não era igual em todas as partes da cidade, como podemos verificar através de algumas considerações realizadas pelo próprio prefeito de Natal, bem como pela planta da cidade que foi elaborada com base nas propostas do Plano Geral de Sistematização (fig. 4).

O Plano Geral de Sistematização de Natal foi elaborado a partir da aprovação da resolução Nº. 304 de 6 de abril de 1929, que possibilitou a contratação do arquiteto Giacomo Palumbo como o responsável pelo projeto. De acordo com Omar O’Grady, a cidade de Natal estava vivendo um surto de progresso naquele momento, de maneira que não era mais possível aceitar que seu crescimento, que já contatava com um sistema de arruamento irregular, se desse de forma desordenada e que viesse, no futuro, gerar maiores problemas e soluções dispendiosas. Além da experiência urbana das cidades brasileiras, cujos projetos não tinham, afirmava o prefeito, preocupação com o futuro, O’Grady levava em consideração aquilo que se vinha fazendo “em relação a ‘planos de cidades’ nos outros países cultos, principalmente nos Estados Unidos”, onde quase toda cidade tinha o seu *master plan*.¹³⁶

No entendimento do prefeito de Natal, aquele projeto não tinha a pretensão de ser executado de maneira imediata, uma vez que envolveria uma despesa relativamente alta, tornando a execução/conclusão do plano inviável naquele momento. Em vez disso, a proposta apresentava uma maneira geral de como a cidade deveria ser delineada, com base em normas que serviriam de orientação para a sua sistematização e extensão. Nesse sentido, o edil natalense afirmou que a conclusão do projeto não tinha uma data precisa e que poderia ser “dentro de dez, vinte, cinquenta, cem ou mais annos, dependendo da associação destes trez fatores recursos, persistência e continuidade de acção administrativa, tempo”.

¹³⁶ O periódico *Cigarra*, na sua quinta edição, reproduziu um trecho do relatório do prefeito Omar O’Grady, no qual ele tratava, especificamente, do Plano Geral de Sistematização. PLANO de Systematização da cidade de Natal. *Cigarra*, Natal, ano II, n.5, 1929. p.3

Dentre esses três fatores, o tempo era, na opinião de Omar O’Grady, o fator de que mais dependia a execução daquele plano e nisso realizou uma crítica contundente ao modo com as administrações tratavam os projetos de interesse geral, em outras palavras, o prefeito criticava a falta de continuidade de ação administrativa. Vejamos a seguir o trecho do relatório em que o prefeito realizou tal crítica:

Sómente com o tempo conseguiremos o que no Brasil de hoje ainda quasi que não existe: a continuidade de acção administrativa. Mas o tempo ha de chegar em que se execute um programma de interesse geral atravez de varias administrações, dividido methodicamente por exercicios financeiros, sem a preocupação das inaugurações apressadas dentro dos quatrienios governamentaes que parecem se preocuparem menos com o valor da obra construida do que com as placas de bronze commemorativas solennemente inauguradas.¹³⁷

Embora o discurso de Omar O’Grady e o plano elaborado por Giacomo Palumbo compreendessem toda a cidade, do Forte dos Reis Magos, localizado na região norte da cidade, até à rua Jundiaí e seus prolongamento, na parte sul, não temos como deixar de perceber que alguns locais não foram totalmente considerados pelo projeto. O aproveitamento da cidade já existente era um dos princípios definidores do Plano Geral de Sistematização, como destacamos anteriormente. Entretanto, que cidade era essa que deveria ser aproveitada?

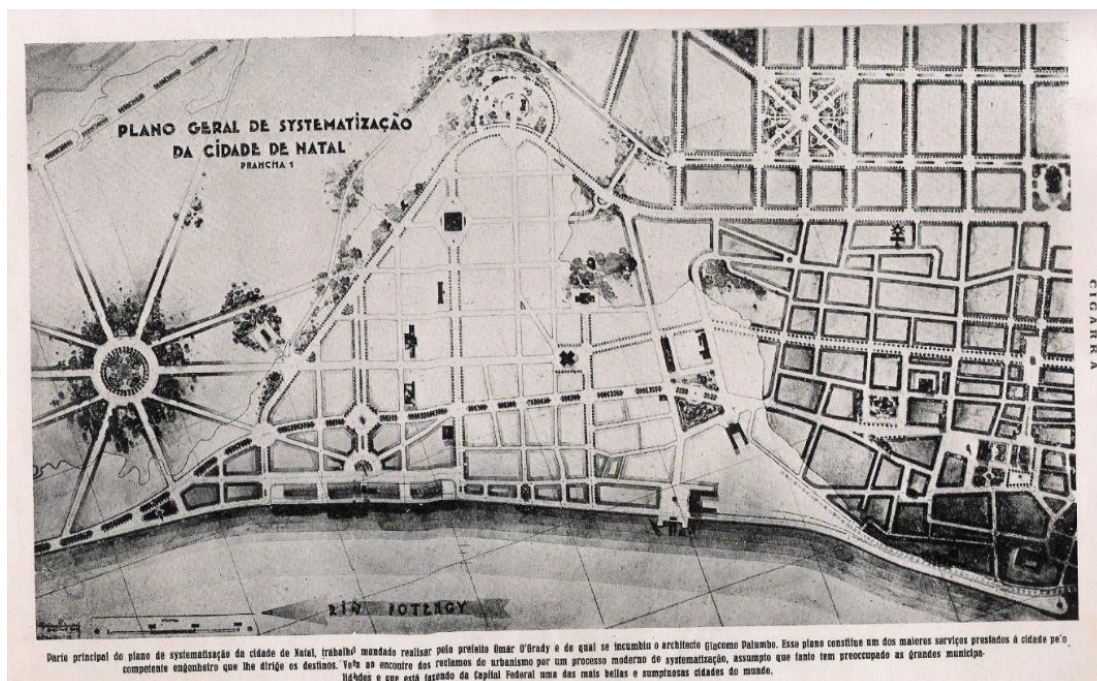
Ao que parece, a proposta do Plano de Sistematização para o espaço em que estava localizada a comunidade das Rocas era o de fazer uma espécie de *tabula rasa*, uma vez que, conforme as palavras do próprio prefeito, ao norte da rua Silva Jardim o plano representava “*projecto novo, sem preocupação de aproveitamento de arruamentos existentes*, enquanto que a parte ao sul da referida rua representa mais ou menos aproveitamento do velho plano da cidade”.¹³⁸

O plano era compreendido como, conforme a explicação na legenda, “um dos maiores serviços prestados à cidade pelo engenheiro que lhe dirige os destinos”, pois levaria a cidade ao encontro do urbanismo “por um processo moderno de systematização, assumpto que tanto tem preocupado as grandes municipalidades e que está fazendo da Capital Federal uma das mais bellas e sumptuosas cidades do mundo”.

¹³⁷ CIGARRA, Natal, ano II, n.5, 1929. p.3

¹³⁸ *Ibid.*, p.3. grifo nosso.

Figura 4 – Planta da cidade de Natal de acordo com o Plano Geral de Systematização (1929) elaborado pelo arquiteto Giacomo Palumbo.



Fonte: CIGARRA, Natal, ano II, n.5, 1929. p.52.

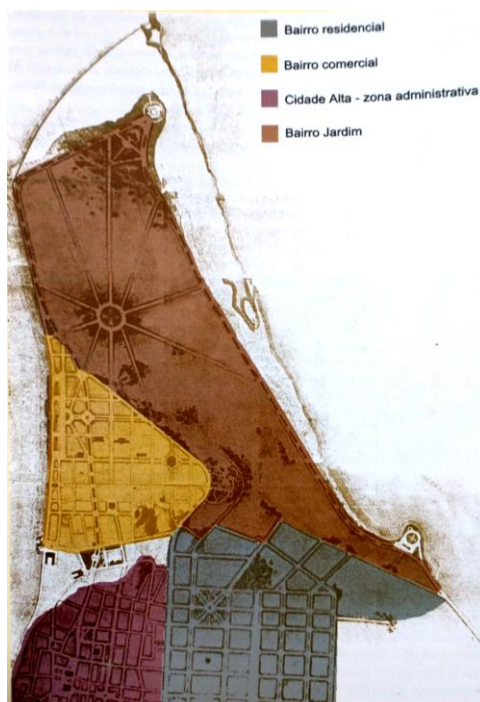
Isto quer dizer que o traçado urbano oriundo dos bairros tradicionais – Ribeira, Cidade Alta, Cidade Nova, Alecrim – não tinha nenhuma proposta de modificação estrutural mais radical, a não ser aquelas consideradas imprescindíveis como, por exemplo, o alargamento da rua do Commercio para 12 metros, a abertura de uma avenida de 16 metros de largura partindo da rua Silva Jardim em direção ao Rio Potengi e o prolongamento da avenida Tavares de Lyra. O mesmo, porém, não aconteceria com o arruamento existente do bairro das Rocas que, como pode ser observado no mapa acima, foi completamente ignorado por Palumbo.

O Plano Palumbo, além de definir o zoneamento das atividades econômicas, também definia o zoneamento dos grupos sociais na cidade. A cidade seria dividida em um bairro comercial, este localizado na “cidade baixa”, bairro da Ribeira, cujas modificações consistiriam em “rasgar maior numero de avenidas parallellas ao caes”, que fossem arborizadas e “de largura suficiente para o movimento comercial” a fim de facilitar o trânsito; uma zona administrativa situada no bairro de Cidade Alta, onde se encontravam edificados os prédios da administração pública como o Palácio do Governo e a Prefeitura, de maneira que, com o plano de remodelação da cidade, tal área sofreria “sensíveis melhoramentos” como a construção do Departamento de Saúde Pública; a cidade contaria ainda com um bairro residencial, este localizado na parte alta da cidade, no lugar conhecido como Petrópolis e Tirol, com suas “largas avenidas arborizadas”,

de traçado simétrico desde a sua origem, era também onde se encontravam “as melhores residências de Natal”.

Além desses espaços já existentes e que, de certa maneira, seriam aproveitados no processo de remodelação cidade, o plano ainda contava com a proposta de um novo bairro, a ser construído na região que se denominava Limpa, um espaço situado entre o rio Potengi e o Oceano Atlântico, que corresponde, atualmente, ao bairro de Santos Reis, cujas construções se baseariam no modelo inglês de bairro jardim. As pretensões dos grupos dirigentes da cidade giravam em torno da ideia de que o novo bairro se tornaria “uma das localidades mais aprazíveis de Natal”, conforme foi destacado naquele documento encontrado no Arquivo Nacional sobre a remodelação da cidade.¹³⁹

Figura 5 - Macrozoneamento do Plano Geral de Sistematização, 1929.



Fonte: FERREIRA, Ângela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB, RN CREA, 2008, p. 112.

Ademais, o plano ainda apresentava como proposta a construção de um bairro operário na cidade. Com base naquele documento, podemos compreender ou, pelo menos, ter um

¹³⁹ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *A remodelação da capital do Rio Grande do Norte: Natal*. Rio de Janeiro. 1930. Fundo Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino. Cód. BR RJANRIO Q0.PIT.0.113 – Dossiê. Disponível em <
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1368297&v_aba=1> acessado em 21/04/2021.

vislumbre do porquê o arruamento do bairro das Rocas foi desconsiderado daquele plano de remodelação da cidade. O texto nos fornece pistas sobre como os grupos dirigentes conduziam o processo de urbanização na cidade, ou melhor, o que tais grupos priorizavam quando o assunto era a modificação do espaço urbano de Natal: “fazer desaparecer as favelas, substituindo os casebres miseráveis e temporários, por habitações melhores”.

A impressão que temos é a de que se tratava de uma prática corriqueira e comum em todo o país, uma vez que, na expressão do autor, quando se iniciava a urbanização de uma cidade, de um modo geral, um dos primeiros problemas a serem resolvidos era a questão das favelas, ou seja, dos espaços que representavam a desordem e o não cumprimento dos padrões urbanísticos e sanitários.¹⁴⁰

Nessa lógica, a condição imposta para que o bairro operário fosse criado em Natal era a de que todas as casas de operários situadas nas proximidades da Limpa e do cais do porto fossem demolidas. Como medida indenizatória, a Prefeitura concederia lotes aos habitantes para que eles pudessem construir suas casas, estas que deveriam seguir as orientações da própria prefeitura que, através de projetos de casas “de architectura adequada”, visavam garantir o cumprimento dos preceitos da higiene e do bem-estar. Apesar de o bairro operário constar no Plano Geral de Sistematização de Natal, à sua localização real era uma incógnita, embora se afirmasse que o novo bairro seria construído em algum lugar “afastado do centro da cidade”. Logo, o bairro operário não seria construído no lugar do bairro das Rocas ou da região da Limpa, como indicava o Plano Geral de Saneamento de Natal de 1924, aquele coordenado pelo engenheiro Henrique de Novaes (fig. 2).

Apesar da saída de Juvenal Lamartine do governo do estadual e de Omar O’Grady da gestão municipal, em decorrência do movimento de 1930, as obras públicas, especialmente àquelas ligadas à infraestrutura e ao saneamento da cidade, não foram interrompidas por completo, como afirmamos anteriormente. Durante o período em que o estado foi administrados pelos interventores federais, como observou Angela Ferreira, vários serviços de embelezamento e progresso foram implementados, dando à Natal “um certo ar de modernidade”: início da construção da vila operária, no bairro do Alecrim; continuidade das obras da estrada de ferro central; ampliação do mercado público; início da construção da primeira maternidade de Natal; aquisição de um terreno no Tirol para a construção de um hospital operário; conclusão dos

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 3.

trabalhos nas docas do porto de Natal e várias obras de calçamento, alargamento e prolongamento de ruas.

Contudo, o crescimento urbano da cidade evidenciava que o sistema de abastecimento de água e a rede de esgotamento sanitário se mostravam insuficientes, atrasados, precários e danificados, como havia apontado o engenheiro Octávio Tavares, em 1933, quando apresentou seu relatório sobre o abastecimento da cidade ao Interventor Federal Mário Câmara, no qual havia proposto substituir toda a rede existente.¹⁴¹

O período que Mário Câmara governou o estado do Rio Grande do Norte pode ser encarado como um momento de certa estabilidade política e relativa liberalização do regime, como salientou José Antônio Spinelli. A escolha de Câmara como interventor federal fez parte de uma estratégia de Getúlio Vargas, que buscava ampliar sua base de apoio, inclusive entre as formas mais conservadoras, para reforçar os mecanismos de centralização e intervencionismo do executivo federal. Mário Câmara possuía ligações fortes com os grupos oligárquicos locais, entretanto, era um “típico representante do novo modelo de tecnocrata em gestação nos anos 1930”.¹⁴²

Havia um bom entendimento entre o governo local e o federal, como pode ser observado na relação entre Vargas e Câmara no momento em que o chefe do Governo Provisório, em uma viagem pelo Norte e Nordeste realizada entre agosto e setembro de 1933, visitou o Rio Grande do Norte. O interventor, aproveitando o momento do encontro, realizou um balanço das ações do Governo Provisório no país, bem como fez um levantamento do que as administrações locais haviam feito no estado, chamando a atenção de Vargas para o que, na sua perspectiva, eram os principais problemas que entravavam o desenvolvimento do estado: a água, os transportes e educação. Ao final do encontro, Mário Câmara apoiava abertamente o nome de Getúlio Vargas “para o futuro presidencial”, a fim de que as diretrizes indispensáveis ao progresso do Brasil fossem asseguradas.¹⁴³

¹⁴¹ O Plano Geral de Sistematização de Natal, ao que parece, funcionou como uma espécie de baliza para as futuras reformas urbanas na cidade, pelo menos até o ano de 1948, e a Lei Nº. 4, aquela que foi promulgada por Omar O’Grady em 1929, vigorou, como sugerem os estudos do grupo de pesquisa História da Cidade e do Urbanismo (HCurb-UFRN), como “código de obras” da cidade de Natal até o mês de outubro de 1964, quando, por meio do Decreto-Lei 691/1964, “foi substituído pelo Código de Urbanismo e Obras do Recife até que fosse confeccionado um novo código para Natal, o que ocorreria em 1969”. FERREIRA, *op., cit.*, 2008, p. 113-114.

¹⁴² SPINELLI, *op., cit.*, 2010, p. 108.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 111.

O programa administrativo de Mário Câmara teve como prioridade o desenvolvimento econômico do estado. Nesse sentido, e buscando aproximação com as classes conservadoras, o interventor, por meio de uma série de decretos, acabou revogando disposições anteriores e criando novas que favoreciam àquelas classes no setor fiscal e tributário, como a redução das taxas de exportação e transações comerciais, no imposto territorial e em várias taxas dos impostos de consumo.

Contudo, de forma mais sistemática, como destacou Spinelli, os esforços da interventoria de Mário Câmara foram voltados para a exploração algodoeira, um dos principais produtos na economia do estadual, representando cerca de 30% da receita pública. Mesmo com as ações empreendidas para o aumento da produção algodoeira (melhorias genéticas, crédito agrícola, técnicas de beneficiamento da produção), que influenciaram significativamente na qualidade do algodão exportado, o aumento produtivo observado na década de 1930 esteve associado a uma ampliação da área cultivada, de modo que isso não representava uma elevação real da produtividade. Spinelli sintetizou bem a situação da cotonicultura norte-rio-grandense:

A cotonicultura potiguar continuou com um nível de produtividade dramaticamente baixo, submetida a métodos primitivos de cultura, conforme denunciavam, em tom monocórdio, os relatórios dos governantes nos anos 1930. A produção, cujo aumento se revelou auspicioso na safra 1935-36, voltou a cair nos anos seguintes, sendo o fator determinante mais uma vez, “a irregularidade, má distribuição pequenez das quedas pluviométricas”.¹⁴⁴

Diante da situação financeira do estado do Rio Grande do Norte, que apresentava um quadro relativamente estável por causa dos resultados positivos obtidos através da produção algodoeira entre 1933 e 1936, foi possível empreender ações no espaço físico da cidade de Natal, impulsionando as operações urbanas de modernização na medida em que os saldos orçamentários eram “aplicados em obras públicas, regate da dívida interna, na elevação do capital do Banco do Rio Grande do Norte”, como informava o jornal *A República*. Foi nesse contexto, como apontou Angela Ferreira, que a Comissão de Saneamento de Natal, que havia sido criada em 1924 e que estava extinta a alguns anos, foi reestabelecida pelo interventor Mário Câmara através do Decreto Nº. 823, de 26 de abril de 1935.¹⁴⁵

A aprovação desse decreto determinava a contratação de um escritório de engenharia especializado em saneamento para assumir a direção da nova Comissão de Saneamento de

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 118.

¹⁴⁵ EXCELENTE, a situação econômico-financeira do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, 19 de jul., 1935, p. 1 *apud* FERREIRA, *op.*, *cit.*, 2008, p. 115.

Natal, que teria com principal demanda a elaboração de um novo plano de obras que modernizaria os sistemas de abastecimento de água, a rede de esgoto da cidade e demais serviços relacionados ao saneamento. Além do sistema de esgoto, também se pretendia construir um hotel na cidade. Estes esforços faziam parte da política de Mário Câmara de atender os interesses econômicos das classes dominantes.¹⁴⁶

O Escritório de Engenharia Civil e Sanitária Francisco Saturnino Rodrigues de Britto foi contratado pelo governo do estado para dirigir àquela Comissão através do Decreto Nº. 844, de 24 de maio de 1935, contudo, o Plano Geral de Obras de Natal só foi iniciado na gestão de Raphael Fernandes Gurjão, em 1936, e foi implementado de maneira parcial até 1939. O momento era de grande efervescência política, marcado por um processo eleitoral turbulento e violento, como foram as eleições de 1934; pelo levante comunista, de 1935; pelo golpe de Estado de 1937, que acabou resultando na implantação de um governo autoritário, intervencionista, voltado para as massas, de um governo que buscava o progresso dentro da ordem como fora o Estado Novo chefiado por Getúlio Vargas. Sua análise, mesmo que geral, nos permitirá compreender melhor o processo de formação e produção dos espaços da cidade de Natal.

1.4 – Natal, o levante comunista, o Estado Novo e o Plano Geral de Obras (1939)

A transição do poder entre a gestão de Mário Câmara e a de Raphael Fernandes Gurjão não foi tranquila. As dificuldades existentes era o reflexo dos conflitos entre o grupo político que apoiava o interventor federal Mário Câmara e o Partido Popular, este fundado por José Augusto Bezerra de Medeiros, um típico representante das forças tradicionais locais. De acordo com José Antônio Spinelli, era desejo de Getúlio Vargas que as duas facções se aproximassem, a fim de que isso pudesse lhe render apoio político para a Assembleia Constituinte Nacional que seria realizada em outubro de 1934. Contudo, as duas facções não conseguiram chegar a um acordo definitivo.

A proposta de acordo do Partido Popular se fundamentava no apoio irrestrito à administração de Mário Câmara desde que esse “governasse em harmonia com os populistas e substituíssem as autoridades que lhes fossem hostis”. Em resposta, o interventor apresentou

¹⁴⁶ SPINELLI, *op., cit.*, 2010, p. 147.

uma contraproposta aos dirigentes do Partido Popular que, de maneira geral, propunha a formação de nova agremiação – o Partido Liberal – que contraria com os integrantes do Partido Popular, quadros do Partido Social Nacionalista que quisessem aderir, exceto membros do seu diretório central, e outros interessados. Ou seja, as propostas de cada grupo visavam subordinar/neutralizar, de alguma forma, a força política de um sob o outro. Diante do fracasso das negociações entre as duas facções, deu-se início ao mais violento confronto político da história do Rio Grande do Norte.¹⁴⁷

Perseguições, prisões, repressão, espancamentos, invasões de propriedades para apreensão de armas foram alguns dos atos denunciados pelos populistas, que acusavam o governo interventorial de ser mandante de tais práticas coercitivas. Ao se aproximar do pleito, o Partido Social Democrático, fundado pelo interventor Mário Câmara em julho de 1934, acabou se aliando ao Partido Social Nacionalista, antigo partido de João Café Filho, formando uma frente única.

A Aliança Social, como foi chamada a coligação, apoiava a candidatura do interventor contra o candidato do Partido Popular, Raphael Fernandes Gurjão. O discurso da Aliança Social, que se fundamentava num sentimento antioligárquico, procurava atingir o operariado urbano e a massa da baixa pequena burguesia, enquanto que o Partido Popular se identificava com os grandes proprietários de terras. Para os populistas, os trabalhadores urbanos ainda não existiam como entidade social e política, de modo que a noção de povo para o Partido Popular era essencialmente ruralista, orientados pela perspectiva da Casa Grande, como asseverou Spinelli.¹⁴⁸

O resultado das eleições também foi um momento bastante problemático do ponto de vista da apuração. Diante da suspeita de várias irregularidades, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) havia autorizado a realização de eleições suplementares em pelo menos 39 seções eleitorais, no período entre 3 a 28 de fevereiro de 1935. Essa medida foi necessária diante da grande quantidade de votos que deixaram de ser computados – cerca de 20.000, de um total de 47.702 eleitores. Além disso, várias denúncias e representações contra crimes de violência eleitoral foram realizadas.

O resultado das eleições suplementares ocorreu no dia 2 de abril de 1935 e confirmava a vitória da Aliança Social sobre o Partido Popular, contudo, os populistas contestaram o

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 130.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 139.

resultado junto ao Tribunal Superior Eleitoral, que acabou determinado que uma nova apuração dos votos fosse realizada pelo TRE. O resultado final da nova apuração ocorreu no mês de outubro e dava a vitória, dessa vez, ao Partido Popular. Com maioria na Assembleia Estadual, os populistas conseguiram eleger Raphael Gurjão para o governo do estado.¹⁴⁹

Raphael Fernandes, entretanto, não teve nem tempo para comemorar sua vitória. No dia 23 de novembro de 1935, no estado do Rio Grande do Norte, eclodia o levante comunista. Ao que parece, três dias antes da rebelião, o governador havia dissolvido a Guarda Civil criada por João Café Filho em 1932, uma medida que acabou gerando um clima de tensão e de revolta entre os seus integrantes. Os rebeldes comunistas instalaram na cidade um Governo Popular Revolucionário, que durou somente três dias. Nesse curto espaço de tempo, vários decretos foram baixados, dentre eles estavam aqueles que determinavam a destituição do governador eleito, Raphael Fernandes, um outro que fechava a Assembleia Constituinte Estadual e mais um que instituía a reforma agrária e a redução do preço das passagens dos bondes.

Não demorou muito para que o movimento revolucionário comunista fosse desbaratado. Dinarte Mariz, com auxílio do governador da Paraíba Argemiro de Figueiredo, mobilizou forças, tanto civis armados (jagunços) quanto militares, com o propósito de desmantelar o Governo Revolucionário e restituir Raphael Gurjão no governo do estado. Conforme foi destacado por Spinelli, “o levante de Natal, embora fosse parte de um plano de âmbito nacional, constituiu uma precipitação”, de maneira que “tanto a direção nacional quanto a própria direção estadual do PCB foram apanhadas de surpresa”.¹⁵⁰

Tal precipitação fez do levante um movimento desorganizado, de forma que nem mesmo os seus apoiadores sabiam muito bem o que estava acontecendo ou o porquê da revolta, pois como afirmou Marly Vianna, “não havia qualquer programa de governo”, de forma que “só mesmo a má fé ou o absoluto desconhecimento dos fatos pôde ver nos acontecimentos de Natal um levante comunista”. O depoimento do cabo Giocondo Dias, um dos que iniciaram e incitaram o movimento, evidencia, de certa maneira, a verdadeira natureza do levante comunista em Natal.

De acordo com ele, a rebelião não possuía liderança nem chefes, destacando que não passava de um “movimento de indisciplina, como protesto pela expulsão de grande número de praças, nos dias 22 e 23 de novembro, de forma que “os extremistas” haviam se aproveitado da

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 146-151.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 165-166.

situação para dar feições comunistas ao movimento. A maior parte da população não sabia do que se tratava o movimento, alguns acreditavam que a rebelião era contra o governador Raphael Gurjão; que o movimento era da Aliança Nacional Libertadora, outros que era da Aliança Social. Muitos aderiram por medo e outros por oportunismo, como foi destacado por Vianna.¹⁵¹

O fracasso do levante comunista, tanto a nível local quanto nacional, acabou servindo para o fortalecimento e fechamento do regime, como apontou Dulce Pandolf, de forma que o próprio Congresso, a partir de novembro de 1935, “passou a aprovar uma série de medidas que cerceavam seu próprio poder, enquanto o Executivo ganhava poderes de repressão praticamente ilimitados”, à exemplo da Lei de Segurança Nacional.¹⁵²

Tanto o levante quanto a sua derrota significaram, também, uma mudança na qualidade do relacionamento entre os poderes estaduais e o federal. No Rio Grande do Norte, o governador Raphael Fernandes Gurjão, no início da repressão ao movimento, havia acusado seus adversários políticos locais como os cabeças da rebelião, de maneira que, naquele momento, ele viu “a oportunidade de se associar ao governo central na condição de aliado e contar com o apoio deste para executar a tarefa de liquidar a sua oposição interna”.¹⁵³ Diante do apoio sem reservas à Vargas, o Partido Popular, que havia enfrentado tantos problemas e perseguições no processo eleitoral de 1934, se consolidava no poder, pelo menos até a implantação do Estado Novo.

No dia 10 de novembro de 1937, através de um golpe de Estado, o Congresso Nacional foi fechado por tropas da Polícia Militar e Getúlio Vargas acabou permanecendo no poder em nome de um pretenso combate ao comunismo. O golpe alterou a forma do regime político vigente. A partir da instituição de novas regras legais e políticas, e através da consolidação de um Estado forte, autoritário e intervencionista, uma nova relação entre a sociedade e o Estado era organizada.

No período estado novista, os partidos políticos, assim como o parlamento, foram extintos, incluindo aí o partido do então governador do Rio Grande do Norte, Raphael Fernandes. Ou seja, no Estado Novo de Vargas não havia mais intermediários entre as massas e o governo, de maneira que esse passou a intervir diretamente nos estados, fazendo isso por

¹⁵¹ VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 90-91.

¹⁵² PANDOLFI, *op., cit.*, 2007, p. 33.

¹⁵³ SPINELLI, *op., cit.*, 2010, p. 166.

meio do sistema das interventorias, no qual indicava pessoas da sua confiança para chefiarem os estados com base na nova Constituição.¹⁵⁴ Rapahel Fernandes, pelo apoio incondicional declarado ao regime de varguista, em outras palavras, a subordinação do estado ao poder central, acabou conseguindo governar no Rio Grande do Norte sem qualquer tipo de interferência, respondendo somente ao Presidente.¹⁵⁵

Foi neste clima de tensão política e de consolidação de um regime autoritário que o Plano Geral de Obras foi colocado em prática pelo governador Rapahel Fernandes em 1936. Nas palavras do governador, o plano de saneamento de Natal se norteava pelos “conhecimentos, estudos e intervenções de alto cunho technico-scientifico e de reconhecida victoria na prática, do saudoso engenheiro patricio que deu seu nome á reconhecida organização contratante do Saneamento de Natal”, Francisco Saturnino de Brito.¹⁵⁶

De acordo com o relatório elaborado pelo Escritório Saturnino de Brito em 1935, a partir dos estudos técnicos realizados anteriormente e da verificação do território através da utilização do avião, a cidade de Natal estava dividida em dois planos principais: um tabuleiro arenoso, onde se encontrava a maior parte da cidade, e uma faixa estreita entre o rio Potengi e aquele tabuleiro, a zona da Ribeira. Além disso, o relatório ainda descrevia as características de cada bairro da cidade que compreendia a área urbana, entre eles estavam os bairros de Cidade Alta, Ribeira, Tirol, Petrópolis e Alecrim, inclusive indicando os tipos e as formas de intervenção para cada um deles, incluindo aí as regiões suburbanas e rurais.¹⁵⁷

Outros locais como Rocas, Passo da Pátria, Areia Preta e Quintas, embora pertencessem à área urbana de Natal, não figuravam como bairros, mas como povoados próximos àqueles bairros. Angela Ferreira, ao analisar o relatório, apontou que os estudos apresentados pelo Escritório Saturnino de Brito revelavam uma perspectiva diferente no que dizia respeito às críticas apresentadas pelo médico Januário Cicco e pelo engenheiro Henrique de Novaes quanto a configuração urbana das Rocas. Do ponto de vista do Escritório, as Rocas, “devido à sua

¹⁵⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 116.

¹⁵⁵ SPINELLI, *op., cit.*, 2010, p. 167.

¹⁵⁶ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador Rapahel Fernandes Gurjão a Assembléia Legislativa do Estado em 1º de setembro de 1936*. Natal: Imprensa Oficial, 1936, p. 31.

¹⁵⁷ DANTAS, Ana Caroline de C. L. *Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - DARQ/UFRN. Natal, 2003, p. 88.

exposição solar, ventilação e constituição geológica, não seriam necessárias grandes reformas no ambiente construído”.¹⁵⁸

A elaboração do Plano Geral de Obras, como foi ressaltado por Ana Carolina Dantas, teve como base os planos de intervenção urbana anteriores, de forma que o Escritório Saturnino de Brito soube aproveitar algumas de suas propostas para conceber um novo Plano Geral para Natal. Dentre as propostas aproveitadas estavam o traçado reticulado referente aos bairros de Tirol e Petrópolis, implementados a através do Plano de Cidade Nova (1901-1904); o bairro operário presente no Plano Geral de Saneamento de Natal (1924) e o sistema viário herdado do Plano Geral de Sistematização, incluindo o boulevard de contorno (1929).

Mesmo considerando tais propostas, o Escritório Saturnino de Brito modificou algumas coisas. No espaço existente entre as Rocas, a costa e o Rio Potengi, chamado de “Limpa” ou “zona dos cômoros”, onde Henrique de Novaes, em 1924, havia proposto um bairro operário, e Palumbo, em 1929, esboçara um bairro-jardim, no Plano Geral o lugar seria a localização de um bairro residencial e de um aeroporto.¹⁵⁹

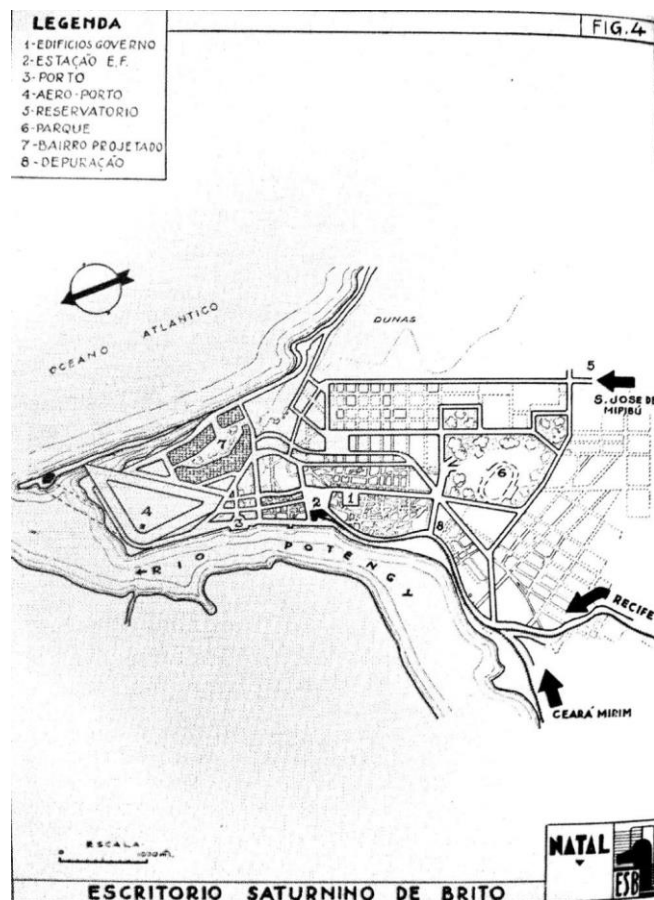
Em vista disso, e conforme o relatório do Escritório de 1939, o Plano Geral de Obras (1935-1939) apresentava um anteprojeto de melhoramentos urbanos, com edifícios para o governo, aeroporto, bairro residencial, estação conjunta para as estadas de ferro, avenidas na encosta do Tabuleiro; um projeto de abastecimento de água à cidade completo, inclusive com perspectivas de futuro, e um projeto de esgotos sanitários. As propostas, como ressaltou Dantas, iam muito além dos seus aspectos sanitários, das redes de abastecimento de água e de esgoto. Elas abrangiam “toda a organização do espaço físico, articulando as várias partes da cidade e pensando a reforma, a expansão e embelezamento do espaço urbano em função da racionalidade das redes de água e esgotos”.¹⁶⁰

¹⁵⁸ FERREIRA, *op., cit.*, 2008, p. 146.

¹⁵⁹ DANTAS, *op., cit.*, 2003, p. 89-90.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 93.

Figura 6 – Planta esquemática com as propostas do Plano Geral de Obras, 1935-1939.



Fonte: Escritório Saturnino de Brito, 1939.¹⁶¹

No entanto, apesar de ter contado com o apoio da classe dirigente local, na gestão de recursos e na divulgação dos ideais do Plano Geral de Obras através dos jornais locais, e do governo federal, representado pela figura de Getúlio Vargas, que colaborou, segundo o próprio Francisco Saturnino de Brito Filho, na captação de recursos financeiros para a realização das obras, o Plano foi executado de maneira parcial, dando atenção principalmente às redes de água e de esgoto. O restante do projeto e a ampliação das redes de abastecimento de água e de esgoto, como bem observou Ana Caroline Dantas, “foram implementados ao longo das décadas de 1940, 1950 e 1960, durante a permanência do Escritório Saturnino de Brito em Natal.”¹⁶²

O Escritório atuou na organização do espaço urbano de Natal à frente da Comissão de Saneamento, reconstituída pelo Decreto Nº. 823, de 26 de abril de 1935, e que retomava, de certa

¹⁶¹ FERREIRA, *op. cit.*, 2008, p. 166.

¹⁶² DANTAS, *op. cit.*, 2003, p. 94.

maneira, os objetivos da Comissão de 1924; e da Repartição de Saneamento de Natal, criada a partir do Decreto Nº. 338, de 26 de novembro de 1937. Essa última teve seu edifício-sede construído a partir do Plano Geral, sendo a única proposta modernista a ser concretizada e representando um marco na arquitetura local.

A Repartição, nas décadas seguintes à elaboração do Plano Geral, de maneira gradual, foi assumindo “o planejamento, a execução e a administração dos serviços de saneamento dos municípios”, de forma que se consolidaram novas bases institucionais, solidas e permanentes, como foi destacado por Angela Ferreira.¹⁶³ O regulamento da Repartição de Saneamento de Natal, além de tratar das questões relativas à implantação, manutenção, arrecadação e gestão dos serviços sanitários, também buscava regular o uso e a expansão do espaço urbano da capital norte-rio-grandense com base nas redes de saneamento da cidade.

Nesse sentido, apesar de não ter sido implementado totalmente, o Plano Geral de Obras, além de concretizar “todo o ideal de modernização e higienização da cidade, promulgado desde a metade do século XIX”, pode ser entendido, de certa forma, como o projeto que deu início ao processo de “ascensão de uma ação planejada no trato das questões urbanas”.¹⁶⁴

No período em que a capital norte-rio-grandense serviu de base militar norte-americana no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a cidade de Natal recebera um grande contingente populacional formado, principalmente, por militares, tanto brasileiros quanto americanos. Além dos militares, Natal também teve que comportar uma considerável onda migratória vinda dos interiores e de outras localidades, uma massa de trabalhadores e de retirantes da seca que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida e de empregos. Diante do aumento populacional significativo por que passou Natal nesse período, novos problemas e necessidades acabaram emergindo e se alastrando por toda cidade.¹⁶⁵

A nova configuração urbana imposta pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial fez que com os problemas, que no período anterior eram restritos a algumas áreas da cidade, geralmente periféricas, se agravassem, afetando principalmente os grupos populares e de baixa renda. A presença norte-americana em Natal alterou significativamente alguns aspectos físicos e sociais da cidade, que podem ser observáveis a partir das novas construções e dos novos

¹⁶³ FERREIRA, Angela. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para a Natal dos anos 1930. In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940*. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006, p. 245.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 247.

¹⁶⁵ De acordo com os censos realizados na época, a cidade de Natal, no início da década de 1940, contava com uma média de 54 mil habitantes. Dez anos depois, esse número chegava a marca de 103 mil habitantes.

hábitos de consumo, contudo, tal presença também acabou acarretando uma séria crise de abastecimento na cidade, principalmente de gêneros alimentícios e de água, assim como uma evidente crise habitacional, pois Natal não contava com uma grande disponibilidade de habitações, hotéis e pousadas que pudessem abrigar aquele grande contingente populacional.

A grande demanda por habitações fez com que o setor imobiliário se tornasse uma atividade atrativa e altamente rentável, de forma que a cidade de Natal cresceu e se expandiu de maneira desordenada e aleatória, sob as vistas dos “interesses da produção privada do solo urbano e do crescente mercado imobiliário”.¹⁶⁶

Um crescimento significativo no setor da construção civil da cidade de Natal pode ser observado na primeira metade da década de 1940, algo incomum diante do que estava acontecendo no país como um todo. No Brasil, o mercado imobiliário estava retraído em decorrência do Decreto-Lei Nº 4.598, de 20 de agosto de 1942 – Lei do Inquilinato – que determinava o congelamento dos preços dos aluguéis por um período determinado de dois anos e, somado a isso, o aumento nos preços dos materiais de construções acabou levando o setor da construção civil a entrar em crise em várias cidades.

No entanto, ao que tudo indica, essa crise não havia chegado à cidade de Natal, cuja produção imobiliária, entre os anos de 1942 e 1944, registrava um aumento de 365%, conforme foi ressaltado por Angela Ferreira: “Nada, sin embargo, interumpe el ritmo de las edificaciones. Si el material es caro, el predio es más valorado, el alquiler es compensador, y todo camina de acuerdo con la época”.¹⁶⁷

A imprensa e alguns observadores da cidade chamavam atenção e registravam o efeito negativo daquilo que foi chamado de “febre das construções”. O jornal *A República*, em 1942, publicou um texto de Danilo, pseudônimo do jornalista Aderbal de França, em que ele deixava clara a sua perspectiva sobre a paisagem urbana de Natal naquele ano:

[...] Casas pegadas em grupos numerosos, lá estão se apertando no aproveitamento vital de um terreno pequeno. Repartição de outros núcleos de casas de que a cidade está, infelizmente, cheia. Necessitamos, realmente, de vilas, de casas baratas, para muita gente pobre que não tem onde morar. Mas aquele trecho não podia [...] ser destinado a esses arranjos de construção. Petrópolis [...] está sendo na onda dos vícios de oportunismo econômico, num flagrante erro de apropriação. [...] É necessário notar que o espírito que

¹⁶⁶ DANTAS, *op., cit.*, 2003, p. 123.

¹⁶⁷ FERREIRA, *op., cit.*, 1996, p. 139.

promove a construção das casas ‘baratas’, só tem realmente a finalidade da ambição em detrimento da estética da cidade [...].¹⁶⁸

Para Luís da Câmara Cascudo, em 1946, a cidade de Natal estava vivendo uma “fase de desenvolvimento violento, diário, incessante, ganhando tabuleiros, subindo morros”. Ao mesmo tempo, o consagrado historiador da cidade também chamava atenção para o fato de que o solo urbano da cidade estava apenas servindo como fonte de lucro. Nas palavras de Cascudo, Natal era uma cidade sem problemas. Os verdadeiros problemas surgiriam quando o Alecrim deixasse de ser “uma esperança para bairro residencial” para enriquecer intermediários e donos de lotes; quando a terra fosse utilizada somente “para uso financeiro de uma classe melancolicamente míope além das fronteiras dos escritórios”.¹⁶⁹

Era um momento em que não havia um controle efetivo da produção privada do solo urbano em Natal por parte dos poderes públicos, como foi percebido pelo próprio Cascudo em outro texto, no qual ele afirmou que “a paisagem, por ela própria, independente dos elementos da tradição, está merecendo os cuidados e as defesas administrativas contra a maré da avidez humana”.¹⁷⁰

Não podemos deixar de reconhecer que a posição estratégica do Rio Grande do Norte, e de Natal em especial, que se transformou em base militar no contexto da Segunda Guerra Mundial, foram importantes no que se referiam ao desenvolvimento econômico do estado e principalmente da capital potiguar. Contudo, devemos concordar com Maria do Livramento Miranda Clementino, Angela Ferreira, Ana Caroline Dantas, dentre outros pesquisadores que se dedicaram ao estudo da cidade nesse recorte específico, de que o cenário de desenvolvimento e progresso econômico percebido não atingiu todos os pontos e muito menos todos os grupos sociais da cidade.

De acordo com Ana Caroline Dantas, as condições de Natal naquele momento permitiram que um grande acúmulo de capital fosse parar nas mãos de alguns poucos comerciantes e empresários, assim como, ao mesmo tempo, também acentuaram as desigualdades sociais já existentes. A situação se tornou ainda mais grave em decorrência do fenômeno das secas, que fizeram com que um grande número de retirantes viesse para a cidade, o que acabou acentuando o problema da mendicância pela cidade. Diante disso, Natal vivia um

¹⁶⁸ DANILO, 1942, p. 8 *apud* DANTAS, *op., cit.*, 2003, p. 130.

¹⁶⁹ CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 32.

¹⁷⁰ CASCUDO, 1946, p.3 *apud* DANTAS, *op., cit.*, 2003, p. 131.

clima de “falso progresso”, ainda mais quando se observava a situação higiênica de bairros periféricos como Rocas, Alecrim, Morro Branco e outras localidades como o Canto do Mangue, Guarita e Carrasco.¹⁷¹

Assim, no que diz respeito ao processo de produção do espaço urbano da cidade de Natal, a década de 1940 pode ser entendida como o momento de transição entre a era dos planos urbanísticos para a institucionalização do planejamento urbano. A elaboração e a implementação do Plano Geral de Obras, de 1939, representou, de certa maneira, o fechamento de um ciclo de intervenções na cidade, onde os planos urbanísticos eram pautados pelas questões de embelezamento, higienização e modernização da estrutura viária da cidade.

Os planos urbanísticos, entretanto, diante da nova configuração urbana imposta pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial, acabaram se tornando instrumentos obsoletos no que se referia à organização, à ordenação e ao controle do espaço urbano da cidade, de forma que as décadas de 1940 e 1950 foram tratadas pela historiografia local como um “período sem planos”, de forma que tanto o Plano Geral de Obras quanto o seu antecessor, o Plano Geral de Sistematização, de 1929, acabaram por nortear e servir de base para a organização e o controle da expansão urbana da cidade.

Somente nos anos finais da década de 1950, como sugeriu Ana Caroline Dantas, algumas tentativas de superação e solução daquilo que se considerava como “problemas urbanos” – abastecimento, saneamento, transportes, circulação e habitação – puderam ser observadas, principalmente a partir das duas gestões do prefeito Djalma Maranhão (1956-1959/1960-1964).¹⁷²

Em virtude de tudo que foi apresentado até aqui sobre o processo de urbanização da cidade de Natal na primeira metade do século XX, não há como contestar que tal processo foi extremamente desigual, espacial e socialmente falando. A formação dos espaços na capital potiguar obedeceu a critérios estritamente econômicos, privilegiando áreas cujo uso e ocupação correspondiam a grupos sociais determinados, que se reconheciam entre si e que dispunham de capitais culturais, econômicos e sociais semelhantes. Tais grupos dominavam a cena política e econômica no estado do Rio Grande do Norte, como fizeram o grupo familiar Albuquerque Maranhão, de forma que, ao longo de boa parte da primeira metade do século XX, estes

¹⁷¹ DANTAS, *op. cit.*, 2003, p. 131.

¹⁷² DANTAS, Ana Caroline *et al.* “Uma cidade sem Planos?”: gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940*. Natal: Edufm - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006, p. 258.

indivíduos buscaram construir uma cidade que lhes representassem e também refletisse seus desejos e aspirações; buscavam uma cidade que simbolizasse os ideais republicanos de ordem e progresso.

Enquanto que alguns espaços da cidade foram dotados de equipamentos urbanos de uso coletivo como serviços de transportes, de abastecimento de água, redes de esgotos, instrumentos de lazer e cultura, outros ficaram à margem desse processo. Esta forma de organização social e das cidades é algo característico do processo de urbanização brasileiro, cujas propostas e intervenções urbanas, elaboradas e implementadas, seja de forma parcial e/ou total, como pôde ser observado no caso de Natal, não contemplavam todas as partes da cidade.

A exposição que acabamos de realizar, visou apresentar e discutir, de um modo geral, as bases do processo de formação dos espaços da cidade de Natal para que, nas próximas partes, possamos tratar de maneira mais específica dos espaços periféricos da cidade, que foram marginalizados dentro do processo de urbanização da cidade, como foi o caso das Rocas, um dos bairros mais antigos e tradicionais da cidade de Natal.

CAPÍTULO 2 – A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE AS ROCAS COMO INSTRUMENTO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Lugar do encontro, da concentração de pessoas, das trocas, dos fluxos, do trabalho e da produção, a cidade é uma realidade social, dinâmica, complexa e multifacetada no tempo; ela se forma e se organiza a partir da atuação de várias forças sociais que se articulam a todo momento através das relações humanas, sejam elas econômicas, políticas, culturais e/ou simbólicas; uma criação artificial, construída a partir da vontade consciente, dos desejos e dos interesses dos seus criadores. A cidade, ao mesmo tempo, também é formada por elementos aleatórios, controlados de modo imperfeito, pois nem sempre os interesses são convergentes e os grupos sociais homogêneos. O espaço citadino, nesse sentido, vai muito além de seus aspectos físicos e materiais, se configurando também como o resultado de um emaranhado de experiências humanas.¹⁷³

A cidade é como um livro que não se deixa ler por inteiro, de forma que aqueles que buscaram lê-la ou apreendê-la de uma maneira definitiva acabaram por trilhar o caminho do engano, do devaneio, da ilusão e da fantasia como fez o imperador mongol Kublai Khan ao confrontar o veneziano Marco Polo, quando este lhe apresentou as cidades do seu império pelas quais tinha passado. As cidades foram descritas por Polo de maneira detalhada, com aspectos singulares e sensíveis, a fim de mostrar ao imperador que todas elas tinham vida, que eram pulsantes e diferentes em vários aspectos. Contudo, mesmo diante do esforço do viajante, o imperador acabou reduzindo tudo a uma única ideia, geometrizar e racionalizar. Para Kublai Khan as cidades de seu império eram todas simétricas, invariáveis e precisas como as peças de um jogo de xadrez.¹⁷⁴

O diálogo entre o viajante veneziano e o imperador mongol representa a tensão entre o *cristal* e a *chama*, ou seja, entre a solidez e a fluidez, entre a racionalidade geométrica e o emaranhado de existências humanas que, na perspectiva de Ítalo Calvino, simboliza e constitui a própria cidade.¹⁷⁵ Essa cidade-texto, por sua vez, é feita de pedaços, de fragmentos, de trechos apagados, rasurados, de partes que jamais poderão ser reconstituídas; é feita de dimensões

¹⁷³ RYKWERT, Joseph. *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*. Tradução Margarida Goldszajn e Anat Fabel. São Paulo: Perspectiva, 2006, p. XLII.

¹⁷⁴ GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

¹⁷⁵ CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. tradução Ivo Barroso — São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 85.

múltiplas, “onde se casam e se contestam escrituras variadas, das quais nenhuma é original [...] tecido de citações, oriundas dos mil focos de cultura”, tal como afirmou Roland Barthes.¹⁷⁶

Uma mesma cidade pode apresentar inúmeros significados e sentidos. Isso, obviamente, dependerá para quem seja dirigida a seguinte pergunta: como é a sua cidade? A resposta tende a ter uma natureza diversificada, apresentando, por um lado, elementos gerais – como o nome da cidade, que é único e comum a todos os seus habitantes; suas dimensões físicas, sua localização geográfica, o número aproximado de sua população – e, por outro lado, elementos subjetivos – que levam em consideração as experiências e as vivências de seus moradores, suas condições econômicas, sociais, políticas e culturais. A cidade é, à vista disso, uma unidade que, tendo forma, permite conteúdos variáveis e também simultâneos.¹⁷⁷ É uma unidade composta de partes, de fragmentos, de outras unidades que possuem características formais e sociológicas distintas – estrutura física, organização social, dinâmicas culturais e econômicas.

Geralmente, quando se analisa o processo de criação da imagem pública das cidades, nota-se que algumas de suas partes não foram contempladas ou valorizadas da mesma maneira pela narrativa oficial/dominante. Sim, existe uma narrativa dominante sobre a cidade, produzida pelos grupos detentores do poder e de capitais, econômicos e simbólicos, que definem e estruturam o espaço citadino de acordo com seus interesses e necessidades, de modo que certos locais não faziam parte ou não estavam alinhados a esses interesses e a uma certa visão hegemônica daquilo que deveria ser a cidade. No entanto, como nos alertou Aldo Rossi, é somente a partir desse conjunto de partes desiguais que conseguimos visualizar a unidade urbana como um todo e apreender, de fato, a cidade.¹⁷⁸ Os bairros são um bom exemplo disso.

Possuidores de uma história, de uma forma, de limites políticos-administrativos, os bairros também são constituídos a partir da relação existente entre o espaço físico e os laços de afetividade de seus moradores para com o lugar, uma vez que o bairro é também fruto de experiências historicamente acumuladas, isto é, “de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas”, tal como foi observado por Henri Lefebvre.¹⁷⁹ São, assim, lugares de trocas e de sociabilidades, apreensíveis em escala humana, possíveis de serem percorridos a pé; são espaços determinados que apresentam uma forma e características

¹⁷⁶ BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 62.

¹⁷⁷ RONCAYOLO, *op., cit.*, 1986, p. 396-397.

¹⁷⁸ ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução Eduardo Brandão. - 2. ed. - São Paulo SP: Martins Fontes, 2001, p. 66.

¹⁷⁹ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001, p. 52.

socioespaciais particulares e que funcionam como pontos de orientação, física e também simbólica, tanto para seus habitantes quanto para visitantes.

Não raras vezes, essas características acabam por se converterem, no processo de construção da imagem pública do bairro e, de maneira mais ampla, da cidade, em verdadeiros marcadores identitários.¹⁸⁰ As relações de vizinhança, inerentes à vida comunitária do lugar, podem ser citadas aqui como uma característica marcante no processo de identificação dessa categoria espacial. É a partir dessas relações que os bairros são produzidos, que os moradores criam um sentimento de pertença para com o lugar, fazendo do bairro uma pequena nação, onde praticamente todos se reconhecem como partes constitutiva dessa unidade urbana que, em vários sentidos, se diferencia das outras unidades que formam a cidade.¹⁸¹

Por essa razão – de o bairro apresentar aspectos que são capazes de identificá-lo – não deve ser difícil lembrarmos de um momento em nossas vidas no qual possamos ter ouvido alguém falar, seja num programa de tv, no rádio, numa matéria de jornal, numa conversa aleatória num banco de praça tomando uma cafezinho, numa fila de supermercado ou dentro de um ônibus, de um bairro a partir de alguma característica socioespacial marcante, como uma atividade econômica específica ou por apresentar aspectos sociais e/ou topográficos singulares: o bairro chinês da cidade de São Paulo, que é uma referência ao bairro da Liberdade; ou o bairro latino da cidade de Nova York, “El Barrio”, uma alusão à East Harlem, local de intensa concentração de latino-americanos; ou Rocas, bairro de operários e de pescadores da cidade de Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte.

Vale salientar que essas características, destacadas no processo de produção da imagem da cidade e que faz com que o bairro tenha um perfil distinto dos outros, não são as únicas e, de forma alguma, podem ser classificadas como definitivas, pois a cidade é a projeção da sociedade no espaço, de modo que quando as necessidades, os interesses e as questões que regem essa sociedade mudam, o espaço citadino também se altera junto com ela.¹⁸² Levando em consideração a forma como a nossa sociedade está organizada, isto é, dividida socialmente em classes e regida pelos princípios do modo de produção capitalista, que faz do chão da cidade uma mercadoria e fonte de renda, podemos ainda identificar um bairro pela forma como os

¹⁸⁰ LIRA, José Tavares Correia de. Bairro. In: *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Org. Christian Topalov, Stella Brescisi, et al. Tradução Alícia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 86.

¹⁸¹ BARROS, S. A. L. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. *PosFAUUSP*, (15), 2004, p. 58-63.

¹⁸² LEFEBVRE, op., cit., 2001, p. 51.

capitais circularam e foram investidos pelos agentes sociais que o produziram – proprietários dos meios de produção, donos de terra, agentes imobiliários, o Estado e os grupos socialmente excluídos.¹⁸³

À vista disso, diferente do capítulo anterior, no qual procuramos apresentar como os investimentos e as ações do poder público de Natal foram voltados para partes específicas da cidade, deixando outras em segundo plano, este tem por objetivo analisar, de forma mais profunda, um desses espaços que foram marginalizado nesse processo, o bairro das Rocas. No primeiro capítulo, Rocas foi tratada de maneira superficial e geral, na medida em que buscamos identificar o lugar dele diante do processo de organização administrativa da cidade.

Neste segundo capítulo, nossa atenção se voltou para as práticas discursivas sobre esse lugar, sobretudo aquelas referentes as primeiras décadas do século XX, a fim de compreender o processo de produção das Rocas enquanto bairro e como uma dada maneira de representá-lo, própria dos grupos dirigentes, acabou influenciando na forma como ele foi tratado frente ao processo de urbanização e modernização da cidade de Natal.

Por muito tempo caracterizado pelas classes dirigentes da cidade de Natal como uma área perigosa e degradada, Rocas pode ser considerado um exemplo claro de como as práticas discursivas podem atuar diretamente nos processos de segregação socioespacial na cidade, como também podem influenciar nas ações – ou na inércia – do poder público com relação ao processo de desenvolvimento urbano e social dos espaços periféricos e suburbanos. Evidentemente, essa maneira de conceber e caracterizar a região das Rocas, como espaço de pobreza e do perigo, que buscamos evidenciar nas páginas a seguir, não era, de forma alguma, homogênea. Contudo, esse tipo de representação – estereotipada, estigmatizada e negativa – das Rocas e dos grupos sociais que lá viviam acabou se sobrepondo às demais.

A leitura de uma cidade se dá por aproximações, por tentativas, a partir de rascunhos e de discursos, de tal maneira que nas páginas desta grande obra é possível identificarmos várias cidades inscritas sucessivamente, diferentes no tempo e ocupando o espaço de modo diverso, geralmente sob o mesmo nome. O discurso, por essa razão, não pode ser jamais confundido com a própria cidade, pois quando falamos em cidade estamos, na verdade, nos referindo às suas representações, ao modo como os indivíduos, integrados em seus respectivos grupos sociais, conceberam, perceberam e vivenciaram a cidade e o mundo a sua volta.

¹⁸³ CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 12.

O discurso não é apenas uma forma de comunicação, é uma prática social que está sempre ligada a relações de poder, de modo que a noção de neutralidade não pode, jamais, ser associada à sua produção que é, ao mesmo tempo, “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”, como afirmou Michel Foucault.¹⁸⁴ Isso quer dizer que a construção do discurso está submetida a certas regras e normas, próprias daqueles que detém o poder e que determinam, por exemplo, quem tem o direito de falar na cidade e sobre o que eles podem falar.

Essa prática social, e de poder, reflete e também molda as relações sociais na sociedade. Instituições como o Estado, a Igreja, a Escola e os meios de comunicação de massa se utilizam do discurso como forma de manter as relações de poder existentes, de controlar socialmente os indivíduos, de impor uma determinada verdade sobre os fatos ao conjunto da sociedade, que pode, em diferentes níveis, influenciar na forma como as pessoas compreendem e se relacionam com seu passado, isto é, com sua memória.

Assim, certos indivíduos, pertencentes, na maior parte das vezes, à classe dirigente, por deterem o poder da enunciação (seja por controlarem os meios de comunicação, por exercerem algum tipo de cargo público ou por possuírem alguma ligação política que lhes permite influenciar e conduzir o processo de organização das cidades), mais do que influenciar, definiram “o modo de ver e conceber a cidade e sua gente e nela o lugar de cada um”.¹⁸⁵

Nesses termos, a cidade foi concebida enquanto cidade a partir da noção de que ela era o local onde se encontravam aqueles decidiam e mandavam, como foi observado por José de Souza Martins em seu estudo sobre o subúrbio paulistano. Para esse autor, a história das cidades brasileiras, durante muito tempo, foi escrita a partir do olhar e das experiências dos grupos dominantes, inclusive no que diz respeito aos locais situados nos limites da cidade, os subúrbios e periferias.

O crítico literário uruguaio Ángel Rama, por sua vez, ampliou ainda mais o ponto de vista de José de Souza Martins, e analisou o processo de formação, planejamento e consolidação das cidades latino-americanas, do período que se estende de 1521, momento em que a cidade asteca de Tenochtitlán foi destruída por Hernán Cortez, até 1960, quando a cidade de Brasília

¹⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996, p. 9.

¹⁸⁵ MARTINS, *op. cit.*, 2002, p. 7-11.

foi inaugurada, de modo que essas e outras cidades foram gestadas e planejadas a partir de um sonho de ordem e de um desejo de conquista pela cidade ideal.¹⁸⁶

Diferentemente do modelo de “cidade orgânica” da Europa medieval, de onde saíram os colonizadores rumo ao continente recém conquistado, as cidades latino-americanas nasceram e se constituíram pela ordem dos signos, a partir de uma consciência planificadora, de representações simbólicas fundamentadas na imposição de uma ideia de civilização (europeia) sobre a barbárie, de tal maneira que, antes de serem uma realidade de ruas, casas e praças, que só podiam existir com o passar do tempo e de maneira gradual, “as cidades emergiam já completas por um parto da inteligência nas normas que as teorizavam, nos atos fundacionais que as estatuíam, nos planos que as desenhavam idealmente”.¹⁸⁷

Assim, a partir da análise desse autor, que se apoiou em cartas, em textos literários e outros documentos produzidos por “homens de letras”, bem como de outros estudiosos da cidade e do urbano, concluímos que a produção da cidade por um grupo minoritário e dominante (agentes do Estado, proprietários de terra, comerciantes, entre outros) não pode ser entendida como uma particularidade brasileira, mas sim como uma estratégia ou um método que remete à colonização da América Latina como um todo. Essa relação direta com o poder acabou criando as condições e fornecendo os recursos e instrumentos necessários para que esses grupos privilegiados moldassem o espaço da cidade a partir de seus interesses, materializando no chão urbano seus ideais, suas visões de mundo e de sociedade.

Assim, boa parte daquilo que compreendemos com a cidade (a nossa cidade) é um produto fabricado a partir de um conjunto de procedimentos usados por essa parcela da sociedade, geralmente intelectualizada, que busca homogeneizar as experiências urbanas a partir dos discursos e da construção de uma memória oficial sobre a cidade. Neste capítulo analisaremos a forma como alguns intelectuais da cidade de Natal se referiram às Rocas nas primeiras décadas do século XX, de modo que se faz necessário, antes, compreendermos o que significava ser um intelectual nesse período.

De um modo geral, o intelectual é um indivíduo capaz de produzir conhecimento, de refletir sobre uma infinidade de assuntos ou de ser especialista num determinado tema; um indivíduo que assume uma postura crítica diante do mundo, mas principalmente da sociedade em que vive e que não necessariamente faz parte de uma “elite” social. Essa compreensão, no

¹⁸⁶ RAMA, *op. cit.*, 2015, p. 23.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 32.

entanto, está carregada por um discurso, por um conjunto de representações e idealizações daquilo que em nossa sociedade, contemporânea, compreendemos ser um intelectual.

Isso quer dizer que a noção de intelectual é variável e também polissêmica, de tal maneira que, dependendo da conjuntura histórica, social e cultural em que esse conceito foi produzido, ele pode apresentar características e significados diferentes. Esse aspecto, por sua vez, acaba por tornar a tarefa de precisar objetivamente essa palavra mais difícil, sobretudo por parte daqueles que se dedicam ao estudo dessa temática. Diante do caráter polissêmico do termo, Jean-François Sirinelli propôs que o conceito de intelectual fosse pensado de maneira geometricamente variável, mas com a presença de elementos compreendidos como invariáveis.

De acordo com esse autor, que analisou a construção dessa noção na realidade francesa, existem duas acepções de intelectual que podem servir de base para o entendimento dessa figura num âmbito mais geral. A primeira pode ser considerada como uma acepção de caráter mais amplo e sociocultural, e englobaria os criadores e os mediadores culturais, onde estariam reunidos os jornalistas, os escritores, os professores e os eruditos. Já a segunda pode ser considerada mais estreita, fundamentada na ideia de engajamento na vida da cidade de maneira mais específica, como ator, testemunha ou consciência. Apesar de destacar essas duas acepções, que num primeiro momento podem ser entendidas como distintas, o autor defendeu o argumento de que uma acepção não pode ser compreendida de maneira autônoma com relação a outra, já que tanto uma quanto a outra são elementos de natureza sociocultural.

Sirinelli chegou a afirmar que o debate entre essas duas acepções se mostra pouco relevante para os historiadores, se configurando em um “falso problema”. Todavia, esse autor faz uma escolha e também sugere que os historiadores escolham a primeira acepção, mas “sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo”, de maneira a prestarem atenção nos detalhes e nas especificidades históricas, sociais e culturais que envolvem os grupos e os meios intelectuais.¹⁸⁸ Assim, considerando as ideias de Sirinelli, os intelectuais são aqueles indivíduos dotados de certos conhecimentos, que atuam em diferentes esferas da vida social – política, ciência, religião, entre outras – e que são capazes de produzir e mediar a cultura para a sociedade de seu tempo. Esses podem ser entendidos como aqueles aspectos invariantes mencionados pelo autor.

¹⁸⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, René. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 243.

A partir desses pressupostos, como identificar a figura do intelectual na cidade de Natal no período da Primeira República? A historiadora Maiara Juliana Gonçalves da Silva, em sua dissertação de mestrado, se fez esse questionamento e, a partir de sua investigação, chegou à conclusão de que os intelectuais da cidade de Natal eram os sujeitos que se autoproclamavam “literatos” ou “homens de letras da terra”, que escreviam poesias, contos, romances, crônicas, peças de teatro, estudos monográficos, estudos jurídicos, entre outros tipos de produções que, na época, entre o século XIX e as décadas iniciais do século XX, eram classificados como literatura.¹⁸⁹

Além disso, o intelectual natalense era uma figura limite. A atividade das letras estava longe de ser considerada uma profissão rentável, de tal jeito que ela estava muito mais ligada ao prazer do que a ganhos financeiros. Aqueles que produziam literatura na cidade de Natal não se dedicavam integralmente a ela, de forma que a maioria deles também desempenhavam outras funções na cidade, outros trabalhos que serviam para garantir o seu sustento. Muitos desses “literatos” – homens na sua grande maioria – foram médicos, advogados, jornalistas, comerciantes, funcionários públicos, políticos e professores, os quais podemos classificar como sendo os mediadores, produtores, criadores e receptores culturais da cidade de Natal nas primeiras décadas do século XX.

O reconhecimento como “literato” ou como “homem de letras” na cidade não tinha como condicionante a publicação de livros, mas a experiência literária em si, pois, como foi destacado por Maiara Silva, boa parte desses intelectuais publicavam e escreviam para as revistas e jornais que circulavam pela cidade, bem como trabalhos oriundos de sua própria profissão.

As produções desses homens giravam em torno de temas como economia, política, cultura, a vida social e administrativa da cidade, de forma que esses registros nos ajudam a compreender parcialmente o que era a cidade num determinado período histórico, sua organização política, social e espacial. Nesse sentido, analisamos um conjunto de escritos e produções, de alguns desses intelectuais da cidade, a fim de identificar a forma como a imagem das Rocas, como espaço da pobreza e da doença, foi sendo construída ao longo desse período

¹⁸⁹ SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal": a vida intelectual natalense (1889-1930)*. 2014. 399f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, p. 20.

e como essas práticas discursivas acabaram se convertendo em instrumentos de segregação socioespacial.

2.1 – Entre papel e tinta: os intelectuais, suas memórias e a construção discursiva das Rocas nas primeiras décadas do século XX

Localizado próximo ao porto da cidade de Natal, ao Canto do Mangue e as margens do rio Potengi, Rocas, que faz divisa com os bairros da Ribeira e Santos Reis, ao contrário de outras partes da cidade, não nasceu bairro. Foi somente no ano de 1947, quando o prefeito Silvio Piza Pedroza aprovou o projeto de decreto-lei nº. 251, que tratava especificamente da divisão da cidade em área urbana e suburbana, que Rocas passou a fazer parte, oficialmente, do conjunto de bairros que formavam a cidade de Natal.¹⁹⁰ Até o momento da aprovação desse decreto, a cidade contava com apenas quatro bairros oficiais, número que subiu para onze, dos quais nove foram classificados como bairros urbanos – Ribeira, Cidade Alta, Alecrim, Petrópolis, Tirol, Santos Reis, Rocas, Lagoa Seca e Lagoa Nova – e os outros dois – Carrasco e Quintas – como suburbanos.

Antes de ser reconhecido como bairro, Rocas, até a década de 1920, era compreendida como uma área limite da cidade, classificado como um arrabalde, um subúrbio ou como um lugar pitoresco, como fez Amphilóquio Câmara, em 1923. No seu livro, “*Scenários Norte-Riograndenses*”, Amphilóquio, enquanto representante do estado do Rio Grande do Norte na Exposição Internacional do Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Independência, apresentou como estava o Rio Grande do Norte nos anos 20, assim como aspectos socioespaciais de um tempo anterior. Ele retratou as diversas regiões do estado, fez descrição de cidades, seus potenciais econômicos e suas características sociais, expressando o seu ufanismo com relação ao seu estado de origem.

No tocante à cidade de Natal, esse representante de Estado declarou que ela estava dividida em três partes: Cidade Baixa, Cidade Alta e Cidade Nova. Além dessas partes, a cidade ainda contava com a existência de “quatro pittorescos arrabaldes”, que eram, nas palavras do autor, “o prolongamento da área urbana”. A Cidade Baixa compreendia o bairro da Ribeira, a parte mais comercial da cidade, onde também se encontravam o porto, as repartições dos

¹⁹⁰ NATAL. Prefeitura Municipal. Projeto de Lei 251, de 10 de julho de 1947. Natal: 1947.

correios, dos telégrafos, da alfandega, do serviço do algodão, o teatro, bancos, escolas, redações de jornais, cinema, hotéis, as estações das estradas de ferro, as fábricas e a Inspetoria de Obras Contra as Secas, situada na área das “Roccas”.¹⁹¹

A Cidade Alta, por sua vez, era o local onde habitava o grosso da população urbana e onde estavam instalados os órgãos de gestão e organização da vida social e espacial da cidade como Palácio do Governo, o Conselho Municipal, as repartições da Instrução Pública e da Higiene, o Congresso do Estado, o Quartel Federal, a Delegacia Fiscal, os cinemas, o mercado, entre outras instituições. Cidade Nova era a parte da cidade que, segundo Amphíloquio, podia ser reconhecida pela presença dos lindos, elegantes e confortáveis chalés, como a residência oficial do governador do estado.

Os “pitorescos arrabaldes” mencionados por Amphíloquio possuíam características sociológicas, funcionais e espaciais distintas. Enquanto que Petrópolis, situado ao nordeste, e Tirol, ao sueste, nas palavras do autor, eram “lindos bairros para moradias, com largas avenidas” e que eram o “avanço da Cidade Nova”, o Alecrim, estava localizado na região sudoeste, uma “continuação da Cidade Alta, e, por sua vez, subdividido em Bôa Vista, Baixa da Belleza e Refoles”, era o “bairro do operariado, por excellencia, muito povoado, nelle se encontrando o Cemiterio, o Asylo de Alienados e o grupo escolar “Frei Miguelinho”. As Rocas, por sua vez, era o lugar “construído sobre dunas e habitado por operários e pescadores, ao lado norte, pela Ribeira” – dos quatros arrabaldes citados pelo autor, Rocas foi o único que não recebeu a designação de bairro.

Amphíloquio descreveu uma cidade de Natal idealizada, homogeneizada, isto é, não considerou suas partes diferentes, inclusive em termos de investimento material e de infraestrutura. Nas palavras dele, Natal era “servida por luz e bondes eléctricos, ligando estes, por várias linhas, os diversos bairros e arrabaldes da capital”, o que não era uma realidade quando se tratava dos espaços suburbanos e periféricos.¹⁹² Os habitantes destes locais – alguns deles – percebiam a precária condição urbana em que viviam e reagiam pleiteando aos poderes públicos maiores investimentos para a sua comunidade. O jornal *Diário de Natal*, em dezembro de 1924, na sua coluna “Echos e Factos”, publicou uma nota informando que os moradores do

¹⁹¹ CAMARA, Amphíloquio. *Scenarios Norte-Riograndenses*. Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1923, p. 33.

¹⁹² *Ibid.*, p. 34.

“bairro das Rocas”, especificamente da Travessa Paraense, pleiteavam a bastante tempo, “perante a administração dos serviços urbanos, o serviço de iluminação electrica”.

De acordo com a matéria, um grande número de pessoas, “habitantes daquelle movimentado subúrbio”, enviaram ao governador do Estado um abaixo assinado a fim de que aquela solicitação fosse atendida. O periódico se posicionava favorável as exigências dos moradores das Rocas, declarando que o dr. José Augusto Bezerra de Medeiros não se recusaria a acolher aquela “razoável pretensão, oriunda, principalmente, do activo commercio da travessa Paranese”.¹⁹³

A Natal descrita por Amphilóquio era aquela que compreendia os espaços marcados pela presença e relações dos grupos dominantes da cidade, pelas largas avenidas, pelas ruas bem arborizadas e calçadas, jardins e praças; uma cidade com rede de abastecimento de agua potável para todas as casas, com telefones, cafés, casas de diversões, bibliotecas, estações balneárias (praia de Areia Preta), associações de toda ordem, inclusive recreativas, como o Natal Club. Do ponto de vista dele, Natal era uma cidade cujo progresso estava em ritmo crescente, de forma que oferecia aos seus habitantes toda a sorte de conforto.¹⁹⁴

As desigualdades sociais se escondiam por traz da retórica do progresso, pois, como pudemos observar, a ideia de “pitoresco arrabalde”, atribuída por Amphilóquio Câmara a alguns locais da cidade, procurava colocar no mesmo grupo lugares bem diferentes do ponto de vista da urbanização, como Petrópolis e Rocas. Enquanto que Petrópolis era um pitoresco arrabalde por ser aquele bairro destinado à moradia das classes dominantes, “lindo”, com suas avenidas largas e vivendas confortáveis, Rocas era considerado pitoresco por ter sido construído em cima de uma duna e por ser o local de moradia de operários e pescadores.

A representação de Natal realizada por Amphilóquio, de uma cidade homogeneizada, sem problemas, contrastava diretamente com a cidade descrita na obra do médico Januário Cicco, sobre a situação do saneamento da cidade de Natal no ano de 1920, bem como no relatório da Comissão de Saneamento de Natal de 1924 e nos periódicos que, conscientes ou não, acabaram evidenciando os diferentes aspectos do espaço urbano natalense, sobretudo suas diferenças sociais e espaciais – escrever sobre a infraestrutura urbana precária das Rocas e de outros espaços da cidade, evidenciada por Januário Cicco três anos antes, algo que iremos

¹⁹³ ECHOS E FACTOS. *Diário de Natal*, Natal, 04 de dezembro de 1924.

¹⁹⁴ CÂMARA, *op.*, cit., 1923, p. 34.

abordar mais adiante, ao que parece, não era relevante dada a natureza da obra de Amphilóquio Câmara.

Ao longo do processo de produção das Rocas, de sua imagem pública, alguns observadores da cena urbana, que produziram textos sobre a cidade de Natal e fizeram referência às Rocas, atribuíram, de forma imprecisa e confusa, a categoria bairro a esse lugar. Gabriela Siqueira chamou a atenção para esse detalhe ao ressaltar, por exemplo, que Luís Câmara Cascudo “parecia desconhecer que a região ainda não era oficialmente bairro de Natal no início do século XX” – o que, de fato, não era.¹⁹⁵

Apesar de fazer parte da área urbana de Natal desde o momento em que se procurou definir, pela primeira vez, o que era a zona urbana da cidade – como buscamos demonstrar no primeiro capítulo –, Rocas foi tratada e concebida pelos grupos dirigentes como uma localidade exterior, situada fora dos limites citadinos, durante boa parte do primeiro período republicano, que se estende do ano de 1900 a 1930. Acreditamos que a forma como essa área foi ocupada ao longo desse período, sobretudo no que diz respeito à sua composição social, isto é, como o fato desse lugar ter sido habitado por gente de baixa renda, em sua maioria pescadores e operários, pode ter influenciado na maneira como essa parcela da sociedade enxergava e concebia as Rocas, visto que eram temas centrais nos seus discursos e nas suas representações do lugar.

Luís da Câmara Cascudo, cronista e consagrado como historiador da cidade de Natal¹⁹⁶, destacou que Rocas foi um lugar formado inicialmente por pescadores e que seu nome teve origem, segundo haviam lhe contado (e ele não informa quem foi que lhe contou), nas pescarias realizada no Atol das Rocas, de forma que os pescadores “denominaram Rocas à morada em terra firme”.¹⁹⁷ Esse núcleo humano formado pelos pescadores era ínfimo e não possuíam as condições necessárias para, segundo o autor, sustentar as famílias agrupadas, assim como também não gozavam de uma infraestrutura que tipificasse o local como uma área urbanizada.

Na perspectiva de Câmara Cascudo, o desenvolvimento dessa região começou quando um maior número de pessoas passou a circular e se fixar na região em virtude das obras do

¹⁹⁵ SIQUEIRA, *op., cit.*, 2019, p. 68.

¹⁹⁶ Luís da Câmara Cascudo foi uma figura singular e de relevo para o campo intelectual do Rio de Grande do Norte. Dedicou parte de seus escritos à cidade de Natal, à construção de sua memória e de sua história. Para saber mais sobre a construção de Cascudo enquanto intelectual da cidade de Natal ver: CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011. ARRAIS, Raimundo. *Luís da Câmara Cascudo: historiador da cidade de Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

¹⁹⁷ CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 301

porto, em 1897, e da construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, em 1909. O cronista da cidade, que afirmou ter acompanhado uma parte do desenvolvimento das Rocas, foram os trabalhadores que acabaram criando as condições para a transformação inicial dessa região, não apenas através da construção de casas residenciais, que ficavam nas proximidades dos locais de trabalho, mas a partir da criação de um pequeno comércio local, de estaleiros para construção e reparo, que atraía boa parte da população pobre da cidade.¹⁹⁸ Cascudo, no entanto, não deixou claro de onde vieram esses trabalhadores (os operários, os foguistas, os mergulhadores, os maquinistas), assim como também não indica se eles permaneceram, de fato, fixados nas Rocas ou se foram embora após os serviços do porto e da Estrada de Ferro Central serem concluídos.

Em um dos capítulos de sua *História da cidade de Natal*, Cascudo deixou evidente o seu ponto de vista com relação à categoria espacial bairro. Para ele, um bairro se caracterizava por ser uma “divisão espontânea” baseada, sobretudo, em fatores econômicos e sociais que, por seu turno, determinavam a identidade de seus moradores e também a forma oficial do lugar. Cascudo tinha uma visão totalmente hierarquizada do território citadino, de que havia bairros melhores que outros, de tal jeito que, nas suas palavras, à medida em que as famílias subiam de classe, de nível social, “com aparecimento de exigências, despesas, aproximação com outros centros mais possuidores de conforto”, se acentuava o processo de “emigração ascensional dos mais dotados para ambiente superior”.¹⁹⁹

A partir desse olhar hierarquizante, Cascudo dividiu os bairros da cidade de Natal em duas categorias: “bairros exteriores” e “centrais”. O bairro exterior, conforme o autor, era compreendido como “uma aglutinação marginal, fixada no cinturão da cidade, a primeira camada social” que, por sua vez, não teria resistido “ao embate nos bairros de vida mais intensa”, visto que esses tinham passado por um processo de modernização do espaço urbano da cidade nas décadas iniciais do século XX, ou melhor, que foram privilegiados nesse processo.

Os bairros exteriores, nesse sentido, eram locais de passagem, pontos de acomodação momentânea, até que o indivíduo pudesse, de alguma maneira, ascender social e economicamente e ir morar em outro local. No entanto, parece que o historiador da cidade de Natal tomou a experiência norte-americana como ponto de partida para pensar a constituição

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 301.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 299.

dos bairros natalenses, uma vez que os bairros exteriores não eram, nas palavras dele, “os bairros de enquistação, parte explicados pela topografia que é defensiva, os morros cariocas ou a praia dos rios ou de banhado no Recife, dando a população do mocambo”, mas que os mesmos eram facilmente encontrados na faixa fluvial de Nova Iorque.

Como forma de estabelecer uma diferença entre o bairro exterior de Natal e de outras localidades como Rio de Janeiro e Recife, Cascudo ressaltou que os bairros exteriores natalenses não eram “convergências de saldos de salvados humano, mas a zona pobre, produtora, lar de trabalhadores” que estavam em busca constante pela evolução, fossem através da “melhoria nos materiais de construção, do aformoseamento, da retificação de alinhamentos”, o que faziam deles “pequenos núcleos” que não se dissolviam na fusão urbana, mas que se articulavam “ao organismo central citadino”.²⁰⁰

O ponto de vista de Câmara Cascudo, quanto ao modelo de organização espacial da cidade, estava, em certa medida, apoiado no “modelo de mobilidade social de Pitirim A. Sorokin”, um sociólogo russo que emigrou para o Estado Unidos após a Revolução Russa de 1917, como ele mesmo deixou evidente em seu texto, embora não tenha mencionado, especificamente, que obra ou obras desse autor ele utilizou como base.

Contudo, há um texto que sintetiza o pensamento de Sorokin, sobretudo quanto à noção de estratificação e de mobilidade social, que certamente nos ajuda a entender as bases teóricas que, por ventura, influenciaram a compreensão de Luís da Câmara Cascudo quanto à classificação dos bairros da cidade – principalmente a ideia de que um bairro exterior se configurava como um lugar de passagem, ou melhor, um lugar de posição inferior, onde os indivíduos se fixavam temporariamente até conseguirem se mudar para um outro local, social e economicamente superior.

Em “*Extratificacion y movilidad social*”, livro traduzido por Angela Müller Montiel, Sorokin afirmou que a sociedade contemporânea ocidental se organizava a partir de estratos, isto é, de camadas hierarquicamente superpostas, onde a riqueza, o poder (político e econômico), o status e o prestígio eram critérios que influenciavam e determinavam essa divisão no conjunto das sociedades. A estratificação social era compreendida por esse sociólogo como uma característica permanente de qualquer sociedade minimamente organizada, marcada, por sua vez, por “uma distribuição desigual de direitos e privilégios, deveres e responsabilidades,

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 300.

valores sociais e privações, poder e influência” entre os seus membros, fosse esta sociedade orientada pelos princípios comunistas ou capitalistas.²⁰¹

No tocante à mobilidade social, Sorokin ressaltou que ela se constituía na possibilidade de os indivíduos, objetos ou qualquer coisa criada por meio da atividade humana, se movimentarem no espaço social de uma posição para outra, tanto de forma vertical – quando o sujeito ou objeto de uma camada social muda para uma outra, podendo ser de forma ascendente (de um estrato inferior para um superior), ou descendente – quanto horizontal – quando um indivíduo ou objeto passa de um grupo para outro, mas sem alteração no nível social.²⁰² À vista disso, Cascudo classificava as Rocas como parte desse conjunto que formava os “bairros exteriores” da cidade. Na verdade, Rocas era o mais antigo dos bairros exteriores, identificado, segundo o cronista, pelo “bloco de ruas e travessas diante da rua Silva Jardim”, o limite da “velha cidade”, do outro lado da Esplanada que era coberta nas marés vivas”.²⁰³

No entanto, se levarmos em consideração a legislação urbana do período, isto é, até o momento da publicação da obra de Cascudo, *História da cidade de Natal*, em 1947, a região das Rocas não poderia ser classificada como “bairro exterior”, pois, de fato, não era oficialmente bairro, era uma região que estava administrativamente ligada à Ribeira, a área comercial e, segundo a classificação cascudiana, um dos bairros centrais da cidade. Essa condição de exterioridade das Rocas fica muito mais evidente quando lemos uma crônica que Cascudo escreveu para o jornal *A República*, em 1929. Nesse texto, o cronista descreveu a cidade de Natal, destacou como ela estava dividida e como o “novo plano da cidade”, um plano urbanístico, atuaria sobre ela.

Cascudo iniciou o texto colocando em questão a própria condição de Natal enquanto cidade. Nas palavras dele, “oficialmente existe a Cidade de Natal ha tresentos e trinta annos. Relativamente parece com este título a oito ou nove annos. Ou melhor, imita cidade recém fundada se o enviezamento das artérias não denunciase a velhice”. Para esse autor, Natal, apesar de ter o título de cidade, não passava ainda de uma imitação. Essa imitação de cidade, se assim podemos chamar, se dividia em três blocos: o Ribeirinho, que se entendia da Praticagem ao Oitizeiro, o da Ribeira e o da Cidade Alta.

²⁰¹ “...una distribución desigual de los derechos y privilegios, los deberes y responsabilidades, los valores sociales y las privaciones, el poder y la influencia, entre los miembros de una sociedad”. Ver SOROKIN, Pitirim A. *Estratificación y movilidad social*. Traducción Angela Müller Montiel. 2º Ed. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional. 1961, p. 15.

²⁰² *Ibid.*, p. 135.

²⁰³ CASCUDO, *op.*, *cit.*, 2010, p. 300.

Esta era a cidade em seu traço original. Petrópolis, Tirol e Alecrim, por sua vez, eram muito recentes para entrar nessa distribuição, conforme foi salientado por Cascudo. Cidade Alta, o terceiro bloco, era o bairro residencial e de comércio miúdo, e o maior dos bairros. A Ribeira, o segundo bloco, nas palavras de Cascudo, havia se estendido até “esbarrar nos areaes das Rocas e para leste com Areial, dahi, em curva lenta, articulando-se numa continuidade de cochicholos [de casas pequenas], espraiaava-se nos tabuleiros cobertos de cajueiros bravos e mangabas”.

A Ribeira esbarrava nas Rocas e no Areal, isto é, não havia integração de fato, mas um choque, apenas um contato. Rocas, nesse sentido, era o limite, a última fronteira desse segundo bloco que formava o traço original da cidade. Em outro trecho, no qual Cascudo afirmou que a cidade poderia ser explicada em seu conjunto a partir de dois arcos, o cronista reforçou a condição de exterioridade das Rocas, isto é, de um local que estava fora *dos* ou *nos* limites daquilo que se compreendia como a cidade propriamente dita, o centro. Vejamos o trecho em questão na íntegra:

A cidade em conjunto poderia ser explicada em dois grandes arcos. Um antigo, irregular, atrabiliario, incorrigivel em todo, parte tradicional, parte iniciadora da cidade centenaria, arco *cujas extremidades tocam as Rocas* e o Baldo. A recta partida destes extremos marca a verdadeira cidade de Natal. O outro arco, parte moderna. Já racciocinado, um pouco monotona pela sisudez geometrica do enxadrezado, terá seus extremos tocando os dois do primeiro arco e correndo de leste a sul enquanto o primeiro parte do norte ao oeste.²⁰⁴

Em outra crônica, essa publicada alguns dias depois, no dia 7 de novembro de 1929, Cascudo explorou os efeitos do “novo plano da cidade”, o “master plan” de Giacomo Palumbo, no bairro da Ribeira. Nesse texto, no qual o autor supostamente enaltece o projeto urbano de remodelação daquele bairro, Rocas foi tratado como espaço inferior e de pouca importância. Ao tratar da rua Silva Jardim, o cronista afirmou que ela seria uma rua grande na “cidade novíssima” construída a partir do plano Palumbo e que faria “esfarela-se os arruados das Rocas, Areial, Limpa, Canto do Mangue, Chamaré, etc”.²⁰⁵

Ao mesmo tempo que Cascudo classificava Rocas como “bairro exterior” na sua *História da cidade de Natal*, ele também reconhecia que esse lugar ainda estava em processo de formação para ser, de fato, considerado um bairro: Rocas ainda era um “mundo miúdo”, “um

²⁰⁴ O NOVO plano da cidade I. *A República*, Natal, 30 de outubro de 1929. [*grifo meu*]

²⁰⁵ O NOVO plano da cidade II. *A República*, Natal, 7 de novembro de 1929.

bairro em formação” cujas casinhas se espalhavam paralelamente à Petrópolis, “vencendo areia e morro”.²⁰⁶ Tem-se a impressão, ao analisar o texto de Câmara Cascudo, de que sua escrita refletia um certo incomodo, sobretudo com relação à aproximação da população das Rocas aos bairros ricos da cidade.

Segundo esse autor, as casinhas construídas harmonicamente nas Rocas se derramavam na pista de Petrópolis, “sempre no areal solto que enrola as dunas da praia no lado do rio e do mar”, a ponto de chegarem bem próximas da avenida Getúlio Vargas, “como uma réplica popular e pobre à zona residencial e rica”.²⁰⁷ Nessa passagem, Cascudo deu a ver a sua percepção sobre o modo como as pessoas se fixavam nesse lugar e como o “bairro exterior” se expandia. As expressões usadas pelo autor sugerem que a crescimento das Rocas acontecia de maneira desordenada, espalhada e sem controle. Desordem e descontrole que não eram compatíveis com a lógica do progresso ou de desenvolvimento defendida e perseguida pela classe dirigente que ansiava por ter uma cidade ordenada e planejada, um produto da operação técnica.

Figura 7 - Início da construção da Avenida Circular (1946)



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza.²⁰⁸

²⁰⁶ Pouquíssimo tempo depois do lançamento da obra de Cascudo sobre a “História da cidade de Natal”, Rocas seria elevada à categoria de bairro, ou melhor, seria reconhecida, oficialmente, como mais um bairro da cidade de Natal a partir do projeto de lei Nº. 251 de 1947. CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 320.

²⁰⁷ *Ibid.*, p.300.

²⁰⁸ O acervo fotográfico Sylvio Pedroza foi organizado pelo professor Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha, vice coordenador do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade. Está localizado no Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, da Fundação José Augusto

Cascudo mesmo afirmou isso quando escreveu que a cidade de Natal era como se fosse um organismo vivo e que, tendo vida, estava vivenciando uma fase de “desenvolvimento violento, diário, incessante”, que ganhava os tabuleiros e subia os morros. Nessa conjuntura, em 1946, o avanço descontrolado das Rocas e de sua gente, que se derramava, que se espalhava e descia os morros – isto é, que realizava um movimento inverso ao do desenvolvimento, ao do progresso – tinha que ser contido.²⁰⁹ O registro fotográfico acima se refere ao período de construção da Avenida Circular, em 1946, atual Av. Presidente Café Filho. Nela podemos ver aquilo que hoje se configura como a Praia do Meio e o início de sua ocupação.

Cascudo deixou escapar de sua narrativa que a construção da Avenida Circular e a edificação de um novo bairro, em meados da década de 1940, foram os procedimentos utilizados pelo poder público para que a expansão das Rocas nessa área fosse barrada – ou melhor, para que aquilo que Rocas representava para a cidade, isto é, pobreza, miséria e desordem, fosse barrado. Silvio Piza Pedroza, prefeito de Natal no período imediato à Segunda Guerra Mundial, se utilizou da estrutura deixada pelos norte-americanos e mandou trazer de Parnamirim os *bulldozers*, máquinas usadas na edificação das bases militares norte-americanas, para mastigarem a areia e abrirem o caminho para a construção dessa avenida, bem como de uma “fila de residências de gente com recursos acima dos medianos (excluindo o funcionário estadual que está abaixo), num bairro novo”, que era o Santos Reis.

Figura 8 – Bulldozer mastigando a areia para fazer surgir a Avenida Circular, 1946.



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza.

²⁰⁹ CASCUDO, *op.*, cit., 2010, p. 30.

Nas palavras de Câmara Cascudo, esse bairro chegou a tempo de evitar a “ofensiva relâmpago do panzer-mocambo” que se encontrava concentrado aos pés do Morro de Petrópolis de forma ameaçadora, uma alusão ao casario das Rocas.²¹⁰ De uma maneira geral, a imagem das Rocas apresentada por Câmara Cascudo em seu texto sugere que esse lugar se desenvolveu com dificuldade, sobretudo pela falta de infraestrutura urbana e pela inexpressiva representatividade política.

Na *História da cidade de Natal*, Rocas era o lar da classe trabalhadora e dos pobres da cidade, uma área “inteiramente dirigida por três ou quatro moradores, barcaceiros, pequenos negociantes, maquinistas da Central ou do Melhoramento do Porto”; era um lugar no qual as pessoas, quando as marés alagavam o espaço existente entre Rocas e a rua Silva Jardim e deixavam o lugar isolado por horas, eram obrigadas a realizarem uma “curva imensa de percurso pelo cimo das colinas no rumo da rua do Jacó, para Ribeira ou Cidade Alta”; era um local que, conforme observação de Cascudo, atravessava, em 1946, “a fase inicial do Alecrim, embora sem as possibilidades de uma ascensão como as do bairro dos Sul”.²¹¹

As expressões usadas por Cascudo são sintomáticas e bastante significativas do ponto de vista da construção de uma imagem pública das Rocas como lugar inferior, sem importância, marginalizado social e espacialmente, ainda mais se levarmos em consideração a importância desse intelectual na paisagem cultural da cidade, como aquele que sabe tudo sobre ela, identificado como o “mestre Cascudo”, o “alvissareiro” que olha a cidade do alto da torre da matriz, que acompanha a procissão dos mortos e, assim, produz sua história, fazendo da sua percepção e da sua memória, a memória da própria cidade.²¹²

Essa foi a representação das Rocas que repercutiu com maior força no imaginário urbano da cidade ao longo da primeira metade do século XX, a de um lugar empobrecido, insalubre, de pouca importância, cujas ruas, becos e vielas seriam esfareladas diante da força esmagadora e corretiva do progresso e da modernidade. Mas é preciso que fique claro esse posicionamento de Câmara Cascudo, com relação à modernização da cidade, não era tão rígido assim. De acordo com Raimundo Arrais, estudioso da história urbana da cidade de Natal, a complexidade do texto de Cascudo está na dificuldade em se compreender, nas suas sutilezas, o “peso das vertentes

²¹⁰ CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 31.

²¹¹ Cascudo afirmou ter alcançado essa época por volta de 1910 e 1912. *Ibid.*, p. 302.

²¹² ARRAIS, *op., cit.*, 2017, p. 55-66.

modernas e tradicionalistas a partir dos temas cadentes dos anos 20 e 30, incluindo a compreensão que ele tinha do urbanismo”.²¹³

A obra *História da cidade de Natal* foi construída a partir da reunião e adaptação das crônicas que Cascudo publicava nos jornais locais entre as décadas de 1930 e 1940, as *Actas Diurnas*. Esses textos enfatizavam o passado da cidade, um passado vivenciado e experienciado pelo autor em diferentes níveis, tanto de forma direta, a partir de sua observação empírica, quanto indireta, mediante os relatos de outras pessoas.

Desde menino Cascudo circulou em ambientes culturalmente ricos e esteve cercado tanto por homens de poder político e econômico, principalmente na casa de seu pai, coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo, onde se relacionou e colheu informações de pessoas que tinham vivido boa parte do século XIX, como Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, amigo pessoal de seu pai, Ferreira Chaves, líder político de prestígio e também seu padrinho, e Henrique Castriciano, poeta, cronista, filósofo e amigo da família, quanto manteve contato com “pescadores, cantadores, ex-escravos, todo um universo de serviços” que se tornaram, ao longo do tempo, seus informantes da cultura popular, do cotidiano das ruas.²¹⁴

A vivência de Câmara Cascudo, a sua formação enquanto intelectual, o fato dele ter experienciado e acompanhado o desenvolvimento da cidade por diversos ângulos – desde o ponto de vista do funcionário público, do homem ligado ao poder, ao caminhante que vagou pela cidade, sentindo as vibrações da rua –, bem como a forma conciliatória com que ele soube articular as forças desencadeadas pela modernidade com as forças da tradição, faz com que a análise dessa sua obra não seja uma tarefa tão fácil.

A obra, como aponta Arrais, tanto satisfaz aqueles que são partidários de uma interpretação que compreende a figura de Cascudo como um modernista, quanto aqueles que o interpretam como um tradicionalista, muito embora a perspectiva de um Câmara Cascudo flutuante por entre essas duas vertentes pareça mais adequada. Para sustentar esse seu ponto de vista, Arrais analisou aquela crônica de Cascudo, de 1929, que tratava especificamente da avaliação do cronista com relação aos resultados do Plano Geral de Sistematização de Natal na Ribeira e demonstrou como, no mesmo texto, estavam presentes os dois Cascudos, o modernista e o tradicionalista.

²¹³ ARRAIS, *op., cit.*, 2017, p. 19.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 46.

O relativo apoio dado por Cascudo às obras engendradas pelo prefeito Omar O'Grady, a partir do projeto de Giacomo Palumbo, que previam, entre outras coisas, a derrubada de parte do casario da Ribeira, não se tratava de uma confirmação de que o cronista era modernista convicto, pois apresentava, também, aspectos ligados ao tradicionalismo. Nas palavras de Arrais, uma das razões que levaram Cascudo “a posicionar-se favoravelmente ao plano Palumbo era que, naquele momento, o urbanismo modernizador não chegava a promover uma alteração significativa na paisagem material que identificava a cidade a seu passado”.²¹⁵

Cascudo escreveu que o plano de remodelação da cidade não se tratava de um “dogma”, mas sim de uma “lei” de bom gosto que seguiria “a vida material da cidade” e que poderia e deveria ser alterada com fim de manter uma harmonia entre a cidade tradicional e a cidade projetada pela inteligência. O plano Palumbo abarcava a massa citadina como um todo, mas tudo dentro de uma racionalidade corretiva e não destrutiva, de forma que boa parte dos traços da cidade foram poupados numa “audácia muito respeitosa”, como fez questão de frisar o cronista. O aperfeiçoamento dos aspectos estéticos da cidade estava condicionado ao aproveitamento dos elementos que constituíam a paisagem da cidade em seu conjunto.²¹⁶

Mais do que confirmar um posicionamento de conciliação entre o moderno e o tradicional do autor, a crônica revelava uma espécie de “exaltação da impotência da modernização” por parte de Cascudo, que acabou orientando seu interesse “sobre aquilo que essa modernização não afetou”, bem como “sobre aquilo que sobreviveu a ela”, como foi observado por Arrais. De acordo com esse historiador do urbano, Cascudo acabou voltando seus interesses para o estudo do passado da cidade, ou melhor, de uma cidade antiga, de um século atrás, que se encontrava tomada pelo ritmo frenético, acelerado e destrutivo do mundo moderno. O cronista, à vista disso, se interessou especialmente pelos “refugos” do processo de modernização, pelos “refugos de história”.

Foi a partir da “voz dos indivíduos anônimos, observados dentro de uma história que se desenrola no cenário cotidiano, que ele identificou aspectos significativos da história da sua cidade” e da cultura popular.²¹⁷ Apesar disso, a forma como ele deu a ver as Rocas em seus textos concorreu para que uma dada imagem/representação do lugar se sobrepusesse às demais, se tornando uma espécie de imagem oficial do lugar.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 19-20.

²¹⁶ O NOVO plano da cidade II. *A República*, Natal, 7 de novembro de 1929.

²¹⁷ ARRAIS, *op.*, cit., 2017, p. 21-22.

As memórias do escritor Lauro Pinto podem ser interpretadas como uma prova da força desse modo de ver e conceber as Rocas. Quando passou suas memórias para o papel nos anos de 1970, Pinto tratou de alguns aspectos do que ele chamou de “cidade de antigamente”. A Natal que esse memorialista deu a ver em seu texto, até o limiar da década de 1930, contava com seis bairros, a saber: Rocas, Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol e Alecrim.

É possível que essa divisão da cidade, talvez, não tenha causado qualquer tipo de incomodo ao leitor comum nos anos 70, acostumado, dentro de sua experiência, com a organização de Natal tal como foi anunciada por esse memorialista. No entanto, para aqueles que são estudiosos do tema da cidade de Natal, que possuem algum tipo de conhecimento sobre o seu processo de organização espacial ou, especificamente, para os historiadores – escolhidos pelo autor para serem os destinatários dessas suas memórias²¹⁸ – a forma como Lauro Pinto tratou a cidade de Natal em sua obra, isto é, a maneira como ele selecionou tais memórias e deu ênfase a certas partes da cidade, provocou-nos algumas inquietações.

A consideração de que Rocas era um bairro, e um dos primeiros da “cidade de antigamente”, aponta para a imprecisão do autor quanto à situação administrativa das Rocas, além de nos fazer pensar sobre os motivos que levaram esse observador da cidade a deixar de fora de suas memórias o bairro de Cidade Nova, posteriormente desmembrado em Petrópolis e Tirol, visto que ele era, de fato, um dos bairros oficiais da cidade desde o ano de 1903. Lauro Pinto, nesse sentido, comentou apenas que a escolha dos três primeiros bairros era simplesmente para efeito desse seu trabalho.

Não temos como deixar de perceber, contudo, a provável influência de Câmara Cascudo nessa decisão de Lauro Pinto, ou melhor, do “mestre Cascudo”, como o próprio memorialista enfatizou em sua justificativa, que compreendia como a “verdadeira cidade de Natal” aquela cujos traços haviam se mantido e sobrevivido ao embate com as forças da modernidade. A cidade tradicional de Cascudo era, em termos espaciais, “a cidade de antigamente” de Lauro Pinto, de forma que Petrópolis, Tirol e Alecrim, não faziam parte por serem mais recentes e modernas.

²¹⁸ Nas primeiras páginas de sua obra, Lauro Pinto apresenta para o leitor aquilo que ele chamou de “justificação”, isto é, a explicação dos motivos que o levaram a transformar suas memórias em livro. Sua pretensão, como “testemunha dos fatos passados” da cidade, era que sua obra se tornar-se mais uma contribuição para a história da cidade de Natal, mesmo que outros, e sobretudo o “mestre Cascudo”, tenham quase esgotado o assunto. Nas palavras de Lauro Pinto, “um depoimento a mais, somente poderá melhor esclarecer aos outros historiadores que virão depois de nós. Eis justificado êste nosso trabalho”. PINTO, Lauro. *Natal que eu vi*. Natal: Imprensa Universitária, 1971, p. 8.

Ao observarmos a estrutura do texto de Lauro Pinto, na parte em que ele realizou a descrição dos bairros, nota-se como o espaço reservado ao “bairro das Rocas” é perceptivelmente menor, em número de páginas, do que o espaço usado para a descrição dos bairros da Ribeira (doze páginas) e de Cidade Alta (vinte páginas). Na tessitura desse escritor, a descrição das Rocas foi desenvolvida ao longo de cinco parágrafos, isto é, uma página de texto, que não contou com imagens ou ilustrações.

E como podemos interpretar isso? Será que Rocas não possuía tantos eventos e fatos dignos de serem registrados por esse memorialista (que afirmou ter acompanhado a cidade por mais de sessenta anos e que, por essa razão, tinha visto muita coisa)? Ou será que Rocas, na experiência de Lauro Pinto, tinha uma importância menor com relação aos outros dois bairros selecionados por ele? Ou será que as poucas palavras direcionadas a esse lugar refletia a sua condição marginal, periférica e de pobreza – não só urbana, mas histórica – diante do conjunto da cidade? Vale ressaltar que Luís da Câmara Cascudo, na sua *História da cidade de Natal*, também dispensou poucos parágrafos para tratar das Rocas e dos outros bairros exteriores (Refoles, Guarita, Passo da Pátria, Baldo, Quintas, Barro Vermelho, Guarapes e Areia Preta), enquanto que dedicou um capítulo para apresentar os bairros da Ribeira e Cidade Alta.

No que se referia às Rocas, Lauro Pinto iniciou sua descrição a partir dos seus limites físicos. De acordo esse autor, o “bairro das Rocas” compreendia a faixa de terra que partia do canal próximo ao Forte dos Reis Magos, chamada de Limpa, “uma vasta campina, cuidadosamente plantada e conservada pela antiga Administração do Pôrto de Natal, com o fim de fixar a areia e impedi-la de chegar ao Rio Potengi e, assim, não aterrar o canal”, “até as Rocas propriamente dita”.²¹⁹

A Ribeira, nas palavras desse memorialista, tinha como limites o Cais do Porto pelo rio Potengi até a antiga Fábrica de Fiação e Tecidos Juvino Barreto; a praça Augusto Severo até a Lagoa do Jacó, e de lá para o Cais do Porto, novamente. A Cidade Alta, por sua vez, possuía como limites a rua Juvino Barreto até a Avenida Deodoro da Fonseca; dessa avenida até a praça Carlos Gomes; dessa praça até chegar ao rio Potengi, e do rio até a Fábrica de Fiação e Tecidos. O mapa a seguir, produzido a partir das considerações de Lauro Pinto, busca representar essa cidade de Natal de “antigamente”.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 23.

Figura 9 – Os três primeiros bairros da cidade de Natal antigamente segundo Lauro Pinto.

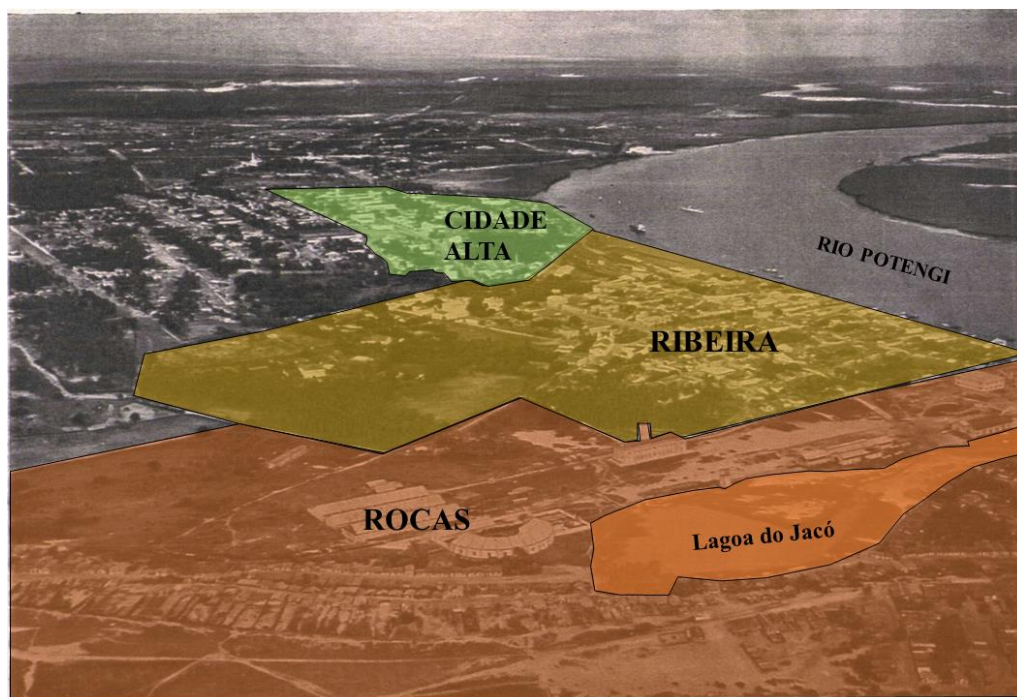


Fonte: Mapa da atual cidade de Natal elaborado pelo autor utilizando a ferramenta Google Earth. Em destaque estão os bairros das Rocas, Ribeira e Cidade Alta, bem como estão indicadas a “Limpa” e a “Lagoa do Jacó”, conforme a descrição do memorialista Lauro Pinto em sua obra “Natal que eu vi”.²²⁰

Notemos como as Rocas, do ponto de vista desse memorialista, era bem maior em termos de território do que os outros bairros da cidade, pois tinha como última fronteira o oceano Atlântico, incluindo também a área chamada de Limpa. Contudo, não podemos esquecer que toda essa área, da fortaleza dos Reis Magos a Rocas, estava vinculada administrativamente à Ribeira. A Esplanada Silva Jardim foi outro limite considerado por Lauro Pinto, como também por Câmara Cascudo, para demarcar a fronteira entre a região das Rocas e o bairro da Ribeira. Essa área, em períodos de chuvas e/ou cheias do rio Potengi, ou Salgado, como destacou Lauro Pinto, sofria constantemente com alagamentos, inclusive formando lagoas com relativa perenidade, como a Lagoa do Jacó.

²²⁰ *Ibid.*, p. 25 e 33.

Figura 10 – Vista panorâmica da cidade de Natal, 1931.



Fonte: Elaboração própria com base nas informações encontradas nas obras de Luís da Câmara Cascudo e Lauro Pinto. Acervo de Willian Pinheiro.

A fim de evitar o acúmulo de água nesse local, o poder público, em meados da década de 1930, deu início ao processo de aterramento da Lagoa do Jacó. De acordo Pinto, a área aterrada cobria do local onde se encontra o atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizado na rua Engenheiro Hidelbrando de Gois (antigo edifício Fernando Costa), até encontrar o edifício da antiga Estrada de Ferro Sampaio Correia, onde hoje se encontra o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

As impressões de Lauro Pinto nos dão a ver as imagens mais frequentes atribuídas ao “bairro” das Rocas nas primeiras décadas século XX – que dizer, as representações que foram publicizadas através dos meios de comunicação. A primeira delas era a imagem do lugar associado ao esquecimento, à marginalização, à sujeira, aos pobres da cidade, bem como a práticas sociais ditas de má fama como os jogos de azar, o alcoolismo e a prostituição.

Nas palavras desse memorialista, Rocas era um bairro “habitado quase que exclusivamente de pescadores, a gente mais pobre e abandonada de Natal”, e que “tudo ali cheirava a peixe e a miséria”.²²¹ Lauro Pinto não apenas “viu” a cidade de Natal, como sugere

²²¹ *Ibid.*, p. 24.

o título de sua obra, *Natal que eu vi*, mas que também sentiu seus cheiros, de forma que suas memórias vão além daquilo que foi percebido pelo sentido da visão, são também memórias olfativas. A miséria, nesse sentido, tinha cheiro, um mau cheiro na verdade, e este estava impregnado nas Rocas!

A miséria e a precariedade da infraestrutura urbana das Rocas dos anos de 1920 também foram pontos ressaltados por João Fernandes Café Filho, jornalista, advogado e político norte-rio-grandense, em sua autobiografia. Rocas, nas palavras dele, era um local constituídos por casebres, “malocas” indígenas na analogia de Café Filho, que acomodavam, por vezes, várias famílias de trabalhadores do mar; era uma região próxima à zona portuária, onde a água alcançava as habitações e ensopava os terrenos, fazendo do lugar um lamaçal que fazia lembrar, sob esse aspecto, os mocambos do Recife ou as favelas do Rio de Janeiro, com seus tetos de palha e de folhas de flandres.

As pessoas foram comparadas a bichos por Café Filho, que desde a primeira infância “chafurdavam” na lama seus pequenos corpos inchados pelas verminoses; “as velhas, habituadas a espreitar o mar, tinham os cabelos rotos como os trapos que revestiam, sumariamente, os vultos encurvados – arcos da pobreza e do tempo – sob tecidos sujos, esgarçados, esfumados e insubstituídos”.²²²

Se partirmos do ponto de vista de um movimento moderno nacional, que se ancorava nos argumentos da salubridade e da higiene como princípios básicos para a transformação da sociedade na década de 1920, aquele mau cheiro exalado pela miséria – de sujeira, de lixo, de esgoto, de peixe, no caso das Rocas, como foi lembrado por Lauro Pinto – caracterizava um ambiente como insalubre e não civilizado, e imprimia nos lugares uma imagem muito forte de desordem, de periculosidade e de um ambiente prejudicial à saúde de seus moradores. E ao que tudo indica, essa imagem negativa tende, não raras vezes, a ser reproduzida por aqueles que detêm o poder e o controle dos meios de comunicação, ainda mais com relação aos espaços periféricos.

Além disso, o mau cheiro de um lugar, o cheiro da miséria na expressão de Pinto, aponta para aquela tal da “impotência da modernização” de que tratou Raimundo Arrais, isto é, que os benefícios da modernidade, do progresso, como infraestrutura urbana de qualidade e equipamentos urbanos de uso coletivo, não alcançaram todos os lugares da cidade, sobretudo

²²² CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 36.

os bairros situados nas regiões periféricas. Esse tipo de referência aos lugares também aponta para a negligência por parte dos poderes públicos quanto ao planejamento urbano da cidade, indicando que lugares como as Rocas, espaços empobrecidos e habitados por grupos desfavorecidos economicamente, estavam às margens nesses processos, social e espacialmente falando.

Outra imagem ressaltada por Lauro Pinto em suas memórias foi a do “bairro” das Rocas como espaço da tradição e da cultura popular – trataremos melhor disso em outro momento. Nas palavras desse memorialista, Rocas era “*somente lembrado* no dia 6 de janeiro de cada ano — DIA DE REIS — quando todos de Natal se irmanavam religiosamente com os pobres das Rocas para os festejos na Capelinha”, embora, “no dia seguinte, 7 de janeiro, ninguém queria mais saber das Rocas...”.²²³ Esse aspecto tradicional da Rocas, geralmente relacionado às festas de cunho religioso, também foi lembrado por Luís da Câmara Cascudo na sua *História da cidade de Natal* quando ele tratou, de maneira breve, da construção da capela dos Santos Reis, em 1910, e da Sagrada Família, em 1925. Do seu ponto de vista, a edificação dessas capelas repercutiu por todos os bairros pobres da cidade como “uma predileção pessoal dos Santos”.²²⁴

Um terceiro aspecto associado por Lauro Pinto às Rocas era a do lugar dos movimentos sociais da classe operária, da efervescência dos ideais comunistas, de ascensão de políticos de origem popular como o sindicalista e jornalista João Café Filho que, nas palavras desse memorialista, era o “pai espiritual dos pescadores e dos pobres do lugar” e que havia retirado seu nome “da lama” e alcançado à Presidência da República em 1954.²²⁵ De fato, a relação entre Café Filho e as Rocas é bastante significativa para a construção da imagem do bairro como esse lugar de efervescência política.

Paulo Rikardo Cunha, ao investigar a trajetória política de João Café Filho no Rio Grande do Norte, entre os anos de 1922 e 1937, e sua inserção nos espaços dos trabalhadores na cidade de Natal, destacou a importância das Rocas nesse processo. Foi a partir desse lugar que Café Filho se constituiu enquanto político e defensor da classe trabalhadora, do movimento operário e da população pobre da cidade. Foi nas Rocas que ele nasceu politicamente aos 23 anos de idade quando, em 1922, caminhou ao lado de pescadores da Colônia José Bonifácio pelas ruas até chegar à delegacia de polícia da Ribeira, como ele próprio deixou evidente em sua autobiografia. Contudo, como foi observado por Cunha, diferentemente do que afirmava

²²³ PINTO, *op., cit.*, 1971, p. 24.

²²⁴ CASCUDO, *op., cit.*, 2010, p. 301.

²²⁵ PINTO, *op., cit.*, 1971, p. 24.

Café Filho, sua atuação política começou quando ele, enquanto advogado e jornalista, passou a representar e a defender a causa dos pequenos trabalhadores urbanos.²²⁶

Pescadores, estivadores do porto e operários, como os da fábrica de tecidos Juvino Barreto, não tinham força e nem visibilidade na cena política da cidade, pois toda a estrutura de poder era mantida e sustentada, política e economicamente, pelos grandes proprietários rurais. No entanto, foi a partir da década de 1920, com o crescimento urbano e de uma maior participação dos trabalhadores e de setores da classe média no jogo político, que essa estrutura – que era estrutura política da Primeira República – começou a dar seus primeiros sinais de desgaste, de forma que o sistema que garantia os privilégios e os interesses daquele grupo que estava no poder passou a ser questionado.

João Café Filho, por meio do seu *Jornal do Norte*, trazia à tona os problemas e as injustiças de um sistema corrompido, marcado por conchavos políticos e processos fraudulentos, de forma que, a partir disso, de sua atuação e posicionamentos, acabou se tornando uma figura expressiva na oposição ao governo e contra a estrutura de poder que sustentava politicamente a Primeira República. Café Filho, nesse sentido, fazia de sua folha uma ferramenta de denúncia e ataque direto àquele sistema e ao *status quo* vigente, reclamando, sobretudo, pela ampliação de direitos e maior participação política para os grupos sociais menos privilegiados no jogo político. As críticas de João Café não se limitavam apenas ao grupo oligárquico que estava no poder naquele momento, mas também apresentava uma outra visão de mundo e de República, como foi observado por Cunha:

O jornal de Café apresentava uma determinada visão de mundo e de República que se diferenciava da composta pelo Partido Republicano da época. A ascensão de Ferreira Chaves (1914-1920) e Antônio de Melo e Souza (1921-1924) ao governo do estado representou uma mudança na liderança política do estado, antes capitaneado pelas redes de alianças tecidas pelos Maranhão. Mudaram-se os “donos do poder”, mas a estrutura eleitoral pouco se transformou. O jogo de alianças e conchavos era imprescindível para se ganhar as eleições e esses dois governadores mantiveram-se no poder graças a uma aliança bem estabelecida com os coronéis da região do Seridó.²²⁷

A atuação política de Café Filho como jornalista e também proprietário do *Jornal do Norte* nos primeiros anos da década de 1920, sobretudo durante a eleição presidencial de 1922,

²²⁶ CUNHA, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da. "Ombro a ombro com os mais fracos": a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade de Natal 1922 - 1937. 2015. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

²²⁷ *Ibid.*, p. 50.

fez com que ele fosse, cada vez mais, compreendido pelas camadas médias urbanas e pela classe trabalhadora como uma figura capaz de representar os seus interesses. As eleições de 1922, na qual disputaram o pleito Nilo Peçanha e Artur Bernardes, foram bastante acirradas. Café Filho usou de sua posição de jornalista e proprietário de jornal para se posicionar favoravelmente à candidatura de Nilo Peçanha, que representava os interesses da oposição a partir de um discurso liberal que almejava, entre outras coisas, à renovação da política brasileira e que ficou conhecida como Reação Republicana, ou melhor, reação à estrutura de poder baseada na dominação oligárquica predominante na época.

Contudo, Nilo Peçanha foi apoiado por oligarquias dissidentes como Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro pela sua popularidade entre os setores urbanos e também suas alianças políticas. Essas lideranças não estavam interessadas na modificação da estrutura do poder vigente, mas apenas em continuar e a melhorar a prática clientelista de distribuição de benesses e privilégios, como foi ressaltado por Paulo Rikardo Cunha.

Entre as propostas lançadas pela campanha de Nilo Peçanha que, de certa maneira, justificavam a sua popularidade, sobretudo entre militares, classes médias e operários, estavam o fortalecimento das Forças Armadas, a independência dos três poderes e a garantia de direitos trabalhistas. Por outro lado, Artur Bernardes gozava do apoio do Partido Republicano no Rio Grande do Norte e representava os interesses da situação, do grupo político no poder naquele momento. O jornal *A República*, órgão de comunicação oficial do governo desse estado, nesse sentido, trabalhou para construir uma imagem positiva de Bernardes.

A campanha e as alianças políticas de Artur Bernardes fizeram com que ele saísse vitorioso do pleito de 1922. Uma vitória que não foi aceita muito bem! Houve reação por parte da oposição, por parte de Café Filho, que protestava contra as eleições e as possíveis fraudes cometidas no processo. Essa postura combativa de João Café contra o sistema político vigente e sua prática como advogado na defesa dos interesses dos grupos desfavorecidos, fez com que ele se tornasse popular e conseguisse, com apoio de operários e pequenos trabalhadores, se eleger para um cargo na Intendência junto com mais quatro companheiros de seu grupo. Somente dois, dos cinco, conseguiram tomar posse, Albino Borges e Deolino Lima, esse último era membro da Liga Operária. Os outros três foram impedidos de assumir os cargos na Intendência por causa de “atividades oposicionistas”.²²⁸

²²⁸ *Ibid.*, p. 54.

João Café Filho, nesse sentido, tinha caído nas graças dos trabalhadores urbanos de um modo geral, mas foi a partir do apoio maciço dos pescadores da Colônia José Bonifácio que ele conseguiu maior visibilidade como representante dessa categoria, sobretudo depois daquele episódio, mencionado anteriormente, que ficou marcado em suas memórias como o momento de seu nascimento político.

A colônia José Bonifácio, de acordo com Cunha, agregava cerca de cem pescadores em 1922, contava com sede própria e escolas primárias para educar os filhos desses trabalhadores do mar. Lauro Botelho Fagundes era o presidente dessa colônia na época até que, sem motivos aparentes, renunciou ao cargo.²²⁹ O estatuto dessa associação determinava que o secretário deveria assumir a presidência, mas um grupo de pescadores acabou indicando o nome de Café Filho e ele acabou se elegendo presidente da colônia.

A Capitania dos Portos, no entanto, exigiu que João Café deixasse a presidência e desocupasse o prédio. Uma exigência que não foi obedecida. Diante da recusa de Café e os pescadores em obedecer às ordens da Capitania, as forças de segurança foram chamadas! O silêncio da noite foi rompido pelos dois regimentos da polícia, infantaria e cavalaria, comandados pelo primeiro-tenente Glycério Cícero, que, com o objetivo de desapropriar o prédio da Colônia de Pescadores José Bonifácio e debelar o motim, marcharam pelas ruas da cidade em direção às Rocas.

Cerca de cem pessoas, entre pescadores e não membros da cooperativa, resistiram e mantiveram suas posições para se manterem no prédio contra as investidas da polícia. Boatos de que os pescadores estavam fortemente armados foram espalhados pela cidade, inclusive com dinamites. O cerco e as negociações fizeram como que os pescadores amotinados se rendessem

²²⁹ Vale a pena lembrar que a organização dessas colônias não foi uma decisão tomada somente pelos próprios pescadores. A fundação de colônias de pescadores fez parte de um projeto nacional que previa, entre outros objetivos, o saneamento do litoral e a transformação do pescador brasileiro em reserva militar da nação. Para isso, uma campanha militar foi organizada pela Marinha de Guerra com o aval do governo para que, entre os anos de 1919 e 1923, uma comissão formada por oficiais da Marinha e pesquisadores percorresse o litoral, do norte ao sul do país, fundando colônias de pescadores. A comissão comandada pelo capitão de mar e guerra Frederico Villar, abordo do cruzador “José Bonifácio”, tinha como objetivo instruir e cuidar dos pescadores a fim de que eles se enquadrassem dentro de um modelo de sociedade moderna e civilizada. O discurso era fundamentado em argumentos sanitaristas e até eugenistas. Nesse sentido, a *missão do cruzador José Bonifácio* levava aos pescadores conselhos e cuidados médicos; educação, a partir da construção de escolas primárias nas quais deveriam ser ensinados padrões de comportamento moral e cívico, e valores nacionais, como o amor pela pátria. Mas esse projeto não ficou livre de resistências, tanto por parte dos poderes locais quanto pelos próprios pescadores. Para saber mais: BENTES FILHO, Giovanni Roberto Protásio. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador "José Bonifácio" e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. 2018. 180f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

à polícia. Muitos conseguiram escapar, mas Café Filho e 45 pescadores foram levados para a delegacia de polícia do bairro da Ribeira.

Paulo Rikardo Cunha destacou que dentro dessa instituição existiam diferentes concepções políticas e sociais, de forma que tais rachaduras revelavam que os pescadores não eram apenas os patriotas felizes que homenageavam a Independência, como alguns haviam feito ao realizarem um *raid* em direção ao Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da independência, mas também eram aqueles marginalizados pelo sistema, com seus direitos precarizados.

As disputas internas e o fato de as lideranças não mais atenderem às aspirações dos seus membros, como foi observado por Cunha, a associação estava começando a se desestruturar. A figura de Café Filho, e sua atuação como jornalista opositor e advogado dos mais pobres, nesse sentido, parecia responder melhor às demandas desse grupo. A imprensa repercutiu a imagem de Café Filho como o líder absoluto e a mente por trás da sublevação das Rocas, desconsiderando a atuação dos pescadores nesse processo. A experiência coletiva desse acontecimento acabou se particularizando a partir da percepção da imprensa e do próprio Café Filho.

Os pescadores foram entendidos como sujeitos passivos politicamente, como um grupo seduzido e conduzido por Café Filho para que ele conseguisse alcançar seus objetivos políticos, como foi apontado por Paulo Rikardo Cunha, para quem os pescadores possuíam voz ativa e suas próprias necessidades, de forma que a escolha de Café Filho como representante era uma resposta a elas.²³⁰ Nessa conjuntura, Rocas era o espaço da classe trabalhadora pobre da cidade e um foco permanente de tensão na cidade.

Era nas Rocas que a miséria, a falta de infraestrutura urbana, as péssimas condições trabalhistas e a propagação de ideias socialistas e comunistas se concentravam. Ter controle sobre esse espaço, física e simbolicamente, era fundamental para que Café Filho e seu grupo conseguissem lutar “contra o situacionismo local” e também buscar “o saneamento das instituições republicanas”. Paulo Cunha destacou que protestos e comícios foram proibidos no bairro como uma forma de acalmar os moradores que estavam ainda agitados por causa do episódio que envolveu a colônia José Bonifácio, Café Filho e as forças de segurança. A proibição de comícios e reuniões, levada a efeito pelo chefe de polícia Sebastião Fernandes de

²³⁰ CUNHA, *op.*, *cit.*, 2015, p. 56.

Oliveira, tinha o objetivo de restringir os movimentos organizados por Café Filho que atacavam e protestavam diretamente contra os poderes constituídos.²³¹

Outro ponto que merece atenção, no que diz respeito à representação das Rocas, é o sentido heroico atribuído ao lugar. De certa maneira, os memorialistas aqui analisados, de um modo ou de outro, imprimem, simbolicamente, essa característica às Rocas. Lauro Pinto, mas não só ele, destacou a existência e a permanência do “bairro” como algo extraordinário, como uma espécie de resistência, quase que inexplicável, das Rocas diante da realidade social e espacial do lugar no tocante à cidade de Natal. Pinto não apenas mobilizou a metáfora do herói para o “bairro”, mas também para os indivíduos que lá habitavam, principalmente no que se referia aos pescadores. O pescador encarnava, aos olhos do memorialista, essa figura mítica e extraordinária do herói.

O “bairro” das Rocas, onde tudo, nas palavras de Lauro Pinto, cheirava a peixe e a miséria, era o lugar da morada dos pescadores “a gente mais pobre e abandonada de Natal”, embora fossem os homens mais destemidos da cidade que, cotidianamente, “enfrentavam o mar cheio de surpresas e perigos, arriscando diariamente a vida, em barcos frágeis e obsoletos, para um ganho ínfimo com a venda do pescado e deixando que os ‘atravessadores’ da venda bebessem seu sangue”.

Os pescadores foram enaltecidos por Pinto como estes seres dotados de força, bravura e coragem, não apenas nos momentos das pescarias, mas também em terra, enfrentando as dificuldades impostas por uma vida de poucos privilégios, aguentando firme o fato de serem esquecidos pelos poderes públicos. O pescador herói se confundia, nesse sentido, com o lugar Rocas e esse com o grupo social que lhe representava. Mesmo sendo protegido por figuras de grande representatividade política e social como João Café Filho, na percepção do memorialista “o bairro das Rocas sempre foi pequeno” e marginalizado, de forma que não restava outra opção para o “bairro”, e também sua gente, sobreviver heroicamente.²³²

Moacyr de Góes, no seu romance *Entre o rio e o mar*, também destacou Rocas como esse lugar/morada dos militantes políticos comunistas, pois toda sua narrativa foi assentada nas lembranças e nas memórias colhidas a partir das “dezenas de depoimentos (história oral) de velhos militantes comunistas e em arquivos do PCB-RN”.²³³

²³¹ *Ibid.*, p. 59.

²³² *Ibid.*, p. 24.

²³³ GÓES, Moacyr de. *Entre o rio e o mar*. Rio de Janeiro: Revan. 1996.

A descrição que esse escritor realizou das Rocas, de sua composição social e de sua conjuntura política, concentradas a partir das experiências do jovem Lucas, que era filho de Carlos, estivador das Docas do Porto, de Salete, uma dona de casa, e neto de Euzébio, que era pescador, nos faz perceber, de maneira mais clara, como estava organizado o universo social desse lugar, desse pedaço de “terra entre o rio e o mar”.

Além disso, o texto de Moacyr de Góes evidencia como a imagem das Rocas associada à pobreza e a falta de infraestrutura urbana é uma marca constante nas memórias sobre esse lugar, embora ele ultrapasse essa linha e se aprofunde no cotidiano do bairro, apresentando para o leitor outras facetas do bairro, dessa vez do ponto de vista do morador. Vale a pena ressaltar que Moacyr de Góes compreendia o seu texto como uma ficção e que não pretendia, nas palavras dele, “passar deste limite”, mesmo que em alguns momentos essa ficção e a realidade se confundissem.

Logo nas primeiras páginas, o autor se dedicou a apresentar as Rocas, destacando aspectos da dinâmica socioespacial do lugar. Falou da rua, das casas, dos tipos humanos, das relações sociais que faziam das Rocas um outro universo, como se esse lugar permanecesse isolado do restante da cidade. Isso fica ainda mais patente quando Moacyr afirmou que, com o final da Segunda Guerra Mundial, enquanto “a cidade modorrava”, “as Rocas viviam o seu cotidiano miúdo, olhando para o seu próprio umbigo”.²³⁴

As casas das Rocas, nas palavras do autor, eram “todas pequenas, todas juntas, parede-meia, desciam a colina, se empurrando umas às outras”, de forma que se uma caísse todas as outras cairiam juntas. Calçadas, nem todas tinham; algumas casas eram caiadas, pintadas com cal, outras eram de reboco e a maioria de taipa, cuja estrutura era feita com varas de madeira entrelaçadas e barro.

As portas se dividiam em duas partes horizontais, a porta superior ficava geralmente aberta e a de baixo fechada, onde “só entravam o vento e sol; as galinhas, os cachorros, os porcos e as cabras ficavam do lado de fora, na rua; esta porta também era o parapeito para as intermináveis conversas de vizinhos e de conhecidos que passavam”. Aqui podemos perceber a relação entre o espaço público e o privado, na medida que a rua era usada pelos moradores das Rocas como local de criação de animais, uma vez que às dimensões limitadas dos terrenos das casas, isto é, dos quintais, não eram suficientes para criar animais de médio porte. À rua era

²³⁴ *Ibid.*, p. 22.

uma extensão da própria casa, servindo a diferentes propósitos, como criadouro de animais e espaço de sociabilidades, reservado as conversas com os vizinhos para tomar um café, fumar um cigarro, cachimbo ou tomar uma “lapada” de água ardente com uma banda de caju “safadinho”.²³⁵

Moacyr de Góes não se limitou a descrever a estrutura externa das casas e as formas de construção, ele passou da porta e mostrou o interior da casa de Lucas, de seus irmãos mais novos, Antônio e Tereza, e de seus pais, Carlos e Salete. A casa de Lucas era pequena e a circulação do ar era limitada. Com poucos passos se podia percorrer a distância da porta da rua até o quintal. As paredes eram de taipa e nem sempre obedeciam a um alinhamento padrão, de modo que às vezes uma parede ou outra “fazia uma barriga” e ameaçava fechar o caminho. A iluminação artificial era precária, havendo dois pontos de luz na casa, uma na sala e a outra na cozinha, nos quartos a iluminação era por meio de candeeiros a querosene, de maneira que as deficiências de luz e de ar “faziam a casa ainda mais pobre”.

A mobília da casa se resumia a poucos móveis: “um sofá e uma cadeira de braço; mais três cadeiras de pau e uma mesa pequena (...) uma colcha vermelha cobria o sofá, mas não o suficiente para esconder o seu estado deteriorado”. Nas paredes constavam os retratos dos avós de Lucas, Euzébio e Ana, com roupas domingueiras usadas em ocasiões especiais, e imagens religiosas, um quadro do Coração de Jesus e outro de Nossa Senhora dos Navegantes. O quintal era a parte mais bonita da casa, de modo que os elementos descritos por Moacyr sugerem aquela tal “reminiscência do rural” de que tratou José de Souza Martins ao definir o espaço do subúrbio. De terreno acidentado, o quintal era formado por árvores frutíferas como bananeiras, mangueiras, um cajueiro e um limoeiro. Havia um chiqueiro no qual galinhas conviviam com uma porca, o que indica que havia casas com terrenos de dimensões diferentes, mas todos reduzidos.

A descrição do quintal realizada por Góes evidenciava o precário sistema de abastecimento de água e saneamento dessa área: a água de gastos, para uso doméstico, ficava em baixo de um beiral de telhas; em outro pote ficava água de beber; ao fundo do quintal ficava a “casinha” para as necessidades fisiológicas, provavelmente sem uma fossa apropriada. A rua também era suja, “uma língua irregular de areia escura”, nas palavras de Góes.

²³⁵ *Ibid.*, p. 26 e 57.

Ao tratar da localização das Rocas, o autor destacou os elementos físicos da paisagem que funcionavam como os limites daquele lugar. Rocas era “separado do mar pelas dunas, subindo e descendo colinas, limitado pela Limpa, pelo Rio Potengi, pela Praia do Meio e pela Lagoa do Jacó”, lugar por onde transitavam lavadeiras, verdadeiras equilibristas, levando trouxas enormes de roupas na cabeça para lavar na Lagoa do Jacó ou para levar, “às madames da Cidade Alta”, as roupas limpas. Por ali também circulavam os homens que chegavam do trabalho no final do dia.²³⁶

Pelo fim da tarde passavam os homens – eles traziam nos corpos as heranças do trabalho: unhas pretas de graxa dos que voltavam da Estrada de Ferro; a pele curtida de sal e de sol dos que regressavam do mar, das docas do porto ou das jangadas e botes do Canto do Mangue; os ombros curvados dos pequenos burocratas dos Correios e Telégrafos; o passo miúdo apressado dos feirantes e caixeiros do comércio, que deixavam o serviço sem jornada de trabalho definida. Vez por outra passava um menino com o uniforme do grupo escolar; outros, muitos, permaneciam o dia todo na rua, ao deus-dará. Mais tarde, com a noite, era a hora dos bêbados – pé-no-mato-pé-no-caminho. A voz fora do timbre, na saudação ou no desaforo. Se era noite de lua podia se contar com um violão, um seresteiro boêmio seguindo para a beira do mar.

A descrição de Góes indica não somente a divisão do mundo do trabalho e as marcas dessa divisão nos corpos dos homens, como também ressalta aspectos da composição social e do cotidiano das Rocas. A caracterização da casa, de sua estrutura, do mobiliário, do quintal, da rua e das pessoas, de seus hábitos e costumes, realizada por esse autor, acaba reforçando a imagem do bairro como espaço da pobreza, embora ele tenha reconhecido que, mesmo na pobreza, esse lugar guardava uma beleza singular, onde “cada um guardava amores e desamores, alegrias e tristezas, felicidades e infortúnios – como em qualquer lugar do mundo”.²³⁷ Assim era o bairro das Rocas, nas palavras do autor, lavado pelo sol o ano todo e onde todos se conheciam.

Diante do exposto, pudemos perceber a produção de uma memória sobre as Rocas fundamentada nas representações que vinculam esse bairro à ideia de pobreza, de miséria e de insalubridade, de modo que ao organizarem e publicizarem suas memórias, as narrativas, de certa maneira, acabam por perpetuar um conjunto de noções, preconceitos e estigmas sobre as Rocas. Nesse sentido, nas páginas seguintes nossas análises se concentraram a construção da

²³⁶ *Ibid.*, p. 22-24.

²³⁷ *Ibid.*, p. 22

imagem das Rocas como espaço de pobreza, tomando como base os escritos do médico sanitaria Januário Cicco.

2.2 – Januário Cicco e seu estudo sobre como higienizar a cidade de Natal na década de 1920

Inspetor de saúde do porto de Natal e chefe das clínicas do Hospital de Caridade Jovino Barreto, Januário Cicco publicou o seu estudo intitulado “Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento” no ano de 1920. Nessa obra, o médico não apenas caracterizou a cidade de Natal, mas tratou, de maneira enfática, das condições sanitárias dos principais bairros da cidade e daqueles locais que, segundo ele, mais necessitavam de atenção por parte dos poderes públicos, sobretudo, no que dizia respeito a intervenções sanitárias.²³⁸ Pela natureza do trabalho realizado por Cicco, elaborado num momento em que as questões relacionadas à higiene e à saúde pública estavam na pauta do dia, não podemos deixar de levar em consideração o fato de que tais estudos e a percepção do médico potiguar podem ter influenciado significativamente na forma como certos grupos sociais perceberam a cidade.

A obra de Cicco se torna relevante para o nosso estudo pelo fato dela ser não apenas um material de instrução sobre “como se higienizaria Natal”, mas sobretudo por se tratar de um relato contemporâneo de um observador da cidade, de um médico que, como sugere as primeiras páginas de sua obra, estava atento às necessidades mais básicas da população; de um intelectual que, analisando as condições sociais e políticas de seu estado, bem como do cenário nacional, não economizou críticas ao governo federal pela situação de miséria e degradação a que se encontrava o país naquele momento.

Januário Cicco em suas “considerações geraes”, texto de abertura de seu livro, tratou de assuntos relacionados às funções dos Inspectores de Saúde dos Portos do Brasil – ele que também era um – e das formas como os governos, tanto a nível federal quanto local, administravam a questão da saúde pública. De acordo com ele, cabia aos inspetores dos portos informarem ao Diretor Geral de Saúde Pública, com detalhes, os trabalhos realizados pelas suas respectivas repartições para que eles pudessem justificar prováveis pedidos de ações e medidas que viessem a intensificar as defesas sanitárias dos portos e do país como um todo.

²³⁸ CICCIO, Januário. *Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento*. Natal: Atelier Typ. M. Victorioso A. Camara & C. 1920, p. 7.

Os inspectores, além de organizarem boletins periódicos com o objetivo de sistematizar e controlar a entrada e saída de navios dos portos, também comentavam sobre a “lethalidade local”, uma provável referência às mortes causadas por epidemias, assim como também censuravam os governos locais pela falta de cuidado e “má organização da hygiene regional”.²³⁹ Cicco não apenas destacou aquilo que, para ele, representava à falta de compromisso do Estado brasileiro no tocante à organização dos serviços de defesa sanitária do país, como também teceu duras críticas à inércia dos poderes públicos com relação à efetivação de ações preventivas que ajudariam no combate às doenças que solapavam a sociedade, sobretudo os grupos sociais que habitavam locais de infraestrutura urbana precária, como as periferias e subúrbios.

As questões levantadas por Cicco nas primeiras páginas de sua obra podem ser interpretadas, em certa medida, como os motivos que o levaram a produzir o estudo sobre o saneamento da cidade de Natal. Após ter comentado sobre as funções e as práticas desenvolvidas pelos inspetores dos portos do Brasil, o médico potiguar chamou a atenção de seus leitores para o decreto nº 10.821, dispositivo que determinava a instituição de um novo regulamento para a Directoria Geral de Saúde Pública e que havia sido sancionado pelo presidente Hemes da Fonseca no dia 18 de março de 1914. Esse decreto definia uma série de ações e de normas a serem seguidas pela administração pública a fim de que os serviços sanitários do país fossem organizados e melhorados.

O médico norte-rio-grandense, dos 357 artigos que compunham o decreto, destacou em seu texto somente o artigo 56, que tratava especificamente da construção, nas sedes das inspetorias de saúde do país, de hospitais de isolamento e de estações de desinfecção, com laboratórios anexos, “destinados ao tratamento de doentes accommettidos de molestias infectuosas e ao expurgo dos navios, passageiros e objectos procedentes de locaes infeccionados ou suspeitos”.²⁴⁰

A aprovação dessa lei consistia em um passo importante no que dizia respeito à organização da saúde pública brasileira, isso se tomarmos como base a perspectiva de Januário Cicco. Esse fato, por si só, não impediu que esse médico fizesse suas críticas ao Estado brasileiro, colocando em evidência o fato de que aquele decreto não estava sendo cumprido,

²³⁹ *Ibid.*, p. 4.

²⁴⁰ BRASIL. Decreto 10.821, de 18 de março de 1914. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-10821-18-marco-1914-501496-publicacaooriginal-1-pe.html> > acesso em 19/10/2022.

principalmente o seu art. 56, considerado por Cicco de extrema importância para o trato das questões relativas à saúde pública dos estados brasileiros.

Um dos pontos mais criticados pelo médico foi, sobretudo, a justificativa dada pelo Governo Federal no tocante ao adiamento daquele plano de construir hospitais de isolamento nas sedes das inspetorias de saúde do país. De acordo com Cicco, “necessidades prementes do país” foram usadas como justificativa para que aquele empreendimento fosse adiado, algo que, na perspectiva do médico, comprometia o acesso da população à “maiores garantias” no que dizia respeito à vida coletiva. Apesar de seu comentário, Cicco não deixou claro o suficiente quais teriam sido aquelas tais necessidades, embora acreditemos, pelo contexto apresentado pelo autor, serem elas de natureza econômica. A questão financeira do país, no entanto, não era uma justificativa de fácil aceitação e compreensão por parte do médico potiguar.

Cicco parecia não acreditar que algo tão importante e fundamental como a saúde das pessoas e do próprio país fossem deixados de lado, em segundo plano; ele parecia não compreender o fato de o Estado brasileiro adiar a execução de um plano que melhoraria a vida das pessoas, com base na alegação de que não se tinha condições de arcar com as despesas que tais ações demandariam, ao passo que esse mesmo Estado, nas palavras do médico norte-riograndense, não poupava as “economias do Thesouro com despesas supérfluas”.²⁴¹

Nesse sentido, e buscando reforçar seu ponto de vista quanto a importância de o Estado brasileiro fazer cumprir aquilo que já estava estabelecido na letra da lei, Cicco chamou a atenção em seu texto para o período no qual a sociedade brasileira havia vivenciado o drama decorrente dos efeitos da epidemia de “gripe espanhola” – ou gripe pneumônica – no ano de 1918. Com a chegada dessa epidemia, o Estado brasileiro, conforme foi ressaltado por Cicco, havia repensado a sua política de defesa sanitária, pois se tratava de uma doença altamente contagiosa, e que tinha se espalhado rapidamente por grande parte do mundo, de forma que milhares de vidas foram perdidas em um curto espaço de tempo.

Além de um alto índice de transmissibilidade e da falta de estrutura sanitária do país, os efeitos dessa doença foram potencializados também pela desinformação e pela censura dos meios de comunicação. Grande parte dos países envolvidos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) buscaram amenizar, suavizar ou até mesmo evitar a divulgação de informações sobre os danos causados pela gripe espanhola junto às suas sociedades. A Espanha, contudo, que havia

²⁴¹ CICCIO, *op.*, cit., 1920, p. 4.

assumido posição de neutralidade diante do conflito, não escondia nada sobre essa doença que tomaria proporções pandêmicas de forma tão rápida. Justamente por ter sido a imprensa desse país a grande divulgadora das informações sobre os estragos provocados por aquela doença, ela foi chamada de gripe espanhola.

No continente europeu a gripe se espalhava rapidamente, afetando, inclusive, a capacidade bélica dos exércitos envolvidos naquela conflagração. A censura podia até evitar que muitos não tivessem a real noção dos efeitos destrutivo da espanhola, embora não pudesse evitar ou esconder as mortes por muito tempo – de 50 a 100 milhões de pessoas feneceram diante daquela epidemia.²⁴² A negação da doença e a censura fizeram com que o conhecimento sobre ela chegasse tardiamente a outros locais, como foi o caso da América do Sul.

No Brasil, as notícias que chegavam da Europa sobre uma epidemia que estava matando milhares de pessoas foram desacreditadas, tratadas com descaso, sarcasmo, ironia e, por vezes, “em tom pilhérico”, como foi observado por Adriana da Costa Goulart. Essa autora, através da análise de algumas matérias jornalísticas, acabou constatando, por um lado, o nível de desinformação da sociedade carioca sobre a doença e, por outro, “o medo da população, que via nas medidas sanitárias um pretexto para a revitalização daquelas consideradas coercitivas”.²⁴³

Goulart estava se referindo ao tempo das reformas urbanas levadas à efeito na cidade do Rio de Janeiro durante o governo federal de Rodrigues Alves (1902-1906) e a gestão municipal de Francisco Pereira Passos (1902-1906), quando uma série de medidas profiláticas junto à população carioca foram implementadas com o objetivo de não apenas remodelar o espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro, mas, sobretudo, de regenerar a sociedade e o país como um todo. A ideia corrente era a de que reformar material e socialmente a cidade carioca era reformar, por extensão, o país.

O processo de reformas urbanas do Rio de Janeiro foi marcado, sobretudo, pelas demolições dos antigos casarões aristocráticos do centro da cidade que, na percepção dos reformadores, representavam um risco à saúde pública pelas suas precárias condições sanitárias. De acordo com Jaime Benchimol, o centro era a parte da cidade “onde progredia a condensação

²⁴² GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005, p. 102.

²⁴³ *Ibid.*, p. 104.

populacional em habitações coletivas e onde as epidemias causavam devastações jamais vistas, exacerbando a fama internacional que o Rio tinha de cidade empestada e mortífera”.²⁴⁴

O “bota-abaixo”, como ficou conhecido esse episódio dramático da história urbana do Rio de Janeiro, significou para essa população pobre não apenas a perda de seu espaço tradicional, de habitação ou trabalho, mas também a “desqualificação sistemática de seus hábitos e suas crenças, entre as quais o saber sobre doenças e curas”, provocando nesse grupo “uma certa falta de familiaridade” com relação ao espaço urbano da cidade.²⁴⁵

Movimento de origem popular, sobretudo por parte daqueles haviam sofrido com a reformas estruturais no centro da cidade, contra a forma autoritária com que o Estado havia determinado a vacinação ao grosso da população pobre, a revolta da vacina, nesse caso, ocorrida no ano de 1904, pode ser entendida como o símbolo mais evidente desse “desconforto” social com a nova paisagem urbana produzida no Rio de Janeiro, na medida em que o Estado não se mostrava tão interessado em garantir ou assegurar a manutenção de certas práticas sociais para os grupos não burgueses.²⁴⁶

Do ponto de vista das autoridades, a insurreição contra a campanha de vacinação tinha acontecido por causa da ignorância de uma grande parte da população, que desconhecia o processo de imunização através da aplicação de vacinas. No entanto, se levarmos em consideração a forma arbitrária e violenta com que essa campanha foi conduzida pelos agentes do Estado, esse representado pelas figuras do prefeito da cidade, Pereira Passos, e do diretor geral do departamento de Saúde Pública (DGSP), Oswaldo Cruz, o levante popular contra a campanha de vacinação foi uma das “mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos subalternos do país contra a exploração, a discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidos pela administração pública nessa fase da nossa história”.²⁴⁷ O poder público não havia se preocupado, por exemplo, com a questão psicológica da população, em como ela entendia aquilo que estava acontecendo. As autoridades exigiam da população somente a sua submissão incondicional à lei de vacinação obrigatória.

Os efeitos e os sentidos produzidos por essas intervenções na estrutura material da cidade carioca podem ser observados, sobretudo, a partir dos relatos das experiências e

²⁴⁴ BENCHIMOL, *op., cit.*, 2008, p. 244.

²⁴⁵ FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000, p. 37.

²⁴⁶ SÜSSEKIND, 1992, p. XIX *apud* FABRIS, 2000, p. 36.

²⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 10.

percepções de determinados grupos sociais que detinham o controle ou acesso à algum meio de comunicação, como jornais, revistas e/ou produções literárias. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, engenheiro militar, jornalista e escritor, e Afonso Henriques de Lima Barreto, também escritor e jornalista, foram algumas dessas vozes que procuraram, por meio de seus textos, evidenciar e jogar luz na ordem social brasileira no período pós-advento do regime republicano, criticando, principalmente, os efeitos dos projetos e as decisões dos grupos dirigentes no tocante à organização da sociedade.

Lima Barreto, por exemplo, criticava aberta e radicalmente o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, pois considerava-o um absurdo, chamando atenção para o fato de que a única preocupação das classes dominantes, dentre eles os homens ricos, agentes imobiliários e os “pseudo-urbanistas”, era de ganhar dinheiro. Nesse sentido, as intervenções materiais na capital federal do país traduziam o ideal de modernidade das classes dirigentes, uma modernidade “excludente, discriminatória, antidemocrática e concentradora de bens, riquezas e oportunidades”.²⁴⁸

À vista disso, podemos compreender o porquê boa parte da sociedade carioca nutria um certo sentimento de medo com relação às ações sanitárias promovidas pelo poder público, como buscou demonstrar Adriana Goulart em seu estudo sobre os efeitos da epidemia de gripe espanhola na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1918. De acordo com a autora, tal sentimento era explícito e também propagado pela imprensa. No dia 12 de outubro de 1918, a revista *A Careta* havia publicado uma matéria onde destacava que a ameaça da gripe espanhola preocupava menos do que “a ameaça da medicina oficial”, que preparava “todas as armas da tirania científica contra as liberdades dos povos civis”.²⁴⁹

Apesar do intervalo de tempo que separa uma crise sanitária da outra, a epidemia de varíola de 1904 e a gripe espanhola de 1918, nota-se ainda a preocupação de certos setores da sociedade com as medidas profiláticas adotadas pelo governo, ou melhor, a forma como tais medidas seriam aplicadas no conjunto da sociedade. A gripe espanhola foi interpretada por autoridades e parte da população como uma doença comum, que não merecia tanta atenção assim.

²⁴⁸ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 19-22.

²⁴⁹ GOULART, *op. cit.*, 2005, p. 104.

Pouco conhecida, negada e censurada, a doença revelou-se catastrófica para a sociedade brasileira no ano de 1918. Nas palavras de Goulart, “o índice de mortalidade e de morbidade apresentados pela influenza de 1918, o rápido período de incubação e o elevadíssimo número de óbitos foram alguns dos fatores que fizeram da ‘gripe espanhola’ um acontecimento *sui generis* em todos os sentidos”.²⁵⁰ Além da falta de conhecimento, da velocidade de contágio e da letalidade da gripe espanhola, a falta de estrutura e aparelhamento das instituições de saúde era um fator potencializador dos efeitos dessa epidemia. Essa falta de estrutura era decorrente da escassez de verbas destinadas à saúde pública.

De acordo com os dados levantados por Goulart, que analisou os relatórios dos presidentes dos estados, a diminuição do orçamento destinado à saúde pública entre os anos de 1914 e 1918 fez com que os socorros públicos fossem prejudicados, dependendo, por vezes, da iniciativa privada – das igrejas, das escolas, da Cruz Vermelha Brasileira, entre outras.²⁵¹ A forma poderosa e mortal com que essa epidemia de gripe espanhola atingira a sociedade brasileira acabou servindo para comprovar o despreparo e a falta de estrutura do Estado no que se referia ao combate às doenças altamente infecciosas.

Nesse sentido, buscando aparelhar o país com meios de defesa que impedissem a instalação e proliferação dessa e de outras epidemias, o poder público, ao que parece, fez circular um telegrama entre as Inspetorias de Saúde dos Portos do Brasil solicitando aos inspetores sugestões de medidas que garantissem a proteção dos portos do país contra qualquer tipo de doença, como foi destacado pelo médico Januário Cicco, inspetor do porto de Natal. Sobre isso, o médico norte-rio-grandense comentou que não havia outra medida que não fosse a execução daquele artigo 56. Nas suas palavras, “nenhuma medida prophylactica seria capaz de nos premunir com tanta segurança como a criação dos serviços de defesa constantes daquelle dispositivo de lei”, embora a liberação do crédito para aquele fim dependesse da “vontade augusta dos Deuses do Olympo”.²⁵²

O Brasil ainda estava muito atrasado, na perspectiva de Januário Cicco, com relação a outros países – Estados Unidos, França, Inglaterra, Itália e Perú – cuja legislação sanitária atingia “os limites da perfeição”. Cicco havia chamado a atenção para o fato de que a

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 105.

²⁵¹ De acordo com Goulart: “Em 1914, os créditos orçamentários foram de 200:000\$000 sendo gastos, suplementarmente, 1.100:000\$000; no ano de 1915 os créditos decaíram para 50:000\$000; em 1916, para 25:000\$000, perdurando o mesmo valor em 1917. Em 1918 o orçamento foi de 50:000\$000, porém foram gastos, apenas no primeiro semestre do ano, 66:418\$974 no que se refere aos socorros públicos”. *Ibid.*, p. 109.

²⁵² CICCO, *op.*, *cit.*, 1920, p. 4.

organização e a resolução dos problemas relacionados à saúde pública eram de responsabilidade do Estado brasileiro que, para ele, não estava cumprindo com o seu papel. Além disso, Cicco havia destacado também a importância da classe médica no que dizia respeito ao “descaso pela saúde coletiva”. Nesse caso, o médico havia ressaltado a atuação de Carlos Chagas, na época diretor geral de Saúde Pública, na questão do saneamento do Brasil, sobretudo nas ações que se referiam ao combate à sífilis.²⁵³

Especificamente sobre o estado do Rio Grande do Norte, Januário Cicco tinha afirmado que pela condição econômica, de certa maneira irrelevante frente aos estados mais ricos da nação, fazia com que ele também não fosse percebido no tocante às práticas e os meios utilizados para a reconstrução de um novo tipo humano, aperfeiçoado, saudável e regenerado, física e moralmente.

O médico também fez questão de apontar a atuação do governo do estado frente à falta de investimento do governo federal que, diferente de estados como São Paulo e Paraná, estes riquíssimos, conforme ressaltado por ele, conseguia manter diversas casas de assistência pública onde os usuários recebiam tratamento contra diversos tipos de doenças, inclusive o tratamento contra a sífilis.²⁵⁴

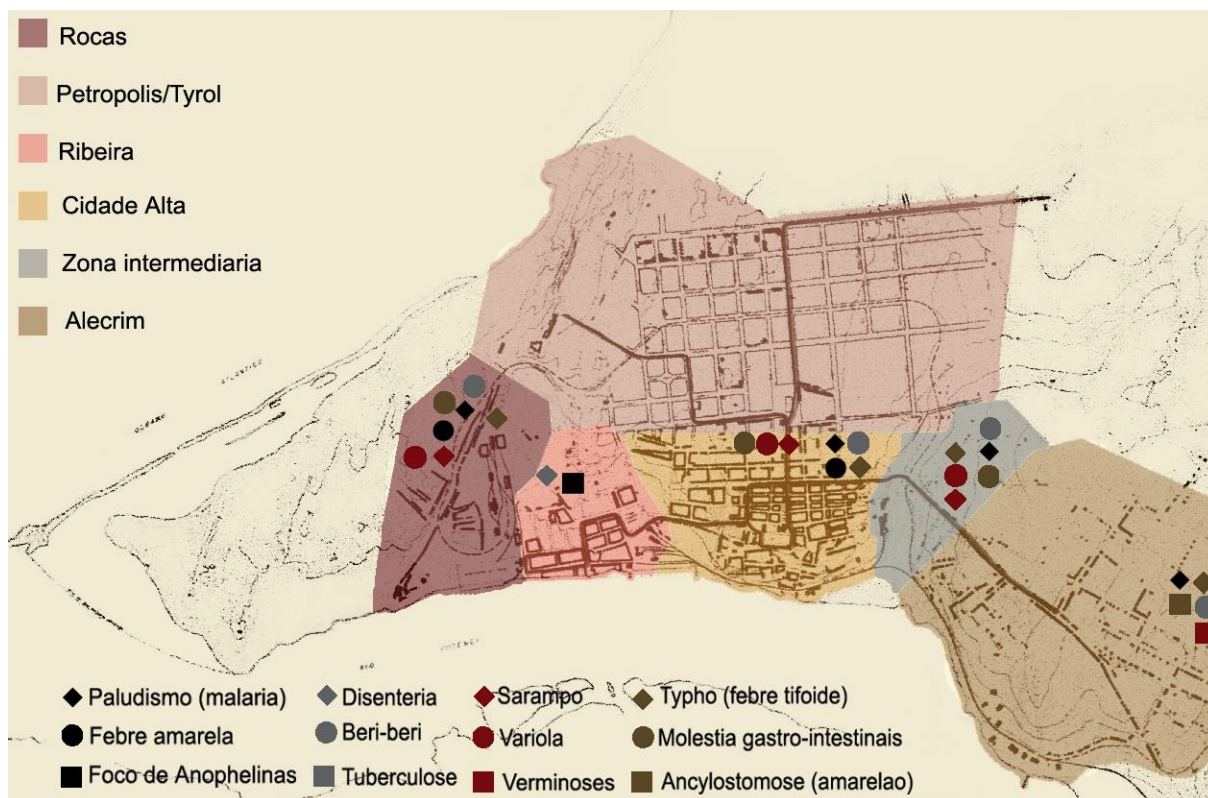
Depois de ter tratado destes aspectos gerais sobre a forma como estava a saúde pública no Brasil, apontando falhas e indicando soluções gerais, Januário Cicco passou a tratar, de maneira mais detalhada, da situação sanitária da capital norte-rio-grandense. O seu trabalho acabou servido para que pudéssemos ter uma noção preliminar dos principais focos de doenças na cidade.

A partir de uma espécie de espacialização das epidemias mais frequentes na cidade, Cicco havia apontado causas e soluções para o problema da falta de higiene em Natal, destacando, sobretudo, que a melhoria da saúde pública estava diretamente relacionada às reformas e aos chamados “melhoramentos urbanos” que, por sua vez, estavam relacionadas a um “processo de modernização e de constituição de uma (nova) civilidade, pautada na moral e pudicícia burguesas”.²⁵⁵

²⁵³ *Ibid.*, p. 5.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 6.

²⁵⁵ FERREIRA, *op.*, *cit.*, 2008, p. 85.

Figura 11 – Espacialização das enfermidades em Natal (1920)

Mapa elaborado a partir da base cartográfica organizada pelo engenheiro Henrique de Novaes em 1924. **Fonte:** FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal (1850-1969)*. Natal: IAB, 2008.

Com base no levantamento demográfico realizado por aquele médico, a cidade de Natal, nesse período, contava com pouco mais de 20.000 habitantes distribuídos pelos bairros e povoados da cidade. Já o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em 1936, apontava que na capital norte-rio-grandense existia, em 1920, cerca de 30.696 habitantes, onde mais da metade, 17.769, era de analfabetos. De acordo com o segundo anuário estatístico, 20.000 habitantes era a população da cidade no ano de 1872.²⁵⁶ Outras fontes, como os jornais e relatórios de escritórios especializados, também apresentavam estimativas do número de habitantes da capital, embora nunca com exatidão.

Angela Ferreira e sua base de pesquisa, num trabalho coletivo, produziram um quadro estatístico no qual reuniram dados sobre a população da cidade de Natal e as respectivas fontes de onde coletaram tais informações. Os dados coletados demonstraram, de forma objetiva, a

²⁵⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade. Ano II. 1936. p. 46.

impossibilidade de se precisar o número real de habitantes da cidade naquele período, como pode ser observado no quadro abaixo.

Figura 12 – Discriminação das estatísticas de população segundo as fontes e as bases de informação dos dados por ano (1919-1920).

Ano	Fonte da publicação	Estatística populacional *	Base da informação
1919	Escritório Saturnino de Brito (1935)	22.561 hab.	Levantamento feito por Pedro Soares Amorim
	A República ** (01 jul. 1929)	21.561 hab.	Levantamento feito por Pedro Soares Amorim
		21.948 hab.	
1920	Anuário Estatístico do Brasil (Inst. Nacional de Estatística, 1936)	30.696 hab.	Censo de 1920
	A República (01 jul. 1929)	22.722 hab.	Estimativa do Departamento de Saúde
	Cicco (1920)	22.000 hab.	Não especificada
1921	A República (01 jul. 1929)	23.496 hab.	Estimativa do Departamento de Saúde
1922	A República (01 jul. 1929)	24.270 hab.	Estimativa do Departamento de Saúde
1923	Escritório Saturnino de Brito (1935)	25.438 hab.	Levantamento dirigido por Henrique de Novaes
	A República (01 jul. 1929)	25.044 hab.	Estimativa do Departamento de Saúde
1924	A República (01 jul. 1929)	25.438 hab.	Levantamento dirigido por Henrique de Novaes
		26.059 hab.	

Fonte: FERREIRA, Angela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal (1850-1969)*. Natal: IAB, 2008, p.76.

As informações coletadas e organizadas por Angela Ferreira sugerem que os levantamentos realizados entre os anos de 1919 e 1920 por Pedro Soares Amorim, médico e deputado estadual pelo Rio Grande do Norte em 1918; por Januário Cicco, no seu estudo sobre como se higienizaria Natal; e pelo Departamento de Saúde da cidade, apresentavam uma certa similaridade quanto ao número de habitantes, variando entre 21 a 22 mil habitantes – um número significativamente inferior se comparado com os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística em 1936, que registrava mais de 30 mil pessoas vivendo na capital norte-rio-grandense naquele ano de 1920.

Nos anos posteriores a 1920, o crescimento populacional, como pode ser visto na tabela acima, realizou uma curva ascendente e gradual. A variação dos números apresentados se dava, neste caso, pelo fato de que tais levantamentos não deixavam evidente quais critérios haviam sido usados para a realização das pesquisas.²⁵⁷

²⁵⁷ FERREIRA, op., cit., 2008, p. 75.

Diante disso, não temos condições de precisar com exatidão o número total de habitantes em Natal, de forma que iremos nos basear nos levantamentos realizados por Januário Cicco e pelo Departamento de Saúde Pública em 1920, pois ambos apresentaram dados aproximados no tocante ao número de habitantes na cidade, cerca de 22 mil habitantes. Os dados estatísticos sobre a população de Natal, assim como o número exato de suas habitações, não foram colhidos por Januário Cicco em arquivos públicos. Tais dados foram conseguidos através de João Soares Araújo, nas palavras de Cicco, “a quem deve-se o melhor recenseamento da Capital”.²⁵⁸

A cidade se dividia, oficialmente, em quatro bairros (Ribeira, Cidade Alta, Cidade Nova e Alecrim) e mais outros pequenos povoados e/ou comunidades (Rocas, Passo da Pátria, Areia Preta e Quintas). Mas para Januário Cicco, adotando um critério geral, topográfico, dividia a cidade em duas partes, Cidade Baixa e Cidade Alta. Essa representação, contudo, não levava em consideração os limites oficiais dos bairros, mas as zonas atendidas pelos serviços de profilaxia da cidade. Nas palavras desse médico, “a divisão da cidade de Natal [...] não é a mesma que lhe deu a Municipalidade, e embora ligeiramente modificada, a conveniência daquela divisão teve por base a contiguidade dos focos de cada bairro e a sua distribuição em zonas distintas para os serviços de prophylaxia”.

A Cidade Alta, na perspectiva de Cicco, era formada pelos bairros de Petrópolis e Tirol (Cidade Nova), pelo Alecrim e pelo Passo da Pátria; enquanto que a Cidade Baixa compreendia o bairro da Ribeira, a região das Rocas, que para muitos era um pequeno povoado de pescadores, embora Januário Cicco já o considerasse como bairro, e Areia Preta, praia oficial da cidade desde 1908.²⁵⁹ O estudo realizado por Cicco nos fornece algumas pistas sobre a forma como aquela população de aproximadamente 22 mil habitantes ocupava o espaço urbano de Natal naquele momento, assim como também nos fornece dados sobre a topografia da cidade. Além disso, a perspectiva do médico norte-rio-grandense fornece pistas que nos ajudam a compreender o porquê uma determinada representação da cidade acabou se sobressaindo frente a outras tão legítimas quanto ela.

Por vezes, o olhar técnico acaba por não levar em consideração uma diversidade de experiências sociais no tocante ao uso dos espaços, de forma que a imagem da cidade produzida nesses estudos, que se fundamentam pelo rigor científico, geralmente não é a cidade dos grupos populares, dos trabalhadores, dos pobres; é a cidade dos grupos hegemônicos, que inclusive

²⁵⁸ CICCO, *op., cit.*, 1920, p. 39.

²⁵⁹ FERREIRA, *op., cit.*, 2008, p. 80.

buscam determinar a forma como aqueles grupos devem agir e perceber a cidade. Estudos como o do médico Januário Cicco, de certa maneira, acabam produzindo discursos generalizantes sobre determinados lugares. Esses discursos sobre a cidade, quando reproduzidos ao longo do tempo, acabam se transformando em estereótipos que funcionam, por sua vez, como verdadeiros marcadores identitários destes lugares.

No que se referia à Natal, Januário Cicco afirmava que praticamente toda a cidade apresentava problemas de infraestrutura urbana e que as condições sanitárias não eram as ideais, exceto nos bairros de Petrópolis e Tirol (Cidade Nova), as zonas mais saudáveis da capital. Nas palavras do médico, esses dois bairros prometiam a “edificação da cidade mais bonita do Norte do Brasil”.²⁶⁰ Com suas largas avenidas, construídas de forma que os ventos dominantes fossem aproveitados, e por isso possuidoras dos melhores ares da cidade, esses dois bairros abrigavam cerca de 3.231 indivíduos em 647 casas.

Isso quer dizer que, em média, cada casa havia uma família composta por 5 membros. Cidade Nova era o bairro modelo, nele estavam inscritos os signos do moderno e da civilização, nele não havia doenças, não havia problemas; nele habitavam “pessoas que se esforçavam pela segurança sanitária” as quais Cicco e outros intelectuais da cidade – e também do país – consideravam como os representantes da nova sociedade brasileira.²⁶¹

O bairro de Cidade Alta, sem contar com Cidade Nova e o Alecrim, era um dos locais mais populosos da cidade, com cerca de 6.813 habitantes e 1.619 edificações, algumas delas dedicadas ao comércio; não apresentava boas condições de higiene, em grande medida por estar localizado próximo ao Matadouro Público e a fornos de incineração de lixo, que não funcionavam corretamente.

Cicco, a partir de suas “observações clínicas”, havia chamado a atenção para uma curiosidade que poderia parecer, nas suas palavras, mais uma “observação imperfeita” sobre a questão da propagação de epidemias pela cidade. De acordo com o médico, as moléstias e epidemias sempre começavam pelo bairro de Cidade Alta e não por aquele que tinha todos os motivos do mundo para ser considerado o marco zero de todas as epidemias da cidade, a Ribeira, bairro localizado na Cidade Baixa. O fato de a Ribeira ser formada por bairros operários, de ser o local onde estava localizado o porto da cidade, assim como armazéns e outros depósitos comerciais, locais insalubres e perigoso do ponto de vista sanitário, fazia com esse

²⁶⁰ CICCIO, *op., cit.*, 1920, p. 10.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 8.

lugar tivesse as condições ideais para ser considerado o local de origem das epidemias da cidade, na perspectiva do médico norte-rio-grandense.²⁶²

Somado ao fato de que o bairro de Cidade Alta tinha em seus limites instalações que contribuíam para a falta de higiene do lugar (o Matadouro Público e os fornos de incineração de lixo), as casas também foram destacadas por Cicco como construções que não contavam com boas condições de habitabilidade, pois não apresentavam um sistema de fossas sépticas adequado; nos quintais das casas, por menor que fossem, se acumulavam águas servidas, sem falar nas plantas e árvores de médio a grande porte que faziam com que a humidade ficasse retida nos prédios. Além disso, a questão do abastecimento de água, das fontes sem tratamento (Baldo), era um outro fator que contribuía para a fama do bairro de ser ele o ponto de origem das epidemias da cidade.

O que nos chama a atenção aqui é justamente essa forma com que esses espaços foram descritos por Januário Cicco. Como afirmamos anteriormente, essa maneira de representar a cidade pode ter influenciado na reprodução de um discurso sobre a cidade ou sobre determinadas áreas. Apesar das críticas ao poder público realizadas pelo médico com relação à situação sanitária na capital norte-rio-grandense, podemos captar na fala de Cicco uma maneira estereotipada de se referir a determinados locais. Isso pode ser observado no fato dele ter considerado curioso, ou até mesmo estranho, a Ribeira – local onde estavam situados os bairros operários – não ter sido, na sua percepção, o local de maior propagação das epidemias da cidade.

Para esse médico e observador da cidade, havia uma relação entre as moléstias e a região onde elas se desenvolviam, que tinham como agentes potencializadores as condições de higiene individuais e coletivas nesses locais. Nas palavras de Cicco, nos bairros operários de Natal eram agravantes à etiopatogenia “a falta de hygiene corporal, as habitações insalubres, o excesso de habitantes em cada domicílio e a viciação do ar, decorrente daquela promiscuidade”.²⁶³ Um desses bairros operários, de acordo com Cicco, era aquele a que chamavam de Rocas.

Sobre o “bairro das Rocas”, o médico havia destacado que se tratava de “um bairro de operários e pescadores, construído sobre as dunas”, e que estava separado da Ribeira “por uma faixa de terra de 400 metros de largura”, arenosa, acidentada de depressões, onde facilmente se coletavam águas pluviais. O solo bastante permeável fazia com que aquelas águas se infiltrassem mais rapidamente, embora não precisasse de muito tempo para que o terreno ficasse

²⁶² *Ibid.*, p. 29.

²⁶³ *Ibid.*, p. 13.

acharcado e elas se estagnassem, transformando aquela área num “viveiro de mosquitos, com suas tristes consequências á saúde da pequena cidade operária”, conforme foi destacado pelo médico.²⁶⁴

Para ele, o saneamento daquela parte da cidade era uma ação que não apresentava tantas dificuldades por causa de sua topografia, bastando aterrar e nivelar o terreno com as próprias areias das colinas. Na verdade, levar água tratada, em boas condições de uso para a população das Rocas era o que Cicco considerava ser um processo difícil.

Naqueles anos de 1920, o bairro das Rocas possuía, segundo os dados levantados pelo médico norte-rio-grandense, cerca de 2390 habitantes, que se distribuíam em 597 casas, que não apresentavam nenhuma condição de higiene que se prestasse à vida daqueles indivíduos, como fez questão de ressaltar Januário Cicco. Boa parte dessas edificações eram feitas de taipa e nelas moravam, em média, quatro pessoas por habitação. De estrutura baixa, os pisos desprotegidos, essas casas possuíam um sistema de fossas que agravava ainda mais suas condições sanitárias.

Os moradores das Rocas abriam valas e buracos no solo arenoso para depositarem dejetos orgânicos, uma prática que fazia com que o solo se tornasse “nocivo a vida de todos”, conforme foi destacado por Cicco, ainda mais porque os habitantes daquela área se abasteciam da água que era filtrada pelas dunas, onde o lençol freático não ficava indiferente à contaminação do subsolo.²⁶⁵

Por isso, quando observamos a taxa de mortalidade no período, não podemos ver com surpresa o fato de que grande parte das mortes foram causadas, principalmente, por “affecções do aparelho digestivo”, de forma que das 903 mortes registradas em 1924, 392 foram por causa de complicações do aparelho digestivo, as quais podem estar relacionadas à má qualidade da água consumida na cidade, principalmente nesses locais de infraestrutura urbana mais precária, sem rede de abastecimento e saneamento.²⁶⁶

Uma das soluções apontadas pelo médico norte-rio-grandense para tratar do problema sanitário de Natal havia sido a construção de fossas biológicas com seu piso impermeabilizado. De acordo com Cicco, esse método evitaria a contaminação do solo, bem como a do lençol

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 9. [grifo nosso]

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 23.

²⁶⁶ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de novembro de 1924*. Natal: Type., d'A Republica, 1924, p. 20-27.

freático, impedindo, dessa maneira, a multiplicação de algumas doenças como a enterobiose. O médico havia ressaltado a importância da adoção das medidas higiênicas para o controle das doenças na cidade como um todo, e no caso específico das Rocas, se tais medidas fossem implementadas de maneira mais sistemática, a vida naquela parte da cidade acabaria se tornando, nas suas palavras, “menos transitória e mais compatível com os nossos créditos de gente que se diz civilizada”.²⁶⁷

A forma como Januário Cicco tratou o problema do saneamento na cidade de Natal em sua obra, acabou transformando-a em algo muito maior do que um manual com instruções de como, de fato, higienizar a cidade. O estudo de Cicco se converteu em um espaço de crítica aos poderes públicos no que dizia respeito à falta de investimentos materiais em certas partes da cidade, aquelas localizadas nos arredores, nas cercanias de Natal, zonas onde estavam situados os bairros pobres. Além disso, Cicco criticava também a própria noção de civilidade difundida entre os grupos sociais dominantes. O médico havia declarado que ninguém havia dado o “remédio salvador” àqueles espaços e a cidade, nas suas palavras, continuava “indiferente às sombras de uma falsa limpeza que se faz nas principais ruas e praças, murmurando-se imprecizações aos dinheiros gastos sem o acerto de melhores aplicações”.²⁶⁸

Com base nos escritos de Cicco e de outros observadores da cidade, Rocas era um desses locais escolhidos, ou melhor, reservados como espaço de moradia para grupos sociais de baixa renda, na sua maioria, pescadores, operários e pequenos comerciantes. Podemos dizer, num certo sentido e com base no que vimos até agora, que essa era uma das suas funções sociais: abrigar os pobres da cidade.

Além das Rocas, outros espaços da cidade também foram identificados como locais de moradia dos grupos populares como o bairro do Alecrim e o Passo da Pátria. Esse último, nas palavras de Januário Cicco, era um “bairro de operários, de pequeno commercio”, onde havia plantações de capim e criação de porcos, “cujas condições de vida se oppõe a qualquer prosperidade. De habitações humildes, baixas, sob cujos tectos vivem promiscuamente e em excesso os seus moradores”.²⁶⁹

Como solução para o Passo da Pátria, o médico norte-rio-grandense não buscou por alternativas paliativas, como tinha feito para o bairro das Rocas. Cicco havia declarado que a

²⁶⁷ CICCO, *op., cit.*, 1920, p. 22-24.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 21.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 11.

resolução do problema do Passo da Pátria, a única opção a ser considerada era a sua completa extinção. O Passo da Pátria foi caracterizado pelo médico como uma parte que atrapalhava o processo de higienização da Cidade Alta, pois, nas suas palavras, aquele bairro era um lugar em que os indivíduos vivam “como se fossem em pocilgas, cujas habitações não teem fossas, impondo-se a destruição do bairro como a única medida prophylatica”.²⁷⁰

Cicco sugeria essas medidas com base em seu histórico de treze anos de atividade clínica na cidade, o que fazia com que ele, na sua perspectiva, tivesse condições de dizer quais eram as verdadeiras “necessidades da população”. Ele, como “filho desta terra”, segundo suas próprias palavras, conseguia sentir a dor que oprimia a população e por isso era quem podia melhor auscultar “as necessidades sanitárias de Natal, desejando melhor sorte”.²⁷¹

Nesse sentido, a destruição completa de um bairro como o Passo da Pátria seria, para a cidade de Natal, a melhor alternativa para resolver parte do seu problema sanitário, no ponto de vista de Cicco. O médico sanitaria esq uecera somente de que os habitantes daquele bairro também faziam parte da sociedade natalense, de forma que eles, provavelmente, não viam com bons olhos essa “medida prophylatica”.

Januário Cicco também fez uso de fotografias em seu livro como uma maneira de dar mais força às suas palavras sobre as condições topográficas das Rocas e de outras localidades da cidade de Natal. Além de textos escritos como artigos de jornais, crônicas, leis, atas de reuniões da Câmara Municipal e relatórios oficiais, documentos importantes para o pesquisador dedicado ao estudo das cidades, a fotografia também se apresenta como uma fonte rica de informações e dados que contribuem para que possamos ter uma melhor compreensão do passado em seus mais variados aspectos.

2.3 – Rocas como espaço enfermo e da pobreza: miséria e doença nos registros fotográficos

O registro fotográfico pode revelar formas de expressão artística ou tecnológica de uma época, assim como podem conter registros das paisagens urbanas, da arquitetura das cidades, das obras públicas, dos monumentos, das habitações, das relações sociais cotidianas num determinado tempo e lugar. Este fragmento do real, congelado na imagem fotográfica, nasce de

²⁷⁰ *Ibid.*, p. 29

²⁷¹ *Ibid.*, p. 21.

um instante e do desejo de um ser fotógrafo, de forma que no ato de captura da imagem estão implícitas as suas relações políticas, econômicas, sociais e culturais. A fotografia é, neste sentido, o produto final de uma ação humana, da escolha de um tema específico e do emprego de recursos tecnológicos de um tempo determinado.²⁷²

As imagens fotográficas das Rocas do início da década de 1920 (Fig. 13 e 14) presentes na obra de Januário Cicco, pertencentes ao acervo do Jornal do Comercio (JCommercio), como pode ser verificado no canto inferior direito das fotografias, são reveladoras de como uma determinada visão sobre o aquele bairro era predominante: o bairro como lugar insalubre e espaço da pobreza. A composição dessas fotografias nos permite presumir, de certa maneira, qual tinha sido a intensão do fotógrafo no momento de suas produções: apreender uma parte do bairro das Rocas, ressaltar aspectos de sua estrutura material, da arquitetura, das pessoas em seu cotidiano.

Figura 13 – Um trecho alagado das Rocas, 1920.



Fonte: Acervo Jornal do Commercio.²⁷³

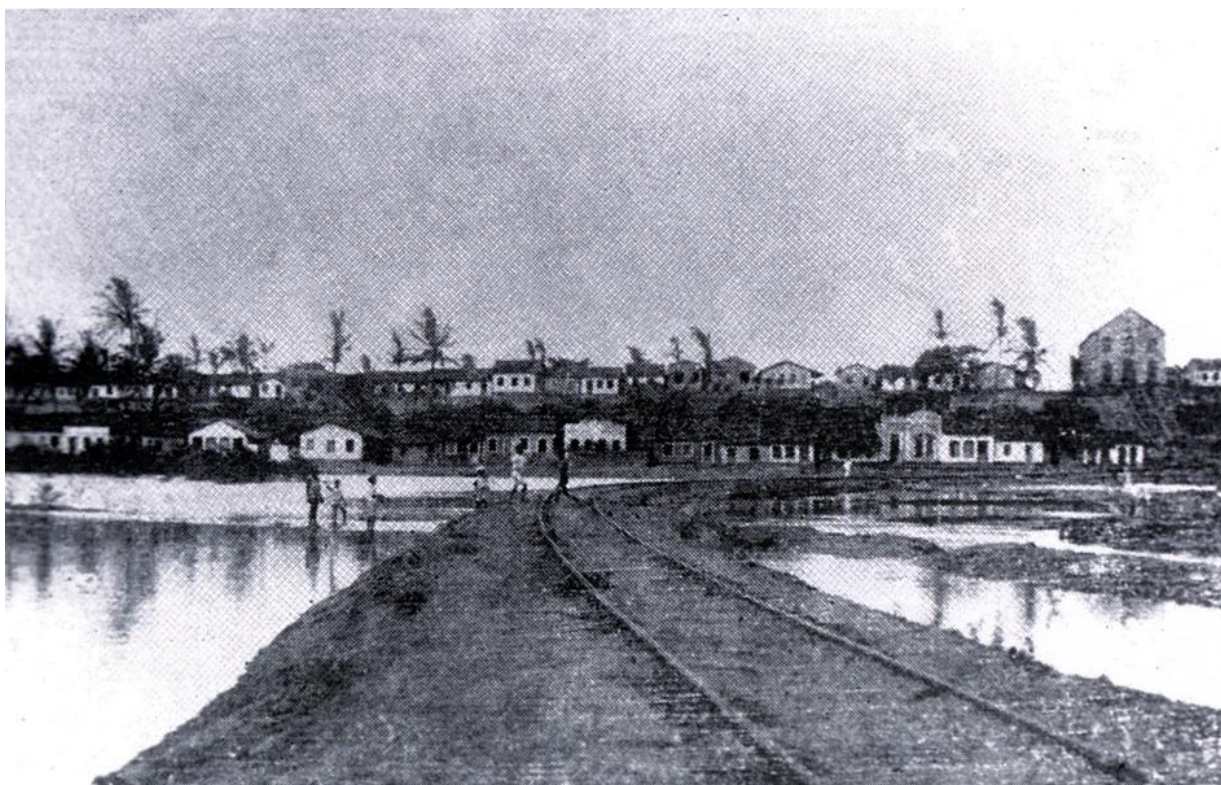
Nos dois registros fotográficos é possível identificarmos a presença de pessoas no ambiente, inclusive de crianças, moradoras do bairro, obviamente, que estavam em contato direto com uma área alagada, lamacenta. Em uma delas podemos visualizar a figura de uma

²⁷² KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 5ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial. 2014. p. 40-41.

²⁷³ CICCIO, op., cit., 1920, p.8-9.

mulher e cinco crianças, provavelmente a mãe e seus filhos, que parecem estar brincando ou, quem sabe, catando alguma coisa naquele alagado, como pequenos peixes ou mariscos (fig. 14). Consciente ou não, o fotógrafo acabou fazendo muito mais do que capturar cenas daquilo que poderíamos chamar de cotidiano das Rocas. Ele acabou produzindo documentos que, por sua vez, foram utilizados pelo médico Januário Cicco para complementar suas descrições e considerações sobre o bairro das Rocas que, entre outras coisas, evidenciavam as precárias condições sanitárias e de habitabilidade daquele lugar.

Figura 14 – Rocas, década de 1920.



Fonte: Acervo Jornal do Commercio.²⁷⁴

Outro aspecto que chama atenção nessa fotografia são os trilhos. Os trilhos representam um mundo conectado, um mundo onde as pessoas, as ideias e as mercadorias conseguem percorrer distâncias cada vez maiores em intervalos de tempo mais curtos; um mundo em que as barreiras espaciais – que limitam a circulação destas pessoas, ideias e mercadorias e, conseqüentemente, do próprio capital, do ponto de vista do modo de produção capitalista – vão se tornando cada vez mais fluidas, tendendo a serem superadas. A acumulação de capital está diretamente associada à redução dos custos com comunicação e transporte, ou seja, quanto mais

²⁷⁴ Essa fotografia foi tratada e melhorada pelo grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade – UFRN.

rápido o capital circula, maior será sua acumulação. Isto se insere naquilo que David Harvey chamou de racionalização geográfica do processo produtivo.²⁷⁵

Com a introdução da tecnologia mecanizada, as estradas de ferro representaram, no começo do século XIX, uma renovação no sistema de transportes que acabou desenvolvendo, industrialmente, várias partes do mundo, sobretudo a Europa ocidental. Mais do que reforçar a hegemonia do capital, as ferrovias, como agentes modernizadoras e semeadoras da urbanização, configuradas na ideologia do progresso, não só foram capazes de construir uma territorialidade nos espaços onde foram implantadas, como também “esquadrinharam práticas sociais, estratégias de controle e tarefas rotineiras para o exercício de um poder disciplinar que a sociedade burguesa exigia para a reprodução do capital e, conseqüentemente, para sua acumulação”.²⁷⁶

Além disso, conforme a observação de Lúcia Possas, os caminhos de ferro, assim como os trens, as estações e os parques ferroviários, representaram, no conjunto das sociedades urbanos-industriais, verdadeiros espaços de poder, de disputas, de lutas e de resistências diante do mundo do trabalho. De acordo com essa autora, as ferrovias, além de mobilizarem capitais políticos e econômicos, também mobilizavam o campo dos afetos, das sensibilidades. Os indivíduos se encantavam, fantasiavam e, quem sabe, se assustavam com o fato de a locomotiva aproximar, de maneira tão rápida, o espaço físico e as pessoas.

As linhas ferroviárias, que somente indicavam o ponto de partida e de chegada, representavam uma criação poética onde as distâncias podiam ser abolidas pela força da linguagem; uma criação poética que, nas palavras da autora, “tem a liberdade de negar a geografia”, despertando nos indivíduos o “sonho de eliminação do espaço físico distante”. Nas regiões periféricas do mundo, as sociedades viam os trens, os trilhos, toda a maquinaria ferroviária como uma maneira de alcançar ou de fazer parte do mundo das nações civilizadas, pois elas eram entendidas como a materialização do progresso, do progresso enquanto ideologia que “plasmava o social, produzia imagens concretas e, com elas, oferecia tudo aquilo que o real não possuía”.²⁷⁷

No caso do Brasil, além do fator econômico – escoamento da produção cafeeira associado aos investimentos de capitais ingleses que, de fato, impulsionaram a construção de várias

²⁷⁵ HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005, p. 52.

²⁷⁶ POSSAS, Lúcia Maria Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: Edusc, 2001, p. 44-46.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 50-60.

estradas de ferro pelo país – nota-se, também, um certo “entusiasmo irrefletido e exagerado pelos negócios ferroviários” por parte dos grupos dirigentes, que acreditavam, com base na experiência industrial dos grandes centros europeus, que a simples implantação de um sistema ferroviário seria capaz de transformar, por si só, os novos mercados em expansão.²⁷⁸

No estado do Rio Grande do Norte, como foi observado por Wagner Rodrigues, as estradas de ferro e sua pretensa “aura de modernidade” acabaram encantando as classes dirigentes locais que enxergavam nas ferrovias a possibilidade de não apenas melhorarem o sistema de escoamento da produção, mas de favorecerem o desenvolvimento industrial e o engrandecimento das próprias cidades. A construção de estações ferroviárias no espaço urbano das cidades não apenas modificava as formas de viver e os costumes da população – sobretudo aqueles diretamente impactados pelo vai e vem das locomotivas carregadas de gente ou de mercadorias, que habitavam ou trabalhavam no seu entorno, de forma que acabavam sendo obrigados a conviver com o fato de que o tempo da ferrovia não era o mesmo que o das suas atividades cotidianas, levando-os, muitas vezes, a resistirem ou a se subordinarem aos horários das estações – como também alterava profundamente o espaço no entorno delas.

Tanto a estrada de ferro quanto o porto da cidade fizeram parte dos discursos dos grupos dirigentes da cidade de Natal como verdadeiros símbolos do progresso. O cronista Manoel Dantas, por exemplo, atribuía a ideia de progresso às transformações materiais da cidade, que iam desde a pavimentação de ruas e avenidas até o domínio dos meios de transportes e de atividade comerciais. Contudo, mais do que pensar no desenvolvimento urbano da capital norte-rio-grandense, essas obras foram empreendidas na cidade com a finalidade de legitimar as ações de determinadas administrações perante a opinião pública como aquelas que, de fato, haviam trazido o progresso. Isso quer dizer que as obras eleitas como símbolo do progresso, todas elas, remetiam à atuação dos grupos dirigentes do estado.²⁷⁹

A construção de praças, de prédios públicos, assim como a própria remodelação do espaço urbano da capital, foram obras empreendidas no sentido de transformar Natal ao ponto que não

²⁷⁸ RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006, p. 114.

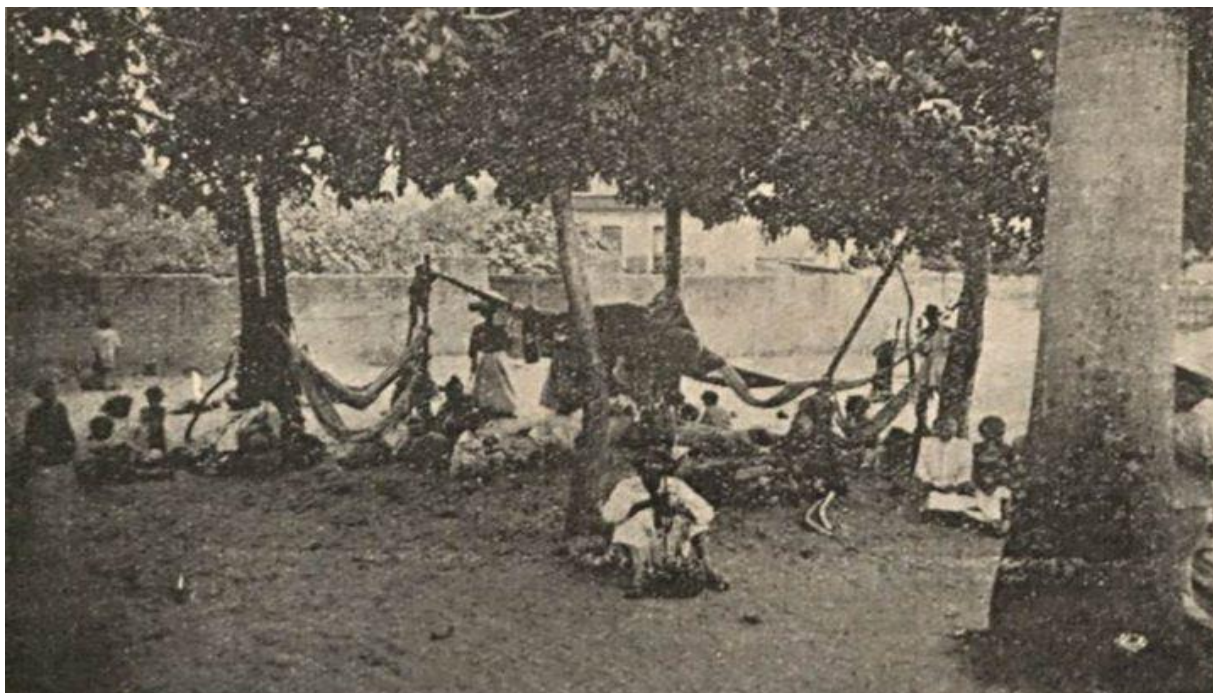
²⁷⁹ OLIVEIRA, Gabriel Barreto da Silveira. *O intelectual e a cidade imaginada: Manoel Dantas e a construção de uma Natal do futuro (1900-1923)*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021, p. 94.

fosse mais possível visualizar qualquer resquício de um tempo que as classes dirigentes queriam esquecer e consideravam atrasado.

A maneira como esses grupos se apropriaram e fizeram uso do espaço citadino e dos recursos públicos – seja na construção de casas e edifícios públicos, no aforamento de terras ou na montagem de certas estruturas ligadas ao capital financeiro, como portos e parques ferroviários – acaba por ser reveladora de seus interesses no tocante à forma como a cidade deveria ser organizada. Contudo, esses interesses nem sempre convergiam em busca de um propósito comum, de maneira que as intervenções materiais na cidade acabavam por revelar/reforçar, entre outras coisas, as desigualdades sociais existentes entre os grupos, assim como as divergências entre as classes dirigentes.

Para tentar amenizar os efeitos da seca no estado como um todo, mas principalmente na capital, o poder público começou a investir em políticas que visavam o combate às secas. Em Natal, através de uma decisão conjunta envolvendo a Comissão de Melhoramentos do Porto e a administração local, as verbas destinadas às obras de reequipamento do porto de Natal foram realocadas para atender às centenas de milhares de flagelados da seca que se encontravam na cidade.

Figura 15 - Flagelados nas ruas de Natal acampados, 1904.



Fonte: Acervo William Pinheiro.

Os retirantes passaram a ser empregados nas obras de embelezamento da cidade e nas obras do porto. Eles passaram receber um pequeno valor pelos trabalhos realizados – transporte do material dragado do leito do rio para aterrar a praça Augusto Severo – assim como foram autorizados a construírem casas na região da Limpa, também conhecida como Rocas, de forma que elas ajudariam na fixação das dunas. A presença dos retirantes preocupava os administradores locais e os encarregados pelas obras do porto de que aquela massa de indigentes viesse a atrapalhar o andamento do trabalho da Comissão de Melhoramentos do Porto de Natal, como havia declarado Antônio Pereira Simões, chefe da Comissão.²⁸⁰

Diante dessa situação – milhares de flagelados pela seca perambulando pela cidade ou embarcando em vapores para a região norte do país em busca de trabalho nos seringais da Amazônia – o Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, Lauro Müller, decidira ampliar a atuação daquela Comissão. Os trabalhos passaram a se concentrar na elaboração de estudos e no planejamento de obras que viessem a minimizar os efeitos da seca tanto no interior quanto, e sobretudo, na capital do estado. A decisão de Lauro Müller autorizava, por exemplo, a realocação das verbas destinadas à Comissão de Melhoramentos para o emprego dos retirantes nas obras do porto.

Figura 16 – Habitação improvisada para retirantes da seca, 1905.



Fonte: Acervo William Pinheiro.

²⁸⁰ RODRIGUES, *op.*, *cit.*, 2006, p. 99.

No mês de fevereiro de 1904 uma portaria foi aprovada com orientações para os estudos e as obras contra as secas. Para levar a efeito essas instruções, Lauro Müller designou o engenheiro José Mattoso Sampaio Corrêa para ser o chefe da nova Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas, que assumiu o cargo no dia 12 de março de 1904. As instruções diziam respeito à construção de açudes, poços também de estradas de ferro. Essas últimas pensadas como recursos que não apenas levariam socorros aos flagelados da seca de maneira mais rápida, mas que também atuariam no processo de desenvolvimento econômico e social dos interiores.

Como salientou Wagner Rodrigues, tanto a criação daquela comissão quanto a aprovação dessa portaria indicavam que as obras de reequipamento do porto se tornavam insuficientes para atenderem as demandas advindas de situações calamitosas como a seca.²⁸¹ Naquele momento obras foram retomadas, como a Estrada de Ferro de Ceará-Mirim, bem como outras foram articuladas através de projetos que tinham como um de seus objetivos a geração de renda para as populações impactadas pela seca.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, iniciada em 1909 e terminada por volta de 1920, foi uma dessas obras. Diferentemente do processo de instalação da estação da Estrada de Ferro Natal-Nova Cruz, em meados do século XIX, a construção da Central do Rio Grande do Norte e de seu parque ferroviário não foram bem recebidos/absorvidos pela cidade ou melhor dizendo, não foram tão bem acolhidos pelos poderes locais. Inicialmente, a escolha do ponto de partida da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte se colocou como uma das primeiras questões a serem resolvidas nesse processo. A indecisão na escolha desse local acabou gerando uma disputa entre as cidades de Mossoró e Natal. A imprensa mossoroense argumentava que a escolha da cidade de Natal como ponto de partida daquela estrada de ferro serviria somente aos interesses particulares da elite administrativas, de seus parentes e amigos, desvinculando-se de uma política territorial mais ampla. Do ponto de vista do jornal *O Mossoroense*, o traçado mais adequado para atender aos interesses coletivos era aquele que partia de Mossoró e ia até o São Francisco.²⁸²

Ainda que os esforços dos jornais mossoroenses tenham sido persistentes contra a escolha de Natal como ponto de partida da Central, a capital norte-rio-grandense fora a escolhida. Essa decisão estava apoiada naquela política territorial do governo federal que objetivava a dinamização dos portos das capitais, de maneira que nas cidades capitais se

²⁸¹ *Ibid.*, p. 100.

²⁸² RODRIGUES, Wagner do Nascimento. Tensões e conflitos na instalação de um Pátio Ferroviário na Esplanada Silva Jardim, Natal/RN (1909-1920). *Urbana*, ano 3, nº 3, 2011.

centralizassem os fluxos comerciais. Além disso, a preferência por Natal estava relacionada sobretudo com as intervenções materiais do início do século XX, as chamadas obras de melhoramentos urbanos.²⁸³

Foi nesse processo que a área das Rocas, no ano de 1909, tinha sido escolhida como local de destino para a implantação do parque ferroviário da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte – equipamento necessário para manutenção e guarda do material rodante. Antes das Rocas, a cidade de Ceará-Mirim tinha sido cogitada como local ideal para a construção daquele parque ferroviário. Esse processo, todavia, não fora menos conturbado. As informações sobre os motivos que levaram à transferência do parque ferroviário da Estrada Central do Rio Grande do Norte de Ceará-Mirim para Natal são escassas. No entanto, na perspectiva de Rodrigues, as razões pelas quais se deram aquela mudança de local foram as mesmas que fundamentaram a escolha da capital como ponto de partida para aquela Estrada de Ferro Central: a cidade de Natal com centro político, econômico e social.

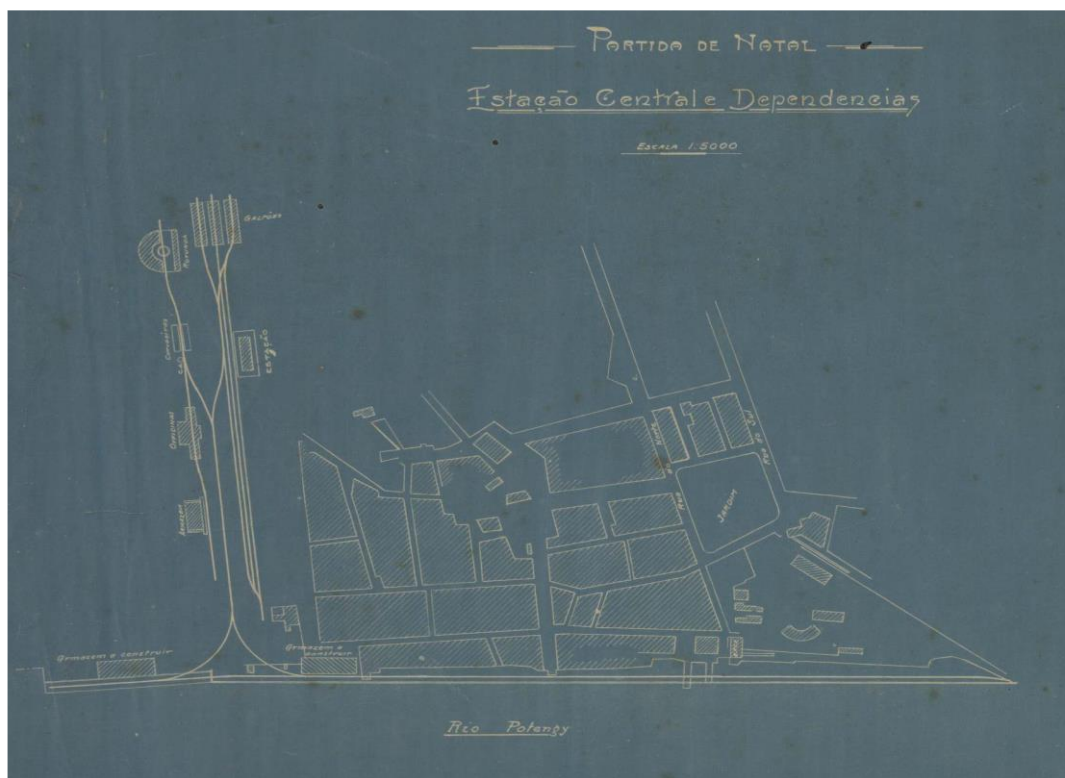
Não havia outro motivo, visto que o projeto que determinava a construção do parque ferroviário na região das Rocas ia totalmente de encontro com os princípios econômicos que orientavam as construções ferroviárias no período, como foi constatado pelo autor. Para ele, que analisou os relatórios do Ministério da Viação e Obras Públicas, a ideia de “instalar as construções em um alagadiço inundado periodicamente pelas marés acarretava um custo muito mais elevado, comparando-se com simples terraplenagem submetida aos terrenos em Ceará-Mirim”.²⁸⁴

Na imagem abaixo, podemos ver o desenho do parque ferroviário da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. No centro da imagem podemos ver o bairro da Ribeira e à sua frente o rio Potengi. No plano esquerdo se encontra o parque ferroviário, onde hoje se encontram o Departamento Nacional de Obras contra as Secas e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (unidade Rocas ou Natal/Centro Histórico). Os investimentos realizados pelo governo federal nessa área alagadiça acabaram despertando os interesses de alguns indivíduos ligados aos grupos dirigentes da cidade para aquela área até então desvalorizada. Com a notícia da construção do parque ferroviário na região das Rocas, começa também os pedidos de aforamentos para terrenos situados naquela parte da cidade.

²⁸³ RODRIGUES, *op., cit.*, 2006, p. 107-111.

²⁸⁴ RODRIGUES, *op., cit.*, 2011, p. 3.

Figura 17 – Plano geral da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, 1909.



Fonte: Arquivo Nacional.

Em 1911, quando as obras do parque já haviam começado, a Intendência de Natal, na pessoa de Joaquim Manoel Teixeira de Moura, concedeu a Angelo Roseli e a Joaquim Lopes Teixeira aforamentos de alguns lotes situados nas “Rocas de Baixo”. Essa ação da Intendência foi expressamente desaprovada pelo engenheiro encarregado de fiscalizar as obras da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, Luciano Martins Veras, que, em correspondência ao Delegado Fiscal, pediu que a decisão de conceder os aforamentos de terrenos situados entre o “Refoles” e as “Rocas” fossem sustadas.²⁸⁵ No entanto, apesar dos protestos desse engenheiro, o aforamento, no final das contas, acabou sendo concedido à Angelo Roseli, que por ventura era casado com a filha do intendente. Anos depois, em 1914, Roseli entrou com pedido de indenização ao poder público alegando que seus terrenos estavam sendo usados na obra do parque ferroviário. Atendendo ao pedido daquele enfiteuta, um juiz federal, no ano seguinte, mandou que as obras fossem paralisadas, atrasando-as por mais quatro anos.

²⁸⁵ Correspondência de Luciano Martins Veras, Engenheiro Fiscal da EFCRGN, 1911, Arquivo Nacional, Fundo do Ministério dos Transportes, Caixa 4B-417 *apud* RODRIGUES, *op. cit.*, 2011, p. 6.

Essas disputas não apenas evidenciavam o fato de que não se sabia com clareza a quem pertencia aqueles terrenos – se à Intendência Municipal, à Comissão de Melhoramentos do Porto ou à Companhia Viação e Construções, que segundo Rodrigues era a encarregada pela construção do parque ferroviário – como também era uma maneira de a Intendência de Natal atuar concretamente nos rumos das cidade.²⁸⁶ No entendimento desse autor, as obras relacionadas ao parque ferroviário da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte acabaram transformando aquele espaço, antes compreendido como os confins da cidade, na sua nova porta de entrada, de forma que os grupos dirigentes locais passaram a visualizar nele outras formas de usá-lo.

Contudo, o parque ferroviário da Esplanada Silva Jardim acabou se tornando, nas palavras de Rodrigues, “um enclave na cidade, com dinâmicas sociais inesperadas”, que contrariavam as expectativas dos grupos dirigentes locais e dos próprios profissionais que trabalharam na construção e integração daquele parque.

Os trilhos usados na condução do material rodante para os reparos nas oficinas haviam sido instalados de maneira precária na rua do Comércio e o parque ferroviário havia se tornado um local de sociabilidades das pessoas que ali habitavam e/ou trabalhavam, um grupo formado, na sua maioria, pelos antigos retirantes da seca que, segundo o autor, foram fixados nas dunas localizadas na região das Rocas pela Comissão de Melhoramentos dos Portos para proteger a vegetação e auxiliar na fixação daquelas dunas que aterravam o canal. Na perspectiva de Rodrigues, aquela era uma “realidade muito distante da narrativa mítica associada às grandes estações terminais: verdadeiras portas da cidade onde se estabeleciam fronteiras e se encenavam civilidades”.²⁸⁷

Assim, diante de tudo isso que foi exposto sobre a construção de estradas de ferro no estado do Rio Grande do Norte, em particular sobre a instalação dos parques ferroviários que tinham a cidade de Natal como ponto de partida, podemos voltar nosso olhar novamente para aquela fotografia do bairro das Rocas (fig. 14) em que os trilhos aparecem cortando uma área alagada, onde as pessoas estavam em contato direto com a lama.

Como vimos, os caminhos de ferro, no entendimento das classes dirigentes, simbolizavam o progresso, a possibilidade de encurtamento das distâncias, não apenas de pontos físicos, mas

²⁸⁶ RODRIGUES, *op., cit.*, 2011, p. 6.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 27-28.

sobretudo das distâncias sociais, no sentido de que a ferrovia, os trilhos, eram vistos como uma forma da sociedade se aproximar de maneira mais rápida da civilização, ou daquilo que era entendido com o ideal de civilização, geralmente inspirado nos modelos europeus.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que os moradores das Rocas estavam em contato direto com a lama, naquele local onde a infraestrutura urbana era precária, onde não havia saneamento básico, abastecimento de água boa para beber, energia elétrica e habitações apropriadas para a moradia, como pretendeu mostrar, do ponto de vista sanitário, o médico Januário Cicco no seu estudo sobre como se higienizaria a cidade de Natal, eles também estavam em contato direto com aquele símbolo do progresso, que representava um mundo ordenado sob a lógica da produção, da indústria e da modernidade. No entanto, o que aquela imagem fotográfica nos sugere, ou quem sabe deixou escapar de sua real intenção (mostrar os tipos humanos harmonizados com a paisagem e o casario ao fundo), é a ideia de que o ansiado progresso, desejado pelas classes dirigentes locais, fazia das Rocas um ponto de passagem, mas nunca de destino.

O registro fotográfico, mesmo sendo entendido como a última expressão do ser fotógrafo capaz de revelar uma atitude, uma intenção, um desejo ou seu ponto de vista sobre um determinado aspecto da realidade, por vezes pode revelar outros traços do real que não faziam parte das intenções do fotógrafo ou daqueles que contrataram seus serviços. Nesse processo estão articulados os filtros culturais tanto do fotógrafo quanto daquele que vê a imagem, ou seja, a capacidade de tanto um como o outro de mobilizar seus conhecimentos e suas experiências na produção e leitura do documento fotográfico.²⁸⁸

Por sua suposta natureza de capturar a realidade de maneira precisa, a fotografia foi usada por diferentes atores sociais como um recurso capaz de conter a verdade dos fatos. Esse efeito de verdade e de confiabilidade produzido pela fotografia acabou se tornando um instrumento fundamental na produção de memórias sobre acontecimentos, lugares e personalidades, como também uma maneira de reforçar e propagar ideologias, sobretudo por parte daqueles grupos ligados de alguma forma ao poder.²⁸⁹ Além disso, o registro fotográfico foi também bastante utilizado como um instrumento valioso à serviço da ciência.

²⁸⁸ KOSSOY, *op.*, *cit.*, p. 54-55.

²⁸⁹ FREYESLEBEN Alice F. Imagem e urbanização: usos políticos e artísticos da fotografia na Curitiba dos anos 1940. *R. Inter. Interdisc. Art&Sensorium*, Curitiba, v.4, n.1, p. 1 - 12 jan.-jun. 2017.

No caso do Brasil, o uso da fotografia acabou se tornando um recurso fundamental em muitas das expedições científicas organizadas pelo Estado. O objetivo dessas expedições, geralmente, era o de conhecer o território nacional, seus limites e suas fronteiras, assim como buscavam identificar as formas de organização do trabalho e as condições de vida das populações das regiões visitadas. Entre os anos de 1900 e 1920, algumas expedições foram realizadas nesse sentido, como as expedições, empreendidas no ano de 1912, patrocinadas pela Inspetoria de Obras Contra a Secas. Essas expedições tinham o objetivo de explorar a região Nordeste e o Centro Oeste brasileiro no que dizia respeito à sua geografia, à sua fauna e flora, bem como as condições sanitárias das regiões. Arthur Neiva, Belisário Penna, João Pedro de Albuquerque e José Gomes de Faria foram os cientistas encarregados por essas expedições, todos eles ligados ao Instituto Oswaldo Cruz.²⁹⁰

Os registros fotográficos dessas expedições, sobretudo aqueles referentes à expedição conduzida por Arthur Neiva e Belisário Penna ao Nordeste e ao Centro Oeste do Brasil, produziram um certo impacto na maneira como a sociedade e o próprio Estado viam o homem do campo, o trabalhador rural, naquele momento representado pela figura caricata do personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. O Jeca Tatu que acabou se tornando num tipo nacional, o retrato do caipira, preguiçoso, indolente e degenerado em sua origem mestiça, incapaz de participar do moderno mundo do trabalho.²⁹¹ José Teixeira, o fotógrafo que estava a serviço dessa expedição, acabou registrando as péssimas condições de vida das populações que viviam nos interiores do país, nos sertões. Suas fotografias buscavam evidenciar, com uma certa riqueza de detalhes, que em determinadas regiões do país a vida de muitos brasileiros era marcada pela miséria, pela fome e pelas doenças. Uma imagem bem diferente daquela que muitos acreditavam ser a realidade nacional: o Brasil das luxuosas avenidas construídas à beira-mar.²⁹²

As imagens fotográficas da expedição Neiva-Penna, “instantâneos cruéis” nas palavras de Monteiro Lobato, apresentavam à sociedade uma outra face do país: um Brasil doente que necessitava de cuidados e de amparo por parte do Estado. Os registros das péssimas condições

²⁹⁰ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992. Disponível em < <https://static.scielo.org/scielobooks/5vx2d/pdf/intituto-9788575413074.pdf> > acesso em 30/12/2022.

²⁹¹ SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Os Instantâneos Cruéis de Monteiro Lobato*. Brasileira Fotográfica. 26 de novembro de 2021. Disponível em < <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26164> > acesso em 30/12/2022.

²⁹² SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*. 2012, vol. 32, n. 1, p. 57.

de vida de parte da população brasileira impactaram profundamente alguns setores da sociedade, de forma que as cenas de pessoas famintas, doentes e em situações degradantes de higiene, acabaram se transformando numa ideia-força com poder de modificar a realidade do país.²⁹³

Nesse sentido as fotografias, como observou José de Souza Martins, são muito mais do que documentos que servem para ilustrar ou fontes de pesquisa para a confirmação de dados sobre um dado acontecimento, elas acabam por serem constitutivas da própria realidade contemporânea, tanto como objeto quanto sujeito.²⁹⁴ A fotografia abaixo, tirada por José Teixeira no momento em que a expedição de Belisário Penna e Arthur Neiva (1912-1913) passava por São Raimundo Nonato (PI), pode ser compreendida como um exemplo de como o fotógrafo buscava enquadrar os elementos da paisagem e as pessoas de um modo que a cena representasse exatamente aquilo que a expedições buscavam revelar sobre o Brasil: um país marcado pela desigualdade social e pela doença.

Figura 18 – Trecho do rio Piauí na época da seca, maio de 1912.



Fonte: Acervo Casa de Oswaldo Cruz.

²⁹³ LOBATO, 1918 *apud* SANTOS, *op.*, *cit.*, 2021.

²⁹⁴ MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 23.

Foi por meio de campanhas pró-saneamento do Brasil que intelectuais e agentes do Estado como Belizário Penna, Arthur Neiva, Carlos Chagas, Federico Villar²⁹⁵, entre tantos outros, buscaram, através de suas ações, transformar a sociedade brasileira a fim de que o país se modernizasse e se alinhasse aos ideais de racionalidade, civilidade e produção capitalista vigentes naquele momento. As viagens pelas vastas regiões do país significavam, além de conhecimento sobre o território, uma maneira de compreender aspectos importantes do processo de construção da identidade nacional. O princípio que orientava essas expedições, assim como todo o movimento sanitarista da época, se fundamentava na ideia de civilizar não apenas os indivíduos, mas também seus espaços e suas relações, de maneira que as doenças que assolavam o país, diagnosticadas, na época, como fatores determinantes para o atraso econômico e social brasileiro, fossem erradicadas por completo.

O país, na concepção daqueles médicos, intelectuais e agentes a serviço do Estado, estava doente. Combater a doença através do controle dos hábitos e comportamentos sociais, sem esquecer das campanhas contra as epidemias, fazia parte do projeto higienista que, dentre outras coisas, buscava transformar a ordem social por intermédio de uma ampla ação educativa. Instruir a população no que dizia respeito às questões sanitárias significava, além de civilizar o país, fortalecer a consciência e a identidade nacional. Contudo, é preciso dizer que tal projeto não foi executado completamente e muito menos que ele foi isento de falhas, embora tenha contribuído substancialmente para melhoria das condições de higiene da população de uma maneira geral.²⁹⁶

Isso posto, não podemos deixar de ressaltar como esses ideais estavam presentes nos comentários de Januário Cicco sobre o saneamento da cidade de Natal em 1920. O médico norte-rio-grandense, em diferentes passagens do seu estudo, chamou a atenção para a importância da classe médica e das práticas higienistas para a transformação da realidade sanitária da cidade, assim como das condições de vida das pessoas. A cidade de Natal, na perspectiva de Januário Cicco, era considerada uma das cidades mais saudáveis do país por causa, principalmente, de sua condição climática, embora tivesse que conviver com a

²⁹⁵ Federico Villar foi um oficial da Marinha de Guerra encarregado de levar a efeito a missão do cruzador auxiliar José Bonifácio, realizada entre os anos de 1919 e 1923, que percorreu a costa brasileira fundando colônias de pescadores e convertendo os pescadores brasileiros em reserva militar da nação. Além disso, outros objetivos declarados da campanha eram o saneamento do litoral e a nacionalização da pesca. Ver mais: BENTES FILHO, *op. cit.*, 2018.

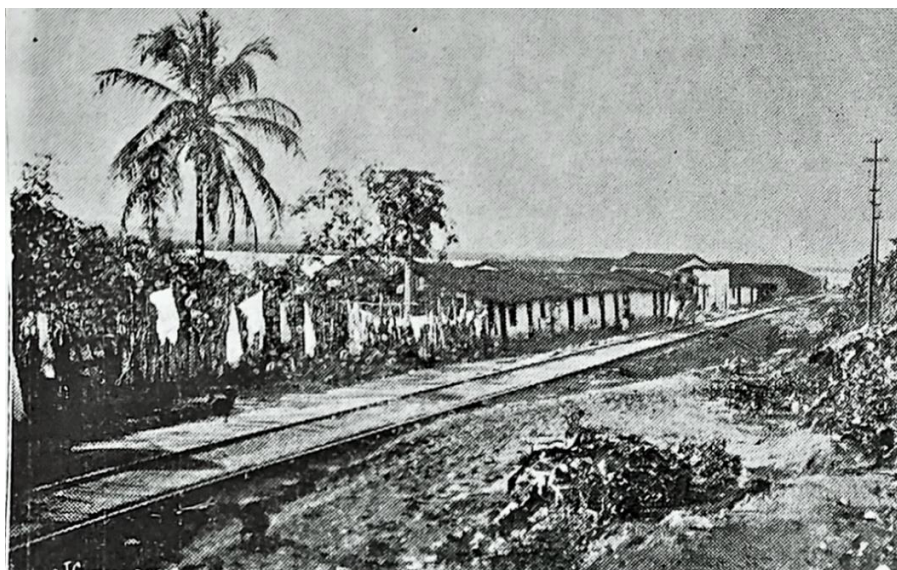
²⁹⁶ SANTOS, *op. cit.*, 2012, p. 58-64.

insalubridade imanente que caracterizava os arredores da cidade, um problema que, segundo Cicco, não se procurava resolver.

A falta de recursos ou mesmo de iniciativa eram fatores apontados pelo médico como os obstáculos para a não resolução daquele problema, o que, por sua vez, impedia Natal de ser considerada, na expressão de Cicco, uma “terra privilegiada” do ponto de vista da saúde pública. “Apparelhar a Hygiene” do Estado e seguir os conselhos dos higienistas foram ações sugeridas por Januário Cicco para que a cidade se tornar-se, de fato, a cidade mais saudável do país.²⁹⁷

Assim como fizeram Belisário Penna e Arthur Neiva em suas expedições e depois na construção de seus relatórios, Januário Cicco também fez uso da fotografia como recurso científico como forma de legitimar seu discurso sobre o modo como se deveria higienizar a cidade de Natal. As imagens fotográficas selecionadas por Cicco apresentavam uma certa semelhança com aquelas que haviam sido produzidas por José Teixeira referentes às expedições ao Nordeste e ao Centro Oeste do Brasil entre os anos de 1912 e 1913. As cenas e as situações evidenciadas nesses conjuntos fotográficos procuravam representar aquilo que os médicos sanitaristas e os intelectuais da época chamaram de “realidade nacional”, marcada pela pobreza, pela doença e pela insalubridade. Tais aspectos ocupavam, geralmente, o primeiro plano das imagens.

Figura 19 – Passo da Pátria, 1920.

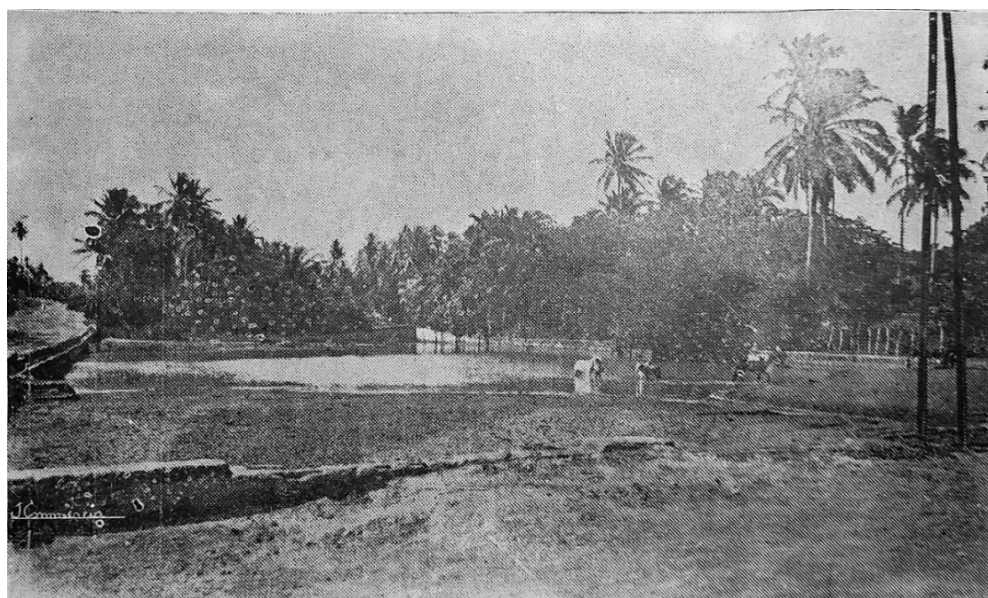


Fonte: CICCIO, Januário. Op., Cit., 1920.

²⁹⁷ CICCIO, op., cit., 1920, p. 13-15.

A “realidade nacional”, do ponto de vista daqueles agentes, geralmente se manifestava nos espaços que, no processo de conformação do território nacional, estavam situados nas regiões inóspitas do país, naquelas áreas pouco exploradas, que uma dada corrente de pensamento denominou de sertões²⁹⁸; como também se expressava, de maneira mais localizada, nos arrabaldes e nos subúrbios da cidade, como buscou evidenciar Cicco em seu estudo. De uma maneira geral, esses locais se encontravam distantes, geográfica ou simbolicamente, dos centros de poder político e econômico do país – das cidades capitais e/ou dos bairros centrais. As imagens fotográficas, nesse sentido, foram utilizadas como uma maneira de colocar em evidência a relação existente entre as doenças e os locais onde elas se desenvolviam.

Figura 20 – O Baldo, 1920.



Fonte: CICCO, 1920.

Nos registros fotográficos presentes na obra de Januário Cicco podemos perceber aquilo que seus produtores consideravam como os aspectos mais representativos das péssimas condições sanitárias da cidade como áreas alagadas, habitações rudimentares, pessoas em contato direto com a lama, e de animais com as fontes de água que serviam, também, para o consumo diário da população pobre; locais que representavam perigo sanitário para a cidade

²⁹⁸ Saber mais sobre o conceito de sertão ver AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Ed. FioCruz, v. V, p. 195-215, jul. 1998.

como o Matadouro Público, lixões e cemitérios.²⁹⁹ Esses aspectos, geralmente, eram atribuídos aos bairros operários ou aos locais mais afastados do centro cidade, de forma que parecia se tratar de um senso comum naquele período associar doença, miséria e pobreza a esses espaços. Pelo menos é o que sugere esse trecho da obra de Cicco:

Aos que me acompanharam na leitura destas considerações não pareça melhor a situação de cada um; e se estas linhas tiverem a boa ou má sorte de transpor os limites do meu Estado, cada leitor não faça idêa pior das condições sanitárias de Natal. Antes de as criticar, tome, se lhe permitirem as pecunias, um meio de transporte qualquer e visite as ruas afastadas, os arredores da cidade do seu berço e terá vergonha e nojo também das imundícias que as entulham.³⁰⁰

As fotografias produzidas tanto pelo fotógrafo José Teixeira, das expedições Penna-Neiva, quanto pelo fotógrafo do *Jornal do Commercio*, cujos registros foram usados pelo médico Januário Cicco, procuraram capturar momentos que, de acordo com suas visões de mundo ou a de seus contratantes, retratassem, como apontamos anteriormente, um outro aspecto da sociedade brasileira. Seus trabalhos documentaram, sobretudo, situações em que se pudesse visualizar um cenário marcado pela pobreza e pela doença, onde a dor, o sofrimento e a miséria da condição humana fossem os elementos centrais da composição fotográfica.

Essa era a mensagem a ser transmitida a seus consumidores, de que havia um outro Brasil e que ele estava doente e necessitava de ajuda, principalmente por parte do Estado. Essa, ao que parece, foi a narrativa criada pelos fotógrafos, ou seja, aquilo que eles queriam dizer através das fotografias. Henri Cartier-Bresson chamou esse método fotográfico de *momento decisivo*.

De acordo com esse autor, a fotografia que apresenta o momento decisivo é resultado de um processo que não se fundamenta pela ideia do flagrante e/ou do acaso, mas sim pela organização prévia, pela escolha do cenário, por uma espera elaborada e por uma estética bem definida pelo fotógrafo que, no ato de fotografar, constrói a sua cena. A mensagem da fotografia, nesse caso, chega ao consumidor “com um quadro visual de referência que é em si interpretativo, com o deciframento da imagem já proposto esteticamente, socialmente dimensionado, na tensão entre a obra fotográfica e a imagem fotográfica”, como foi observado por José de Souza Martins.³⁰¹

²⁹⁹ CICCO, *op., cit.*, 1920, p. 13.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 42.

³⁰¹ MARTINS, *op., cit.*, 2008, p. 61.

Nesse sentido, a fotografia, ou melhor dizendo, a sua composição fotográfica, não deve ser entendida como o registro do real puro e simples. Na verdade, esse suposto aprisionamento da realidade social pela imagem fotográfica, que se dá sempre de modo fragmentário e que, geralmente e de maneira equivocada, é visto como uma espécie de “congelamento do real”, nada mais é do que “a redução das desencontradas temporalidades contidas nos diferentes componentes da composição fotográfica a um único e peculiar tempo, o tempo da fotografia”, que o fotógrafo realiza a fim de dizer aquilo que ele quer através do documento fotográfico.³⁰²

Em outras palavras, a fotografia é o resultado de uma construção imaginária realizada pelo fotógrafo que, homem de seu tempo e inserido na sua própria sociedade, possui uma determinada forma de ver as coisas e o mundo. Logo, toda fotografia está limitada à forma como o ser fotógrafo enxerga a realidade, de maneira que ao selecionar um instante para fotografar (fragmento do real), o fotógrafo, ao mesmo tempo, está invisibilizando outras tantas dimensões da realidade.

Assim, através das fotografias e de seus usos podemos encontrar indícios de como uma determinada sociedade vivia, compreendia e percebia o mundo a sua volta, assim como também nos permite, num certo grau, apreender aspectos de suas relações sociais, bem como de suas mentalidades, pois os registros fotográficos acabam por nos dizerem que sociedade era aquela no momento de sua produção, tanto a visível nas imagens quanto aquela que está lá, mas que, somente com o uso visão propriamente dita, somos incapaz de ver. Ou seja, as fotografias acabam também revelando o ausente.

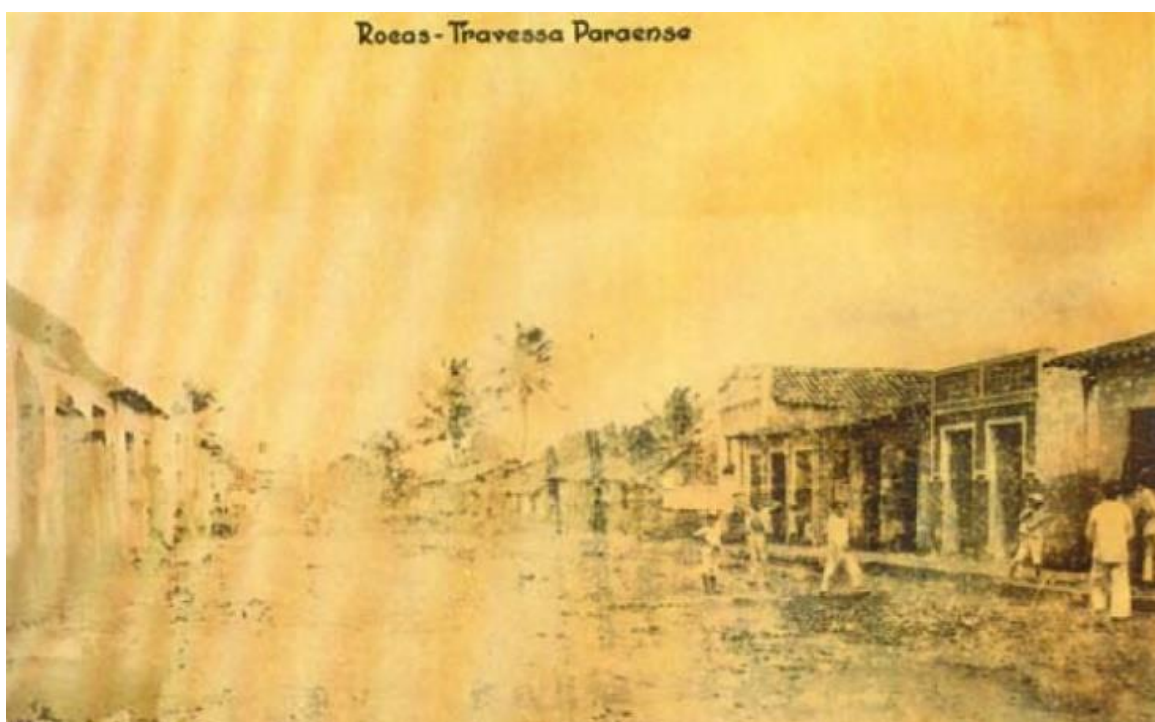
No que diz respeito à cidade, as fotografias nos permitem acompanhar diferentes aspectos da realidade urbana, desde as características físicas dos bairros, como a arquitetura, o traçado das ruas, das avenidas e das praças, bem como alguns elementos do cotidiano (ou aquilo que, num exercício compreensão imaginativa, foi destacado como elemento representativo de uma determinada prática social, marcada, por sua vez, pela repetição, por aquilo que é costumeiro, habitual, banal). As fotos são fragmentos da realidade social que nos ajudam a compreender o tipo de organização social e espacial de uma cidade ou de uma parte dela.

Ao analisar o relatório da Comissão de Saneamento de Natal, de 1924, o arquiteto e urbanista George Dantas identificou, através dos registros fotográficos contidos naquele documento, um outro aspecto da capital norte-rio-grandense que estava muito além de sua

³⁰² *Ibid.*, p. 65.

representação técnica, ou seja, das plantas cadastrais e topográficas. O pesquisador constatou que uma outra paisagem urbana podia ser percebida naquelas fotografias, uma outra cidade que “não era retratada nas suas representações oficiais”: a cidade dos operários, daqueles que viviam às margens do porto e das atividades portuárias.³⁰³

Figura 21 – Rocas, Travessa Paraense (1924)



Fonte: Comissão de Saneamento de Natal, 1924.³⁰⁴

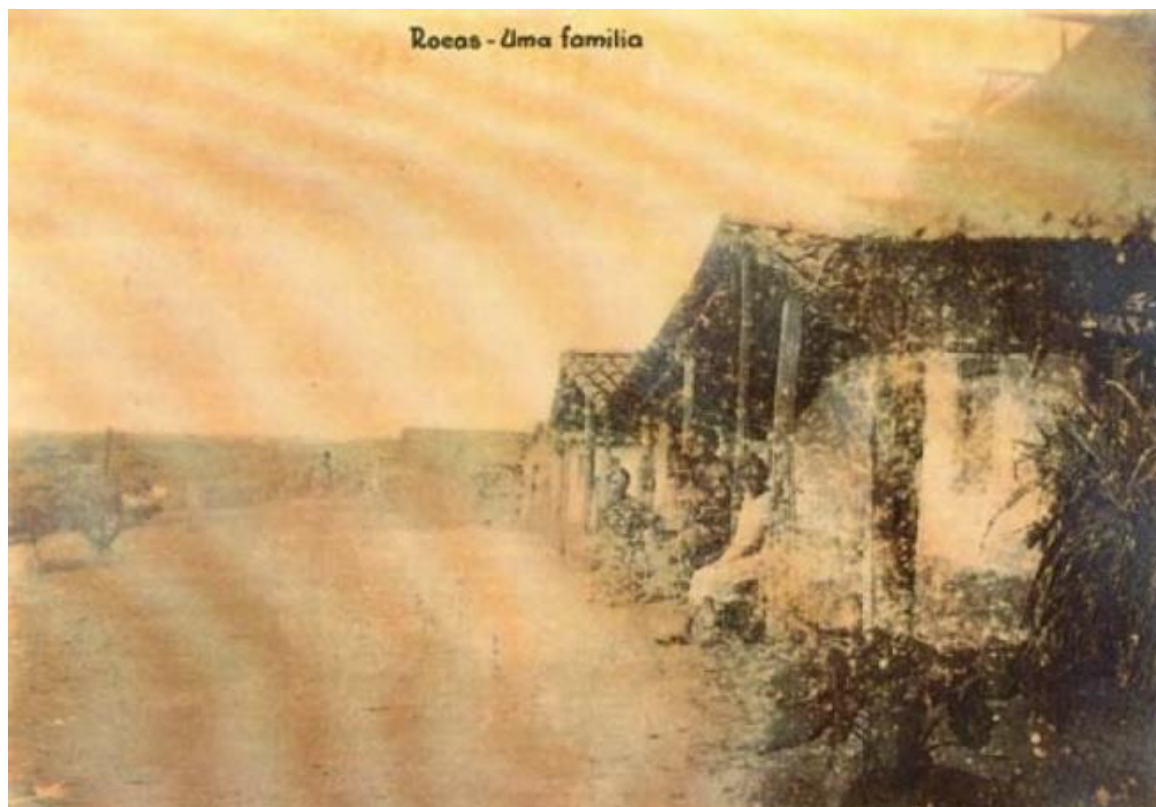
Não podemos deixar de chamar atenção para o fato de como esses registros fotográficos apresentam certa semelhança com as imagens presentes na obra do médico Januário Cicco em termos de composição, sobretudo no que diz respeito aos territórios populares e, em particular, as Rocas. Tal semelhança também foi apontada por Dantas, embora ele não tenha afirmado com total certeza que a obra do médico norte-rio-grandense possa ter influenciado, especificamente, as ações daquela comissão ou mesmo servido de modelo para a construção de seu relatório. Isso, contudo, não impediu o autor de ressaltar a importância dos debates e das análises existentes na obra de Cicco, e como elas, provavelmente, pautaram na época, “direta ou

³⁰³ DANTAS, *op. cit.*, 2003, p. 112.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 92.

indiretamente, diversas e importantes ações que se estruturariam durante as duas décadas seguintes”.³⁰⁵

Figura 22 – Rocas: uma família (1924).



Fonte: Comissão de Saneamento de Natal, 1924.³⁰⁶

O conjunto fotográfico pertencente à Comissão de Saneamento de Natal, ou melhor, a seleção realizada pelo fotógrafo daquilo que, na sua percepção, representava/caracterizava as Rocas, muito mais do que dar a ver uma certa realidade urbana no início da década de 1920, acabou, por outro lado, expondo os limites das intervenções materiais realizadas pelo poder público no espaço urbano da cidade de Natal nos anos anteriores. As ruas sem calçamento, as casas de taipa sem estrutura sanitária, assim como outras práticas e costumes associados à tradição, ao passado colonial, apontavam para aquilo que George Dantas chamou de “crise” da cidade moderna em formação.³⁰⁷

³⁰⁵ *Ibid.*, p. 58.

³⁰⁶ *Ibid.*, p. 92.

³⁰⁷ Discorremos sobre a crise dos anos 20 no primeiro capítulo, na parte intitulada “O Plano Geral de Obras de Saneamento de Natal e a pretendida superação da crise urbana dos anos de 1920”.

A área das Rocas, nesse sentido, representava o lugar no qual esses limites podiam ser percebidos de maneira mais concreta; era o lugar no qual se podia observar o modo de vida daqueles que sobreviviam às margens do processo de modernização da cidade, uma modernização que não chegava ou que demorava a chegar, e que quando chegava, na forma de uma via de acesso construída para melhorar a circulação das pessoas por entre os bairros ou por meio da instalação de algum equipamento urbano de uso coletivo, era sempre de modo precário, fatigado, que fazia com que o lugar Rocas fosse reconhecido como um dos “espaços de pobreza” da cidade. Rocas, dessa forma, representava, assim como outros espaços periféricos da cidade, a outra face do processo de modernização, ou melhor, representava a verdadeira face desse processo.

CAPÍTULO 3 – O RENASCIMENTO DAS ROCAS: DE BAIRRO DO CRIME E NINHO DE CANGACEIROS A BAIRRO DO TRABALHADOR E DA CULTURA POPULAR.

A cidade de Natal, como buscamos demonstrar no primeiro capítulo, foi submetida a uma série de investimentos de ordem material e técnica a fim de que ela se transformasse numa cidade moderna, civilizada e afinada ao ritmo do progresso que, até pelo menos a década de 1920, significava ser uma cidade/sociedade nos moldes dos grandes centros urbanos do mundo ocidental como Paris, Londres, Chicago e a própria capital federal do país, a cidade do Rio de Janeiro.

Os planos urbanísticos que foram elaborados para Natal, de um modo geral, orientaram as modificações na cidade sob o prisma dos ideais higienistas e de determinados padrões estéticos cujo objetivo inicial era o de “aformosear” a cidade a partir da remodelação dos espaços e também da população. A ideia da classe dirigente da cidade era transformá-la a tal ponto que ela pudesse refletir, na sua infraestrutura urbana e também na sociedade, o tão almejado progresso. Nesse sentido, o foco dos investimentos – estrutura viária da cidade, o ajardinamento de praças, a abertura e a pavimentação de ruas, os serviços de saneamento e de limpeza urbana – foi concentrado na região central da cidade, na parte onde estavam instaladas as sedes das instituições da administração pública, os prédios comerciais e as residências dos cidadãos mais abastados da cidade – bairros de Cidade Alta, Ribeira e Cidade Nova, respectivamente.³⁰⁸

Nesse processo, as propostas que objetivavam a modernização da cidade representavam apenas os interesses, os desejos e a visão de futuro dos grupos dirigentes, que acabaram, por sua vez, relegando os problemas sociais e urbanos das áreas periféricas e suburbanas de Natal ao segundo plano.³⁰⁹ Essa predileção pelos espaços centrais da cidade, em detrimento das zonas periféricas, pode ser percebida a partir da forma como esses espaços foram tratados, do ponto de vista da urbanização, pelas administrações ao longo das décadas iniciais do século XX. Rocas foi uma dessas áreas periféricas não contempladas nos projetos de cidade dos grupos dominantes de Natal.

³⁰⁸ FERREIRA, Angela Lucia de Araújo. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996.

³⁰⁹ FERREIRA, Angela Lucia de Araújo; DANTAS, George. *O plano Palumbo preparando a Natal do futuro*. V Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Campinas, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Mestrado em Urbanismo – FAU PUC Campinas. 1998.

A área das Rocas, até meados da década de 1920, foi representada como um espaço associado à marginalização social, à insalubridade, à desordem, à pobreza e à miséria, aspectos que foram bastante enfatizados pelos observadores da cena urbana natalense ao longo do tempo como o médico Januário Cicco, o historiador e cronista Luís da Câmara Cascudo, o memorialista Lauro Pinto, entre outros, e que podem ser percebidos ainda hoje no imaginário urbano da cidade, como buscamos evidenciar no segundo capítulo na medida em que analisamos a produção das Rocas como um espaço de pobreza e segregado socioespacialmente. As representações produzidas pela classe dominante sobre as Rocas nesse período geralmente associavam-no à falta: a falta de água boa para beber, de saneamento, de saúde, de segurança e, às vezes, de alimento.

A área das Rocas, além de ser representada como espaço de pobreza, também foi caracterizada como espaço do crime e do perigo, como a parte da cidade por onde ninguém queria passar por medo de sofrer algum tipo de violência, sobretudo no recorte temporal que compreende as duas primeiras décadas do século XX. As descrições que o escritor e musicólogo Mario de Andrade fez das Rocas na sua passagem pela cidade de Natal, em 1928, bem como a de outros observadores da cidade como o jornalista Silvino Lopes, em 1949, o escritor Homero Homem, cujos contos tinham como pano de fundo o cotidiano das Rocas, entre outros observadores, apontam para essa maneira de ver e dizer as Rocas.

No romance “Cabra das Rocas”, de 1966, que narra a história e o cotidiano do menino João Brás Bicudo, jovem morador das Rocas, filho e neto de marinheiro, que se submeteu a um exame de admissão para o Ateneu Norte-Rio-Grandense (instituição de ensino frequentada comumente pelos filhos da classe dominante da cidade de Natal), a fim de se tornar o primeiro menino das Rocas a ingressar nessa instituição, uma prática que, aos seus olhos, era proibida à sua gente, Homero Homem nos oferece um relato precioso sobre o modo de vida e as representações culturais e socioespaciais dos moradores das Rocas, seus desafios, seus dramas e os contrastes sociais entre aqueles denominados de xarias e os canguleiros.³¹⁰

Com uma escrita envolvente e que nos faz percorrer de forma mais íntima as Rocas, Homero Homem partiu das impressões dos moradores para construir sua trama e dar corpo à sua narrativa, de forma que seu texto ressalta exatamente aquela diferença apontada por José

³¹⁰ HOMEM, Homero. *Cabra das Rocas*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1988.

de Souza Martins, e que mencionei anteriormente, sobre a produção da História *do* subúrbio e da História *no* subúrbio.³¹¹

Isso pode ser observado no momento em que o menino João Bicudo declarou que só quem poderia dizer e saber algo sobre as Rocas seria, de fato, quem realmente fosse ou tivesse sido morador de lá. Apenas eles, que sentiram o cheiro dos “miasmas de mangue putrefato”, “de restos de comida e detritos caseiros” que se espalhavam pelo ar, “destilando um odor insuportável e agressivo, de podridão fermentada a golpes de sol”, é que poderiam saber e dizer o que tinha sido “aquele paul”.³¹²

Os chamados xarias eram aqueles que moravam na Cidade Alta, percebidos como urbanizados, prósperos e comedores do xareu, de onde vinha a denominação, “peixe proibido à fome humilde do povo das Rocas”.³¹³ Os canguleiros, por sua vez, eram aqueles que comiam o cangulo, peixe do quebra-mar, recamado de espinhas, que se alimentava dos detritos orgânicos que boiavam no trapiche do rio Potengi, que era o “prato de resistência das Rocas da frente”, de onde o menino João Bicudo era originário. Trocas de insultos e ofensas definiam esses grupos e o lugar social de cada um, ambos separados por “uma cerca alta e intransponível”, uma referência às diferenças sociais e econômicas entre eles.

João Bicudo, na sua descrição sobre o lugar onde morava, ressaltou a existência daquilo que ele chamou de uma “era de pavor e sangue” nas Rocas, um período no qual se podia ver muitas rixas, nas quais “o cacete, a peixeira, a quicé afiada entravam (...) e resultavam sempre em cabeças partidas e barrigas vazadas”, de tal maneira que ver “sangue, miolo e fezes servindo de repasto às mutucas enormes, principais beneficiárias daquelas escaramuças” não era tão raro no bairro. Essa caracterização das Rocas remetia a um tempo pretérito, de antes do nascimento do menino João, que ele ficou sabendo mediante as histórias que outros moradores, os mais antigos, haviam lhe contado, mas que já tinha passado. Rocas, para o jovem canguleiro, não era mais daquele jeito.

Para o jovem aspirante à estudante do colégio Atheneu, essa Rocas de outrora havia ficado somente nas memórias dos mais velhos e, segundo ele, em alguns resquícios que o tempo não havia destruído por completo como nos “restos de casebre derreado”, num pedaço de ferradura encravado na soleira de uma porta ou numa ou “outra fisionomia encanecida, de traços

³¹¹ MARTINS, *op., cit.*, 2002, p. 11.

³¹² HOMEM, *op., cit.*, 1988, p. 9.

³¹³ *Ibid.*, p. 9.

violentamente distorcidos pelo sabre recurvo de um cavalariano em disparada”, que nas madrugadas iam de encontro aos casebres numa fúria incontrolável, onde os gritos de homens, mulheres e crianças se misturavam aos relinchos dos cavalos, que juntos produziam o som da vingança, “vingança de xarias tomada à socapa, em plena madrugada, por seus esquadrões de sustentadores da lei”.³¹⁴ Violências que não ficavam sem resposta, pois juntavam-se pescadores, operários da fábrica de tecidos e catraieiros das docas contra essas batidas da polícia e saíam todos em luta nas esquinas, nos becos escuros, nas poças de água fedorenta. Será mesmo que esse tempo, essa “era de pavor e sangue”, como afirmou o menino João, havia deixado de existir?

No dia 14 dezembro de 1948, no salão do primeiro andar do Edifício da Casa Bancária, localizado na rua Frei Miguelinho, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Natal, sob a presidência do vereador Demétrio de Viveiros, o vereador Antônio da Cruz Gouveia realizou uma denúncia contra o delegado do bairro das Rocas, o tenente Antônio Antenor Trigueiro, pelo fato de que, em completo estado de embriaguez, ele teria violado os lares, prendido e espancado “cidadãos pacatos que se entregavam ao labor cotidiano” no bairro das Rocas, o que se configurava como um caso de abuso de autoridade.³¹⁵ O vereador Sandoval Wanderley, após ter pedido a palavra, endossou a denúncia realizada pelo seu colega declarando que se podia ver as marcas de tal violência policial no corpo surrado do operário Severino Bila. Ambos os vereadores pediram providências quanto ao caso em questão.

No dia seguinte, o vereador foi o primeiro a falar e retomou o assunto do abuso policial cometido pelo delegado das Rocas, Antônio Antenor Trigueiro, por ter efetuado prisões ilegais e espancado vários moradores. O vereador relatou que estavam presentes na Câmara as vítimas das agressões para que fossem constatadas as lesões corporais nos seus corpos. As vítimas relataram que o delegado estava embriagado e que, sem um motivo aparente, invadiu as suas casas e cometeu suas arbitrariedades. Sandoval Wanderley perguntou ao presidente da sessão se o ofício que comunicava ao chefe de polícia sobre a situação relatada já tinha sido enviado, ao que obteve como resposta que o documento não estava em termos para ser enviado e que precisava ser corrigido por constar rasuras.

Na mesma hora Sandoval Wanderley pediu o ofício em questão e leu para provar que o mesmo não continha qualquer tipo de erro gramatical e que estava tudo em ordem para ser

³¹⁴ *Ibid.*, p. 11.

³¹⁵ NATAL. Câmara Municipal. *Ata da III Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Natal*. XLIII Sessão. 14 de dezembro de 1948. Arquivo da Câmara Municipal de Natal.

despachado para a autoridade competente. O vereador Martinho Machado pediu a palavra e advertiu o colega quanto ao fato de que o requerimento tinha sido formulado na sessão do dia anterior, de forma que ainda não tinha sido submetido à votação, mas que poderia ser naquele momento. O esclarecimento de Martinho Machado foi aceito pelo vereador requerente e assim votaram e a sessão prosseguiu.³¹⁶ Isso sugere que a violência policial não havia acabado no bairro das Rocas como acreditava o menino João Bicudo.

Os textos produzidos por esses observadores possuem algo em comum entre eles: ambos procuram estabelecer um momento ou período no qual Rocas deixou de ser compreendido apenas como o lugar do crime e da pobreza para ser caracterizado/representado como um lugar renovado, marcado pela tradição e pela cultura popular. Isso, no entanto, não pode ser entendido como uma ruptura radical em termos de representação, de forma que o bairro ainda hoje é percebido como lugar da pobreza, do crime e do perigo.³¹⁷

As observações de Mário de Andrade, durante o período de sua viagem etnográfica à região Nordeste, sugerem que esse momento se deu, pelo menos de maneira inicial, nos anos finais da década de 1920, durante o período marcado pela gestão municipal do engenheiro Omar O'grady (1924-1929). A partir desse momento, a área das Rocas passou a figurar de maneira mais intensa nos discursos dos administradores da cidade como um lugar que há muito tempo demandava cuidados do ponto de vista do urbanismo e que por isso precisava ser recuperado urgentemente. Silvino Lopes, por sua vez, destacou a gestão municipal de Silvio Piza Pedroza, entre os anos de 1946 e 1950, como marco dessa passagem.

Esses dois recortes podem ser entendidos como aquilo que chamei de *momentos de renascimento urbano*, noção que, ao nosso ver, pode ser empregada como uma metáfora da modernidade usada para descrever, destacar ou justificar períodos de renovação, de revitalização e/ou de transformação de áreas urbanas. Na ideia de "renascimento", vinculada ao bairro das Rocas, está implicada o desejo de romper com a imagem estigmatizada desse lugar como espaço da pobreza, da doença, do crime e da desordem a partir das intervenções materiais. No entanto, essa noção, além de indicar possíveis mudanças física na paisagem urbana das Rocas, também aponta para as contradições inerentes ao discurso da modernidade, uma vez que

³¹⁶ NATAL. Câmara Municipal. *Ata da III Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Natal*. XLV Sessão. 15 de dezembro de 1948.

³¹⁷ SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade de Natal* (década de 1960). Natal: EDUFRN, 2011.

as transformações físicas no espaço das Rocas não foram suficientes para acabar com as desigualdades sociais.

À vista disso, nas próximas páginas trataremos especificamente da cidade de Natal no período marcado pelas gestões municipais de Omar O'Grady e Silvio Piza Pedroza, ambos identificados e reconhecidos pelos grupos dominantes como figuras enérgicas e dinâmicas, que foram capazes de transformar materialmente a cidade do ponto de vista da modernização.

Além disso, nosso interesse por esses dois momentos da história urbana de Natal, por essas duas figuras públicas, tem como fundamento o fato de que foi a partir de suas administrações que os espaços periféricos e suburbanos de Natal passaram a ser alvos dos interesses da classe dirigente e dos projetos de urbanização/modernização da cidade, isto é, passaram a receber investimentos de ordem material, os chamados “melhoramentos urbanos”, que muitos anunciaram como momentos em que essas áreas, como as Rocas, renasceriam do ponto de vista urbanístico.

3.1 – Mario de Andrade e a sua viagem etnográfica à região Nordeste: a passagem pelo Rio Grande do Norte e a sua visita ao bairro das Rocas.

Entre os anos de 1928 e 1929, Mário de Andrade esteve no estado do Rio Grande do Norte como parte de sua viagem etnográfica pela região Nordeste do Brasil. Antes disso, em maio de 1927, esse intelectual paulistano havia empreendido uma outra viagem, do Rio de Janeiro até a Bolívia e o Perú, na qual percorrera a costa brasileira até Belém. Nessa viagem, o escritor navegou por três meses os rios da região – Amazonas, Solimões, Negro e Madeira.

Essas viagens possibilitaram à Mário o contato com diversos tipos humanos e com manifestações culturais diferentes, de tal jeito que essa experiência acabou contribuindo para a consolidação de uma ideia de nacionalidade mais abrangente e que, por sua vez, reforçava os valores fundamentais presentes na Semana de Arte Moderna de 1922, que buscavam, entre outras coisas, abarcar as múltiplas faces da brasilidade, de “um Brasil de feição mestiça e

desgarrado dos padrões europeus de então, mais indígena, mais africano, mais caboclo e caipira”.³¹⁸

As informações sobre essas duas viagens realizadas por Mário de Andrade foram coletadas na edição de *O turista aprendiz* organizada pelas pesquisadoras Telê Aconona Lopez e Tatiana Longo Figueiredo, que foi produzida a partir de um trabalho intenso de análise e de interpretação dos documentos reunidos por Mário de Andrade no dossiê “O Turista Aprendiz”. O objetivo, conforme a explicação das autoras, era o de decodificar o “processo criativo” do escritor no que dizia respeito à publicação do livro.

Segundo Lopez e Figueiredo, não fazia parte das intenções do escritor paulistano a reunião dos acontecimentos e das experiências resultantes das duas viagens. A viagem realizada ao Nordeste (1927-1928) seria usada somente como fonte para a versão que chegaria ao prelo, uma versão que apresentava ainda muitas lacunas e hesitações por parte de Mário e que não foram resolvidas diante da sua morte repentina em fevereiro de 1945.

A fim de reunir a totalidade dos textos produzidos pelo intelectual paulistano nessas duas viagens, essa edição de *O Turista Aprendiz* foi dividida pelas autoras em duas partes, a primeira abrangendo aquilo que seria o livro determinado pelo autor e que diz respeito à viagem do escritor “pelo Amazonas até o Peru, pelo Madeira até a Bolívia e por Marajó até dizer chega”; e a segunda, intitulada de “O Turista Aprendiz: viagem etnográfica”, que foi construída a partir de um ajuntamento e da organização dos textos de Mário pelas pesquisadoras, orientadas, nas palavras delas, “pelos princípios da arquivística, da codicologia, da crítica textual e, maximamente, pela crítica genética”.³¹⁹

Diante do propósito desse terceiro capítulo, que é analisar a forma como a região das Rocas foi representada nas primeiras décadas do século XX, focaremos nossas análises nos eventos desenrolados na segunda viagem empreendida por Mário de Andrade (a viagem etnográfica ao Nordeste brasileiro), pelo menos até a sua chegada ao estado do Rio Grande do Norte. Diferente da primeira viagem, na qual o escritor paulistano viajou na companhia de três mulheres – Olívia Guedes Penteado, sua sobrinha Margarida Guedes Nogueira, e Dulce do

³¹⁸ Ver ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz* / Mário de Andrade; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF: Iphan, 2015, p. 12.

³¹⁹ De acordo com Telê Lopez e Tatiana Figueiredo, trata-se de uma edição fidedigna, que “obedece à norma ortográfica vigente no país, respeitando, todavia, o uso que Mário de Andrade faz da língua portuguesa falada no Brasil, conforme a sua *Gramatiquinha da fala brasileira*, uma poética, dentro do seu projeto linguístico renovador. ANDRADE, *op. cit.*, 2015, p. 40.

Amaral Pinto, filha da pintora Tarsila do Amaral –, a viagem ao Nordeste foi realizada somente pelo etnólogo, que levava consigo apenas seus caderninhos de anotação e seus grafites. Assim, entre os dias 27 e 28 de novembro de 1927, Mário de Andrade deu início à sua viagem, saindo do estado de São Paulo em direção à cidade do Rio de Janeiro, local onde permanecera por três dias.³²⁰

No terceiro dia do mês de dezembro, a bordo do vapor “Manaus”, o escritor/viajante seguiu viagem para a Bahia. Três dias navegando fizeram com que Mário sentisse o peso da monotonia abordo do navio. Ao aportar em terras baianas, o escritor/viajante ficou apenas dois dias. No dia 9 de dezembro, Mário de Andrade já gozava da companhia dos poetas e romancistas José Lins do Rego e Jorge de Lima na cidade de Maceió, local onde experimentou e se deliciou com comidas típicas da região, que foram oferecidas no bar do Alemão. Mário aproveitou e se serviu de sururu, provou ostras e degustou camarões.³²¹

No dia seguinte, às 07:00 horas, Mário de Andrade já estava no Recife, onde foi recepcionado por Ascenso Ferreira e sua esposa Stella Gris Ferreira com um almoço no Hotel Glória. Nas terras pernambucanas, o escritor/viajante visitou amigos como “Manu”, forma como tratava o poeta Manuel Bandeira, e também alguns locais como igrejas e a parte velha da cidade. Manuel Bandeira fizera a ponte entre Mário de Andrade e Gilberto Freyre, de modo que esse último providenciou um passeio de lancha pelo rio Capibaribe, uma experiência que deixou nosso escritor/viajante maravilhado, pois em tal passeio ele pôde visualizar boa parte da cidade, incluído os arrabaldes como “o da Madalena, com os velhos cais das vivendas das famílias ricas antigas, alguns deliciosos de monumentalidade simples”.³²²

Os passeios por Recife proporcionaram à Mário de Andrade uma visão ampliada da cidade, de tal maneira que o escritor/viajante pôde perceber a existência de realidades e paisagens diversas, uma vez que, diferente da paisagem observada durante o passeio de lancha com Freyre e Manuel Bandeira, “maravilhoso”, segundo suas anotações, ele também se deparou com o Recife dos mocambos. Dia 12 de Dezembro, às 20:00 horas, Mário de Andrade e seus guias percorreram a cidade em direção à praia da Boa Vista. Neste percurso, o escritor/viajante se deparou com várias casinhas, que balançavam acompanhando o ritmo lento do rio. Eram os

³²⁰ Os detalhes da viagem realizada por Mário de Andrade ao Nordeste foram colhidos a partir das notas de viagem produzidas pelo escritor durante suas andanças e que foram reproduzidas na edição que estamos usando de *O turista aprendiz*. Além disso, a presente obra também conta com os textos que foram enviados por Mário de Andrade ao jornal *Diário Nacional* para a composição da série homônima “O Turista Aprendiz”.

³²¹ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 217-218.

³²² *Ibid.*, p. 221.

mocambos que tomavam conta da barra da cidade e que haviam se tornado, conforme observação do escritor/viajante, tão numerosos quanto os coqueiros que ali existiam.

Nas palavras do autor, o mocambo era a casa daqueles que vinham de longe, “da zona do sertão”, “os matutos”, “os sertanejos” que, sem condições de voltarem para seus locais de origem, acabaram se aboletando na cidade nessas construções improvisadas que se pretendiam temporárias: casas de “barro feio, cobertas com a própria folha caída dos coqueiros” e que formavam uma espécie de babado na barra da cidade, “babado de barro e folhas secas”, “babado bem triste, sujo de lama, sujo de gente do mangue”; uma “coisa infeliz” que não podia nem ser classificada como algo pitoresco, mas que acabou se tornando a atração da cidade, na perspectiva desse escritor/viajante.

Não era particularidade da cidade do Recife ter gente vivendo sob essas condições de pobreza, pois era algo comum em grandes centros urbanos. No entanto, como foi observado por Mário, diferente do Rio de Janeiro e São Paulo, que disfarçavam e escondiam a vida dos miseráveis entre as paredes de “cortiços invisíveis” e de casas de “aparência clara”, Recife era mais sincera, ao ponto de contar “a tristura de tantos desiludidos” com uma força que lhe queimava “o prazer divino de rolar pela Boa Vista, na fresca do ventarrão”.³²³

As notas de viagem e os textos enviados para o periódico paulistano *Diário Nacional*, esses últimos deram corpo à série intitulada “O Turista Aprendiz”, revelam a experiência multifacetada de Mário de Andrade pela região Nordeste, uma viagem na qual ele se dividiu entre a figura do etnólogo, do musicólogo e do correspondente jornalísticos. O *Diário Nacional* era o órgão de comunicação oficial do recém-fundado Partido Democrático, coligação que reunia parte da oligarquia paulista que não estava mais alinhada aos ideais do antigo Partido Republicano Paulista e com a forma como a política nacional estava sendo conduzida por esse partido e pelo Partido Republicano Mineiro. De acordo com Leonardo Ventura, Mário de Andrade havia partido em direção aos estados do Nordeste “como representante de um grupo que buscava apresentar-se como alternativa política e narrativa do país”.³²⁴

Telê Lopez e Tatiana Figueiredo, por sua vez, conseguiram acessar uma carta na qual Mário de Andrade, escrevendo do Rio Grande do Norte, comentou à Rosário Fusco sobre a

³²³ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 271. O texto foi reproduzido pelas organizadoras integralmente tal qual publicado no jornal: ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 4 de janeiro de 1929, p. 8.

³²⁴ VENTURA, Leonardo Carneiro. *A trama dos sons: invenção e arquivo na fabricação de uma escuta do Nordeste (1910-1950)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021, p. 181.

natureza dessas atividades. Na carta, datada de 17 de janeiro de 1929, o escritor/viajante declarou que não tinha muito tempo para descrever aquilo que via, pois só o trabalho de enviar para o *Diário Nacional* os textos de o “Turista Aprendiz”, nas palavras dele, “tudo besteira escrita no joelho” – que às vezes nem lia – “só pra ganhar os 400 paus”, já lhe tomava um tempo considerável. Além disso, a viagem lhe deixava burro, como ele mesmo deixou claro ao seu correspondente:

(...) viajando fico burro. A inteligência não reage, fica passiva, só recebendo, só recebendo. Não sei contar e, devido aos milhares de assuntos, não tenho assunto. E tenho também trabalhado muito. Imagine que só neste mês de R. Grande do Norte já recolhi 350 melodias, o que é espantoso pela dificuldade de registrar as melodias daqui, as mais das vezes dum caráter improvisatório desnorteante como linha e como ritmo.³²⁵

A experiência de viagem de Mário foi marcada pelo contato dele com uma gama de manifestações culturais populares. Esse encontro possibilitou ao escritor/viajante pensar a questão da nacionalidade de uma maneira muito mais alargada, isto é, de visualizar o país de uma outra forma, valorizando, sobretudo, os aspectos da cultura popular e rompendo, por sua vez, com uma visão eurocêntrica e elitista que menosprezava – ou não reconhecia – as influências das tradições populares na formação da sociedade brasileira. Para Mário, as manifestações culturais populares, na sua imensa diversidade, representavam a essência do Brasil, isto é, que a identidade nacional brasileira era o resultado da união e da mistura dessas manifestações.

Nas suas andanças pelas cidades nordestinas, além do contato com a culinária, o folclore, as festas, as danças e com os ritmos musicais populares, que era o seu principal objeto de interesse, os aspectos da organização das cidades, os seus traços, as suas formas, as suas divisões territoriais e sociais também figuraram nas suas observações e foram alvos de sua curiosidade e reflexão, como a passagem por Recife deixou evidente.³²⁶ Em Natal não foi diferente.

³²⁵ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 25.

³²⁶ A interesse de Mário de Andrade pela questão da música foi expressada por ele no texto enviado ao *Diário Nacional* referente ao dia 15 de dezembro de 1928. Publicado por essa folha no dia 8 de janeiro de 1929, o escritor/viajante, num trecho, afirmou o seguinte: Já afirmei que não sou folclorista. O folclore hoje é uma ciência, dizem... Me interessa pela ciência porém não tenho capacidade pra ser cientista. *Minha intenção é fornecer documentação pra músico* e não passar vinte anos escrevendo três volumes sobre a expressão fisionômica do lagarto. Ver ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 275. [grifo meu]

O “turista aprendiz” permaneceu no estado do Rio Grande do Norte durante um bom tempo, do dia 14 de dezembro de 1928 a 27 de janeiro de 1929, período no qual viajou pelo interior do estado e andou bastante pela capital, visitando vários pontos da cidade de automóvel e também a pé como a praia de Areia Preta, o Aero Clube, o Areal, sempre acompanhado de autoridades locais como o governador Juvenal Lamartine, o oficial de gabinete da presidência do estado, Cristóvão Dantas, que também era sobrinho de Lamartine.³²⁷ Esses passeios todos, pelo menos a maioria deles, foram realizados na companhia de Luís da Câmara Cascudo, a quem Mário de Andrade chamava intimamente de “Cascudinho”.

O escrito/viajante ficou hospedado no bairro do Tirol, na casa de Cascudo, onde dormiu sua primeira noite embalado pelos ventos que, segundo ele, cantavam feito os “coqueiros” – que eram os cantadores de coco. Aos olhos do turista aprendiz, Natal era uma cidade encantadora, não por apresentar curiosidades excepcionais aparentes, mas por sua simplicidade, por suas formas modestas, por apresentar um ar pitoresco familiar, onde as casas tinham “aquela humanidade feliz de certos bairros burgueses de São Paulo”. Diferente de Belém, que contava com o mercado do “Ver-o-peso”, e Recife, que gozava da praia da Boa Vista, “coisas extraordinárias” nas palavras de Mário de Andrade, Natal, com seus 35 mil habitantes, era bem construída, uma “cidadinha” moderna, cheias de ruas, possuía um “ar de chakra” que a tornava tão “brasileiramente humana e cotidiana como nenhuma outra capital brasileira”.³²⁸

A simplicidade e a falta de “originalidades”, que tornavam algumas cidades brasileiras exóticas até mesmo para os próprios brasileiros, fizeram com que Natal fosse encarada por Mário de Andrade como aquela cidade que, diante do avanço da modernização, ainda não havia sido transformada por completo, uma cidade na qual ele, enquanto turista aprendiz, podia viver a vida de seu país de fato, uma cidade na qual podia sentir à brasilidade; uma cidade que não o obrigava a ver qualquer coisa que representasse o exótico.

Três dias depois de sua chegada à Natal, no dia 18 de dezembro, Mário de Andrade resolveu sair dos limites dos bairros do Tirol e Petrópolis para explorar outras partes da cidade. Por volta das sete horas da noite, acompanhado de algumas figuras conhecidas na cidade como Antônio Bento, Câmara Cascudo e Adamastor Pinto, o turista aprendiz visitou o bairro das

³²⁷ De acordo com as observações de Telê Lopez e Tatiana Figueiredo, o epíteto de “Turista Aprendiz” foi selado na viagem ao Nordeste. Antes, na viagem à Amazônia, era simplesmente Mário. ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 33.

³²⁸ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 276. Ou ver ANDRADE, Mário de. O Turista Aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 9 de janeiro, 1929.

Rocas que, nas palavras deles, tinha sido construído sobre uma duna e que era formado por embarcações, catraieiros, operários das docas, entre outros trabalhadores.

Sua visita não foi sem propósito. Ao chegar nas Rocas ele foi direto assistir a um ensaio de Chegança, uma dança tradicional, de origem portuguesa, que buscava retratar, entre outros fatos, às grandes navegações e os conflitos entre os mouros e cristãos. Mário, em suas notas, resumiu este dia da seguinte maneira: “Numa saleta alumiada com querosene, dançaram e cantaram duas horas e meia. Estupendo. Dia aproveitadíssimo com isso”.³²⁹ O turista aprendiz não escondeu seu entusiasmo, sua curiosidade para com essa manifestação popular. No texto enviado para o *Diário Nacional*, Mário deu mais detalhes dessa sua visita ao bairro das Rocas e da sua experiência.

Ele primeiro destacou o que a presença dele e a de seus companheiros haviam provocado nos moradores das Rocas, que era, na sua observação, uma “gente boa”. De acordo com Mário, o entusiasmo não foi sentido apenas por ele e seu grupo, mas também pelos moradores que ficaram, de certa maneira, contagiados e eufóricos com a presença dos visitantes que estavam ali para prestigiar uma prática que era comum a eles. Como forma de reforçar esse estado de espírito dos moradores, Mário reproduziu em seu texto aquilo que teria dito o sujeito que, provavelmente, estava na organização do ensaio: – “Ninguém mais não entra não! só os moços!”. Depois disso, na pequena sala cimentada, cadeiras foram providenciadas para que o grupo pudesse se sentar e apreciar a representação da Chegança.

Mário de Andrade afirmou ter ficado “maravilhado” com a dança, a cantoria, mesmo que não fosse, aos seus olhos, uma obra de arte perfeita em termos técnicos. No entanto, na perspectiva mariodeandradiana, o espetáculo estava na imperfeição, na particularidade, no “ridículo” mesmo com que as pessoas se manifestavam por meio da dança; estava na “vulgaridade do conjunto” que fazia surgir algo de valor sublime, autêntico, que provocava comoção até o ponto da exaltação.³³⁰

Vale ressaltar que Mário de Andrade fazia parte de um grupo de intelectuais que, durante a década de 1920, deu corpo e voz ao Movimento Modernista brasileiro que buscava, de uma maneira geral, romper com os padrões estéticos e artísticos vigentes na época – padrões fortemente influenciados pela cultura europeia – a fim de encontrar, por meio de uma nova

³²⁹ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 226.

³³⁰ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 279 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 11 de janeiro de 1929, p. 5.

linguagem, mais conectada com a realidade brasileira, as verdadeiras raízes da cultura nacional. Entre os intelectuais e artistas modernistas estavam poetas, escritores e pintores como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Tarsila do Amaral e Anitta Malfatti.

Oswald de Andrade, por exemplo, através de seus manifestos – *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* e *Manifesto Antropófago*, de 1924 e de 1928, respectivamente – deixou claro o seu posicionamento quanto a questão da valorização e da constituição de uma cultura eminentemente nacional. À sua poesia Pau Brasil deixava isso muito evidente, uma poesia que exista nos fatos, uma poesia contra o estilo imitativo, que era uma “reação à cópia”, que buscava a valorização daquilo que era originalmente nativo, de um modo de ser e falar brasileiro, de uma “língua sem arcaísmos, sem erudição. Natural e neológica”, nas palavras de Oswald.³³¹ Ele acreditava, contudo, diante da nova escala do mundo moderno, num processo de conciliação entre a cultura nativa e uma cultura intelectualmente renovada, que transformaria a cultura nacional “num composto híbrido que ratificaria a miscigenação étnica do povo brasileiro”, uma mistura compreendida como a identidade nacional brasileira.³³²

Posto isso, o nosso escritor/viajante compreendia a arte/cultura brasileira como o resultado da apropriação/adaptação/assimilação/reacomodação de outras culturas à realidade nacional. Nesse sentido, o trecho a seguir, parte daquele texto enviado ao *Diário Nacional*, no qual Mário de Andrade descreveu e procurou significar a Chegança, expressa bem esse ponto de vista do nosso turista aprendiz.

Todas essas danças-dramaticas inda permanecidas tão vivas na parte Norte e Nordeste do paiz, andam muito misturadas, umas trazem elementos de outras, influências novas penetram nelas; junto duma lição camoniana brota um brasileirismo danado, contando fatos de agora, tão impossíveis que a Turquia chega a conhecer a força do ‘braço brasileiro’ na presença do imperador Guilherme II. [...] a dança violenta segue mais de 30 minutos, saltada, cantada aos berros, numa resistência de nordestino, sem que ninguém não arreie. E a Chegança inda continua depois quase uma hora! Alguns dos cantos são lindos. Surgem quadras tão puras, dum sentimento ingênuo digno de alemão... Meu prazer está compacto como o vento... Os paulistas não conhecem nada disso...³³³

³³¹ ANDRADE, Oswald. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18 de março de 1924. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 331.

³³² NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. 4ª ed. São Paulo: Globo. 2011, p. 16.

³³³ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 279 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 11 de janeiro de 1929, p. 5.

No seu *Ensaio sôbre a música brasileira*, texto do mesmo período da viagem ao Nordeste, Mário de Andrade deixou isso muito mais evidente. Para ele, enquanto musicólogo, uma arte para ser considerada nacional não poderia ter como base de sustentação a escolha discricionária e diletante de certos elementos, pois ela existia antes mesmo na inconsciência do povo – um povo fruto da miscigenação, da mistura de raças e culturas. Dessa maneira, o escritor/viajante se colocava como um crítico ferrenho de uma visão exclusivista e unilateral – europeia – sobre arte/cultura brasileira, que somente considerava como nacional as produções que fossem de origem ameríndia ou até mesmo africana, sem considerar, por sua vez, as influências advindas do “Velho Mundo” – de Portugal e da Espanha, sobretudo.

A perspectiva europeia da arte brasileira se fundamentava, de acordo com Mário, na busca pelo “exotismo divertido” e na procura pelo “exquisito apimentado”.³³⁴ À vista disso, a fim de encontrar as “raízes” culturais da nação, o nosso escritor/viajante buscou se contrapor – por meio de suas observações sobre a música popular, por meio da escuta, do registro e do arquivamento desses sons – ao que era estrangeiro, cosmopolita e àquilo que era trazido de fora.³³⁵ Todavia, não considerar a influência estrangeira na música brasileira, como a portuguesa, na perspectiva mariodeandradiana, era uma bobagem que refletia a ignorância sobre os problemas sociológicos, étnicos e também estéticos da sociedade. Mário acreditava que não se deveria reagir contra Portugal, mas reconhecer as divergências e aceitar as coincidências e as suas influências para que a música brasileira – a arte/cultura de um modo geral – não se resumisse à curiosidade esporádica e exótica.³³⁶

Em um de seus textos enviados ao *Diário Nacional*, isso pode ser percebido de forma ainda mais evidente. Nessa crônica, escrita no dia 29 de dezembro, mas publicada no dia 26 de janeiro, Mário afirmou que a cidade de Natal parecia São Paulo, uma “cidade mocinha, podendo progredir à vontade sem ter coisas que dói destruir” e, em seguida, declarou:

Dizem que sou modernista e... paciência! O certo é que jamais neguei as tradições brasileiras, as estudo e procuro continuar a meu modo dentro delas. É incontestável que Gregório de Matos, Dirceu, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Euclides da Cunha, Machado de Assis, Bilac ou Vicente de Carvalho são mestres que dirigem a minha literatura. Eu os imito. O que a gente carece é distinguir tradição e tradição. Tem tradições móveis e tradições

³³⁴ Vale salientar que nesse período, década de 1920, estava em alta o movimento pela nacionalização, de valorização daquilo que representava verdadeiramente a identidade nacional brasileira, como foi destacado pelo próprio Mário de Andrade: “o período atual do Brasil, especialmente nas artes, é o de nacionalização”. Também foi um momento no qual se intensificou um sentimento antilusitano. ANDRADE, Mário de. *Ensaio sôbre a música brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Martins. 1972, p. 15-18.

³³⁵ VENTURA, op., cit., 2021, p. 187.

³³⁶ ANDRADE, op., cit., 1972, p. 28.

imóveis. Aquelas são úteis, têm importância enorme, a gente as deve conservar talqualmente estão porque elas se transformam pelo simples fato da mobilidade que têm. Assim por exemplo a cantiga, a poesia, a dança populares.³³⁷

Na sua passagem pelas Rocas, além desses aspectos relativos às tradições culturais, Mário de Andrade também observou e deu a ver a forma como esse lugar estava organizado socialmente, como também apontou questões relacionadas à sua infraestrutura urbana. A condição de bairro associada a Rocas, antes de sua oficialização em 1947, aparece novamente na descrição de Mário de Andrade em 1929, no momento em que ele ressaltou a antiguidade do lugar na divisão territorial da cidade: “Rocas é um bairro antigo da cidade”.

O fato de o turista aprendiz ter ido visitar o lugar à noite revelou para nós os limites dos investimentos urbanos na cidade de Natal no tocante à iluminação pública. Rocas não era completamente coberta por essa rede, como Mário deixou evidente no seguinte trecho: “quando a gente desemboca no lugar chamado Coqueiros a iluminação acaba, o pé assustado principia andando vagarento na areia mole e um farrancho de coqueiros na esquerda assombra a claridade ambiente produzida por todas as estrelinhas do universo”.³³⁸

A descrição das Rocas realizada pelo nosso turista aprendiz não é apenas a do observador que está experienciado o lugar pela primeira vez, pois a caracterização que ele faz do lugar tem em si um conhecimento pretérito, mas que não era seu, ou melhor, que não tinha sido fruto de sua experiência sensorial. Mário, possivelmente, deve ter conversado bastante com Luís da Câmara Cascudo, bem como outros intelectuais da cidade, sobre a região das Rocas antes de sua visita. Isso pode ser observado sobretudo quando o autor/viajante tratou das Rocas num período anterior à sua visita.

Nas palavras de Mário de Andrade, a região das Rocas, por volta do ano de 1906, era o lugar onde se aglutinavam e se escondiam a maioria dos “facinorosos de Natal”; lugar em que não se passava à noite devido ao seu alto índice de periculosidade, como fez questão de apontar o turista aprendiz: “Quem se aventurava por ali, 19 horas passadas, saindo vivo, saía pelo menos sem uma orelha, ficada nas mãos de Dois de Paus, de Cancão de Fogo e outros salteadores

³³⁷ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 297 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 26 de janeiro de 1929.

³³⁸ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 279 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 11 de janeiro de 1929, p. 5.

praceanos que a tradição exasperou no medo”. Rocas, na expressão do autor, tinha sido “ninho de cangaceiros” em plena cidade de Natal.

Esse fragmento aponta para aquilo que mencionamos anteriormente, de que Rocas, nas primeiras décadas do período republicano, representava, na perspectiva dos grupos dirigentes, o espaço do crime e do perigo. No entanto, Mário de Andrade, ao mesmo tempo, também informou aos seus leitores que o lugar não era mais daquele jeito, pois naquele momento se podia caminhar na direção do Areal de forma tranquila, descansado e com segurança. Seguindo a lógica de o “turista aprendiz”, os facínoras que antes tomavam conta da região, haviam perdido espaço para o morador humilde, trabalhador e “bem manso”.

Esse lugar, antes era identificado como lugar do crime, da violência e da morte, passou a ser visto como um lugar de pessoas de vida simples e humildes, dos trabalhadores, lugar também de vida pulsante, de cultura, onde a rua tinha vida e se podia ver e ouvir os sons de pandeiros, de tambores, de pessoas se chamando e se reunindo nas casas proletárias do Areal. Casas de tijolos e cobertas com telha, que “se enfileiravam, pequetitas, porta e janela de frente, em avenidas magnificas, todas com o duplo de largura da rua comum paulistana”, uma realidade bem diferente das Rocas de 1906, onde se podia ver um “dilúvio de casinhas de palha”.³³⁹ Diferente do Recife, em Natal não havia mocambos. As casas eram pequenas, sem muitas divisórias, humildes, mas habitáveis. Nas palavras de Mário,

nas casinhas dos operários se entra numa sala de viver comunicada por um corredor quase da mesma largura com outro mais ou menos corredor, fundo da casa onde a mulher cozinha e todos comem. O espaço que se emparedou entre esses corredores e sala é a camarinha, quarto pra dormir. No geral se dorme em rede. A comida é bem monótona. Farinha, jeijão e carne-seca. Também usam carne-do-sol, pouco secada e pouco durável. Bacalhau. Especialmente o ‘voadô’ salgado, que pescam em quantidade nas costas do Rio Grande do Norte.

À vista disso, podemos perceber, a partir do ponto de vista de Mário de Andrade, bem como de outros observadores, que os anos finais da década de 1920 marcaram uma espécie de renascimento das Rocas. Esse *momento de renascimento*, que em certa medida foi captado pelo turista aprendiz, está relacionado diretamente com as ações empreendidas no período pelo

³³⁹ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 303 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 31 de janeiro de 1929, p. 6.

prefeito da cidade Omar Grant O’Grady (1924-1929) e Mário reconheceu isso quando comparou a “a cidade da Paraíba” com Natal.

Na observação dele, a Paraíba, que era duas vezes maior que Natal e menos compreensível, era enigmática, pois se tratava de uma “cidade velha e nova” ao mesmo tempo, “muito desmantelada com tudo de mistura” e Como forma de marcar um limite entre essas duas cidades em termos de organização e de infraestrutura urbana, Mário de Andrade, sugerindo ser a capital norte-rio-grandense superior nesse quesito, declarou que a Paraíba era do jeito que era porque “inda não teve um Omar O’Grady (brasileiro), prefeito de Natal e inventor de Areia Preta, de Petrópolis e da ladeira que desce da praça do Palácio do Governo”.³⁴⁰

3.2 – O bairro das Rocas durante a gestão municipal de Omar O’Grady (1924-1930)

Filho de Alexander James O’Grady, um canadense com ascendência irlandesa, e de Estefânia Alzira Moreira O’Grady, uma potiguar, Omar O’Grady nasceu em Natal no dia 18 de fevereiro de 1894 e passou sua infância e boa parte de sua adolescência na cidade, pelo menos até concluir seus estudos no Atheneu Norte-rio-grandense. Em 1910 viajou para Chigaco, nos Estados Unidos, onde cursou engenharia pelo Illinois Institute of Technology. Anos depois, formado como engenheiro, retornou à Natal. Não demorou muito para que o jovem e recém-formado engenheiro assumisse uma função na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) da cidade, período no qual também se casou com Isabel Dantas, a filha mais velha de Manuel Dantas, que fora nomeado Intendente da cidade em 1924.

Neste mesmo ano, Manuel Dantas faleceu e O’Grady, que até então ocupava um cargo na Intendência, foi empossado como novo governante da capital do estado, cargo ocupado por ele até o ano de 1930, quando eclodiu a chamada Revolução de 1930.³⁴¹ O’Grady era um nome que agradava sobretudo aqueles que almejavam para a cidade uma administração de caráter mais progressista, de forma que passou a ser anunciado pelos veículos de informação, o A

³⁴⁰ ANDRADE, *op., cit.*, 2015, p. 351 ou ver ANDRADE, Mário. O turista aprendiz. *Diário Nacional*, São Paulo, 24 de março de 1929, p. 6.

³⁴¹ DANTAS, George Alexandre Ferreira. A administração Omar O’Grady (1924-1930) e a modernização urbana de Natal. In: Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. *Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade de Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João Gothardo Dantas Emerenciano*. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007, p. 94.

Republica principalmente, como a melhor opção para ocupar o cargo que antes havia sido de seu sogro.

A figura de O’Grady era enaltecida e sua formação como engenheiro civil também era supervalorizada, com podemos perceber a partir de uma matéria publicada originalmente no periódico carioca *Gazeta de Notícias*, mas que foi reproduzida pelo *A República*, na qual O’Grady era caracterizado como “um engenheiro de valor”, um jovem profissional “enérgico e emprehendedor”, influenciado, por sua vez, pela “iniciativa americana”.³⁴² Ao que tudo indica, a aposta na escolha do genro de Manuel Dantas como novo presidente da Intendência rendia esperanças de que a cidade entraria num caminho de progresso, tanto a nível material quanto no que se referia à questão administrativa.

Omar O’Grady assumiu o cargo de Intendente em setembro daquele ano de 1924, ainda de luto pela morte de seu sogro. No entanto, o recém empossado presidente da Intendência não perdeu tempo e logo deu sinais daquele dinamismo exaltado pela classe dirigente publicizado pelas páginas dos jornais. O ritmo acelerado com que a cidade se desenvolvia sob a gestão O’Grady foi ressaltado nos periódicos, sobretudo a política de edificação empreendida pelo prefeito em todos os bairros da cidade de Natal que estabelecia, inclusive, padrões de construção e estéticos para cada um deles a fim de que a cidade pudesse se apresentar como uma cidade capital, uma cidade moderna.³⁴³

O’Grady tinha como prioridade a manutenção das estradas e dos logradouros da cidade, de maneira que boa parte dos investimentos foram destinados aos serviços de pavimentação e calçamento das ruas da cidade. No período em que a primeira administração de O’Grady chegava ao fim, o “Centro de Chauffeurs Norte-Riograndense”, no dia 3 de dezembro de 1925, realizou uma homenagem para ele em sua última sessão, na qual foi votada “uma moção de aplausos ao modo por que sua ex., em tão curto período administrativo, tanto fez em prol do calçamento de nossa ‘urbs’”.

De fato, a relação entre o tempo e as ações empreendidas pelo prefeito eram constantemente evidenciadas pelos periódicos, a fim de mostrar a capacidade administrativa do jovem engenheiro na condução da cidade em direção ao almejado progresso. A partir da nota de agradecimento apresentada por aquele centro, podemos identificar algumas das obras da

³⁴² SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!:* o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal: Edufrn, 2018, p. 172.

³⁴³ *Ibid.*, p. 295

gestão do prefeito-engenheiro, principalmente aquelas ligadas à estrutura viária da cidade. Na perspectiva dos membros daquele Centro, o prefeito não havia poupado esforços para calçar a cidade. Nas palavras deles:

[o prefeito] cuidou da estrada do Alecrim, onde não poupou esforços com o fim de ver se a torna estavel, capaz de atravessar o mais rigoroso inverno, macadamisou o trecho da rua Ulysses Caldas, compreendendo da Avenida Deodoro á avenida Rio Branco, concertou o trecho da mesma rua, em frente ao Royal Cinema, fez a estrada de rodagem que vai até a Praia do Morcego e, *finalmente* está construindo uma estrada de rodagem, ligando a Ribeira ao bairro das Roccas.³⁴⁴

Conectar os arrabaldes e os subúrbios ao centro da cidade, bem como a questão da limpeza pública também faziam parte do programa administrativo do prefeito Omar O’Grady. Antes disso, como foi destacado por Renato Santos, aquilo que chamavam de “melhoramentos” na cidade não chegavam a todas as suas partes. Áreas populares como o Passo da Pátria, que integrava o bairro de Cidade Alta, e as Rocas, “o bairro mais pobre da cidade” na expressão do prefeito, ficaram à margem do processo de modernização da cidade.³⁴⁵ Quando entrevistado ou questionado sobre as obras públicas, o prefeito fazia questão de enfatizar, pelo menos no período final de sua gestão, a necessidade de se investir mais nesses espaços empobrecidos.

O jornal *A Republica* publicou uma nota na qual informava que a Intendência Municipal estava prestes a iniciar um “serviço permanente de limpeza das ruas e remoção de lixo no populoso suburbio das Róccas” e que o prefeito Omar O’Grady estava “empenhado em melhorar as condições de salubridade e de esthetica naquella zona de nossa Capital, que começa a sentir os beneficios da solícita atenção dos poderes públicos”.³⁴⁶ O texto destacava os investimentos que a Intendência Municipal estava operando naquela parte da cidade como a “estrada de automóveis”, construída “atravez da vasta e arenosa esplanada Silva Jardim, partindo do edificio da Fiscalisação do Porto” e que servia a todo o subúrbio.

Essa estrada era uma aspiração antiga, uma obra que era desejada e que a muito tempo estava atrasada, pelo menos é o que a palavra “finalmente”, escrita naquela nota de agradecimento do Centro de Chauffeurs Norte-Riograndense, sugere: “fez a estrada de rodagem

³⁴⁴ AGRADECIMENTO. *A Republica*, Natal, 15 de dezembro de 1925. [grifos nosso]

³⁴⁵ SANTOS, Renato Marinho Brandão. Escola, a cidade e os desfavorecidos de fortuna: espaços da pobreza em Natal-RN (1909-1937). *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, p.119-143, ago-nov. 2017, p. 124.

³⁴⁶ Além disso, a nota anunciava a realização de novas obras naquela área em um curto espaço de tempo, “obedecendo a uma acção conjuncta do Departamento de Hygiene e dos poderes municipaes”. Na primeira parte da tese analisamos as ações do Governo do estado com relação às Rocas, sobretudo as gestões de José Augusto e Juvenal Lamartine. A MUNICIPALIDADE e o suburbio das Roccas. *A Republica*, Natal, 06 de maio de 1926.

que vai até a Praia do Morcego e, *finalmente* está construindo uma estrada de rodagem, ligando a Ribeira ao bairro das Roccas”.³⁴⁷

No dia 4 de setembro de 1926, meses depois da entrevista concedida por Omar O’Grady, o *A Republica* publicou uma outra matéria sobre a sua administração. O texto foi escrito com o claro propósito de enaltecer a figura do prefeito, que tinha acabado de ser reeleito para o próximo triênio. Nas palavras do articulista, a gestão O’Grady foi “uma das phases mais efficientes em realizações para a cidade”, um período de grande renovação e de remodelação urbana, a partir de um “plano de governo que se traçou, sem alarde, sem pedir applausos, sem a velleidade de lisongear-se”. É notória a intenção do jornal em apresentar o prefeito como um sujeito abnegado de ambições políticas e preocupado apenas com o bem da coletividade.

Antes das ações empreendidas pela gestão do prefeito “moço, inteligente e culto”, como foi caracterizado O’Grady, Natal se apresentava como uma “cidade colonial”, com ruas sujas, esburacadas, “quasi intransitaveis”, e com “casas baixas e acachonadas, verdadeiros monstregos de deselegancia e desaire”, isto é, desalinhadas, não aprumadas, até que “um sopro renovador” passou pela cidade e com ele vieram construções modernas: “As ruas entraram a ser calçadas de novo, os *bairros mais afastados e humildes*, como as ruas do seio da cidade, foram aquinhoadas com justiça. Estradas de automoveis estabeleceram uma facil e rapida communicação com os arrabaldes”.

Os jornalistas reproduziram ainda algumas declarações nas quais o prefeito teria exposto detalhes de sua conduta e de suas pretensões enquanto gestor da cidade. A remodelação da cidade era o principal objetivo do prefeito que, com base nas considerações dessa matéria, estava empenhado em solucionar alguns problemas que julgava serem mais urgentes como o do calçamento das ruas e a colocação de meios-fios, a limpeza pública, a numeração da cidade, a remoção do lixo dos domicílios, “ampliada já até Petropolis, Tyrol e Roccas; a construção de estradas de automoveis para os suburbios, e o embellezamento de alguns logradouros publicos, assim como desapropriações para a abertura e prolongamento de outras ruas”.

O engenheiro-prefeito, conforme a reportagem, declarou que mais de 50% das rendas do município tinham sido absorvidas em obras públicas e, como forma de justificar os volume das despesas, destacou que somente no primeiro ano de sua administração havia entregue “á serventia pública 12.000 m² de calçamento, divididas entre várias artérias urbanas que

³⁴⁷ AGRADECIMENTO. *A Republica*, Natal, 15 de dezembro de 1925.

reclamavam reforma” e que, até o final do mês de julho do corrente ano, mais de 9.000 m² de ruas calçadas também tinham sido construídas na cidade.

Entre outras despesas públicas, que tomavam conta dos outros 50%, estavam alguns serviços municipais como “a manutenção do Mercado Publico, do Matadouro Municipal, do Cemiterio do Alecrim, a Instrucção Municipal, e subvesção [sic] a creações de utilidade social, como o Instituo de Protecção á Infancia, o Dispensario Symphronio Barretto”, considerados pelo prefeito como indispensáveis. Omar O’Grady afirmou que toda essa “distribuição dos melhoramentos” tinha como base o princípio da equidade, isto é, que sua preocupação e suas ações tinham o objetivo de atender a toda cidade e não apenas uma parte especifica, a área central.

Tal declaração, aparentemente simples, trazia consigo toda uma carga simbólica que procurava marcar um limite entre a administração de O’Grady e a de seus antecessores. O prefeito, nesse sentido, afirmou implicitamente que até a sua gestão, a administração pública voltava toda a sua atenção somente para as áreas centrais da cidade, de tal jeito que esquecia de outros espaços, aqueles que, do ponto de vista social e urbanístico, mais demandavam atenção, como as periferias e os subúrbios.

Para demonstrar sua pretensa preocupação com os espaços afastados do centro da cidade, um afastamento que não era apenas físico, mas também social, Omar O’Grady destacou os investimentos realizados na sua gestão e que compreendiam, na sua maioria, as estradas de rodagem ou de automóveis, projetadas para conectar os arrabaldes e os subúrbios à zona central como as da Praia do Meio, de Areia Preta e das Rocas. Além dessas, pontou também o calçamento de ruas e praças no bairro do Alecrim como a avenida José Bernardo, a rua Fonseca e Silva e a praça Pedro Américo e o revestimento de um trecho de aproximadamente 1.000 metros da estrada de automóveis que liga Natal a Macaíba, onde também foi reconstruída a ponte de Guarapes, que era, nas palavras de O’Grady, de grande utilidade pública.

O prefeito tratou ainda da reconstrução do Cais Tavares de Lyra, de forma que os eventuais “inconvenientes” relacionados ao desembarque de passageiros e mercadores seriam, de acordo com ele, sanados e que sua construção obedeceria a “rigorosas condições técnicas”, com acabamento de granito aparelhado e com uma profundidade de 1,50m, observável apenas em baixa maré. O’Grady ressaltou que para essa obra estavam empenhados não apenas a

municipalidade, mas também o governo do Estado, “que para ella concorre pecuniariamente, e o dr. Decio Fonseca, cujo auxilio technico nos é muito valioso.”³⁴⁸

Outro ponto abordado nessa reportagem foi o problema da inundação do bairro da Ribeira nos períodos de maior incidência de chuvas. Os repórteres questionaram ao prefeito se tal problema continuaria insolúvel, ao que o prefeito respondera que não. Sua resposta, contudo, estava condicionada a um provável resultado satisfatório de um plano que ele havia traçado para diminuir consideravelmente o volume de água no bairro. De acordo com o edil natalense, a maior parte das águas que inundavam a Ribeira provinham do bairro de Cidade Alta, pela avenida Junqueira Aires e pela rua Jovino Barreto, de forma que o plano de contenção consistia em captar essa corrente de água na junção desses dois logradouros para, em seguida, ser conduzida por uma galeria que atravessaria os terrenos da S.A. Industrias Reunidas. As águas que, por ventura, não fossem captadas seriam escoadas superficialmente pela travessa Progresso.

Além disso, o prefeito também comentou sobre como estava a situação financeira do município que, nas palavras dele, atravessava “uma phase francamente satisfactoria”, com previsão de, inclusive, superar o orçamento de 594:700\$000 contos de reis previsto para o ano. O prefeito fez questão também de mencionar uma operação de crédito realizada por ele a partir de uma resolução datada de 28 de janeiro de 1923 e autorizada pelo governo do Estado por meio do decreto de N°. 279, de 9 setembro de 1925, que concedia à Intendência de Natal, *ad-referendum* do Congresso Legislativo, a possibilidade de contrair um empréstimo de até 50:000\$000 contos de reis.³⁴⁹

Dias depois dessa entrevista, no dia 19 de setembro, essa mesma folha publicou uma nota que informava aos leitores sobre uma série de obras ou “melhoramentos” – como era comum noticiarem na época – a serem inauguradas nas Rocas. Esse bairro, na percepção do autor do texto, atravessava “uma phase de melhoramentos de iniciativa publica e privada” e tinha na construção de uma estrada de rodagem (ou de automóveis), que ligava Rocas aos outros bairros da cidade, “um melhoramento de primeira ordem”, que representava, acima de tudo, os “continuados esforços” do prefeito “em prol da modernização de nossa urbs”, como foi

³⁴⁸ A CIDADE renova-se. *A Republica*, Natal, 04 de setembro de 1926. [grifo nosso]

³⁴⁹ RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem lida perante o Congresso Legislativo na abertura da segunda sessão da 12ª legislatura em 1º de novembro de 1925* pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Natal: Typ. d’A Republica. 1928, p. 73.

declarado pelo articulista.³⁵⁰ Além dessa obra, que simbolizava a conexão das Rocas aos bairros centrais da cidade, a inauguração de um posto médico na colônia de pescadores José Bonifácio e da sede da subdelegacia das Rocas também foram anunciadas.

No dia seguinte ao anúncio, as inaugurações começaram. Uma extensa matéria comentando o dia das inaugurações foi publicada pelo *A República* no dia 21 de setembro e destacava o comparecimento no local de diversas autoridades políticas para as solenidades, dentre os quais estavam o governador do Estado, José Augusto Bezerra de Medeiros, que inclusive discursou para os moradores das Rocas, e o prefeito da cidade, Omar O'Grady. As obras foram noticiadas pela imprensa como algo determinante para que o “populoso subúrbio da capital” alcançasse o progresso – vale salientar que estamos nos referindo ao período final da década de 1920 e Rocas ainda continua a ser tratado como um dos subúrbios da cidade, o que evidencia, mais uma vez, a confusão abrange a condição espacial e administrativa das Rocas.

Além da presença do governador, esse dia também contou com a participação do Bispo Diocesano D. José Pereira Alves, do chefe de polícia Manoel Benício Filho, do engenheiro Décio Fonseca, que era o chefe dos serviços do porto de Natal, do dr. Waldemar Antunes, diretor da Profilaxia Rural, de Dioclecio Duarte, diretor do *A Republica*, entre outras personalidades. Foi um verdadeiro dia de festa para a população das Rocas, conforme as palavras do repórter enviado para cobrir os eventos, no qual os moradores viram “a realização de antigas aspirações”.³⁵¹

A estrada de rodagem, que partia da rua Silva Jardim em direção ao bairro das Rocas, foi o primeiro “melhoramento” inaugurado e a subdelegacia de polícia, localizada na avenida dr. José Augusto, foi a segunda. De acordo com a reportagem, em meio aos discursos das autoridades, o sr. Lauro Botelho Fagundes, que se colocava como porta-voz da população das Rocas, agradeceu o interesse manifestado pelo governo municipal “em favor da gente humilde e trabalhadora” que vivia ali, bem como direcionou “palavras de grande carinho” ao governador do Estado, a quem ele considerava ser um “sincero amigo e bem-feitor da classe dos pescadores”.

Após os discursos, as autoridades presentes se encaminharam em seus automóveis para a colônia de pescadores José Bonifácio, na qual seria inaugurado o posto médico. O repórter

³⁵⁰ NO BAIRRO das Rocas. *A Republica*, Natal, 19 de setembro de 1926.

³⁵¹ IMPORTANTES MELHORAMENTOS no bairro das Rocas. *A Republica*, Natal, 21 de setembro de 1926.

fez questão de ressaltar a contribuição do “Departamento de Saúde do Estado e da Prophylaxia Rural”, respectivamente dirigidos pelos drs. Varella Santiago e Waldemar de Sá Antunes, como instituições patrocinadoras. Já na colônia de pescadores, o capitão do porto, o comandante Paes Leme, pediu a palavra e anunciou para o público presente que o governador José Augusto e o Bispo D. José Pereira Alves fariam a inauguração do posto.

O Bispo abençoou a casa dos pescadores no processo e realizou uma oração, na qual lembrou que o fundador da Igreja, Jesus, também tinha sido um pescador cuja obra se fundamentava na “regeneração humana”. Assim, a oração do bispo buscava envolver a comunidade ali presente nos princípios e numa moral cristã, de forma que não era somente o espaço físico das Rocas que precisava ser transformado e/ou melhorado, mas também o espaço do corpo, por meio dos cuidados com a saúde, e também do espírito, com as mudanças nos hábitos, nos comportamentos e nos costumes que não condiziam com os padrões morais da igreja e da sociedade.

Após as palavras do Bispo, foi a vez do governador proferir o seu discurso à comunidade do “bairro das Rocas”, quase toda composto de pescadores, como fez questão de frisar o repórter em sua matéria. A partir das declarações de José Augusto, podemos identificar alguns aspectos socioespaciais das Rocas, bem como indícios dos projetos e dos interesses do poder público sobre essa localidade. Além disso, podemos também perceber a mudança no discurso sobre as Rocas, bem como sobre os seus próprios habitantes.

O governador iniciou sua fala ressaltando a condição humilde da população das Rocas e, partindo das considerações do Bispo José Pereira, também destacou a importância do significado “material e moral das novas obras” que ali estavam sendo inauguradas. José Augusto declarou que as intervenções materiais no bairro serviriam para o conforto das famílias dos pescadores, dos “humildes e bons pescadores” e acentuou a importância da estrada de rodagem, cuja construção facilitava o contato dos moradores do bairro “com as populações dos outros centros da cidade”, pois não se tratava apenas de um “serviço de ordem material”, mas também de “ordem moral e de alcance intelectual”, na qual poderiam todos concorrerem em conjunto para o progresso da cidade.

O que o discurso do governador nos sugere é que a região das Rocas estava, até aquele momento, completamente isolada, um isolamento que tanto era social quanto espacial, do restante da cidade e a estrada de automóveis funcionaria, então, como um elo de ligação desse lugar com o ideal de moral, de civilidade e de sociedade que os grupos dirigentes desejavam e

pretendiam alcançar. Assim, por meio dessa estrada de automóveis, Rocas passou a ter uma conexão direta, ou podemos dizer oficial, com os espaços centrais e, quem sabe, a integrar a cidade de fato.

O “bairro das Rocas”, como destacamos em vários momentos do texto, teve sua imagem associada à imoralidade, à insalubridade, à ignorância e foi percebida também como uma terra sem lei pelos poderes públicos. Ficamos com essa impressão a partir de um trecho do discurso do governador José Augusto, no qual ele tratou da inauguração do posto policial, da subdelegacia das Roca. O governador afirmou que a presença da polícia nesse lugar de maneira mais efetiva, a população das Rocas viveria mais tranquila “sob as garantias da lei, sob a protecção da justiça”.³⁵²

A polícia como uma instituição que busca regular, padronizar e canalizar as ações humanas sob um determinado padrão de conduta imposto pela sociedade, nas Rocas ela acabou se tornando uma peça fundamental no projeto do Estado de controlar socialmente esse bairro.³⁵³ Nas palavras de José Augusto, o posto policial tinha a função de “prevê os casos offensivos á moral publica” e conter “os impulsos de desagregação” dos membros indesejáveis, de forma a garantir a “harmonia social” para que a população das Rocas pudesse progredir e viver feliz. A polícia representava, nesse sentido, o desejo de controle dos grupos dirigentes e servia como um sustentáculo de uma determinada ordem urbana que tais grupos buscavam instituir no conjunto da cidade.³⁵⁴

Além do posto policial, outros dois postos foram inaugurados nesse dia, um médico e outro para a “saúde espiritual” da população das Rocas, conforme foi anunciado pelo governador. O posto médico foi construído na colônia de pescadores José Bonifácio que, nas palavras do governador, contribuía poderosamente “para a existência de nossa cidade, tirando do mar as riquezas que elle contem”.³⁵⁵ Já o posto de “saúde espiritual” era uma referência à construção da capela da Sagrada Família pelo padre Theodoro Kokke³⁵⁶, uma obra que, nos

³⁵² IMPORTANTES melhoramentos no bairro das Roccas. *A Republica*, Natal, 21 de setembro de 1926.

³⁵³ BERGUER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 101.

³⁵⁴ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1984.

³⁵⁵ Nesse trecho, José Augusto novamente quis ressaltar a ideia de integração das Rocas para com o restante da cidade, agora como uma parte fundamental para o seu desenvolvimento econômico.

³⁵⁶ De origem holandesa, Theodoro Maria Kokke pertencia a Congregação da Sagrada Família, instituição reconhecida pelas práticas assistencialistas aos grupos mais vulneráveis da população. Os missionários da Sagrada Família, como padre Kokke, fundaram igrejas, escolas, orfanatos e hospitais para atender a população pobre dos locais onde se estabeleciam. Além disso, também constituíam missões a fim de catequizar os povos originários. Logo após a construção da capela da Sagrada Família nas Rocas, o padre Kokke se mudou para a região do estado

dizeres do José Augusto, simbolizava “o esforço evangélico desse querido distribuidor de esmolas que amenizam as torturas do corpo e elevam as virtudes da alma”.

As ações empreendidas nas Rocas pelos poderes públicos sugerem que elas foram realizadas a fim de que o bairro e sua gente pudessem se adequar aos padrões sociais e estéticos da sociedade de então, que se compreendia e se queria moderna e civilizada, ou seja, havia um objetivo pedagógico de internalizar na população as regras e as normas sociais consideradas aceitáveis pelos grupos dirigentes. Nesse sentido, a estrada de automóveis, o posto policial, o posto médico da colônia de pescadores e a capela da Sagrada Família podem ser compreendidas com um “processo civilizador”, para usarmos a expressão de Norbert Elias, no qual os indivíduos seriam orientados ou forçados a reprimir certos impulsos e comportamentos que, em sociedade, urbana e industrial, eram considerados inaceitáveis.³⁵⁷

O governador encerrou seu discurso agradecendo diretamente algumas personalidades ligadas à colônia de pescadores como o comandante Paes Leme, a quem foram atribuídas boa parte das benfeitorias das quais podiam desfrutar os pecadores, como também a Lauro Botelho Fagundes que, nas palavras de José Augusto, era um sujeito dedicado aos pescadores, “sempre atento, sempre vigilante, no interesse de estimular e guiá-los para bem”.³⁵⁸

Em outra matéria publicada pelo *A República* neste mesmo ano de 1926, podemos identificar outras figuras que também se interessavam pela remodelação do lugar, chamados de “espíritos altruístas”, indivíduos que viam “nos elementos pobres e humildes” da cidade aqueles que mais reclamavam assistência pública. Os redatores do jornal declararam que os governos proporcionavam “todos os auxílios solicitados pelos dignos propugnadores do progresso das Rocas” e destacou o padre Theodoro Kokke, responsável pela construção da capela da Sagrada Família, com uma dessas figuras de espírito altruísta, “cuja assistência moral e incançável actividade poderosamente contribuíram para melhorar a situação do referido bairro”.³⁵⁹

A capela da Sagrada Família, além de servir como templo religioso, no qual o padre ministrava suas missas e aconselhava seus fiéis, também servia como local de instrução primária para as crianças pobres do lugar. Ali foi fundada a Escola Nossa Senhora do Rosário,

do Pará com o objetivo de trabalhar e catequizar os grupos indígenas daquela área. Ver UMA GRANDE cruzada de redenção humana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1929, p. 1.

³⁵⁷ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungman. v.1, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

³⁵⁸ IMPORTANTES melhoramentos no bairro das Rocas. *A Republica*, Natal, 21 de setembro de 1926.

³⁵⁹ O BAIRRO das Rocas. *A Republica*, Natal, 30 de outubro de 1926.

cujos resultados haviam deixado o padre Kokke bastante emocionado, como fizeram questão de frisar os redatores da matéria.

O jornal *A Republica* enviou dois representantes para acompanharem a solenidade de abertura dessa escola, Aducto da Câmara e Dioclécio Duarte. Além deles, a inauguração da escola também contou com a participação do Bispo D. José Pereira Alves, do governador José Augusto e do diretor do Departamento de Educação, Nestor Lima. O padre agradeceu publicamente ao governo do Estado, assim como o do município, pelos “auxílios dispensados” para a construção da escola.

Três anos depois de sua saída da cidade de Natal para trabalhar com os povos originários da região do Pará, o padre Kokke, em uma entrevista, lembrou de sua passagem pela capital norte-rio-grandense, mais especificamente pelo bairro das Rocas. Nas palavras desse missionário, ele havia conseguido transformar todo esse “bairro de gente pobre” graças ao auxílio de pessoas caridosas, do governo do estado e do município. Além desses, o padre também destacou a contribuição dos próprios moradores das Rocas para a edificação daquela capela, que também servia de escola. Assim declarou o padre:

Os pobrezinhos carregaravam pedras e outros materiais para a edificação, á falta de dinheiro para pagar o transporte, mas depois de muitas lutas conseguimos formar um novo bairro onde outrora era um reducto de indigência. Esse novo bairro recebeu o nome de Anchieta. Além disso, conseguimos, com o auxílio do Estado, do município e das famílias caridosas de Natal, fundar um dispensário em que todos os pobres da cidade, duas vezes por semana, recebem viveres e mantimentos indispensáveis á vida. Desta maneira conseguimos acabar com a mendicância pública a capital norte-rio-grandense”.³⁶⁰

O poder do Estado, assim como o poder religioso, foi bastante atuante na tentativa de enquadrar os corpos a determinados comportamentos na tentativa de manter e preservar um certo “estado de coisas”, no caso a ordem urbana. No que dizia respeito às Rocas, as ações das classes dirigentes almejavam uma completa transformação do *habitus* dos moradores das Rocas.³⁶¹ Neste sentido, não era raro os jornais noticiarem, nas suas colunas policiais, notícias sobre a prisão de indivíduos que estavam perturbando a ordem pública de alguma maneira. Geralmente, esses indivíduos eram oriundos das periferias como Rocas e Alecrim,

³⁶⁰ UMA GRANDE cruzada de redempção humana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1929, p. 1.

³⁶¹ Para Pierre Bourdieu, *habitus* se configura como um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Ver BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 191.

principalmente. Esses lugares ficaram estigmatizados como locais perigosos, habitados por desajustados sociais – inclusive nos dias de hoje. Ataques e desrespeito à moral e aos bons-costumes eram os motivos pelos quais esses indivíduos iam presos nas chamadas “detenções correcionais”.

Esse tipo de detenção aponta para uma preocupação recorrente por parte dos grupos dirigentes em preservar e manter a ordem pública, aparentemente ameaçada pelos perturbadores da harmonia social. Boris Fausto, quando analisou a criminalidade no cotidiano da cidade de São Paulo entre as décadas finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, percebeu que havia uma grande discrepância entre a quantidade de pessoas presas e aquelas que foram submetidas a investigações, algo que indicava, ao seu ver, que as prisões funcionavam, acima de tudo, como instrumentos de controle social da população pobre. Grande parte dessas detenções decorriam de transgressões e de pequenos delitos que, pela pouca importância que representavam, não eram alvos de inquéritos, uma situação que, na perspectiva de Fausto, se dava por causa de certos acordos, pela “ineficiência ou corrupção do aparelho policial”.³⁶²

Isso também pode ser observado nas Rocas, na medida em que poucas prisões passavam da fase da simples detenção corretiva. Na subdelegacia das Rocas, sediada na avenida Paraense, indivíduos eram constantemente detidos por desordem, por embriaguez e por ofensas à moral.³⁶³ Essas eram as contravenções mais comuns e as que mais preocupavam as autoridades, pois estavam associadas a episódios públicos de pessoas com comportamento inapropriado, embora não se configurassem como conduta criminosa, diferente de roubos, assaltos e/ou práticas que envolviam vítimas fatais como atropelamentos, que eram submetidas a inquéritos.³⁶⁴

Assim foram detidos nas Rocas, a nível de correção, vários indivíduos, entre homens e mulheres, que representavam perigo à ordem urbana vigente como: Alivio Costa, Miguel Hypolito, Sebastião Gomes da Silva e Matheus Calino da Rocha, presos correcionalmente por desordens e por embriaguez; Malachias Bispo, preso por desordem, Joaquim Torto, detido para averiguação, e Izidoro Ferreira por ter realizado pequenos furtos; Caetano Pereira, detido por

³⁶² FAUSTO, *op., cit.*, 1984, p. 31.

³⁶³ A rua ou avenida Paraense, atual rua Expedicionário José Varela, teve esse nome devido a construção de várias casinhas que pertenciam a João Fernandes de Almeida (1870-1930), vulgo “Joca do Pará” que, nas palavras de Câmara Cascudo, foi um tradicional Delegado de polícia, saneador da gatunagem e vencedor da valentia depredadora do segundo distrito que era a Ribeira.

³⁶⁴ No dia 25 de julho de 1928, o subdelegado das Rocas, Cezar Pelinca de Oliveira, abriu inquérito “para apurar a responsabilidade do atropellamento de que fôra victima uma creança, pelo Auto n. 15º”. NOTAS policiaes. *A Republica*, Natal, 25 de julho de 1928.

embriaguez, e Francisco Miguel, por desordens na residência de uma meretriz; Maria Nazareth, recolhida as dependências da subdelegacia por suspeitas, Maria Francisca das Neves, por embriaguez e desordens, Francisco Soares, por desordens, Maria Augusta Rodrigues e Manoel Lourenço do Nascimento, ambos por embriaguez; Raymundo da Silva e Pedro Leite, presos por perturbação da ordem, e Josepha de Souza, classificada como uma mulher “decahida”, detida “correcionalmente” por ofensas à moral; Joaquim Guedes de Moura, e Francisco Xavier da Cunha, detidos correcionalmente por desordens, e Maria Alice, presa por embriaguez; José Francisco do Nascimento, vulgo “Cutruco”, detido por embriaguez; Miguel Lopes de Castro, Manoel Henrique de Maria, Manoel Ferreira da Silva e as “decahidas” Maria Amelia da Silva e Maria das Dores, todos presos correcionalmente por embriaguez.³⁶⁵

Ao que parece, nem a ameaça de privação da liberdade ou do castigo divino impedia que os moradores das Rocas continuassem com determinadas práticas e costumes. A partir disso podemos observar a existência de um choque entre duas realidades sociais distintas, a dos moradores das Rocas (e demais espaços periféricos) e a das classes dirigentes que espacialmente se concentravam na zona central da cidade. A criminalidade, nesse sentido, se revela como uma relação social na qual podemos identificar certos valores sociais e padrões de comportamento de determinados grupos ou, nas palavras de Fausto, a criminalidade pode ser entendida como a “expressão de desejos ou de um potencial de agressividade reprimidos que se explicitam”.³⁶⁶

Contudo, numa sociedade marcada pela desigualdade socioeconômica e pela falta de itens básicos à sobrevivência humana – como a falta de uma boa alimentação, variada em termos nutricionais, falta de condições de higiene adequadas, falta de espaços de lazer e de cultura ou a não possibilidade de acesso a elas, uma realidade comum a uma boa parte da população brasileira, sobretudo para os indivíduos que moram nas periferias e nos subúrbios – o ato de fazer uso excessivo de bebidas alcoólicas, ao ponto da embriaguez, pode ser interpretado como uma maneira de se desconectar de uma realidade (sofrível). Beber, nesse sentido, era um meio para amenizar as angustias e os dramas cotidianos impostos por um

³⁶⁵ SUBDELEGACIA de policia do 5º districto. *A Republica*, Natal, 03 de agosto de 1928; SUBDELEGACIA de policia do 5º districto. *A Republica*, Natal, 07 de agosto de 1928; SUBDELEGACIA de Policia das Roccas. *A Republica*, natal, 06 de janeiro de 1929; SUBDELEGACIA de Policia das Roccas. *A Republica*, Natal, 29 de janeiro de 1929; SUBDELEGACIA de Policia do districto das Roccas. *A Republica*, Natal, 05 de fevereiro de 1929; SUBDELEGACIA de Policia do districto das Roccas. *A Republica*, Natal, 03 de maio 1929; SUBDELEGACIA de Policia do districto das Roccas. *A Republica*, Natal, 04 de agosto de 1929. SUBDELEGACIA de Policia do 5º Districto. *A Republica*, Natal, 30 de agosto de 1929. SUBDELEGACIA de Policia do 5º Districto. *A Republica*, Natal, 17 de setembro de 1929.

³⁶⁶ FAUSTO, *op.*, cit., 1984, p. 17.

sistema social perverso para com as pessoas sem recursos ou, quem sabe, uma maneira de o indivíduo sentir algum tipo de alegria ou liberdade, mesmo que momentânea, momento de lazer, para suportar o fardo dos dias.

Vale destacar que a subdelegacia das Rocas não atuava somente prendendo aqueles que transgrediam a ordem urbana. O posto policial também servia aos moradores das Rocas concedendo atestados de conduta para aqueles que buscavam empregos ou para outras quaisquer finalidades, como os que foram fornecidos ao srs. Manoel Alves e Juvenal Mendes Gonçalves para que pudessem se matricular na Capitania dos Portos. Esse atestado, como sugerem os despachos realizados pelo subdelegado Cezar Pelinca de Oliveira, funcionavam como uma espécie de carta de recomendação que certificava a idoneidade da pessoa ou, dito de outra maneira, que ela estava alinhada às normas de conduta e de comportamento esperados pela sociedade de então, isto é, a conduta de um homem ordeiro, dedicado ao trabalho e sem vícios.³⁶⁷

Diante do que foi exposto, acreditamos que esse movimento, ou melhor, esse olhar voltado para as periferias e para os subúrbios, foi influenciado pelos ideais e princípios apregoados pelo Centenário da Independência, pela Semana de Arte Moderna e pelo Movimento Modernista brasileiro, eventos que buscavam, de um modo geral, a renovação e a valorização da cultura e da identidade brasileiro.

Para os percussores desses movimentos de valorização cultural, como procuramos evidenciar, as verdadeiras raízes da nacionalidade estavam no elemento popular, em suas tradições e nos seus costumes, de tal jeito que artistas e intelectuais modernistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, a partir de suas obras, se engajaram em questões sociais e políticas, e colocaram em evidência os problemas e as desigualdades presentes na sociedade brasileira. O próprio Mário de Andrade, mesmo tendo ressaltado alguns aspectos da cidade de Natal que indicavam uma fase de desenvolvimento urbano, ele não deixou passar despercebido outros que apontavam para uma sociedade extremamente desigual.

O autor/viajante, ao comentar sobre as formas de trabalho dos operários, destacou que maioria trabalhava na lida do algodão e do açúcar, descalços, de calça e paletó, cerca de oito horas de trabalho, “nunca menos e bastante vezes mais”. Mário chegou a afirmar que a vida no Nordeste, de uma maneira geral, era mais barata do que a do Sul, embora para o operário isso

³⁶⁷ NOTAS policiaes. *A Republica*, Natal, 25 de julho de 1928; SUBDELEGACIA de Policia das Rocas. *A Republica*, Natal, 15 de fevereiro de 1929.

não significasse nada, pois o salário médio oscilava entre 3 e 6 milreis, o que era pouco se comparado ao preço do quilo da carne verde inferior, que custava em média dois milreis na cidade.

Além disso, não podemos deixar de ressaltar como fundamentais para a valorização dos grupos populares, bem como de seus espaços, a conjuntura e o desenrolar dos eventos marcados pela chamada Revolução de 1930, movimento que culminou na deposição do presidente em exercício, Washington Luís, e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder como chefe de um Governo Provisório.³⁶⁸

Em certa medida, esse momento significou, pelo menos no campo das ideias, uma ruptura na história política republicana brasileira, essa marcada pelo domínio oligárquico, pelas relações clientelistas e por pactos políticos de natureza excludente, como a política dos governadores – uma aliança entre os chefes políticos locais e o governo central que servia tanto para a manutenção de uma aparente estabilidade política na Primeira República quanto para assegurar o poder das oligarquias nos seus estados. Nesse período, as classes populares, incluindo os trabalhadores urbanos e rurais, não tinham representação política significativa, de tal jeito que suas demandas, suas reivindicações e suas necessidades eram, com frequência, ignoradas ou negligenciadas. Era um sistema político mantido somente pelos interesses das classes dirigentes regionais e nacionais.

O movimento de 1930, mesmo não apresentando um projeto concreto e unificado, conseguiu apoio dos setores médios urbanos, como parte dos militares (como os oficiais tenentes que deram corpo ao chamado movimento tenentista), e também da classe trabalhadora, que apoiaram o movimento com base nas promessas de mudança e esperança por melhorias nas condições de trabalho, bem como por maior representatividade política. Contudo, vale salientar que, apesar de a década de 1930 significar um certo avanço em termos de maior participação política e valorização dos grupos populares, foi um processo que não ficou isento de tensões e nem de contradições, sobretudo no que se referia à forma como o governo tratou as demandas e os direitos da classe trabalhadora.

O governo de Vargas elaborou uma legislação de caráter mais social, que concedia aos trabalhadores a possibilidade de acesso à cidadania que antes era negada ou não reconhecida pela república oligárquica. O proletariado, na observação de Brasília Carlos Ferreira, deixou de

³⁶⁸ Tratamos da conjuntura geral da Revolução de 1930 no primeiro capítulo da tese *A cidade de Natal e sua organização territorial-administrativa na primeira metade do século XX*.

ser percebido como grupo marginal, como um caso de polícia, para ser tratado com maior seriedade perante o Estado. Tal reconhecimento, entretanto, implicava que os trabalhadores legitimassem a autoridade do Estado varguista, bem como suas regras.³⁶⁹

As propostas de Vargas no campo da legislação social indicavam uma certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo que procurava atender às demandas históricas dos trabalhadores, reconhecendo-os como cidadãos, também definia os limites institucionais para suas ações, controlando esses trabalhadores por meio de uma legislação sindical bastante restritiva. A investigação de Ferreira – sobre como a classe trabalhadora, principalmente da região Nordeste, se mobilizou frente à política sindical do governo Vargas – chama nossa atenção para o fato de que o movimento de 1930 não produziu, de imediato, alterações significativas em termos de diminuição das desigualdades sociais e políticas.

No Rio Grande do Norte, como foi destacado por Homero Costa, o movimento de 1930 significou um período de intensa instabilidade e tensão diante da consolidação das novas forças políticas no estado. Apesar de o movimento representar a derrota do poder oligárquico, ainda haviam grupos ligados as antigas estruturas políticas que detinham relativo poder e influência, de tal jeito que Getúlio Vargas, para se manter no poder, diante da convocação da Assembléia Nacional Constituinte de 1933, iria se reaproximar das oligarquias que pela força das armas ele mesmo havia derrotado em 1930.³⁷⁰

Apesar de ter sido um evento importante para a redefinição das relações entre o Estado e os trabalhadores, sobretudo através as políticas trabalhistas engendradas por Getúlio Vargas, no tocante à participação efetiva dos populares, Ferreira argumentou que, para efeitos da Revolução em si, esses grupos não tiveram uma participação que correspondesse às expectativas que eles mesmos haviam depositado no movimento.

Nesse ponto, Brasília Ferreira concordou com a observação de Francisco Weffort, quando afirmou que os trabalhadores, os populares, estiveram ausentes da ação direta no movimento, embora se encontrassem presentes, “para qualquer das duas facções em conflito, como uma pressão sob o *status quo* oligárquico”. Para essa autora, com exceção da participação popular efetiva em Pernambuco, “não se registrou da parte dos trabalhadores iniciativas no

³⁶⁹ FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: nordeste em tempos de Vargas*. Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997, p. 17.

³⁷⁰ COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935*: Natal, o primeiro ato da tragédia / Homero de Oliveira Costa. - São Paulo: Ensaio: Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995, p. 31.

sentido de intervenção organizada, objetivos e projetos definidos, na tentativa de buscar influir nos rumos do movimento”.³⁷¹ Ambos os autores concordam que as classes populares pareciam não ter condições de, naquele momento, pressionarem o governo por si próprias para obterem uma maior e mais concreta participação no processo político.

Diante disso, não podemos afirmar que os movimentos de valorização da cultura nacional da década de 1920, bem como a chamada Revolução de 1930, produziram alterações significativas quanto à dinâmica espacial nas cidades. No entanto, acreditamos que o reconhecimento de outros atores na cena cultural e política, como os grupos populares, mesmo que no plano do discurso, como buscou evidenciar Brasília Ferreira, contribuíram para o aumento do interesse das classes dirigentes pelos subúrbios e pelas periferias, espaços das pessoas simples, dos trabalhadores, dos pescadores, dos operários, dos pretensos revolucionários e também agitadores comunistas.³⁷²

3.3 – Silvino Lopes e a transformação do “velho cenário” das Rocas: o renascimento do bairro como obra de Silvio Piza Pedroza.

Vinte anos depois da visita de Mário de Andrade à capital norte-rio-grandense, a ideia de renascimento vinculada ao bairro das Rocas apareceu novamente e de maneira muito mais intensa. Desta vez, esse discurso foi evocado por outro intelectual que visitou a cidade de Natal no final dos anos 1940, o escritor, jornalista e cronista pernambucano Silvino Lopes, que só nascera em Pernambuco, pois viveu boa parte de sua vida na cidade da Paraíba.

O cronista escreveu para vários jornais, incluindo aí o periódico pernambucano *Jornal Pequeno*, onde matinha uma coluna diária intitulada “Bota de 7 léguas” e assinava sob o pseudônimo de “O Grande Polegar”. Num desses textos, publicado no ano de 1949, o colunista

³⁷¹ Weffort, 1978, pp. 65 e 66 *apud* FERREIRA, 1997, p. 59-60.

³⁷² Nas palavras de Brasília Carlos Ferreira, não era causal que os trabalhadores urbanos, sobretudo aqueles mais susceptíveis as ideias de mudança presentes no discurso liberal, não tivessem sido requeridos, enquanto setor social, por nenhuma das forças que compuseram o movimento. Nem o tenentismo, identificado como um movimento de expressão ou de representação popular incluiu de forma concreta os trabalhadores. O que aconteceu foi contrário, na medida que os setores médios recém-incorporados ao movimento pareciam “temerosos de uma aproximação maior com os trabalhadores, preferindo reservar-lhes um generoso espaço em seus discursos, enquanto objetos de medidas sociais que implicaram modificações nas suas condições de existência”. FERREIRA, *op., cit.*, 1997, p. 44.

tratou de uma viagem que fizera à cidade de Natal, de forma que podemos encontrar as impressões desse autor sobre a cidade, mas principalmente sobre o bairro das Rocas.

Apesar de ter sido publicado para o grande público, o texto de Silvino Lopes, uma espécie de carta aberta, tinha um destinatário específico: João Café Filho, na época deputado estadual pelo Rio Grande do Norte. Nessa carta, o cronista destacou o fato dele ter ficado “maravilhado” com a cidade, mas sobretudo com o que ele encontrou nas Rocas, o bairro onde muitos consideram ser o local de nascimento de Café Filho.

A visita de Silvino Lopes às Rocas foi conduzida por um homem que a todo momento ressaltava, com bastante fervor, sua admiração pela figura do deputado, seu amigo próximo, como ele havia declarado. A estima desse homem pelo parlamentar era tão intensa que fez com que o próprio Silvino Lopes fosse contagiado. Nas palavras do cronista, “os sentimentos do homem pouco a pouco foram se infiltrando através da minha pessoa e, assim, dentro de pouco tempo, mais do que êle, eu me sentia orgulhoso só por pisar o chão que v.excia., em criança, pisara”. Contudo, apesar de ter se mostrado encantado e, em certa medida, surpreso com o que tinha visto naquele bairro durante sua visita, o cronista não fez questão de esconder sua curiosidade sobre o que ele chamou de “o primitivo aspecto das Rocas”, esse “núcleo de população pobre”.³⁷³

Silvino Lopes, tal como Mário de Andrade, chegou ao bairro das Rocas com uma imagem bem definida do lugar, de forma que ao chegar lá se deparou com uma outra realidade. Suas expectativas com relação ao bairro das Rocas foram quebradas, ou melhor, foram superadas. Nas palavras direcionadas à Café Filho, o tom de surpresa com que Silvino Lopes narrou sua chegada ao bairro das Rocas era evidente. O cronista fez questão de ressaltar ao parlamentar norte-rio-grandense a mudança positiva pela qual o bairro havia passado, para ele o a paisagem que compunha as Rocas não era mais a mesma de antes.

Como forma de justificar o motivo pelo qual ficou tão surpreso quanto aos aspectos urbanos e sociais das Rocas, o cronista pernambucano descreveu as Rocas de um tempo pretérito, um momento no qual a paisagem das Rocas era, nas palavras dele, “primitiva”. Essa imagem das Rocas “primitiva” foi produzida a partir da perspectiva do guia de Silvino Lopes que retratou o bairro com uma certa riqueza de detalhes, de comparações e também de ironias. Ao ser questionado por Silvino Lopes sobre como era a situação do bairro antigamente, o guia,

³⁷³ POLEGAR, O Grande. Bota de 7 léguas. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 de agosto de 1949, p. 3.

com sua “sonorosa boca”, respondeu que Rocas já tinha sido “mar de muita desordem e a nau do crime deslizava sobre a lama de onde brotavam as mais bonitas flores da degenerescência”.

Violência, crime, vícios e prostituição foram características ressaltadas pelo guia à Silvino Lopes para representar essa Rocas de outrora, local “onde a baba dos bêbados e a gargalhada das prostitutas juntavam-se ao sangue das vítimas emboscadas”, onde “os malandros dos morros cariocas poderiam fazer um curso de aperfeiçoamento”, onde “a desordem era latente”, onde Baco e Mercúrio, os deuses da mitologia romana, “sapateavam na arena e os ébrios cantavam o triunfal da Sífilis”, onde “a fome se instalara confortavelmente”, onde os “miasmas dos corpos, miasmas dos trapos que envolviam os bêbados, miasmas da rua, onde só havia de puro o olhar manso, quase cristão, do vira-lata magro e rabugento que roía pedra sentindo nela gosto de osso”. Rocas, na descrição do guia, era o “sinônimo de inferno”.

A caracterização dessa Rocas de “antigamente” nos permite identificar, em certa medida, alguns aspectos do imaginário urbano de parte da sociedade natalense sobre aquela localidade. Vale lembrar que essa descrição das Rocas se referia a um tempo em que a cidade de Natal já tinha sido alvo de algumas intervenções materiais cujo principal objetivo era dotar a cidade de uma série de equipamentos urbanos que lhe garantisse o status de cidade moderna e civilizada. Isso com base nos padrões europeus e norte-americanos.³⁷⁴

Nessa lógica, o guia de Silvino Lopes acabou concentrando nas Rocas todos os aspectos que, na época, caracterizavam uma cidade atrasada e incivilizada, de tal maneira que essa parte da cidade acabou ficando marcada como um local insalubre, inseguro, desordenado e cheio de vícios; uma imagem bem diferente daquela cidade desejada e idealizada pelos grupos dirigentes, ou seja, moderna, civilizada, racional e ordenada.

O “velho cenário” das Rocas descrito pelo guia de “O Grande Polegar” estava todo pautado nos ideais apregoados pelo movimento higienista, de forma que aquele lugar simbolizava justamente aquilo que o tal movimento queria combater. O movimento higienista, no Brasil, foi sentido de maneira mais intensa entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX, e fazia parte de seus objetivos a elevação da sociedade brasileira a uma nova

³⁷⁴ Entres as obras podemos destacar estão o reequipamento do porto da cidade, a construção do bairro de Cidade Nova, a abertura de novas avenidas, ruas e construção de praças, a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, ampliação dos serviços de transportes (bondes elétricos), de saúde pública e de abastecimento de água, entre outros. Ver mais no capítulo 1.

ordem social, a qual estaria assentada nos ideais de civilização e progresso, sobretudo franceses e ingleses.

Através de diferentes campos de atuação e de saber como, por exemplo, a medicina, a engenharia e a educação, os grupos dirigentes buscavam regenerar, moral e fisicamente, a sociedade e, por consequência, o país. A defesa da saúde dos indivíduos passou a ser uma das bases de ação desse movimento, de maneira que tais princípios acabaram se tornando os pilares de um projeto nacional que almejava modernizar a sociedade brasileira e “inserir o Brasil no conjunto das nações civilizadas”.³⁷⁵ As reformar urbanas empreendidas nas cidades brasileiras no início do século XX fizeram parte desse grande projeto nacional.

As classes dirigentes do país acreditavam que ao intervirem materialmente nas cidades, realizando diversos tipos de “melhoramentos urbanos”, como se costumava dizer, a sociedade alcançaria grande parte do seu progresso e se tornaria civilizada. Na cidade de Natal, como já evidenciamos, os projetos de intervenção urbana privilegiaram certos espaços da cidade, deixando outros à margem do processo, como foi o caso do bairro das Rocas. O desejado progresso não era para todos, ou melhor, não chegava para todos, como sugere aquela descrição realizada por aquele guia/observador da cidade das “Rocas antiga”.

Isso porque, mais do que buscar a superação de um passado atrasado e a materialização de novidades no conjunto da sociedade em prol de seu desenvolvimento, a lógica do progresso recolocava, como sua própria condição de viabilidade, “a reprodução de uma ordem social historicamente marcada por seu caráter autoritário e excludente”.³⁷⁶ E é na cidade, ela entendida aqui como essa produção humana, como o espaço onde as sociedades se projetam em tempos e ritmos diversos, que melhor podemos visualizar a reprodução dessa ordem social.

É a partir da leitura do espaço urbano, que “não se faz somente sobre mapas”, como bem nos lembrou Henri Lefebvre, que temos condições de apreender a forma urbana num dado momento, ou melhor, apreender os modos de viver de uma dada sociedade, suas contradições, suas ideologias e suas formas de organização. Trata-se de uma leitura muito mais sintomal do que literal.³⁷⁷ A cidade é, nesse sentido, ela mesma resultado e objeto de múltiplos olhares, discursos e representações – e caminha pela rua do equívoco quem acredita, seja por qualquer

³⁷⁵ HERSCHMANN, *op., cit.*, 1996, p. 8.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 10.

³⁷⁷ LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 86.

razão, que tais formas diversificadas de perceber, conceber e/ou viver *a* e *na* cidade podem ser submetidas a algum tipo de hierarquia.

Várias cidades coexistem num mesmo espaço, e isso nos leva a concordar com a afirmativa de que a cidade é uma obra plural, onde os olhares e os discursos sobre ela acabam se entrecruzando, se sobrepondo, se integrando e/ou se contradizendo, não existindo, por conta disso, uma representação da cidade mais verdadeira ou mais importante do que outra.³⁷⁸ À vista disso, a descrição realizada por aquele guia/observador da cidade de Natal se configura como mais uma representação, mais um discurso sobre o bairro das Rocas.

Contudo, quando tratamos das representações, isto é, das formas como os indivíduos constroem, pensam e dão a ler a realidade a sua volta, é fundamental compreendermos que tais ações foram e são determinadas a partir dos interesses de grupo do qual esses indivíduos fazem parte. Logo, a maneira como a cidade – ou partes dela – foi e é representada não pode ser considerada como uma atitude imparcial, pois, a fim de atender aos anseios do grupo, estratégias e práticas sociais foram e são elaboradas com a finalidade de “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”, como foi observado por Roger Chartier.³⁷⁹

Numa sociedade extremamente desigual, como é o caso da brasileira (desigual em vários aspectos), a tendência é que a representação da cidade construída pelo grupo social com maior capital político, econômico e cultural seja a predominante, de tal maneira que é a partir da “luta de representações” que temos condições de compreender, na perspectiva de Chartier, os “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio”. Essas representações do mundo social, segundo esse autor, para serem consideradas matrizes dos discursos desses grupos, precisam, antes de tudo, “comandarem atos” para existirem de fato.³⁸⁰

Assim, a forma como o bairro das Rocas foi representando naquele início de século XX pela classe dirigente, como bairro pobre, assombrado pelo crime, pelas doenças, pela fome e por vícios de todas as ordens, como deu a ver o guia/observador de Silvino Lopes, pode ser entendido como um procedimento, uma estratégia ou mecanismo usado pelos grupos dominantes para, de certa maneira, justificar as intervenções urbanas empreendidas por eles nos

³⁷⁸ PESAVENTO, *op.*, *cit.*, p. 9.

³⁷⁹ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 17.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 17.

espaços da cidade que consideravam mais importantes, que naquele momento eram os bairros centrais.

Na carta de Silvino Lopes à João Café Filho, além do relato desse guia, também podemos encontrar as impressões do próprio jornalista sobre o bairro das Rocas. Antes, porém, “o Grande Polegar” chamou atenção novamente para o que dizia esse sujeito que lhe guiava pela cidade e que continuava a descrever o “velho cenário” das Rocas. A certa altura do passeio, o guia/observador mudou o rumo da conversa com Silvino na medida que deixou de falar das Rocas de outrora para falar sobre o momento no qual, ao seu ver, o bairro tinha se transformado por completo.

De acordo com o jornalista/visitante, o seu guia, iniciando mais uma conversa com ele, comentou que num dia, assim, como outro qualquer dia na cidade, apareceu um prefeito que não teve “nojo da baba dos bêbados, nem das senhoras sifilíticas” e que estava “disposto a pôr um dique na torrente de tanta miséria”, que era fruto da falta de atenção e da “repugnância de seus antecessores”. Na perspectiva desse guia/observador da cidade, esse prefeito havia, num certo sentido, curado o bairro das Rocas após receitar e também administrar o remédio apropriado “àquela chaga”, de tal jeito que já não era mais possível ver por ali a menor cicatriz que fizesse recordar “a miséria antiga” desse bairro.³⁸¹

Silvino Lopes, nesse sentido, afirmou à Café Filho que tinha visto tudo aquilo que seu guia havia lhe relatado, toda aquela mudança e transformação do bairro das Rocas, de tal forma que ele não podia deixar de saudar o deputado pelo “renascimento” do seu bairro. Nas palavras de Silvino, o “bairro lázaro, bairro bêbado, bairro bandido, bairro sangue, bairro canceroso, bairro prostituição, onde nem aos ossos viviam as cadelas humanas”, se encontrava naquele momento, “transitável, acessível até a passagem do próprio dr. Custódio com toda a carga de seus escapulários”.

A partir das impressões de Silvino Lopes sobre as Rocas podemos perceber a mudança no tom do discurso sobre o bairro e seus moradores, como também aconteceu no período da visita de Mário de Andrade e nos discursos do governador José Augusto Bezerra de Medeiros quando esteve presente naquele dia em que foram inaugurados alguns “melhoramentos” nas Rocas. O fio condutor dessa mudança foi a noção de trabalho que passou a ser investida de maneira mais intensa como uma característica inerente ao povo das Rocas. O bairro, que antes

³⁸¹ POLEGAR, O Grande. Bota de 7 léguas. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 de agosto de 1949, p. 3.

era o local dos pobres, dos “facinorosos”, dos criminosos, dos bêbados, das prostitutas, passou a ser o local do trabalhador, pobre, sim, mas que mesmo na sua pobreza era feliz, ordeiro e limpo, como sugere esse trecho da carta de Silvino:

A população ainda é pobre, graças a Deus, *porém alegre e limpa*. Os homens pela manhã deixam a casa para o trabalho no centro da cidade e as mulheres ficam a esperá-los, passando a roupa dos maridos, para que esses sejam também limpos por fora e preparando-lhe o peixe e o camarão para o almoço. Ali, onde não ia um carroção da limpeza pública, vai hoje, de instante a instante, um ônibus. Os meninos têm escolas. A capela está aberta aos fiéis. A polícia aprende a ser ordeira com a população.

Notemos como a representação das Rocas é totalmente diferente quando comparada ao que era dito sobre o bairro a alguns anos atrás. Notemos, por exemplo, que a mulher passou ser representada como a dona de casa, que tem como sua rotina a espera pelo marido, o preparo do almoço regado a camarão e a peixe, o cuidado com o bem-estar familiar – atividades que são consideradas também como um trabalho – e não mais como prostitutas. Observemos também a mudança com relação ao comportamento e a forma como agia a polícia no bairro. A polícia, conforme destacou Silvino, aprendia a ser ordeira com a população, uma conduta bem divergente daquela que o menino João Brás Bicudo ouvia nas histórias contadas pelos mais velhos, de uma polícia que chegava de forma violenta ao bairro, derrubando as portas dos casebres, cobrindo no cacete os moradores com os seus espadagões rabos-de-galo.³⁸²

Essas mudanças nas Rocas foram caracterizadas como um verdadeiro milagre por Silvino Lopes, um milagre que ele atribuiu à figura do prefeito de Natal que seu guia lhe havia comentado como aquele tinha curado e reformado o bairro. Silvio Piza Pedroza era o nome desse prefeito que, na perspectiva desse jornalista/observador da cidade, fez renascer o bairro das Rocas. Nos dizeres de Silvino Lopes, Silvio Pedroza foi um jovem, sadio e alegre que olhava a vida de maneira horizontal, sem distinguir ricos e pobres na sua gestão e lamentava que a cidade não o tivesse com prefeito perpetuo.

Ao final de sua carta, Silvino afirmou à Café Filho que ele poderia voltar ao bairro sem, contudo, precisar “conduzir uma brigada de choque” até o local e, fazendo uma ressalva ao deputado, ressaltou que nessa sua visita ao bairro renascido, ele não veria mais nenhum sinal de sua infância. O jornalista deu a entender em seu texto que iria discorrer mais sobre a figura de Silvio Pedroza, mas assim que começou a escrever o novo parágrafo ele fez uma pausa,

³⁸² HOMEM, *op.*, cit., 1988, p. 11.

como quem para e pensa naquilo que vai escrever, de modo que ele não deu continuidade à sua ideia e apenas insinuou, deixou no ar que havia muito mais coisas a dizer sobre o prefeito.

Ao que parece, a desistência foi motivada pelo fato dele achar que não precisava mais dizer nada sobre Silvio Pedroza, pois as próprias ações dele enquanto prefeito da cidade já serviam como um atestado de quem ele era e também de sua eficiência administrativa. Mas afinal, quem foi Silvio Piza Pedroza? Como ele se tornou prefeito da cidade? O que mudou em Natal, em termos de infraestrutura urbana, com a sua administração? Qual a relação dele com o bairro das Rocas? Antes, porém, de nos dedicarmos a responder essas perguntas, vale ressaltar que essa mudança de concepção com relação às Rocas, de bairro crime a bairro da tradição e da cultura popular, não pode ser compreendida como algo muito preciso em termos cronológicos como fez Silvino Lopes. A valorização das Rocas como espaço da cultura e dos grupos populares é um processo no qual, como pudemos observar, vem se desenrolando desde meados da década de 1920.

3.3.1 – Rocas como espaço da cultura popular

É a partir desse período, meados da década de 1920, que locais como as Rocas – isto é, populares, pobres e periféricos – começaram a figurar positivamente nas representações sobre a cidade de Natal, sobretudo na década de 1940, momento em que podemos perceber uma maior incidência de textos e produções que, ao tratarem da cidade de Natal, consideraram não apenas a sua área central, mas todo o seu conjunto, como sugere o texto escrito pelo poeta e romancista norte-rio-grandense José Bezerra Gomes, intitulado “Natal, Itajubá e o beco da Quarentena”, que foi publicado pelo *O Diário* em 1943.

O texto de José Gomes pode ser lido como uma evocação à cidade de Natal a partir das margens – das margens do rio, do mar e da sociedade – a fim de chamar atenção para aquilo que esse autor considerava ser a alma da cidade: o povo (populares) e seus espaços. Para isso, para falar dessa Natal, que foi porto seguro para inúmeros marinheiros, “náufragos da maior guerra que houve na terra”, bem como homens de todas as nacionalidades, que passearam pelas ruas “a caminho da maior luta travada pela restauração da liberdade de todos os povos oprimidos”, José Gomes se ancorou na figura e na poesia de Ferreira Itajubá, poeta, nas suas palavras, “saído do povo, com as virtudes de beber cachaça e gostar de violão”, quase analfabeto, mas que, apesar disso, foi o maior poeta do Rio Grande do Norte.

Esse autor, que na época produziu um estudo sobre Ferreira Itajubá, afirmou que a cidade de Natal tinha sido uma inspiração constante para esse poeta, de tal maneira que a capital norte-rio-grandense, no seu ponto de vista, seria apenas mais uma cidade como as demais se não fosse “a grande pobreza” de Itajubá, que cantava em suas poesias as noites cheias de lua e as praias rendadas, os povoados de pescadores e os coqueirais. Natal sem Ferreira Itajubá, na expressão do autor, seria como um “corpo sem alma, uma pessoa sem fala, um instrumento sem cordas”, uma cidade “sem paisagem”, isto é, sem a sua verdadeira paisagem: as vielas e os becos obscuros, as palhoças de pescadores, as jangadas, o Canto do Mangue, onde se comia a melhor peixada da cidade, as Rocas, a Limpa, o Passo da Pátria, a Praia do Meio, a Baixa da Beleza, o Beco da Quarentena, que “o maior beco do mundo, por onde andaram milhões de destinos”.³⁸³

Adelino de Menezes também publicou no *O Diário* textos nesse sentido, reunidos sob o título “Bairros de Natal, que buscavam chamar a atenção para o conjunto da cidade como um todo, isto é, sem privilegiar e nem hierarquizar os espaços. Esse articulista, nas suas descrições dos bairros, sempre fazia comparações entre esses e os bairros da cidade do Rio de Janeiro. Ao tratar das Rocas, o autor ressaltou que ele foi questionado por um leitor, que havia lido seu texto anterior sobre o bairro do Alecrim, sobre o porquê de ele ter começado a série de textos pelos “bairros mais baixos e não pelos mais importantes de Natal”, a saber, Petrópolis e Tirol. Como resposta à pergunta, Menezes declarou que era de seu feitio começar suas análises de baixo para cima, da mesma forma que a construção de um prédio se começava pelos alicerces, de modo que, em seu entendimento, não poderia “haver altos sem os baixos”.³⁸⁴

Sobre as Rocas, o autor comparou-o com o bairro da Saúde do Rio de Janeiro, que, assim como as Rocas, também se localizava numa zona portuária e era constituído por gente simples, “trabalhadores portuários, marítimos e pescadores”. Menezes, na sua caracterização do bairro natalense, citou um texto de Djalma Maranhão que tinha sido publicado na revista *Milho Verde*, no mês de junho de 1944, na qual esse jornalista havia destacado que Rocas era um bairro de gente valente, de “homens dispostos, pescadores heroicos, estivadores hercúleos e de operários grevistas”. Nas palavras de Djalma Maranhão vemos a valorização das Rocas com lugar do trabalhador.

³⁸³ NATAL, Itajubá e o beco da Quarentena. *O Diário*, Natal, 27 nov. 1943.

³⁸⁴ BAIRROS de Natal. *O Diário*, Natal, 23 de janeiro de 1945.

Adelino de Menezes também ressaltou a questão da fisionomia das Rocas, que segundo ele se apresentava de forma diferente da dos outros bairros da cidade, provavelmente os bairros centrais. De acordo com ele, nas Rocas já se podia observar a existência de “vivendas confortáveis”, embora, ao seu ver, Rocas continuasse “sendo sempre as Rocas das casas de palha, com suas ruas da frente alagadas pelas marés de enchente e com o restante do seu casario trepado nos morros, com a maioria das ruas sem alinhamento”. Apesar disso, dessa simplicidade e pobreza aparente, o grande diferencial desse lugar estava nas pessoas, nos seus moradores, na sua capacidade de vencer os obstáculos impostos pelo próprio sistema social, desigual e perverso, como foi observado pelo autor:

este bairro, com toda a sua simplicidade e mesmo pobreza, é habitado por uma gente que pensa, idealista e aspira maior progresso. Possuindo, também, como os demais bairros a sua escola primária, denominada “Isabel Gondim”, daí saindo gerações de bons brasileiros que muito prometem para o futuro. Disto foi dado uma demonstração brilhante no teatro “Carlos Gomes, no Concurso entre todos os Grupos Escolares de Natal com diversas provas: Atléticas, cantos orfeônicos, declamações, etc., realizado no fim do ano escolar de 1944. Na parte de declamação, foi classificado em 1º lugar o Grupo IZABEL GONDIM, no qual se destacou a aluna Eulalia Dantas, que receberá entre outros prêmios o ingresso no Ateneu. (...) Rocas, bairro de pescadores, gente heroica dos mares, legítimos representantes da gloriosa campanha de nacionalização da pesca levada a efeito pelo insigne e glorioso Comandante Frederico Vilar, no governo de Epitácio Pessoa, é um bairro digno de melhor sorte e por isto merecedor de nosso apreço. Pescadores brasileiros! Conhecemos o teu valor quando enfrentas as agruras das tempestades nos bravios verdes mares do Brasil!

O articulista afirmou também que o urbanismo e o progresso já tinham sido anunciados nas Rocas, embora ressaltasse que muito ainda tinha que ser feito no bairro para que ele fosse realmente considerado urbanizado. O ano era 1945, e a urbanização das Rocas ainda era um projeto para o futuro! Além disso, Adelino de Menezes fez uma outra afirmação com relação às Rocas que, ao nosso ver, pode ser também uma indicação do porquê essa parte da cidade, em especial às Rocas, passou a ser vista com outros olhos e digna da atenção dos poderes públicos. Menezes declarou que Rocas era a “porta da cidade para o viajante que chega, quer por via marítima quer por via aérea, em hidroaviões ao aeroporto”. Nessa afirmação, podemos ver a relação do progresso e do urbanismo dessa área com a conjuntura da Segunda Guerra, momento no qual a cidade de Natal serviu de posto avançado para as tropas norte-americanas.

Rocas, nesse período, passou a ser compreendido, de maneira mais intensa, como o recanto pitoresco da cidade, como o lugar, por exemplo, aonde se ia para “recordar a figura

esguia de Ferreira Itajubá, cantando a vida atormentada dos pescadores”. Lugar marcado pela tradição popular, que pode ser percebida na maneira de nomear as ruas e o próprio bairro. No intervalo de tempo que corresponde os anos finais década de 1930 e a década de 1940, o poder público mudou o nome do bairro para Anchieta. Era comum ler nos jornais, quando faziam menção às Rocas, o topônimo “Anchieta”, que às vezes aparecia entre parênteses.

Mas como podemos perceber, essa nomenclatura oficial não vingou, apesar de todo o evento solene por trás dessa mudança, com discursos e até a instalação de uma placa “colocada num prédio na primeira rua, perto do Grupo Escolar Isabel Gondim”, que depois de um tempo foi esquecida pelos poderes públicos. No prédio, que deveria ter sido tombado como patrimônio, conforme foi destacada nessa matéria publicada no *O Diário*, passou a funcionar uma barbearia.³⁸⁵ Hoje em dia, poucos indivíduos, talvez os mais antigos, devam saber que por um momento Rocas deixou de ser Rocas para ser Anchieta.

Em outro texto, um poema, publicado no *O Diário* em 1946, José Bezerra Gomes fez outra evocação à cidade de Natal. Dessa vez, em tom saudosista, destacou vários elementos da cultura popular que, para ele, representavam a capital norte-rio-grandense, embora muitos deles só tenha ouvido falar. Era a “cidade-do-já-teve”, na expressão do poeta, isto é, uma Natal de outrora, mas que ele queria voltar a ver e a sentir.

Uma Natal dos boêmios e seresteiros como Lourival Açucena e Ferreira Itajubá, esse último que regressava pela manhã, bem cedinho, “das últimas noitadas, cheias de serenatas, lapinhas e pastoris, vestido-de-fraque — segundo dizem, com uma enfieira-de-caranguejos, dependurada-no-dedo-da-mão, ali da antiga feira da Tatajubeira”; dos vendedores de roletes e cana, de tapioca de coco, de cuscuz e de bolo pé de moleque; dos turcos prestamistas que deixaram as Rocas e o Alecrim para vender suas miudezas nas lojas da Ribeira e Cidade Alta; das manhãs de domingo quando se ia apanhar logo cedo cajus madurinhos nas matas das Quintas e Oitizeiro, onde também havia muita fartura de mangabas, cajú e pitombas. A Natal que o poeta sentia saudades era a cidade feita de becos e de recantos, como o “beco-da-Tatajuba, ali pertinho do velho Cáis-da-Praticagem”, o “Bêco-do-Engole, de nome tão gozado, sem mencionar o Bêco-da-Lama, o maior do mundo”, que mais parecia uma rua; como o Areal, a Limpa, a Bica da Telha e a Baixa da Coruja.³⁸⁶

³⁸⁵ BAIRRO das Rocas, recanto pitoresco de Natal. *O Diário*, Natal, 09 de fevereiro de 1945.

³⁸⁶ EVOCAÇÃO da cidade de Natal. *O Diário*, Natal, 22 de junho de 1946.

À vista disso, se percebe um esforço por parte desses intelectuais, poetas e literatos, em considerar a cidade de Natal como um todo, toda as suas partes, recantos, becos e vielas. Em 1948, quando Natal já estava sob a administração de Silvio Piza Pedroza, um poeta de nome Fernando de Oliveira escreveu uma poesia intitulada “Natal é assim”, de modo que temos aí mais um indício nesse movimento em torno da ideia de reconhecer a cidade de Natal como resultado de um conjunto de partes desiguais.

Nas palavras de Oliveira, Natal era o Forte dos Reis Magos, o rio Potengi, o bairro ventilado de Petrópolis; Natal era a Avenida Circular, que parecia Copacabana, era o bairro do Tirol, com seus jardins e casas bonitas, era o bairro comercial da Ribeira, “o começo de Natal”; era também Alecrim, a Natal proletária, “um bairro comercial, sério, carrancudo, quente, grande, misturado”; era “o bairro populoso das Rocas”, de tantas casinhas, era o Carrasco, “o bairro mais carrancudo. Talvez o mais pobre”; era “o bairro das Quintas onde as lavadeiras em bandos, lavam a roupa da cidade. Da cidade não. Do povo da cidade!”.³⁸⁷

Além disso, podemos também notar nesse período o aparecimento e o fortalecimento de instituições e associações em prol da cultura popular como grupos carnavalescos de rua³⁸⁸ – “Índios Potiguaras”, “Aperriado mais vai” e “Vamos cair no frevo” – bem como sociedades e centros recreativos como Centro Recreativo Ferreira Itajubá, criado no dia 19 de maio de 1944 por um grupo de jovens moradores das Rocas, essa “importante artéria suburbana”, tal como foi apresentada pela imprensa. Sem dispor de um local próprio para a instalação de sua sede, esse centro foi alojado temporariamente no Grupo Escolar Isabel Gondim.³⁸⁹

À sua inauguração contou com a participação do poeta e romancista José Bezerra Gomes, que na época havia publicado um livro sobre Ferreira Itajubá, entre outros intelectuais e representantes da imprensa, como Confúcio Barbalho, chefe de gabinete da Interventoria; os jornalistas Djalma Maranhão, Luiz Maranhão, Esmeraldo Siqueira e Veríssimo de Mello, e o professor Miguel Moreira, eleito orador oficial dessa sociedade.³⁹⁰

Além desse centro, podemos citar também a Sociedade Recreativa Chegança Natalense, localizada na rua Dr. Miranda. No dia 4 de setembro de 1944, conforme noticiado pela

³⁸⁷ NATAL é assim. *A Ordem*, Natal, 17 de fevereiro de 1948, p. 2.

³⁸⁸ CARNAVAL! Carnaval!. *O Diário*, Natal, 4 de fevereiro de 1942; AGRADECIMENTOS. *O Diário*, Natal, 19 de fevereiro de 1942; A PREFEITURA municipal subvenciona o Carnaval de 1948. *Diário de Natal*, Natal, 7 fev. 1948, p.14

³⁸⁹ CENTRO recreativo Ferreira Itajubá. *O Diário*, Natal, 11 de maio de 1944; GREMIO Recreativo “Ferreira Itajubá”. *O Diário*, Natal, 17 de maio de 1944; GRÊMIO “Ferreira Itajubá”. *O Diário*, Natal, 19 de maio de 1944.

³⁹⁰ BOA TARDE!. *O Diário*, Natal, 20 de maio de 1944.

imprensa, foi realizada uma sessão solene nessa Sociedade a fim de empossar a nova diretoria da Federação dos Folgedos Tradicionais, na qual também pudemos observar a existência de outras associações como o grupo de Pastoril “Sempre Viva”, que realizou um ensaio da Chegança na sessão, como também fizeram a Sociedade Fandanguista.³⁹¹

Percebemos nisso o início de um movimento que passou a reconhecer a importância desses lugares e dos grupos populares como partes fundamentais para a própria representação de Natal enquanto cidade, um movimento que se intensificou nas décadas de 1960 e 1970 com Newton Navarro – pintor, poeta e cronista que circulou pelos subúrbios de Natal, pelas duas margens do rio Potengi, bem como pelos “morros escavados”, a fim de neles encontrar aquilo que para ele era a essência e a alma da cidade, o povo. Eram nos subúrbios e nas periferias, lugares cuja paisagem foi edificada pelos pobres, como a Redinha, o Canto do Mangue, as Rocas e Mãe Luíza, que a pulsação da vida natalense acontecia segundo o cronista Navarro.

Raimundo Arrais chamou atenção para esse deslocamento, do centro para a periferia, presentes nos textos e nas obras de Newton Navarro. Para esse autor, Navarro realizou uma espécie de “desvio geográfico” na medida em que se distanciou da forma tendenciosa com que os historiadores locais, sobretudo do final dos anos 1920, como Nestor Lima, localizavam em Cidade Alta o começo e a origem da cidade, e passou a identificar as origens de Natal nas “zonas mais distantes”, nas “bordas do tecido espacial”, onde se podia encontrar “as fontes da memória coletiva original da cidade, uma memória que, diga-se de passagem, não está gravada em monumentos ou inscrições”, mas nas “cenas de peixadas, pastoris, choro de violas, pandeiros, chegada, festa dos Reis Magos”, entre outras.³⁹²

Em 1957, a *Revista Potiguar*, autodenominada “órgão literário e noticioso”, sediada na Avenida Tavares de Lira, publicou, em seu segundo volume, um texto sem autoria dedicado às Rocas, que pode ser interpretado como mais um indício dessa mudança de perspectiva sobre esse bairro, ou seja, de bairro crime e violento para as Rocas bairro popular, que era “toda amor”, na expressão do articulista.³⁹³

³⁹¹ SOCIEDADE Recreativa Chegança Natalense. *O Diário*, Natal, 04 de setembro de 1944; SOCIEDADE dos Festejos Populares das Rocas. *Diário de Natal*, Natal, 31 de outubro de 1947.

³⁹² ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Do alto das dunas às margens do rio: a paisagem e a literatura na cidade de Natal (1929-1970). *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, vol. XX, nº 1.122, 2015.

³⁹³ Suspeito que o texto seja de Newton Navarro, visto que páginas antes há um texto assinado pelo cronista intitulado “A Noite” com a mesma estrutura. Suspeito, pois não há indicação de continuação entre os textos. No ano anterior, Navarro publicou um texto no período *A República* intitulado “Em louvor das Rocas”.

Contudo, vale ressaltar que, ao mesmo tempo que na sua descrição de uma Rocas de outrora, que era “desordeira”, “brigona” e que não gostava de visitas da lei, pois “a lei era o braço e a peixeira”, o autor também ressaltava o aspecto festivo e feliz das Rocas e de seu povo, que vivia de farras regadas a aguardente, peixe frito e violões chorosos. Na perspectiva desse observador, que parecia ter uma relação afetiva e íntima com esse lugar, mais do que ser um bairro perigoso, Rocas era um bairro seresteiro, de tal jeito que toda essa festa, vibração e alegria fazia com que o bairro, aos olhos do articulista, fosse percebido como “um mundo diferente” dentro da cidade de Natal, um mundo no qual “o resto da cidade não tinha direito de ir, nem de participar de sua vibração”.³⁹⁴

O articulista parecia flutuar por entre diferentes círculos sociais, na medida em que sua visão sobre as Rocas não era unilateral, de modo que ele reconhecia a fragmentação social e espacial presente na cidade. Rocas não era apenas o bairro do crime, da violência e da desordem, como constantemente foi retratado nas primeiras décadas do século XX, como também não era apenas o lugar das festas tradicionais, das peixadas, das serestas em noite de lua que iam até de manhã. Rocas era tudo isso junto, como sugere esse trecho que transcrevemos a seguir:

Rocas cantava noite e dia, de inverno a verão. Cantava e brigava. Dansava e fazia desordens. A polícia, quando chamada a intervir, fazia ouvido mouco: — ‘São eles mesmos se matando. O resultado será sempre: um dezordeiro a menos e um diploma de valentão a mais’ (...) Mas, havia poesia e encanto na vida agitada do bairro irrequieto. As caladas da noite, quem estivesse mais perto, ouviria as canções dolentes e sentimentais das serenatas intermináveis e os acordes chorões dos violões saudosos, acordando amores, acalutando sonhos, revivendo saudades. E o bairro, insone, cantando e vibrando, pegava sempre o sol com a mão, de manhãzinha. A vida era bôa e bela, divertida e feliz. E a Rocas cantava.

Além disso, esse articulista também destacou que em algum momento – *momento de renascimento* – sem dizê-lo especificamente, os poderes públicos “varreram das Rocas os dezordeiros natos. E, socialmente, sanearam o bairro”. Mas apesar disso, nas palavras do autor, “Rocas não perdeu a sua feição poética, nem a sua vibração e nem a sua alegria”. Os aspectos topográficos que antes serviam como elementos que testemunham contra o lugar, passaram a ser valorizados como a sinuosidade do solo, compreendido como um “encanto natural do seu aspecto”, pois ajudavam na sua beleza festiva, bem como a suas casas pequenas, as ruas estreitas, as suas dunas floridas, que, do ponto de vista do articulista, cantavam os amores, as saudades, as ilusões dos homens e mulheres, dos pescadores e dos “felizes seresteiros do bairro

³⁹⁴ A ROCAS. *Revista Potiguar*, Natal, Rio Grande do Norte, ano I, nº. 2, junho de 1957, p. 20.

popular”.³⁹⁵ Amores, saudades, ilusões, dramas, alegrias, sonhos, crime, pobreza, miséria, festa, do progresso, elementos contraditórios que, quando combinados e confrontados, fazem a cidade ser o que ela é.

Antes de tratarmos da figura de Silvio Pedroza de maneira mais específica, se faz necessário algumas palavras sobre a cidade de Natal no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pois Silvio assumiu como prefeito no período imediato ao final desse conflito, de forma que se torna fundamental compreendermos como estava organizada a cidade antes de sua gestão.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 20

CAPÍTULO 4 – A CIDADE DE NATAL NO PERÍODO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A CHEGADA DE SILVIO PIZA PEDROZA À PREFEITURA (1946-1950)

Diante da conjuntura de guerra, Natal apresentou um crescimento populacional atípico, resultado da chegada de grandes contingentes militares norte-americanos e de brasileiros, assim como de uma grande massa de flagelados da seca que haviam migrado para a cidade em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Com base no recenseamento geral do Brasil, do dia 1º de setembro de 1940, a população da cidade de Natal chegava a 55.242 habitantes, número que praticamente dobrou no intervalo de tempo de dez anos, chegando a 103.215 habitantes em 1950.³⁹⁶

Em 1939, a ideia que circulava em Natal, pelo menos entre os intelectuais e as autoridades políticas, era a de que os Estados Unidos investiriam altas somas de dinheiro na construção de bases aéreas em toda costa do atlântico como medida de conter possíveis ataques das potências europeias. De acordo com Clayde Smith Júnior, nesse ano, logo após o início da conflagração, um major de nome Delos C. Emmons, que comandava o Quartel-General da Força Aérea, havia dirigido “uma missão de boa-vontade” ao Brasil com o propósito de melhorar a relação entre esse país e os Estados Unidos. Nessa viagem, o grupo supervisionado pelo major Delos Emmons inspecionou a costa brasileira e ressaltaram que Natal era um ponto crucial para a defesa dos Estados Unidos e do Canal do Panamá contra possíveis ataques de forças inimigas.³⁹⁷

Juvenal Lamartine, à vista disso, ao fazer declarações sobre a cidade, ressaltava que Natal era o mais importante ponto de defesa aérea do Brasil e também o “mais vulnerável” do Nordeste brasileiro em um provável ataque. O ex-governador do Estado (1928-1930) afirmou que uma base militar instalada em Natal serviria aos aviões que estivessem realizando atividades de patrulha tanto para o Brasil quanto para o restante da América do Sul de maneira eficiente. Lamartine estava convencido da importância estratégica de Natal e que os poderes públicos mandariam construir uma base de defesa na costa setentrional da cidade.³⁹⁸

³⁹⁶ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse preliminar do censo demográfico: 1940*. Rio de Janeiro. 1941. (Recenseamento Geral do Brasil Realizado em 1º de setembro de 1940, p.39); IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico: 1950*. Rio de Janeiro. 1950. (Censo demográfico do estado do Rio Grande do Norte, série regional, vol. XV, tomo 1, p. 64.).

³⁹⁷ SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a vitória*. Natal, RN: UFRN, Editora Universitária, 1993, p. 23.

³⁹⁸ LAMARTINE, Juvenal. Natal a mais importante base de defesa aérea do Brasil. *A Republica*, Natal, 10 fev. 1939, p. 10.

A nível federal, Getúlio Vargas acenava aos envolvidos diretamente no conflito à sua predisposição de ceder o território para atividades militares para quem atendessem as reivindicações do governo brasileiro, sobretudo no que dizia respeito ao fornecimento de material bélico e financiamento para a construção de uma indústria siderúrgica. Franklin D. Roosevelt cogitou em despender tais recursos, mas enfrentou muita oposição em seu país. O Departamento de Estado norte-americano colocava como condição para o financiamento da siderúrgica se o projeto fosse entregue a uma empresa americana.

A questão era que não havia interesse por parte das empresas por esse negócio. Diante das investidas do governo alemão sobre Brasil, no sentido de conseguir um ponto de apoio e um aliado importante naquele contexto de guerra, a posição do governo americano se altera e passa a considerar o financiamento para a construção da siderúrgica brasileira de vital importância. Vargas só não podia se voltar para Berlim.

Com o ataque à base militar norte-americana de Pearl Harbour, localizada no Oceano Pacífico, em dezembro de 1941, a posição de defesa dos Estados Unidos precisou ser reavaliada. A fim de minar as relações diplomáticas e comerciais do Eixo com os países americanos, o governo americano acabou cedendo às exigências do governo brasileiro. Acordo acertado, o Brasil rompe relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, e declara seu apoio aos Estados Unidos. Em troca desse apoio militar, que se caracterizava pela utilização, por parte dos americanos, de bases militares no Nordeste, o Brasil obteve um crédito de 200 milhões de dólares. Como foi observado por Ítalo Tronca, o crédito necessário à construção da siderúrgica de Volta Redonda estava assegurado, mesmo que não aparecessem nos acordos estabelecidos.³⁹⁹

Após ataques a navios brasileiros atribuídos a submarinos alemães pelo governo Vargas, o Brasil saiu de sua posição de neutralidade e declarou guerra aos países do Eixo no dia 22 agosto de 1942. Até essa decisão, o país já havia perdido um total de treze embarcações. Além disso, como forma de ratificar sua posição diante da guerra, Vargas também mandou fechar o bancos alemães e italianos no país.⁴⁰⁰ As bases aérea e de hidroaviões norte-americanas em território brasileiro começaram a ser construídas em meados de 1941, sobretudo a partir do decreto nº 3.462 que autorizava a Panair do Brasil S. A, uma subsidiária da Pan American World Airways System, a “construir, melhorar e aparelhar os aeroportos em Amapá, Belém, São Luiz,

³⁹⁹ FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1972, p. 355-360. (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964).

⁴⁰⁰ SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a vitória*. Natal, RN: UFRN, Editora Universitária, 1993, p. 73.

Fortaleza, Natal, Recife, Maceió e Salvador”, a fim de “permitir a sua utilização por aeronaves de grande porte”.⁴⁰¹

Em Natal, além da realização de melhoramentos nos aeroportos, o decreto também autorizava a construção de um pátio para estacionamento de hidroaviões, cujas dimensões chegavam a 24.500 m² de piso, de depósitos subterrâneos de combustível, incluindo bombas para reabastecimento rápido com suas respectivas mangueiras e exaustores e uma rampa para encalhe de aeronaves. Contudo, foi somente a partir de setembro de 1942, quando o governo brasileiro decretou estado de mobilização geral em todo o território nacional que Serviço Nacional de Defesa Antiaérea fora instalado em Natal.⁴⁰²

O ritmo da cidade se alterava com a presença dos americanos. Nesse período era comum o trânsito intenso de aviões nos céus, de navios nas águas do Potengi, de carros e caminhões levando e trazendo materiais e pessoas (soldados e trabalhadores) destinados aos esforços de guerra. A capital do Rio Grande do Norte, transformada em base militar pelos americanos, acabou atraindo um contingente de pessoas de diferentes tipos. Além dos soldados norte-americanos e brasileiros, a cidade também contou com chegada de empresários do ramo da mineração, da construção civil e do comércio, e de grupos de trabalhadores – parte deles fugidos da seca que assolava os interiores – interessados pela oferta de novos empregos.⁴⁰³

A oferta de trabalho não era suficiente para atender a toda essa demanda, assim como também não possuía estrutura para abrigar os grupos de flagelados da seca, de tal maneira que o que se via pelas ruas da cidade era um espetáculo de homens, mulheres e crianças em situações degradantes, em completa miséria, estirados em calçadas, famintos e sujos, ou vagando sem rumo, sem perspectiva, a não ser de encontrar um lugar para se abrigar ou para se alimentar.

O poder público, diante dessa situação e também pressionado pelos grupos dominantes, teve que intervir rapidamente, de forma que umas das providências tomadas nesse sentido foi a construção de campos para onde os retirantes seriam recolhidos e alimentados.⁴⁰⁴ A polícia também foi mobilizada a fim de pôr termo àquela cena protagonizada pelos retirantes em Natal que, aos olhos do jornalista Aderbal de França, era “ridícula” e “escandalosa”. Os retirantes recolhidos aos barracões, um “longo empalhado de emergência, uma morada de caráter

⁴⁰¹ BRASIL. Decreto-lei nº 3.462, de 25 de julho de 1941.

⁴⁰² FERRARO, Alceu Ravanello. *Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal* / Alceu Ravanello Ferraro; Renato Amado Peixoto (org.) – Natal(RN) : Jovens Escribas, 2019, p. 116.

⁴⁰³ PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal, 1920-1945*. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

⁴⁰⁴ MEDIDAS necessárias, *A Republica*, Natal, 24 de abril de 1942.

absolutamente provisório” construída numa área descampada do bairro do Alecrim, eram forçados a ficarem lá, não podiam circular pela cidade.⁴⁰⁵ Recolher os flagelados das secas nestes campos afastados do centro da cidade era uma prática, ao que parece, comum na região Nordeste do Brasil.⁴⁰⁶

Os retirantes não dependiam, contudo, das ações e da “boa vontade” dos poderes públicos para construírem seus abrigos. Quanto mais o tempo passava, o fluxo de homens, mulheres e crianças que fugiam da seca em direção à cidade aumentava e se tornava cada vez mais frequente. Muitos desses indivíduos, por não possuírem outra alternativa, improvisaram pequenas construções para servirem de refúgio naquele momento. Assim, à sombra dos coqueiros, num terreno baldio nas proximidades do edifício administrativo da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte na Esplanada Silva Jardim, próximo à região das Rocas, palhoças e redes foram erguidas e armadas por um agrupamento de indivíduos que, segundo uma nota de jornal de 1943, estavam “a merecer visitas da polícia”.⁴⁰⁷

Moradores das redondezas fizeram reclamações ao periódico *O Diário* por causa das pessoas que ali estavam. A base da reclamação consistia, sobretudo, pelo fato delas considerarem os indivíduos como um grupo de “desocupados e mendigos”, um núcleo perigoso que crescia no local rapidamente. Os redatores do jornal, por sua vez, destacaram que a presença da polícia se fazia necessária para “controlar as condições de vida dos moradores daquelas estranhas palhoças”, para que os habitantes da região e aqueles que por ali transitavam se sentissem tranquilos e resguardados.

Nota-se que em nenhum momento crimes foram mencionados aos residentes daquelas palhoças para que a polícia realmente se fizesse necessária, a não ser que a simples presença daqueles corpos, de certa maneira estranhos aos moradores, num espaço que, a princípio, não lhes pertenciam, fosse em si um ato criminoso. É possível que o crime maior cometido por esses homens e mulheres, nessa sociedade assentada na valorização do trabalho e do trabalhador tenha sido o fato deles não terem a segurança de um emprego, isto é, de serem “desocupados”.

⁴⁰⁵ FRANÇA, Aderbal. Os quadros da seca, *A Republica*, Natal, 17 de maio de 1942.

⁴⁰⁶ No Ceará, no período que corresponde às primeiras décadas do século XX, especificamente os anos de 1915 e 1932, também é possível identificar a construção desses campos de concentração como pode ser observado no estudo realizado pela professora Kênia Rios, sobre os “campos de concentração” da cidade de Fortaleza durante a seca de 1932. A autora comenta que somente em um dos campos de concentração, localizado em Ipu, entre o período de abril de 1932 e março de 1933, foram registrados mais de 1.000 mortos. Ver RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, p. 68.

⁴⁰⁷ A VAGABUNDAGEM e a mendicância na Esplanada Silva Jardim. *O Diário*, Natal, 6 out. 1943.

Na época, com as ações do governo de Getúlio Vargas em prol da classe trabalhadora, o trabalho, como ideia e como prática, era o caminho pelo qual o homem se transformaria em cidadão de fato e assumiria seu lugar na sociedade. O indivíduo que não fosse trabalhador se enquadrava na condição de “desocupado”, “vadio”, “malandro”, mais propenso ao crime, de forma que se tornava uma ameaça constante à ordem urbana aos olhos das classes dirigentes.⁴⁰⁸

Veríssimo de Melo, advogado e jornalista na época, escreveu um artigo no qual também comentou sobre o ritmo de vida acelerado que o clima de guerra havia trazido para a cidade de Natal. O texto, publicado pelo jornal *O Diário* no mês de outubro de 1943, descrevia a cena do vai e vem dos caminhões pela cidade que levavam e traziam operários de Parnamirim. Aos olhos do autor, era um “espetáculo novo nas ruas de Natal” esses caminhões “portinarescos”, que era uma referência às obras de Candido Portinari. Nas palavras do jornalista, Portinari foi “o pintor brasileiro que primeiro em nosso país fixou esse mundo agitado e poético dos operários, que salientou em suas telas a importância dos músculos nesses homens, em contraste flagrante com as suas cabeças pequenas”.⁴⁰⁹

Os operários que iam na carroceria desses caminhões, “sentados em fila feito meninos na escola”, “verdadeiros quadros vivos do Portinari”, chegavam de todo lugar – do alto sertão, do Canto do Mangue, da Guarita – eram jovens e risonhos, pareciam que se dirigiam para uma festa coletiva e não que estavam indo trabalhar ou, nos dizeres de Veríssimo, “se meter naquele barulho de todos os dias, em troca de um pão, às vezes tão magro”, “com as suas ingenuidades, sua alegria simples”.

Às vezes, tragédias terríveis também acompanhavam esses trabalhadores em suas viagens, como foi observado pelo jornalista. De vez em quando corria pela cidade uma notícia de que um desses caminhões tinha virado na estrada em direção a Parnamirim deixando muitos mortos e feridos. Veríssimo de Melo em seu texto se mostrava preocupado com esses operários por causa dos perigos existentes nessas viagens.

Além da preocupação esboçada pelo autor, seu texto também indicava que havia um certo descaso no que se referia a esses trabalhadores pobres. O autor, usando de certa ironia para tratar desses acidentes, afirmou que “quando vão verificar, não foi quase nada. Apenas um

⁴⁰⁸ GOMES, Ângela de Castro. A construção do trabalhador. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 151-156.

⁴⁰⁹ BOA TARDE! *O Diário*, Natal, 11 out. 1943.

caminhão portinaresco voou pelos ares. Um desses caminhões que transportam gente anônima das Rocas, do Alecrim, de não sei onde”.

Investigações até aconteciam, inquéritos eram instaurados, mas os processos eram arquivados... e os dias se passavam. E os mortos? Os pobres mortos, nas palavras de Veríssimo de Melo, “não recolherão mais nunca os seus pedaços dispersos. E alguém está sentindo a sua falta absurda, a sua ausência irremediável e pungente”. O jornalista pedia cautela nas viagens e cuidado, sobretudo com esses homens pobres e trabalhadores.

Não foi somente o ritmo da vida na cidade que havia mudado. O espaço urbano de Natal, influenciado pela presença norte-americana, também passou por mudanças. Duas bases militares foram construídas em Natal, uma localizada em Parnamirim, a *Parnamirim Filed*, que dividia o espaço com a base aérea brasileira, embora possuíssem administrações independentes, como lembra um trabalhador que “deu serviço” na base militar em 1945: “na base dos americanos só tinha casa boa, alojamento bom. Lá tudo era separado, tinha a parte da América e tinha a parte do Brasil. Pois era tudo separado, os rancho era separado”.⁴¹⁰ A outra, instalada nas proximidades da foz do rio Potengi, na região das Rocas, servia de base para os hidroaviões da Marinha dos Estados Unidos e que ficou conhecida como Rampa.⁴¹¹ Essas bases abrigaram cerca de 10 a 15 mil homens, quase 20% da população da cidade no período.⁴¹²

Os limites da cidade foram também ampliados e o eixo de crescimento urbano mudou em direção à Parnamirim. A conjuntura da guerra, além de estimular a economia norte-rio-grandense com o desenvolvimento da produção algodoeira e da atividade mineradora de scheelita-mineral de tungstênio, bastante utilizada na indústria bélica, também produziu um efeito contraditório: a cidade foi urbanizada de maneira bastante precoce.

Até a década de 1940, Natal não possuía um mercado imobiliário forte, seu ritmo era lento, assim como o próprio crescimento da cidade, um cenário que se altera diante do aumento populacional gerado principalmente pela chegada dos americanos à cidade. À procura por

⁴¹⁰ Testemunho de Raimundo Paulo do Anjos sobre sua experiência de trabalho na base militar norte-americana em Parnamirim. A entrevista foi concedida à professora Flávia de Sá Pedreira em janeiro de 2002 na cidade de Natal. Ver mais: PEDREIRA, *op., cit.*, 2005, p. 112.

⁴¹¹ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial*. Recife, PE. 2008, p. 171.

⁴¹² FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; CLEMENTINO, Maria do Livramento. O processo de constituição e estruturação urbana de Natal. In: *Estado e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal*. Relatório parcial. Natal. jan. 1990, p. 33.

hotéis, pensões ou casas para alugar se intensificou neste período, de tal forma que aqueceu os investimentos no setor imobiliário.

Isso, por sua vez, gerou aumento no preço dos alugueis e dos terrenos, de modo que os espaços vazios da cidade, os terrenos baldios, muitos deles em áreas não valorizadas até aquele momento, como Rocas e Alecrim, passaram a ser ocupados por novas edificações. Em 1945, o jornal *O Diário* tratou desse “aumento vertiginoso das construções de casa em Natal”, destacando o fato de como a cidade havia crescido e também modificado sua fisionomia.⁴¹³ O aquecimento do setor imobiliário acabou também colocando as periferias e os subúrbios da cidade no radar dos investidores, pois era raro encontrar um lote vazio ou disponível para compra, assim como para construções de moradia nas áreas centrais da cidade.

Natal, nesse sentido, havia se transformado num centro que aglutinava tanto a população civil quanto a militar. Além de toda a estrutura material deixada pelos norte-americanos, que seria aproveitada posteriormente em algumas obras públicas, o aumento populacional resultou, consequentemente, no aumento do custo de vida da cidade. Além da entrada do dólar americano no comércio natalense e do grande contingente humano que chegava à cidade, os preços dos materiais de construção, dos alugueis e dos alimentos subiram consideravelmente.⁴¹⁴ Era comum ler nos jornais notícias de indivíduos que se aproveitavam da situação para venderem seus produtos mais caros.

O jornal *A Ordem* publicou uma matéria na qual denunciava a venda de produtos a preços relativamente altos como o querosene, que sob um regime de racionamento de combustível custava 1\$300 a garrafa, estava sendo vendida por algumas pessoas, “sobretudo no Alecrim e nas Rocas ao preço de 3\$000, 4\$000 e até de 6\$000 a garrafa”. Aldo Fernandes, presidente da Comissão Estadual de Racionamento de Combustíveis à época, pediu ao delegado da Ordem Social e Investigação a abertura de um inquérito para que fosse apurado o caso e que os culpados fossem presos de acordo com a lei que regulamentava os crimes contra a economia popular.⁴¹⁵

Podemos imaginar o conflito de sentimentos dos moradores da cidade de Natal nesse período, pois, por um lado podiam se ver pela cidade várias obras de infraestrutura – geralmente ligadas à conjuntura da guerra, como estradas de rodagem, vias de acesso pavimentadas, hotéis

⁴¹³ AUMENTO vertiginoso das construções de casa em Natal. *O Diário*, Natal, 30 de janeiro de 1945, p.

⁴¹⁴ A ALTA de preços de material de construção: a repercussão da imprensa carioca de um decreto do governo deste Estado. *A Republica*, Natal, 3 jul. de 1942

⁴¹⁵ CORTANDO as manobras dos vendedores de querosene. *A Ordem*, Natal, 11 de setembro de 1942, p. 1.

e também casas para alugar – e por outro se deparava com a falta e a escassez de itens de primeira necessidade.⁴¹⁶

A crise de abastecimento da cidade chegou a tal ponto que faltava carne verde e/ou seca para o consumo da população, pelo menos para uma grande parte dela. O jornal *A Ordem*, no dia 1 de fevereiro de 1943, informou que não havia mais gado nos currais da cidade. O gado abatido era rapidamente consumido, de um dia para o outro as mesas das feiras ficavam limpas logo as seis horas da manhã. Na feira das Rocas a carne seca também se tornava escassa e que os marchantes alegavam que a situação tendia a se agravar, se persistisse a falta de gado.⁴¹⁷ O encarecimento do custo de vida atingia a todos e o reflexo disso podia ser visto na alta dos preços dos produtos nas feiras, “preços exorbitantes”, tal como foi anunciado pelo jornal *O Diário* no dia 2 de fevereiro de 1943.

Figura 23 – Feira das Rocas (1940-1950)



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.

⁴¹⁶ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade de Natal/RN (Brasil) na II guerra mundial*. XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.

⁴¹⁷ ABASTECIMENTO da população. *A Ordem*, Natal, 1 de fevereiro de 1943, p. 1.

A nota informava aos leitores que vender mercadorias a preços muito além dos tabelados era “um insulto à população”, sobretudo à população pobre, até porque “muita gente da classe abastada” já estava com dificuldades de adquirir determinados produtos, de tal jeito que procuravam fazer sua feira nas Rocas do que no Alecrim em virtude dos preços serem mais acessíveis. Quem não fosse rápido e se abastecesse antes, nas feiras que aconteciam aos sábados, corria o risco de ter que “suportar o arrojo dos indivíduos inescrupulosos que, se aproveitando da oportunidade, procuram ludibriar a tabela em vigor”, conforme foi destacado na matéria.⁴¹⁸

A título de exemplo, a notícia lembrou da época que os trabalhadores do ramo da carne procuravam vender suas mercadorias o mais rápido possível na feira do Alecrim, pois se deixassem para vender na segunda-feira, dia de feira nas Rocas, o produto seria desvalorizado. O cenário, contudo, havia mudado, de forma que os comerciantes passavam a segurar suas mercadorias a fim de obterem maiores vantagens nas Rocas. O periódico, nesse sentido, chamava a atenção das autoridades fiscalizatórias para que agissem e prendessem aqueles que fossem pegos descumprindo a lei que regulamentava os preços dos produtos no período.

Olhando por outro ângulo, é possível que a alta dos preços das mercadorias e do custo de vida da cidade tenham forçado àqueles feirantes a venderem seus produtos mais caros para garantir, quem sabe, um dinheiro extra num momento em que não havia regularidade nos abastecimentos. Mais do que atos inescrupulosos, como foi apontado por aquela folha, o aumento nos preços pode ser entendido como uma estratégia de sobrevivência daquele grupo, que trabalhava e também morava nas Rocas e no Alecrim.

O período que Natal serviu como sede para bases militares norte-americanas, geralmente, é descrito como uma época dourada e de pleno desenvolvimento; um período marcado por um clima constante de festas e de grandes eventos promovidos pelos militares norte-americanos, que contavam com a presenças de artistas e celebridades daquele país. Na cidade, principalmente em Parnamirim, se podia ver todas as manifestações, os hábitos, os costumes, os modos de vida dos americanos, desde as músicas, difundidas através de suas programações de rádios próprias, até as danças, o vestuário, as comidas, que vinham diretamente dos Estados Unidos, e também o idioma, que pouco a pouco, passavam a fazer parte do cotidiano da cidade.

⁴¹⁸ A CARESTIA na feira das Rocas. *O Diário*, Natal, 2 fev. 1943

Luís da Câmara Cascudo destacou o seguinte sobre a presença dos americanos em Natal: “Estrelas de todos os tamanhos cantaram, dançaram, beberam e assobiaram para soldados, marinheiros, aviadores e as meninas glamorosas da WAAC (Women American Auxiliary Corp), que aprenderam o samba em Parnamirim e o nado em Ponta Negra”.⁴¹⁹ Estes aspectos estão presentes nos textos de memorialistas e também são destacados por produções audiovisuais com o objetivo de atingir o grande público.

Lenine Pinto ressaltou o espanto da cidade com as novidades trazidas pelos americanos que lotavam as ruas da cidade, percorrendo-a sempre em grupos, todos trajados com seus óculos “ray-ban” e fardas cáqui. Entre as novidades estavam fósforos, isqueiros sem chama que acendiam os cigarros apenas ao toque, “cigarros fraquinhos e aromáticos”, como Camel, Lucky Strike, Old Gold, “que logo substituíram o Lulu nº 3, o Selma, Elmo, Jocky Club, ao que parece mais fortes e com um odor mais acentuado.”⁴²⁰

Não é raro encontrarmos pessoas que no tempo presente, ao se referirem à participação de Natal na Segunda Guerra Mundial, enfatizem os aspectos positivos da influência norte-americana na sociedade, embora um detalhe ou outro, talvez bem mais significativos, possam escapar dessa narrativa que tende a priorizar e a valorizar a influência norte-americana na cidade. À vista disso, o programa Caminhos da Reportagem da tvBrasil produziu e exibiu, em 2015, uma matéria intitulada *Americanos em Natal: os estrangeiros da 2ª Guerra*, cujo objetivo era o de apresentar para o grande público alguns aspectos da presença e influência norte-americana na capital norte-rio-grandense.

Os produtores foram à Natal a fim de conhecerem as histórias de infância e adolescência de natalenses que até aquela data ainda se mostravam sensibilizados pelas memórias de uma época de bailes regados ao som das *Big Bands*, da presença de artistas de Hollywood que vinham para a cidade entreter as tropas norte-americanas, e da difícil e engraçada comunicação entre os moradores. O foco dos produtores do programa, o que eles tinham interesse em frisar e mostrar ao público era justamente essa “fase dourada” da cidade proporcionada pelos americanos. Entretanto, os produtores da matéria deixaram passar, e aí não temos certeza se de propósito ou descuido, a fala de uma entrevistada, de pouco mais de 30 segundos, que contradiz toda essa glória dos anos dourados da presença americana em Natal.

⁴¹⁹ CASCUDO, *op.*, cit., 2010, p. 528.

⁴²⁰ PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal*. Natal: Sebo Vermelho. 2005, p. 17.

Emília de Araújo Bezerra, diretora administrativa aposentada na época em que foi entrevistada, relatou ao repórter Gustavo Minari os efeitos que o grande contingente de soldados americanos que chegavam à Natal havia provocado no cotidiano da cidade. Nas palavras de Emília, “eles [os americanos] trouxeram muito aperreio pra gente. Sabe porquê? [...] aqui era uma cidade de pouquinho gente, estruturada pra ter alimentação pra’quele povo. De repente chegou uma leva de gente. Tudo era pra base! A população ficou sem nada, né”.⁴²¹

A elevação do custo de vida e as dificuldades vivenciadas pelos moradores da cidade, situação agravada não apenas pelo aumento populacional, mas também pela dificuldade de os transportes marítimos chegarem à cidade, pois muitos navios da Marinha Mercante brasileira foram mobilizados no esforço de guerra, de tal jeito que Natal passava por longos períodos, às vezes meses inteiros, sem receber em seu porto navios provenientes da região Sul com mercadorias para o abastecimento da cidade.

O jornal *O Diário* publicou uma matéria na qual afirmava que a “posição de corredor da Vitoria, de trampolim do Atlântico, de cidade-chave para operações no além-mar” havia criado também um “ônus extraordinário”, de tal maneira que o litro do feijão, que em 1938 custava em média seiscentos réis, em 1942 passava a custar mil e seiscentos réis; um ovo que custava duzentos réis naquele ano de 1938, em 1942 custava quatrocentos réis; uma galinha, podia ser comprada até por sete mil réis. Essa situação de dificuldade, sobretudo para os pobres da cidade, levou os redatores a matéria concluírem o seguinte: “a paisagem não é de nenhum modo cor de rosa... O homem da rua, o simples e democrático homem do povo que o diga”.⁴²² Observa-se, à vista disso, que os efeitos da presença norte-americana em Natal não foram tão gloriosos assim, principalmente para aqueles que gozavam de poucos recursos de subsistência.

Contudo, não podemos deixar de ressaltar a relação existente entre a presença norte-americana e a própria expansão da cidade. A estrutura material deixada por eles ao final da Segunda Guerra – a base aérea, cerca de 20 km do porto de Natal, e a base naval localizada ao norte, no rio Potengi – permitiu o surgimento de dois eixos viários de intensa movimentação: um eixo ligando Natal a Parnamirim e outro em direção ao bairro do Alecrim, onde estava localizada a base naval. Em grande medida, essa infraestrutura contribuiu para o crescimento

⁴²¹ Americanos em Natal: os estrangeiros da 2ª Guerra. Disponível em < <https://tvbrasil.ebc.com.br/caminhosdareportagem/episodio/americanos-em-natal-os-estrangeiros-da-2a-guerra> > acesso 25/08/2020.

⁴²² ALUCIANANTE elevação do custo de vida em Natal. *O Diário*, Natal, 29 de janeiro de 1945.

físico da cidade e para a valorização dos terrenos próximos.⁴²³ A gestão municipal de Silvio Piza Pedroza, no período imediato ao pós-guerra (1946 a 1950), aproveitou e fez uso de toda essa estrutura deixada pelos americanos na cidade.

4.1 – Natal e o governo municipal de Silvio Piza Pedroza (1946-1950)

Filho de Fabricio Gomes Pedroza e Branca Toledo Piza Pedroza, Silvio Piza Pedroza nasceu em Natal, no dia 12 de março de 1918. Foi em Natal que o futuro prefeito passou boa parte de sua infância, cursando o ensino primário no Atheneu Norte Riograndense. Mais velho, Silvio saiu do estado para estudar na Europa, mais precisamente na Inglaterra, onde realizou o curso secundário na *Montclair School*, em Essex. Após alguns anos, ele volta para o Brasil, para a cidade do Rio de Janeiro, para terminar seus estudos no educandário Santo Inácio, colégio que era mantido por padres jesuítas. Em 1939, com 21 anos de idade, se formou em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e quatro anos depois se casou com Clotilde Maria de São Clemente Azevedo, neta dos barões de São Clemente, fase na qual decidiu regressar para sua cidade de origem, Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Tempos depois de sua atuação como prefeito de Natal, Silvio Pedroza ao realizar um discurso por ocasião do 1º aniversário de falecimento escritor Luís da Câmara Cascudo, na sessão promovida pelo Centro Norte-Riograndense e pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1987, comentou sobre sua decisão de voltar para a cidade que nascera que, de acordo com ele, foi motivada por questões de natureza pessoal.

Nas palavras de Silvio, a vida que ele estava construindo na cidade do Rio de Janeiro com sua esposa tinha tudo para ser “marcada pelo sucesso”, exceto por uma enorme sensação de vazio, como se ali, a capital do país, não fosse, de fato, o seu lugar. Voltar ao estado do Rio Grande do Norte, para a sua cidade Natal, “como se movido por uma força irresistível”, foi, nesse aspecto, a solução encontrada por ele para preencher aquele vazio.⁴²⁴ Em 1945, Silvio Pedroza foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado pelo presidente Getúlio

⁴²³ FERREIRA, CLEMENTINO, *op., cit.*, 1990, p. 48.

⁴²⁴ NATAL. *Discurso proferido por Sylvio Piza Pedroza, por ocasião do transcurso do 1º aniversário de falecimento do escritor Luis da Câmara Cascudo, na sessão promovida pelo Centro Norte-Riograndense no Rio de Janeiro e o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Arquivo Sylvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto. 1987, p. 1.

Vargas e no ano seguinte, o interventor Ubaldo Bezerra, nome forte dentro dos quadros do Partido Social Democrático (PSD), ele foi convidado para concorrer à prefeitura de Natal. A indicação foi influenciada diretamente pelo líder do PSD no Rio Grande do Norte, João Câmara, padrinho político de Silvio Pedroza.

Silvio era totalmente desconhecido no meio político do estado, de modo que suas únicas credenciais eram sua linhagem sanguínea, pois era filho de um importante industrial e comerciante do estado, e sobrinho-neto de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, uma das famílias mais tradicionais e influentes do Rio Grande do Norte, e o fato dele ter estudado no exterior. Assim, Silvio Pedroza era herdeiro da família mais rica e também mais influente na política local.⁴²⁵

No mesmo discurso que Pedroza falou de sua motivação para voltar à cidade de Natal, ele também comentou sobre o seu primeiro encontro com Luís da Câmara Cascudo, momento no qual essa questão da linhagem sanguínea foi abordada pela primeira vez. Nas palavras de Pedroza, esse encontro com Cascudo foi único, marcante e definitivo para traçar o seu perfil como governador da cidade tempos depois, pois fez como que ele se “sentisse consciente de ter nas veias o sangue daqueles pró-homens da história potiguar, de Augusto Severo, do grande Alberto Maranhão – o mecenas, com o qual futuras comparações tanto me orgulhariam”.⁴²⁶

Dessa forma, unindo tradição política e econômica, o nome de Silvio Pedroza se consolidava como opção e depois, a partir do mês de abril de 1946, como prefeito da cidade. Inicialmente, suas ações administrativas foram noticiadas de maneira bastante tímida nos veículos de informação impressa, mas logo passaram a ser exaltadas, inclusive nos meios de comunicação fora do estado.

O *Jornal do Comercio* do Recife, em uma de suas publicações, destacou a popularidade do prefeito de Natal a partir do texto de Andrade Lima Filho, indivíduo que esteve à frente do Serviço Social contra o Mocambo durante o governo de Alexandre Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951) em Pernambuco, de forma que a capital norte-rio-grandense, na percepção do autor, surgia das mãos de Silvio Pedroza como um conto de fadas, uma cidade renovava, que se antinha limpa e progressista. Tudo isso feito praticamente sem verbas. Os empreendimentos de Silvio em verdadeiros milagres, na observação do articulista. A imagem de Silvio como o

⁴²⁵ TORQUATO, Arthur Luís de O. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração de Sylvio Pedroza (1946-1950)*. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: PPGH-UFRN. 2011, p. 27.

⁴²⁶ NATAL. *Discurso proferido por Sylvio Piza Pedroza...* Op., Cit., 1987, p. 2.

jovem político e dinâmico, que renovou a cidade, tornando-a moderna e alinhada ao progresso gerou comparações com outras personalidades políticas de destaque tanto local quanto nacional como, por exemplo, Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro que empreendera uma grande transformação urbana na cidade carioca.⁴²⁷

Um repórter enviado à Natal pelo *Diário de Pernambuco* no mês de agosto de 1946, para acompanhar a chegada do general Eisenhower, também tornou pública suas impressões sobre a cidade e sobre a gestão de Silvio Pedroza. Aproveitando sua visita à cidade, o jornalista procurou o então prefeito a fim de entrevistá-lo sobre as tão comentadas obras que estavam sendo empreendidas na cidade e que modificavam “o aspecto de vários bairros” e de muitas ruas. Na entrevista, Silvio Pedroza tratou de seu plano de remodelação da cidade e de seus projetos.⁴²⁸

Uma das primeiras coisas mencionadas por Pedroza na entrevista foi a gestão de Omar O’Grady e projeto do engenheiro Giacomo Palumbo, encarregado de elaborar um plano de sistematização para a cidade de Natal em meados dos anos 1920 e início da década de 1930. Pedroza, contudo, chamou atenção para o fato de que o plano Palumbo não podia ser um “plano da cidade”, mas sim um plano de remodelação dos bairros existentes, “com a planificação dos futuros bairros, dentro da mais moderna técnica urbanística”. Pedroza destacou que esse plano serviu, por muito tempo, somente como objeto de decoração em uma das salas da Prefeitura, mas que ele decidiu levar adiante, principalmente o projeto da Avenida Circular, uma obra que, nas suas palavras, era “tão ansiosamente esperada pelos natalenses”.

Silvio informou ao enviado do *Diário de Pernambuco* que na planta original do projeto de Palumbo “havia um traçado no qual o centro da cidade ficaria numa praça como ponto de convergência de todas as ruas partidas da avenida circular”, algo que daria uma “melhor impressão ao visitante”. Entretanto, pela falta de iniciativa das gestões anteriores com relação à condução dos projetos previstos no plano de sistematização, o prefeito destacou que um núcleo de mocambos e outras construções acabou se desenvolvendo no local e impedindo “a realização do traçado primitivo”. Apesar disso, Pedroza declarou que a prefeitura faria todo o possível para obedecer ao traçado original sem grandes alterações e ressaltou que as obras já tinham sido iniciadas e que questão dos terrenos já tinha sido resolvida, pois pertenciam ao

⁴²⁷ PEPE LE MOKO. *Jornal do Comércio*, Recife, 5 de agosto de 1949.

⁴²⁸ MIL CASAS populares. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 8 ago., 1946

patrimônio municipal, de forma não haveria nenhuma objeção no que se referia ao aforamento deles.

Nesta mesma entrevista, Silvio Pedroza comentou sobre a situação das obras de calçamento das ruas da cidade e da construção de casa e restaurantes populares. O prefeito declarou ao repórter que a questão do calçamento merecia atenção especial por parte da prefeitura, sobretudo no que dizia respeito às “áreas principais” que ainda não estavam calçadas e informou que, quando viajou para a cidade do Rio de Janeiro, entrou em contato com a Caixa Econômica a fim de conseguir um empréstimo do valor de Cr\$ 5.000.000,00 para esse fim, embora dependesse a autorização da Caixa Econômica Federal do estado do Rio Grande do Norte para liberar o empréstimo, fato que, nas palavras de Silvio, vinha a “atrasar um pouco a objetivação do empréstimo”.

Silvio Pedroza chegou à prefeitura de Natal já pressionado a solucionar a questão do calçamento da cidade. Meses antes da entrevista concedida ao repórter do *Diário de Pernambuco* e de ser oficialmente empossado como prefeito da cidade, um artigo publicado pelo periódico natalense *O Diário* tratou da situação do calçamento em Natal. O texto, assinado somente pela letra “Z”, já iniciava com a afirmativa de que o calçamento da cidade não podia ser de todo feito somente das verbas orçamentárias normais e que qualquer prefeito que conseguisse levar a efeito o que ele chamou de “política integral do calçamento” contribuiria para, nas palavras dele, a “mais importante obra da qual depende o progresso da cidade”.⁴²⁹

O articulista registrou suas impressões sobre a cidade e declarou que cerca de dez ruas da cidade estavam mal calçadas e que outras quarenta precisavam de pavimentação com certa urgência. Sua preocupação era com o fato de que, sem o calçamento nas ruas, os imóveis viessem a ser desvalorizados. Do ponto de vista de “Z”, a cidade de Natal, em virtude da Segunda Guerra Mundial, se deparou com um grande número de construções em quase todas as ruas e avenidas, “antes verdadeiros caminhos largos, em que se viam apenas uma ou duas casas isoladas”, de forma que “todo esse povo que construiu” precisava de ter calçamento em suas ruas.

A grande quantidade de habitações na cidade foi usada como argumento pelo autor para que a questão do calçamento fosse tratada como prioridade e urgência. O comentário de “Z” também evidenciava a forma particular com que Natal se desenvolvia, pois, diferente de outras

⁴²⁹ A CIDADE. *O Diário*, Natal, 18 de janeiro de 1946.

cidades, que obedeciam a uma sequência que começava com a abertura da rua, passava pela implantação do meio fio, do calçamento para só depois iniciar o processo de construção de prédios, casas, entre outras edificações, Natal seguia uma outra lógica.

A prefeitura só começava a pensar em calçamento depois que o povo já tinha levantado suas casas na rua praticamente construída. O articulista também chamou atenção dos leitores para o fato de que Natal dispunha de um plano que previa o calçamento de grande parte da cidade, embora, segundo ele, esse plano não tivesse saído do tinteiro. Para reforçar seu ponto de vista sobre essa lógica das construções na cidade, o autor tomou como o exemplo a companhia “Força e Luz”, ressaltando que “enquanto em toda parte, primeiro vão os trilhos para depois as construções, aqui se constrói muito, mas nunca chegam os trilhos, e o pior, fica-se mesmo sem os bondes”.

Por fim, como quem quisesse estimular e incentivar a gestão pública quanto ao problema do calçamento na cidade, “Z” declarou que “grandes e arrojados planos fazem grandes administradores”, de forma que não precisa haver receio por parte dos administradores da cidade, pois o dinheiro chegaria depois com o progresso e a melhoria das condições de vida. À vista disso, e nos permitindo fazer algumas conjecturas, Silvio Pedroza pode ter lido esse texto em algum momento, ou outros com o mesma abordagem, de forma que existe uma grande chance dele ter sido tocado pelo teor das mensagens e que elas tenham funcionado um catalizador na sua busca por ser reconhecido como um grande administrador, digno daquelas comparações aos “grandes homens” da terra potiguar que Cascudo fez no primeiro encontro entre eles.

Além da estrutura viária da cidade, também fazia parte do programa administrativo de Silvio Pedroza as questões sociais, como ele mesmo deixou transparecer naquela entrevista concedida ao repórter do *Diário de Pernambuco* quando tratou do projeto das casas populares para Natal, um projeto que teve início a partir da assinatura de um contrato com a “Fundação da Casa Popular”, na cidade do Rio de Janeiro, para que fossem construídas na capital norteario-grandense pelo menos mil unidades dessa casas.

Trinta e quatro dessas casas, que seriam vendidas ao preço de Cr\$ 20.000,00, a ser pago mensalmente e com parcelas reduzidas, menores que os valores dos alugueis naquele momento, a fim de atender o “trabalhador que vive em condições precárias, sem o conforto indispensável”,

conforme foi ressaltado por Silvio Pedroza, já tinham sido projetadas e esperavam somente a aprovação e a escolha de uma comissão para acompanhar o andamento do projeto.⁴³⁰

Ao que tudo indica, o projeto dessas casas partiu de uma demanda da própria classe trabalhadora, como sugere uma notícia publicada pelo jornal *O Diário*, no dia 11 de janeiro de 1946, na qual informava que o delegado regional do Ministério do Trabalho do estado, Antônio Rodrigues da Costa, tinha recebido do secretário do Departamento de Previdência Social, Decio Berrini, um ofício no qual trabalhadores de todas as classes pleiteavam a construção de uma cidade proletária.⁴³¹

Antes da entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Silvio Pedroza concedeu uma outra ao jornal natalense *O Diário*, no dia 31 de maio de 1946, na qual o prefeito de Natal comentou sobre suas intenções como administrador da cidade. O encontro com Silvio não estava na agenda dos repórteres, de tal jeito que essa entrevista não estava programada e aconteceu de forma causal, momentos antes de começar o desfile dos jardins de infância da capital, evento que contaria com a presença do prefeito.⁴³² Aproveitando aquele momento, os repórteres pediram a permissão de Silvio para que eles pudessem realizar algumas perguntas rápidas.

Diante da resposta positiva, eles primeiro questionaram ao prefeito sobre a questão do desemprego que estava em alta na cidade desde a saída dos norte-americanos da capital nordestino-grandense. Os repórteres ressaltaram que a diminuição das atividades no campo de Parnamirim afetava diretamente a população da cidade, de tal forma que “centenas de pessoas” estavam ficando “semanalmente sem trabalho”. Uma situação agravada pelo fato de a cidade ser pequena e não possuir indústrias capazes de absorver esse “grande número de braços” inativos que circulavam pela cidade que, por sua vez, gerava uma série de “desajustamentos sociais” como a delinquência, possível de ser notada em níveis consideráveis na capital, conforme a observação dos jornalistas.

O prefeito Silvio Pedroza declarou, então, que suas ações estavam de acordo com as recomendações do Interventor Federal Ubaldo Melo e que a prefeitura tinha recebido um auxílio para resolver o problema da alta taxa de desemprego na cidade, mesmo que de forma temporária, e que buscava atender o maior número de homens possíveis dentro das condições

⁴³⁰ MIL CASAS populares. *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, 8 ago., 1946

⁴³¹ PARA A CONSTRUÇÃO de uma cidade proletária em Natal. *O Diário*, Natal, 11 de janeiro de 1946.

⁴³² PROBLEMAS NATALENSES e planos urbanísticos. *O Diário*, Natal, 31 de maio de 1946, p. 6.

da prefeitura, mas que a sua prioridade era alocar esses homens nos serviços que mais se precisasse de mão de obra na cidade.

O prefeito informou aos repórteres que “em menos de três dias mais de cento e vinte operários, o quais se acham trabalhando em serviços diversos”, tinham sido alistados nos trabalhos que se caracterizavam pela alta demanda de pessoas como os serviços de “limpeza, nivelamento do terreno da futura praça do Baldo, conservação de estradas, etc” e que mais de duzentos homens, parte daquele “exército de inativos”, estavam trabalhando a serviço da prefeitura. Em seguida, os repórteres abordaram o tema dos “melhoramentos urbanos”.

Introduzindo o assunto para os leitores, eles informaram que Silvio Pedroza, desde o início de seu mandato como prefeito de Natal, tinha como preocupação “melhorar a salubridade da cidade, executando obras de nivelamento e drenagem de certos trechos dos bairros pobres, como Alecrim e, principalmente, o das Rocas – a nossa infeliz Suburra”.⁴³³

Quando foi perguntado sobre suas intenções para com essas áreas, Silvio Pedroza declarou que a preocupação do seu governo estava em executar obras que atendessem, sobretudo, as necessidades das classes menos favorecidas, como no Alecrim, “bairro de população operaria mais densa da cidade” e onde se encontravam em andamento as obras de maior vulto da prefeitura e onde também estavam sendo aforados “136 lotes de terreno a pessoas reconhecidamente pobres” para que elas pudessem “construir sua casa própria” na chamada Vila Operária.

Além do Alecrim, o prefeito citou também o Baldo, as Quintas e as Rocas, lugares identificados por ele como os bairros pobres da cidade, cujas obras se concentravam no calçamento das ruas, na construção de praças e de cacimbas para solucionar o problema da falta de água que acometiam os operários residentes nessas áreas, problema que vinha se arrastando desde a década de 1920, desde o Plano de Saneamento de Natal coordenado na época por Henrique de Novaes. As intervenções materiais nesses lugares, nas palavras do prefeito, serviriam para dar “uma nova feição” a esses locais.

Especificamente sobre o bairro das Rocas, o prefeito informou aos repórteres que uma rampa de acesso à parte alta do bairro, próximo à igreja, já estava pronta e como continuação dessa rampa “uma estrada de barro em toda a extensão da rua São Jorge” também tinha sido

⁴³³ A expressão “suburra” é de origem italiana e significa, de uma maneira geral, um bairro populoso, de péssima fama, onde são encontradas casas de prostituição, alta taxa de criminalidade e os pobres da cidade.

aberta, de forma que bairro passou a ter naquele momento uma via de acesso para automóveis até a região da Limpa, uma grande área descampada na qual foram assentadas as bases para a construção de um novo bairro, o Santos Reis, um desdobramento do projeto da Avenida Circular. Sobre as Rocas, o prefeito declarou que outros planos estavam previstos para essa região e que seriam divulgados posteriormente.

Após comentar sobre os “melhoramentos urbanos” e, rapidamente, falar sobre a questão da necessidade da construção de um hotel para recepcionar os viajantes que chegavam à cidade, Silvio Pedroza tratou de seus planos para o “embelezamento da cidade” que, de acordo com os repórteres, possuía o melhor clima do litoral brasileiro e que não contava com “o compungente problema do asqueroso mocambo em proporções tão aterradoras quanto outras capitais”, embora esse fato por si só não transformasse Natal “num autêntico paraíso tropical”, de forma que algumas obras de urbanismo se faziam necessárias.⁴³⁴

O prefeito, em vista disso, declarou que era do conhecimento pública suas ações em prol de um plano de empréstimo para resolver “o calçamento de pelo menos a zona urbana da cidade”, que tinha sido amplamente aprovado por “aqueles que tiveram de opinar sobre o respectivo processo, quer pelo aspecto financeiro, quer pelo aspecto real da obra que considero necessária e inadiável”, como João Ferreira de Sousa, diretor da Fazenda da Prefeitura, pelo Departamento das Municipalidades, pelo Conselho Administrativo, que apoiaram o plano após os pareceres do Consultor Jurídico das Municipalidades e do Conselheiro Gil Soares.

O valor do empréstimo autorizado podia ser de até quinze milhões de cruzeiros, uma quantia que Silvio julgava “viável dentro das possibilidades da prefeitura, para pagamento em dez anos”, embora não fizesse parte de seus planos usar o valor total autorizado, pois esperava que seus sucessores dessem continuidade aos planos que estavam sendo traçados. Ao final da entrevista, Silvio convidou os repórteres para se fazerem presentes à Sala Técnica da Prefeitura para que pudessem acompanhar outras discussões sobre os assuntos envolvendo à cidade de Natal.

Essa reunião, nas palavras do prefeito, tinha o objetivo de ser um encontro “essencialmente democrático” no qual congregasse representantes de diferentes classes sociais

⁴³⁴ As companhias aéreas internacionais se mostraram preocupadas com a falta de “hotéis condignos para o pernoite de seus passageiros” e por isso havia grande possibilidade de Natal ser suprimida como terminal atlântico da rota das aeronaves. Segundo a reportagem, empresas como a Panair do Brasil e a Air France já tinham resolvido deixar Natal, optando por pousar no Recife. PROBLEMAS NATALENSES e planos urbanísticos. *O Diário*, Natal, 31 de maio de 1946, p. 6.

e de outras orientações político-partidárias, para que fosse promovido um “debate franco e cordial” sobre as sugestões para a execução dos planos que estavam se estruturando. Silvio Pedroza se apresentava como um verdadeiro político de caráter popular: simpático ao “povo” e que buscava a legitimação das classes populares por meio da ideia de união entre elas. Isso não quer dizer que o prefeito fosse um líder de caráter populista.

O populismo, na história política brasileira, acabou se tornando uma noção bastante usada para explicar o período marcado pela Revolução de 1930, o Estado Novo e o seu fim, até o golpe militar de 1964, quando alguns estudiosos, como Daniel Aarão Reis Filho, ressaltaram seu provável colapso. A ideia geral atribuída ao político populista era a de que suas ações tinham como base a má fé, de forma que mentia e enganava o povo, sobretudo nas épocas de eleições, “prometendo tudo e nada cumprindo”. Era uma representação totalmente negativa das lideranças políticas que, no pós-45, se apresentavam como indivíduos carismáticos e próximos às massas.

De acordo com Jorge Ferreira, a imagem formulada pelas oposições liberais de que o cenário da política brasileira, entre os anos de 1930 a 1964, era composto por “populistas” e “pelegos” foi, de certo modo, apropriada pela teoria que sedimentou “na dimensão imaginária de gerações de alunos de cursos de níveis médio e superior na área de ciências humanas, a ideia de que teria existido um “populismo na política brasileira”. A força do conceito era tão grande que outras tradições, projetos e personagens políticos diferentes, foram englobados, rotulados, dissolvidos e confundidos com o “populismo”, tornando essa noção “tão elástica e, de certo modo, a-histórica”, que ela passou a explicar tudo, e “como ocorre nesses casos, a explicar muito pouco”.⁴³⁵

Silvio Pedroza, dessa maneira, não pode ser taxado como populista, embora se mostrasse sempre como um conciliador político e como governante aberto ao diálogo, livre das maquinações políticas, de tal maneira que sua maior preocupação era ouvir, como costumava dizer, a “opinião dos natalenses”. Essa postura política de Pedroza, de líder preocupado com as demandas sociais dos grupos populares, é bastante característica do período em que Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 e implantou, em 1937, o Estado Novo.

Ângela de Castro Gomes analisou a ideologia do Estado Novo e destacou que a sua proposta se fundamentava no discurso de um novo começo na história do país “verdadeiramente

⁴³⁵ FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 7-13.

nacional e humano”, onde a questão social seria enfrentada de fato. A ideologia estado novista se baseava na ideia de que o povo brasileiro precisava ser reconhecido completamente, em suas necessidades e também potencialidades.

Antes da Revolução de 1930, o Estado Liberal era alvo de críticas por parte dos defensores do Estado Novo por afastar o homem de sua terra e, mais ainda, por afastar o homem de sua condição de cidadão e por um abismo de distância entre a massa da população e as “elites”. O contato harmonioso entre os grupos populares e as elites, antes do processo revolucionário, era praticamente inexistente.⁴³⁶ O rompimento com o passado político anterior à 1930 era o que tornava a revolução autêntica, pois uma das bases de sustentação da ideologia revolucionária e, em seguida, do Estado Novo, foi o discurso de união entre as classes, entre a elite e as massas, “em contraposição às preocupações políticas dominantes até então. A revolução tinha como sua marca específica o reconhecimento e o enfrentamento da questão social no Brasil”.⁴³⁷

A preocupação com a cultura popular fazia parte do programa de governo de Silvio, de tal maneira que sua gestão foi reconhecida principalmente pela atenção que dispensou aos bairros e aos grupos populares da cidade. Um dos grandes influenciadores de Pedroza nesse sentido foi Luís da Câmara Cascudo, seu professor na época do Ateneu, que virou seu amigo e conselheiro na administração da cidade. Tempos depois de sua atuação como prefeito de Natal, Silvio declarou em um de seus discursos que tinha aprendido muito com Cascudo, a quem chamava de mestre, a importância do folclore como elemento de exaltação da história do povo, assim como as artes, que deveriam acompanhar o desenvolvimento coletivo.

Com Cascudo ele sentia que “o Brasil precisava manter sua fisionomia nacional baseada na cultura popular”, que ele, enquanto governador da cidade, podia ser ao mesmo tempo tradicionalista, mas “sem esquecer o progresso diário e as conquistas tecnológicas do século”. As propostas de intervenção urbana que visavam melhorar a circulação e a mobilidade na cidade não privilegiavam somente os espaços centrais, de modo que a transformação da paisagem citadina de uma maneira geral, incluindo os espaços periféricos, foi uma forma de combater aquilo que simbolizava as antigas práticas políticas que eram duramente criticadas por Silvio

⁴³⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 194.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 197.

Pedroza, como sugere esse trecho do seu discurso proferido à época do primeiro aniversário de morte de seu mestre:

Sempre achei que devíamos sentir o povo, não como a entidade abstrata, luminosa, que aparece na retórica das praças e dos parlamentos, mas como elemento humano, real e imediato, na sua tragédia cotidiana, nos seus sonhos, nas suas alegrias, nas suas amarguras, nas suas esperanças.⁴³⁸

Certa vez, quando discursava na ocasião de lançamento de seu livro *Pensamento e Ação*, em 1984, o ex-prefeito afirmou que sua filosofia política e moral tinha sido construída no “contanto íntimo, diário, a que o cargo de prefeito obriga”, com o povo. Logo em seguida, ele realizou uma crítica ferrenha ao modo como a política era feita antes de sua gestão. Silvio questionava a si próprio em perguntas retóricas a fim de suscitar a reflexão do público presente sobre o fato de o cargo político ser usado para atacar ou privilegiar certos grupos sociais ou indivíduos em detrimento da coletividade. Nas palavras dele,

como poderia discriminar entre os que haviam, ou não votado em mim? Como poderia aferir a capacidade de um funcionário público, tomando como referência suas preferências políticas? Como poderia deixar de assegurar o respeito e a liberdade a todos os meus conterrâneos? Como atribuir a polícia militar outra função além da que lhe compete, de assegurar na forma da lei a tranquilidade e os direitos dos cidadãos? Como esquecer que o eleitor de um dia determinado, cujo voto equivale numericamente ao de qualquer outro, é muitas vezes um pobre homem da lavoura, subnutrido e desajudado, carente de auxílio e da compreensão do governo? [...] Qualquer obra de governo para ser digna deste nome, terá que dar prioridade, estímulo e prestígio aos valores intelectuais, artísticos e culturais – elementos cuja presença traduz o índice da vitalidade e do progresso de qualquer comunidade.⁴³⁹

Notemos como o discurso de Silvio Pedroza estava alinhando com a concepção de Estado do período pós-1930, onde a questão social passava a ser uma questão nacional e que o enfrentamento da pobreza passava a ser compreendido como uma obrigação do Estado, de forma que foi justamente nesse recorte temporal que se buscaram atenuar as precárias condições de vida sob as quais muitos trabalhadores viviam com a criação de serviços e projetos que tinham o objetivo de atender as necessidades básicas dos cidadãos recém incorporados no plano da política brasileira, como saúde, alimentação e educação. O Serviço de Alimentação e

⁴³⁸ NATAL. *Discurso proferido por Sylvio Piza Pedroza... op., cit., 1987, p. 4.*

⁴³⁹ PEDROZA, Sylvio. *Discurso do ex-governador Sylvio Pedroza na Cerimônia do lançamento do Livro Pensamento e Ação*. Arquivo Sylvio Pedroza. 1984, p. 2.

Previdência Social (SAPS), a Liga Nacional Contra o Mocambo e a Fundação Casa Popular foram alguns desses serviços implantados a nível nacional.

Em julho de 1947, o jornal *Diário de Natal* publicou uma matéria sobre a instalação de dois postos de atendimento da SAPS em Natal, durante o governo de Silvio Pedroza. O diretor geral da SAPS, major Umberto Peregrino, que era irmão do desembargador Miguel Seabra Fagundes, presidente do Tribunal de Justiça, de passagem pela cidade falou aos repórteres dessa folha sobre as providências tomadas com relação a instalação desse unidades.⁴⁴⁰ O major informou aos jornalistas que quando assumiu a diretoria da SAPS se deparou com um impasse no que dizia respeito à construção de um restaurante popular em Natal, pois o órgão escolhido para o financiamento dessa obra já estava com outras obras em andamento as quais consumiam um grande volume de verbas.

O estado do Rio Grande do Norte, conforme foi ressaltado pela reportagem, não era um bom contribuinte do IAPETC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas), condição que fazia com que Natal não fosse tratada como uma prioridade com relação aos investimentos de capitais, por parte daquele instituto, na capital potiguar. Entretanto, o major destacou que outros estados, que contribuíam mais com o IAPETC do que o RN, também não tinham sido contemplados com nenhum tipo de obra assistencialista, tornando o argumento da pouca contribuição do Rio Grande do Norte infundado.

Depois de contornados esses impasses o próximo passo era implementar a construção de um prédio de cinco andares, cuja obra estava orçada em 7 milhões de cruzeiros, no qual seriam instalados a sede da agência da SAPS e um restaurante que, nas palavras do diretor Umberto Peregrino, tinha a missão de “fornecer refeições saudáveis a trabalhadores a preços muitos módicos”. Todavia, Peregrino ressaltou que tal empreendimento levaria tempo para ser implementado na cidade, de forma que, visando acelerar esse processo, ele entrou em contato com o prefeito Silvio Pedroza para que fosse instalada na cidade, de maneira provisória, uma agência da SAPS, que ficaria subordinada a ela dois postos de fornecimento, um localizado nas Rocas e outro no bairro do Alecrim. O objetivo declarado era o de atender às populações menos favorecidas.

O diretor da SAPS esclareceu aos repórteres que assim que chegasse ao Rio de Janeiro na sua viagem de volta, enviaria à Natal um técnico para que a agência e os dois postos fossem

⁴⁴⁰ INSTALAÇÃO, dentro de poucos dias, de 2 postos de subsistência. *Diário de Natal*, Natal, 8 de julho de 1947.

organizados o mais rápido possível. Além disso, o major salientou a importante contribuição do prefeito Silvio Pedroza para concretização dos objetivos da agência, quando disponibilizou o prédio do mercado do Tirol para servir de sede provisória da SAPS.

Umberto Peregrino, meses depois de sua passagem pela capital norte-rio-grandense, escreveu um texto para o *Diário de Natal*, no qual apresentava sua percepção sobre a figura do prefeito Silvio Pedroza e suas impressões sobre a cidade, principalmente no que dizia respeito aos bairros pobres. O relato de Peregrino foi construído a partir de um passeio que ele havia feito por Natal na companhia do próprio Silvio Pedroza, um gestor, aos seus olhos, engajado em resolver os problemas da cidade e as demandas populares. Do ponto de vista do diretor da SAPS, Pedroza havia transformado positivamente um dos bairros pobres da cidade, o bairro das Rocas.

Passeando pelas ruas da cidade no automóvel de Silvio Pedroza, um “Studebaker” novinho, Peregrino observou o prefeito e, provavelmente em meio a conversas sobre os problemas urbanos da cidade, identificou naquele “homem moço e, não obstante, experimentado no conhecimento direto das grandes cidades do mundo”, a disposição para pôr em prática seus projetos de remodelação do espaço urbano de Natal, cujos aspectos sociais podiam ser vistos na sua administrativa, principalmente, conforme as palavras do major, no “tratamento justo dos bairros pobres”.

O militar destacou como Silvio levou recursos elementares para esses bairros pobres como água, luz elétrica e também vias de acesso que possibilitavam a chegada da ambulância ou do automóvel do médico onde antes não chegava. Nas palavras de Peregrino, o bairro das Rocas, após as ações da gestão Pedroza, dava gosto de ir visitar, ainda mais para quem teve a experiência de ter conhecido o bairro antes, com suas “habitações rudimentares, fincadas á beira da lama podre das marés” em aglomerações desordenadas.

O casario das Rocas ainda foi percebido como um aglomerado infinito, que acompanhava a ondulação da colina que separava a região baixa da lagoa do Jacó das areias ainda soltas e fofas do Areal, mas diferente de antes, como observou Peregrino, naquele momento havia decência humana. Nas Rocas não havia mocambo, não como e nem semelhante ao Recife, que se apresentavam, a quem quisesse ver, em “escala chocante” ou como as favelas do Rio de Janeiro. Os bairros pobres da cidade, como o das Rocas, receberam na gestão

municipal Piza Pedroza relativa atenção, de tal maneira o diretor da SAPS afirmou que a administração de Silvio “se caracterizava por esses extremos polos de interesse”.⁴⁴¹

A integração à cidade dos bairros humildes e/ou tradicionais como Rocas e Quintas, se dava, a princípio, por meio de algumas intervenções na infraestrutura desses bairros, como vias de acesso para conectar esses locais aos bairros centrais nas quais se pudesse transitar automóveis, ônibus e outros tipos de transportes, a fim de melhorar a mobilidade e a circulação na cidade. Além disso, havia o aumento do interesse por essas áreas periféricas por parte do setor imobiliário, emergente na cidade desde o período da guerra.

No intervalo de tempo no qual a cidade serviu de base de operações militares norte-americanas, Natal, como já apontamos, recebeu um grande contingente populacional formado, em sua maioria, por militares, mas também por empresários e retirantes das secas, que chegavam à cidade, que logo deu sinais de que não tinha capacidade para absorver esse grande fluxo de pessoas.

Não havia disponibilidade de habitação e nem de infraestrutura, o que provocou um grande aumento na procura por quartos de hotéis e de pensões, assim como de casas para arrendamento. Essa procura intensa por habitação mexeu significativamente com os preços dos alugueis e acabou tornando o setor imobiliário e de construção civil uma atividade atrativa para investimentos. O aumento do interesse e dos investimentos nesse setor também foi proporcional ao aumento do número de despejos no período. Nesse sentido, a cidade passava por uma crise de habitações, situação intensamente repercutida pela imprensa.⁴⁴²

Em 1944, o jornal *O Diário*⁴⁴³ publicou uma matéria sobre a situação das empresas construtoras em Natal e o fato delas preferirem investir seus recursos somente em construções de alto padrão e em casas de luxo, uma estratégia adotada para aumentar os lucros e rendimentos dessas empresas. Grande parte delas se voltaram para as obras públicas. As edificações de pequeno custo, por outro lado, foram deixadas de lado. Os autores da reportagem informaram aos seus leitores que a cidade estava se enchendo, cada vez mais, de residências senhoriais e

⁴⁴¹ MINHA CIDADE. *Diário de Natal*, Natal, 7 de setembro de 1947.

⁴⁴² FERREIRA, *op. cit.*, 1996, p. 137.

⁴⁴³ *O Diário* foi fundado em setembro de 1939 por Valdemar Araújo, Rivaldo Pinheiro, Adherbal de França e Djalma Maranhão com o objetivo de divulgar as notícias da guerra. Os seus proprietários venderam o registro do jornal, no mês de abril de 1942, ao então diretor de *A República*, Rui Paiva. Em fins de 1944, o jornal foi vendido à rede dos Diários Associados e em 1947 passou a ser intitulado *Diário de Natal*. Deixou de circular em 2012. Ver: LIMA, Maria Jailma de. “*Taquei Detefon nos Brutos*”: o Rio Grande do Norte em campanha política 1945-1955. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2017.

prédios públicos dignos de um centro civilizado, “verdadeiros prodígios de arquitetura”. A maioria dessas edificações se localizavam nos bairros de Petrópolis, Tirol e Ribeira, que na percepção dos jornalistas, se apresentavam naquele momento com uma paisagem urbana muito diferente daquela de antes da guerra.⁴⁴⁴

Os redatores ressaltaram que esse suposto desenvolvimento não era motivo para causar qualquer admiração, pois a cidade tinha sido integrada ao mundo moderno no momento em que foi escolhida como posto avançado dos americanos na luta contra os países do Eixo, período no qual algumas empresas construtoras foram organizadas na cidade e converteram milhões de contos de réis em edificações, tanto no perímetro urbano quanto fora dele, a saber: “empresa Jorgentil & Cia., a firma Hemilio Toscano de Brito (Melhoramentos de Natal), a firma Gentil Ferreira, a Agro-Construtora Ltda”.

A crise de habitação na cidade, contudo, permanecia. As empresas não se interessavam pelas construções de casas baratas, algo que prejudicava diretamente o pequeno funcionário, o pequeno comerciante, que mesmo tendo condições de construir uma pequena casa mediante o financiamento e boas condições de pagamento, não a fazia por falta das companhias construtoras que aceitassem o trabalho.

Além da falta de companhias construtoras dispostas a aceitarem o contrato de uma construção de baixo custo, havia despesa com os materiais de construção, que se encontravam bastante caro na época. O milheiro de tijolo custava, em média, 140 cruzeiros, somado a isso tinha o custo com trabalho de marcenaria, do piso, do serviço de saneamento, que tinham que ser pagos de maneira imediata. Um modesto empreendimento requeria um capital de, no mínimo, 50.000 cruzeiros, uma quantia que nem todo mundo tinha condições de despendar, como foi ressaltado pelos repórteres. Para esses indivíduos, não lhes restava outra alternativa que não fosse continuar pagando aluguéis altíssimos que chegavam, segundo dados apresentados pela reportagem, “mais ou menos um terço de sua renda mensal”, e podendo piorar.

Além disso, outra consequência decorrente dessas práticas das empresas construtoras na cidade e da valorização dos terrenos foi o crescimento do número de construções precárias nas áreas limites da cidade, nos subúrbios, das Rocas até o Alecrim, e chegando ainda até as imediações da ponte de Igapó. Nas palavras dos redatores, se podia ver uma, se erguendo ao

⁴⁴⁴ Neste número do jornal *O Diário*, digitalizado pelo LABIM-UFRN, a matéria se encontra incompleta. O PROBLEMA da casa pobre e as empresas construtoras de natal. *O Diário*, Natal, 3 de julho de 1944.

longo da “favela” natalense, “centenas de palhoças, choças, palheiros, barracões”, o mocambo e a mansarda, moradia de operários, artífices, motorneiros de bonde, caixeiros, engraxates, que foram morar longe de seus locais de trabalho em virtude do pequeno funcionário, do pequeno comerciante, do homem que vendia frutas no mercado, que tinha uma bodega no Tirol ou no Alecrim, que os expulsaram das suas antigas moradias.⁴⁴⁵

Essa questão da moradia também foi tratada em outra matéria sobre a ação dos institutos de previdência e das caixas de pensão na cidade. O texto, publicado pelo *Diário de Natal*, em 1947, informava aos leitores sobre como a situação da habitação na cidade vinha se complicando desde a guerra por causa do aumento populacional e como era angustiante se deparar com todo esse cenário no qual famílias inteiras, de militares, de operários ou comerciantes, vindos de todas as partes, se transformassem numa massa enorme de inquilinos disputando residências na cidade. Com mais gente na cidade, os preços dos aluguéis subiram fazendo com que “famílias locais de modestos funcionários públicos ou comerciários” fossem “gradativamente tocadas para fora do perímetro urbano”, conjuntura que agravava o problema das favelas, focos permanentes de epidemias, na observação do autor do texto.⁴⁴⁶

Mesmo com a fixação dos preços dos aluguéis, como determinava a Lei do Inquilinato de 1942, os preços continuavam aumentando em Natal, assim como a construção de novas moradias por toda cidade. Muitos prédios foram erguidos e outros tantos estavam em pleno processo de construção pelos bairros de Natal. Nas Rocas, na Ribeira, no Alecrim, em Cidade Alta, Tirol e Petrópolis se podia ver prédios modernos e elegantes, inclusive nos terrenos considerados antes como lixões, passaram a servir de base para luxuosos palácios. Foi a partir disso que Angela Ferreira destacou esse período como o momento no qual o capital imobiliário começou a ganhar importância, principalmente na produção rentista de moradias, transferindo “o capital mercantil para o setor imobiliário”, que se intensificou no período seguinte.⁴⁴⁷

Com o fim da guerra, mesmo com a saída dos militares norte-americanos da cidade, o número de habitantes não havia diminuído tanto assim, persistindo o problema da habitação na cidade. A situação só viria a melhorar com as operações imobiliárias realizadas pelos institutos previdenciários e caixas de pensões, principalmente depois que passaram a ter sedes próprias, diminuindo as burocracias e tendo mais autonomia.

⁴⁴⁵ O PROBLEMA da casa pobre e as empresas construtoras de natal. *O Diário*, Natal, 3 de julho de 1944.

⁴⁴⁶ AÇÃO dos institutos de previdência na solução da crise de habitações. *Diário de Natal*, Natal, 27 de julho de 1947.

⁴⁴⁷ FERREIRA, *op., cit.*, 1996, p. 138-140

O Instituto dos Comerciários, por exemplo, como foi apontado na matéria do *Diário de Natal* do mês de julho de 1947, foi a instituição de previdência líder no país. No início de 1946, quando iniciou suas operações imobiliárias, encerrou o ano com 29 operações na cidade de Natal, incluindo aí a compra de terrenos e construções no valor global de Cr\$ 2.500.000,00. No ano de 1947, segundo os dados apresentados por essa folha, o volume de operações imobiliárias aumentou consideravelmente, de modo que, só no primeiro semestre, 115 operações imobiliárias foram realizadas, no valor global de Cr\$ 7.818.229,00.

A novas edificações, casas de diferentes tamanhos, “elegantes, modernas, bonitas e higiênicas”, de estilos variados, “desde o colonial puro, com cornijas e grades de madeira em obra de talha nas janelas, ao mixto de chalet e campestre, com telhados íngremes e arcadas arredondadas ou ogivais”, não apenas aqueciam o setor imobiliário da cidade como também melhoravam o seu aspecto urbanístico. Esse aumento no número de construções só foi possível com “eliminação de exigências burocráticas”. O *Diário de Natal* apresentou um levantamento das construções que foram executadas na cidade por aquele instituto, de modo que podemos ter uma noção das dimensões e da localização dos terrenos, seus proprietários, projetistas e estilos de construção:

Rua Claudio Machado, de Aldo Carielo, valor de Cr\$ 100.000,00, em terreno próprio de 15x38, estilo colonial com arcadas campestres, pintada de Helio Lopes de Oliveira, construção de Heleno Francisco da Silva.

Rua Manoel Machado, de Maria de Lourdes de Amorim Garcia, construção de 58.000. 00, terreno de 15x34, no valor de 28.000,00, planta de Apolonio Zenaide, construção de José Lira.

Rua Manoel Machado, de Francisco Azevedo Maia, construção de 40.000,00, em terreno de 10x17 no valor de 14.000,00, planta de Wilson Miranda, construção de João Azevedo.

Avenida Floriano Peixoto, de João Freire da Silva, construção de 90.000-00, entrando o mutuário com o terreno e 30.000,00. Planta de Apolonio Zenaide, construção de Alipio Dias.

Rua Camboim, de Antonio de Araújo Freire, construção de 80.000,00, em terreno de 7,80x52, no valor de 16.000,00, planta e construção de Wilson Miranda.

Rua Apodí, de Carlos Gondim, construção de 170.000,00, em terreno próprio de 22 x 111, entrando o mutuário com 40.000,00, Planta de Wilson Miranda, construção de Sebastião Dias.

Avenida Prudente de Moraes, de José Magi, construção de 95.000,00, em terreno próprio de 14x40. planta de Otávio Tavares, construção de José Moreira Gomes.

Avenida Jundiai, de Moisés Meireles, construção de 200.000,00, em terreno próprio, entrando o mutuário com 50.000,00. Planta de Otávio Tavares, construção de Oscar Pais.

Avenida Rodrigues Alves de Maria Suzete Miranda Monte, construção de 135.000. 00, em terreno de 13x54, no valor de 15.000,00 planta de Wilson Miranda, construção de Joaquim Vitor de Holândá.

Rua Assu', de Claudionor de Andrade, construção de 200.000,00, em terreno próprio de 15x30, planta e construção de Wilson Miranda.

À maioria dos terrenos estavam localizados dentro dos limites do bairro de Petrópolis. Bairros pobres como o das Rocas, por sua vez, estavam apenas começando a despertar o interesse do setor imobiliário, interesse que partia, sobretudo, de uma política de liberação de crédito para pessoas com poucos recursos financeiros. Somente com os incentivos advindos dessa política que, aos olhos dos redatores do *Diário de Natal*, se poderia “ver os casebres imundos das Rocas e de outras Suburras da cidade transformados em casas ensolaradas e salubres, para a população de trabalhadores, que ainda hoje ali vegeta”.⁴⁴⁸

O bairro das Rocas, assim como o das Quintas, passou a adquirir importância por causa de seu potencial construtivo e também por causa dos baixos valores dos terrenos, de forma que foram escolhidos para a implantação de obras governamentais de caráter popular, como o projeto da Fundação da Casa Popular (FCP), cujo objetivo era a construção de casas residenciais para a classe trabalhadora da cidade. A questão da habitação popular, como uma política social, teve “um sentido estratégico, pois, ao mesmo tempo, aumentava a capacidade de trabalho e produzia a paz social pela preservação da família”, como argumenta Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.⁴⁴⁹

Em meados do mês de agosto de 1947, Alberto M. Cotrim Rodrigues Pereira, engenheiro do corpo técnico da Fundação da Casa Popular, esteve em Natal para supervisionar a escolha dos terrenos que seriam usados para a implantação desse projeto na cidade. O engenheiro, em uma palestra realizada no Grade Hotel, declarou que antes de sua chegada à Natal esteve na cidade de Teresina e na Paraíba para selecionar os terrenos que haviam sido doados pelos respectivos governos estaduais.

No Piauí, esse engenheiro analisou as condições dos terrenos doados para que pudesse dar início à implantação das primeiras construções da Fundação Casa Popular. Após a

⁴⁴⁸ AÇÃO dos institutos de previdência na solução da crise de habitações. *Diário de Natal*, Natal, 27 de julho de 1947.

⁴⁴⁹ RIBEIRO, *op., cit.*, 2015, p. 62.

realizados de estudos, Alberto Pereira designou um outro engenheiro para que ele elaborasse as plantas das casas para que fossem enviadas ao Rio de Janeiro para serem analisadas e aprovadas pelo comitê responsável.

O terreno escolhido pela equipe do projeto na cidade de Teresina media cerca de 6.300 m² e a Fundação Casa Popular destinou o montante de 2 milhões de cruzeiros para a construção das casas. De acordo com a observação do engenheiro Alberto Pereira, apenas com a metade do valor dessa verba, 50 unidades residências poderiam ser construídas no local em lotes de 10x35 cada um. Na Paraíba, o terreno doado pelo governo local media 30.000 m², de maneira que, pela estimativa realizada pelo engenheiro responsável, daria para serem construídas aproximadamente 50 a 60 casas populares em lotes de 10x50 com aquele outro 1 milhão de cruzeiros que havia sobrado.⁴⁵⁰

Quando ainda estava na Paraíba, Alberto Pereira recebeu uma ordem por telégrafo de Cid Rasche, superintendente da Fundação Casa Popular, para que ele fosse à Natal realizar estudos parecidos como fizera no Piauí. A verba destinada ao Rio Grande do Norte, por sua vez, foi de 2 milhões de cruzeiros a serem divididos entre a capital e o interior do estado, conforme a informação dada pelo governador José Varela.

Na companhia do prefeito da capital, Silvio Pedroza, o engenheiro examinou os dois terrenos que foram oferecidos pelo governo do estado para a implantação das casas residenciais da Fundação Casa Popular. Um dos terrenos estava localizado na região das Rocas e o outro nas Quintas, de forma que ambos os terrenos serviriam para os objetivos da FCP, embora fosse preciso escolher apenas um deles. O terreno escolhido foi o das Quintas, pois, como argumentou o engenheiro Alberto Pereira, tal terreno estava “sujeito a valorização mais remota, que o das Rocas e, portanto, mais aconselhável às finalidades populares da Fundação”.

As palavras do engenheiro sugerem que os terrenos localizados nas Rocas tinham mais valor do que o das Quintas e que por isso essa região foi a escolhida como local ideal para a construção das habitações populares. Ou seja, cidade foi instrumentalizada, produzida e manipulada no âmbito do Estado e das estratégias a fim de atender, ao que parece, a uma demanda do setor imobiliário que viam nas Rocas um crescente potencial construtivo.⁴⁵¹ Ao que tudo indica, um dos grandes responsáveis por essa valorização das Rocas foi Silvio Pedroza.

⁴⁵⁰ EM NATAL, a serviço da casa popular. *Diário de Natal*, Natal, 31 de agosto de 1947.

⁴⁵¹ LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Traducción de Janine Muls de Liarás e Jaime Liarás Garcia. Barcelona: Península, 1976, p. 140.

As ações de Silvio e de sua administração iam de encontro àquilo que, no seu entendimento, funcionavam como obstáculos que impediam a modernização da cidade e Rocas era um desses obstáculos. Não foi à toa que Silvio foi constantemente tratado na imprensa como o gestor que tinha a capacidade e que estava transformando as Rocas ao ponto desse lugar não ter mais a sua imagem associada ao crime, à violência, ao perigo, à desordem, à insalubridade, às casas de jogos de azar e de meretrício, ao alcoolismo e à pobreza, que eram os obstáculos à modernização e ao progresso da cidade.⁴⁵²

Naquele mesmo artigo do *Jornal do Comércio* do Recife que citamos anteriormente, no qual a administração de Silvio Pedroza e sua pessoa foram enaltecidas por Andrade Lima Filho, também nos deparamos com as impressões do autor sobre as Rocas, que era, na expressão do autor, o velho bairro operário e lugar preferido para os desordeiros, até que foi transformado pelas mãos do prefeito natalense.

A descrição de Lima Filho teve o objetivo de nos remeter para uma Rocas de outrora, incivilizada e incapaz de concorrer para progresso da cidade; uma Rocas “esquecida de Deus e do governo”, sem infraestrutura urbana, sem iluminação, sem água, atolada em pura lama, um lugar no qual o “transeunte incauto” corria risco de morte pela ponta das peixeiras que estavam sempre em ação no bairro; uma Rocas que era o centro de atividades poucas respeitadas e de práticas ilícitas, nas quais os corpos eram muitas vezes as próprias mercadorias, como sugerem as palavras do autor quando afirmou que Rocas, era “um “empório de meretrizes e de gatunos”, que tinham tradição nos anais do crime.

Mas essa Rocas não existia mais aos olhos desse e de vários outros observadores da cena urbana natalense, a não ser quando vista pelos olhos do passado. O que se via nas Rocas, depois das ações do prefeito Silvio Pedroza, eram ruas “saneadas, calçadas, com luz elétrica” e uma população que trabalhava e também respirava aliviada e satisfeita, pois, não havia mais miséria e o crime havia desaparecido. A peixeira tinha arribado e se encontrava “enferrujada na bainha do último malandro”, como foi ressaltado pelo autor.⁴⁵³

Não podemos também esquecer da mensagem de Silvino Lopes direcionada à Café Filho, a qual foi reproduzida pelo *Jornal Pequeno*, a qual ressaltava a transformação na paisagem das Rocas como uma obra empreendida pela gestão Silvio Pedroza. Rocas que tinha

⁴⁵² JOGO de azar, nas Rocas. *A Ordem*, Natal, 7 de novembro de 1947, p. 4; AS FAMILIAS das Rocas querem tranquilidade. *A Ordem*, Natal, 25 de janeiro de 1949, p. 4.

⁴⁵³ PEPE LE MOKO. *Jornal do Comércio*, Recife, 5 de agosto de 1949.

sido um “mar de muita desordem e a nau do crime deslisava sobre a lama de onde brotavam as mais bonitas flores da degenerescência”, que era “sinônimo de inferno”, que era “o bairro Lázaro, bairro bêbado, o bairro bandido, bairro sangue, bairro canceroso, bairro prostituição”, mas que renasceu como o bairro dos trabalhadores pobres, das crianças nas escolas, do bairro abençoado pela igreja, bairro convertido em um verdadeiro milagre pelas mãos de Pedroza.⁴⁵⁴

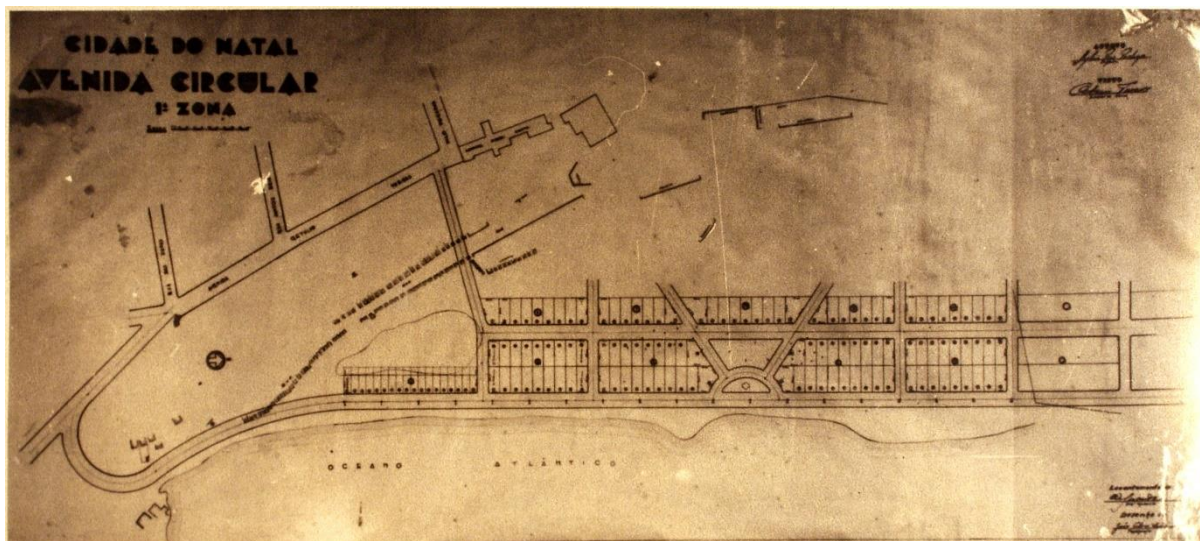
4.2 – O bairro das Rocas e seu lugar na Natal dos projetos de Silvio Piza Pedroza

A região das Rocas passou a figurar nos projetos de Silvio Pedroza na medida que o plano da Avenida Circular foi levado a efeito em 1946. Em uma entrevista ao programa *Memória Viva* da Tv Universitária, em 1982, Pedroza comentou sobre como ele, na época que assumiu o cargo de prefeito, descobriu esse projeto, que se tratava de um plano piloto elaborado pelo arquiteto italiano Giacomo Palumbo no período da gestão do ex-prefeito Omar O’Grady (1924-1930), o qual se configurava numa avenida circular que passaria pelos Forte dos Reis Magos, margearia o rio Potengi até atingir o bairro do Alecrim.

Pedroza ressaltou que uma de suas primeiras dificuldades foi a de provar que as dunas pelas quais passaria a avenida circular faziam parte do patrimônio municipal, o que, de fato, ele conseguiu. O segundo impasse apontado pelo ex-prefeito foi questão financeira, mas fora resolvida de maneira prática com a venda de terrenos por mil cruzeiros o metro corrido, de modo que uma estimativa foi realizada e o empreendimento se tornava autofinanciável. Os recursos materiais foram conseguidos pelo ex-prefeito com os americanos, que dispunham de muitas máquinas desativadas no campo de Parnamirim desde o fim da conflagração europeia e que foram usadas no trabalho de abertura e terraplanagem da área na qual seria edificada a Avenida Circular (ou Avenida Atlântica).

⁴⁵⁴ POLEGAR, O Grande. Bota de 7 léguas. *Jornal Pequeno*, Recife, 10 de agosto de 1949, p. 3.

Figura 24 – Projeto da Avenida Circular (1929)



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.⁴⁵⁵

Nessa mesma entrevista, Silvio Pedroza destacou que um dos empreendimentos que ele mais recordava de sua época na gestão municipal de Natal era o calçamento das Rocas, nas palavras dele, uma “área distante, marginalizada, onde quase não se podia chegar, cheia de lama e de buracos”.⁴⁵⁶ O ex-prefeito ressaltou que não só tinha levado o calçamento como também o transporte, a partir da criação de linhas de ônibus que passaram a trafegar pelas ruas desse bairro. Tais intervenções foram, do ponto de vista do Pedroza, o motivo pelo qual ele teria conquistado a simpatia das Rocas.

No entanto, precisamos chamar atenção para alguns detalhes dessa fala de Pedroza sobre as Rocas. O ex-prefeito, na sua caracterização das Rocas de um tempo anterior à sua gestão, afirmou que esse lugar ficava numa “área distante”, “onde quase não se podia chegar”, de forma que, imediatamente, somos levados a fazer o seguinte questionamento: distante de qual lugar? Qual foi a referência usada por Pedroza para fazer tal afirmação? As perguntas se impõem nesse momento por acreditarmos que já apresentamos dados e elementos suficientes para que o argumento que condiciona a pobreza e falta de infraestrutura urbana das Rocas à sua distância – do centro da cidade? – não tenha mais tanta força de sustentação.

⁴⁵⁵ Acervo do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade.

⁴⁵⁶ PEDROZA, Sylvio. Depoimento prestado no programa “Memória Viva” da Tv Universitária. In: *Pensamento e Ação: marcos de uma trajetória de governo*. Natal, Gráfica Manimbu, 1984, p. 65-66.

Na primeira parte dessa tese, analisamos a divisão territorial da cidade e como os espaços estavam distribuídos e organizados, de forma que, mesmo não aparecendo na letra da lei nos primeiros anos século XX, ficava subentendido que a região das Rocas fazia parte do conjunto urbano do bairro da Ribeira. Além disso, o ex-prefeito, de certa maneira, desconsiderou na sua fala aquela série de “melhoramentos” que foram implantados nas Rocas na época da gestão municipal de Omar O’Grady, quando José Augusto era o governador do Estado. Lembremos que um desses “melhoramentos” inaugurados em 1926 foi justamente uma estrada de automóveis cujo objetivo era fazer a conexão, a integração das Rocas com os outros bairros da cidade.

À vista disso, temos aqui mais um indício de como uma determinada maneira de ver e dizer as Rocas foi se perpetuando ao longo do tempo e servindo como um referencial negativo para, de alguma forma, evidenciar um *momento de renascimento* das Rocas, isto é, um momento marcado por mudanças não apenas físicas e estruturais, mas também simbólicas. Nesses termos, podemos dizer que a gestão de Silvio Pedroza e de O’Grady antes dele, se colocaram como pontos de inflexão para as Rocas, onde as ações desses dois administradores teriam mudado positivamente o rumo desse lugar. Foi, inclusive, durante a gestão de Pedroza que Rocas mudou de *status* oficialmente, passando a ser reconhecido como um dos bairros da cidade de Natal a partir da aprovação do decreto-lei nº. 251 de 10 de julho de 1947, que atualizava a divisão da cidade em onze bairros, divididos, por sua vez, em área urbana e suburbana.⁴⁵⁷

O reconhecimento das Rocas como bairro, no entanto, se deu bem antes da efetivação do decreto-lei que regulamentou a nova divisão espacial da cidade. A própria população já compreendia e tratava as Rocas como um bairro, de forma que em várias passagens desse trabalho chamamos atenção para esse detalhe e para a confusão que se estabelecia quanto a isso, de que num mesmo período as Rocas podia ser identificada como um arrabalde, um povoado ou um subúrbio, como também podia ser identificada como um bairro, como fizeram Amphilóquio Câmara e Januário Cicco.

No dia 16 de julho de 1947, por meio de um documento enviado ao Departamento das Municipalidades e ao Conselho Administrativo, o prefeito Silvio Pedroza procurou deixar claro os seus motivos que o levaram a aprovar aquele projeto de decreto-lei. Nas palavras do então prefeito, a divisão da cidade em onze bairros, dos quais nove pertenceriam à zona urbana e dois

⁴⁵⁷ NATAL. Prefeitura Municipal. *Projeto de decreto-lei nº. 251 de 10 de julho de 1947*. Natal: 1947.

à suburbana, foi uma atitude que não podia mais ser adiada, “pois com o crescimento da cidade, novos bairros haviam surgido consagrados pela denominação conhecida de muitos anos”.⁴⁵⁸

Como bem foi ressaltado pelo prefeito, até o momento da aprovação da lei, Natal contava com quatro bairros oficiais, a saber, Ribeira, Cidade Alta, Alecrim e Cidade Nova. Rocas e outros locais, como Lagoa Seca, Quintas e Carrasco, eram conhecidos e delimitados, embora não existissem oficialmente, de forma que “as cartas de aforamentos e outros documentos fornecidos no nome de alguns dos bairros anteriores existentes” eram os únicos dispositivos que, de alguma maneira, identificavam a existências desses locais.

Era uma situação que o prefeito considerava ser um contrassenso, pois o fato desses locais não terem sido oficialmente reconhecidos como bairros era um sinal de que a administração pública não estava acompanhando o “progresso e o crescimento de Natal”, de tal maneira que o decreto-lei funcionaria como uma maneira de corrigir “esta falha”, como foi enfatizado por Silvio Pedroza.

Silvio Pedroza destacou que sua intenção não era ser o único árbitro nessa “matéria de tão grande interesse para toda a população”. Com isso ele quis dizer que levaria em consideração também à vontade popular no que se referia ao traçado da nova divisão da cidade, colocada “em exposição pública no saguão da Prefeitura para que todos os natalenses pudessem das sugestões”. O prefeito, nesse aspecto, assumia uma postura de gestor preocupado com as tradições populares e que fazia “questão de manter os nomes tradicionais já consagrados pelo uso popular e contra os quais seria inútil querer ir de encontro”. Respeitar a vontade e a tradição popular era, na expressão de Silvio, “agir com acerto”.

Essa atitude de Silvio Pedroza, de respeitar à vontade popular preservando o nome do bairro das Rocas pelo seu reconhecimento tradicional, pode ser interpretada como uma estratégia política, uma tentativa de se apresentar como um verdadeiro “homem do povo”, muito mais por estar atento aos interesses e as demandas coletivas da sociedade como um todo, do que simplesmente ser um político de origem humilde, o que, de fato, ele não era. Silvio procurou a todo momento se afastar da imagem do político preocupado apenas com seus interesses e ganhos particulares, do político que privilegiava somente seu grupo social e/ou seus aliados.

⁴⁵⁸ NATAL. Prefeitura Municipal. *Exposição de motivos*, 16 de julho de 1947. Natal: 1947.

Mas de onde veio, de fato, o interesse da gestão Silvio Pedroza pelo bairro das Rocas? Além de um pretenso desejo de cuidar dos bairros pobres, o que mais motivou o prefeito a dedicar atenção a esse lugar? A partir da leitura e análise de algumas fontes, ficamos com a impressão de que essa atenção às Rocas se deu muito mais pela sua condição e funcionalidade, isto é, do bairro servir como um ponto de ligação entre a Avenida Circular (Atlântica), que foi a grande obra da gestão Piza Pedroza, e as outras partes da cidade. O bairro das Rocas estava bem no meio desse projeto, entre a região que foi preparada para receber a Avenida Circular, o novo bairro de Santos Reis, recém-criado, e os outros bairros da cidade.

Uma nota publicada pelo jornal *A Ordem*, no dia 13 de novembro de 1946, reforça essa ideia ao destacar que os bairros de Petrópolis e Ribeira estariam ligados pelas Rocas à Avenida Circular, uma alusão a criação da linha de ônibus que passaria a fazer a rota Santos Reis – Ribeira. O itinerário dessa linha, que se tornou regular no dia seguinte à publicação dessa nota, iniciava no Grande Ponto e seguia por Petrópolis, passando pela Praia do Meio, Avenida Atlântica, rua São João, nas Rocas, Jacó, praça Leão XVIII e de volta ao Grande Ponto.⁴⁵⁹

Alguns dias depois, outra nota jornalística sugeria que as obras que, supostamente, beneficiaram o bairro das Rocas só foram realizadas por causa da Avenida Circular pelo fato dela ter valorizado os terrenos ali existentes ou por ter influenciado na implementação de uma linha de ônibus.⁴⁶⁰ Isso nos faz pensar sobre o discurso de Silvio Pedroza quanto a sua real preocupação no que dizia respeito ao bairro das Rocas. Ao que tudo indica, Rocas era apenas um obstáculo ao plano da Avenida Circular que não podia mais ser contornado.

As críticas à gestão do Prefeito Silvio Pedroza, de certa maneira, foram silenciadas. Arthur Torquato deixa isso evidente quando analisou as publicações dos jornais que falavam da gestão de Silvio Pedroza de forma positiva, enaltecendo a figura do prefeito e suas ações. Contudo, críticas e insatisfações podem ser também percebidas, de forma bem menos evidente, obviamente, como podemos observar no artigo de Boanerges Soares, publicado no jornal *O Diário*, sobre a abertura da Avenida Circular, em dezembro de 1946. Nesse artigo, o autor enaltecia a figura do prefeito Silvio Pedroza “pela grande obra de engrandecimento da terra comum”, embora, na mesma medida, minimizasse o fato de que outros sujeitos, políticos de campos adversários, enxergarem a nova avenida como um mal para os habitantes do bairro das Rocas.

⁴⁵⁹ UMA LINHA de ônibus, pela avenida Atlantica. *A Ordem*, Natal, 13 de novembro de 1946, p. 4.

⁴⁶⁰ GRANDE MELHORAMENTO público para nossa capital. *A Ordem*, Natal, 24 de dezembro de 1946, p. 12.

Nas palavras de Boanerges Soares, a Avenida Circular não era uma fantasia política como aqueles que iam às praças públicas pregarem suas grandezas irrealizáveis costumavam fazer apenas para chegarem ao topo e de lá olharem apenas para si mesmos. E chamando a atenção da população das Rocas, Soares pedia para os “humildes operários” tomarem cuidado com esses indivíduos que enxergavam na Avenida Circular um mal para os habitantes do bairro. Ao final, o prefeito Silvio Pedroza foi novamente elogiado pelo articulista, que também realizou uma previsão quando declarou que as pessoas iriam “reconhecer o grande feito, e a história no seu julgamento imperecível e a posteridade na sua análise mais justa há de dizer do prefeito da capital, não o que dizem os irreconhecidos [sic] e apaixonados políticos, mas, a verdade”.⁴⁶¹

A crítica, no entanto, pode ser encontrada no silêncio ou nos sujeitos que foram silenciados. Ela pode ser lida numa pequena nota jornalística referente a uma reclamação ou uma notícia gerada a partir de um transtorno provocado por causa das obras de “melhoramentos” urbanos, basta alterarmos nosso ângulo de visão. A ideia e o discurso sobre a cidade de Natal no período da gestão de Silvio Pedroza era a de que a modernização estava de fato chegando às Rocas na forma de ruas calçadas, saneamento, abastecimento de água e linhas de ônibus. Mas como esses elementos da modernidade, que previam o “engrandecimento da terra comum”, afetavam os moradores das Rocas?

Afetavam, por exemplo, com o estabelecimento de regras no que dizia respeito à construção de novas edificações, de casas, que deveriam obedecer a um padrão de construção, pois certos tipos e métodos construtivos passaram a ser proibidos como as construções de casas de Taipa, sendo permitidas somente as de alvenaria (uma medida já preconizada nas gestões passadas, mas que se intensificou na gestão Pedroza); no modo como os moradores da rua das Dunas, por exemplo, usavam os espaços em períodos de chuva, abrindo valas para que as águas escoassem, mas que pelo fato de a prefeitura ter loteado alguns terrenos naquela área, impedia que os moradores abrissem valões, que acabava resultando na inundação de suas casas.⁴⁶²

Os problemas decorridos na rua das Dunas⁴⁶³ por causa de inundações parecem que persistiram por mais de um ano, como sugerem as discussões na Câmara Municipal de Natal

⁴⁶¹ SOARES, Boanerges. A Avenida Circular, uma realização. *O Diário*. 23 dez. 1946 apud TORQUATO, 2011, p. 39.

⁴⁶² AS AGUAS da ameaçam as casas da rua das Dunas, nas Rocas. *A Ordem*, Natal, 12 de março de 1947, p. 4

⁴⁶³ De acordo com Luís da Câmara Cascudo, Dunas foi o primitivo nome das Rocas. Em 1898, os moradores dessa localidade eram chamados de duneiros, trabalhadores dos serviços da Barra e pescadores, atraídos pelas vendas que podiam fazer aos operários. A rua das Dunas, nesse sentido, é um vestígio da nomenclatura desaparecida. Atualmente a rua das Dunas se chama Vereador Cauby Barroca.

no ano de 1948. No dia 26 de julho, em sessão ordinária no salão Alberto Maranhão, da Biblioteca Pública Municipal, à praça Augusto Severo, o vereador Antônio da Cunha Cruz Gouveia solicitou que um aterro fosse feito na rua das Dunas, bem com um chafariz fosse instalado nas Rocas. O vereador Martinho Machado, pediu a palavra, e declarou que prefeito Silvio Pedroza, em resposta à sua pergunta sobre as verbas de maior necessidade naquele momento, afirmou que as obras novas eram as que mais demandavam atenção, de forma que o aterro que estava sendo levado a efeito nas Rocas não podia deixar de ser concluído com toda urgência, pois corria perigo de ser destruído pela grandes mares de agosto.⁴⁶⁴

No dia seguinte foi que a indicação do vereador Antônio Gouveia entrou em discussão acrescida de mais uma solicitação, de que fossem feitos reparos na estrada que partindo das Rocas dá acesso à Avenida Circular. Depois o que referido vereador justificou à Câmara o seu pedido, o vereador João Alves Santana pediu a palavra e acrescentou que o local para o qual o aterro tinha sido solicitado era uma lagoa (do Jacó) que existia ali por causa da depressão do próprio terreno e que não poderia ser eliminada, a não ser que fosse elaborado um plano bem estudado, que demandaria uma grande despesa.

O vereador Antonio Felix, por sua vez, declarou que o melhoramento pedido para a rua do Areal era justo e necessário, mas que o aterro era uma obra bem mais difícil, de forma que ele sugeriu que a Câmara solicitasse à Prefeitura que recomendasse ao departamento de Saneamento que fizesse um estudo sobre como deveria ser feito esse aterro. Na direção contrária a de seus colegas, o vereador Manoel de Oliveira Paula manifestou-se contrário a indicação do aterro a ser realizado na rua das Dunas, isto é, na lagoa do Jacó, pois, no seu ponto de vista, essa lagoa existia ali desde antes de aparecerem as primeiras casas no local e acrescentou que o próprio prefeito já tinha examinado a situação do local. Mesmo com votos contrários, a indicação do vereador Antônio Gouveia foi aprovada, inclusive a da instalação de um chafariz no bairro das Rocas.⁴⁶⁵

O ritmo de vida também se alterava com as linhas de ônibus implementadas no bairro, fazendo inclusive vítimas fatais, como Arlindo Queiroz, atropelado quando caminhava pela rua por um ônibus, um dos símbolos da modernidade da gestão Piza Pedroza. Arlindo foi a primeira

⁴⁶⁴ NATAL. *Primeira Reunião ordinária da Câmara Municipal do Natal*. Sessão XXII. 26 de julho de 1948. Arquivo da Câmara Municipal.

⁴⁶⁵ NATAL. *Primeira Sessão ordinária da Câmara Municipal do Natal*. Reunião XXIII. 27 de julho de 1948. Arquivo Câmara Municipal.

“vítima dos melhoramentos nas Rocas”.⁴⁶⁶ Os corpos dos moradores das Rocas ainda não estavam adaptados aos novos usos das ruas, aos transportes que ali passavam em alta velocidade. A pedagogia imposta pelo uso dos transportes precisava ser ensinada e também aprendida. Nesse evento, e em vários outros, se pode entender que o progresso faz suas vítimas, mata e deixa também seus rastros.⁴⁶⁷

Uma parte da memória do bairro das Rocas está preservada no Arquivo Silvio Pedroza, organizado por ele próprio, cuja intenção era preservar sua imagem como administrador público moderno, dinâmico e também seus feitos políticos, bem como de suas realizações que incluem as obras no bairro das Rocas. Entretanto, a inteligibilidade provinda da memória, dessa seleção de eventos justapostos, não dá conta do real, mas sim da realidade específica de um determinado grupo, que geralmente exclui um outro que, para eles, não fazem parte daquela lembrança que se queria preservar.⁴⁶⁸

A memória é um fenômeno que, de acordo com Pierre Norra, é própria do mundo dos vivos, sempre em evolução, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações”.⁴⁶⁹ A população do bairro das Rocas tem a sua memória, coletiva, plural e individualizada sobre os eventos. Entretanto, faz parte do ofício do historiador a desconfiança do discurso produzido. A memória comporta sempre um fato preciso, um acontecimento e sua dimensão afetiva. Assim, não podemos nos deixar “aniquilar por esta acumulação desumana de fatos herdados” e para isso temos a história, que nos serve para “interrogar a morte em função da vida” e organizar coerentemente o passado.⁴⁷⁰

Quando lemos e analisamos as notícias e os artigos publicados nos jornais sobre o bairro das Rocas no período em exame, percebemos a predominância da representação desse lugar como precário, pobre, esquecido, abandonado, mas que começou a emergir em direção à prosperidade, ao progresso, através das obras de “melhoramentos” urbanos promovidos pela gestão Piza Pedroza. Contudo, quando analisamos as recordações de uma moradora do bairro das Rocas, da rua do Areal, notamos que as transformações urbanas na época da gestão de Silvio

⁴⁶⁶ A 1ª VITIMA do melhoramento das Rocas. *A Ordem*, Natal, 1 de abril de 1948, p.6.

⁴⁶⁷ FOOT HARDMAN, F. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

⁴⁶⁸ PROST, Antoine. *Como a História faz o historiador?*. Porto Alegre: Anos 90, nº. 14, dez. 2000, p. 10-11.

⁴⁶⁹ NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. *Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1993. v.10.p. 9.

⁴⁷⁰ FREBVRE, 1953, p. 437 *apud* PROST, 2000, p. 11.

Pedroza, amplamente divulgadas pelas impressa como um verdadeiro milagre, não foram tão marcantes para ela, Dona Maria Nazaré Gomes de Souza, de 91 anos. Em entrevista a Marcos Silva, no ano de 1997, ela contou um pouco de sua vida como moradora da rua do Areal e da cidade de Natal.

Cantora, dançarina de autos populares/folclóricos, operária têxtil e passadeira na escola Doméstica, Dona Nazaré deixou bastante evidente o seu desgosto com as modificações na paisagem, principalmente com relação à praia. No seu tempo a praia era linda, limpa e que dava gosto andar por ela. No entanto, ele comentou que a praia não tinha mais beleza, que o banho salgado, os morros, cuja areia era alva e que “rangia nos pés” quando pisava, areia na qual se podia deitar e rolar, que “não fazia nojo você chegar”, tinha acabado. Somente a lembrança ficou da praia de sua juventude, a qual recordava saudosamente: “era muito lindo, a praia chega brilhava, quando vinha saindo o sol”.⁴⁷¹

Dona Nazaré acompanhou praticamente todas as fases e transformações por que passaram o bairro das Rocas. Na época da Segunda Guerra Mundial, ela contou a Marcos Silva que os policiais passavam de casa em casa para ver quem estava com luz acesa durante o *black-out*. embora não tivesse luz elétrica em 1942, como ressaltou Dona Nazaré, a iluminação “era de querosene”. O relato dessa moradora das Rocas se contrapõe diretamente às notícias sobre a chegada da luz elétrica nas Rocas em meados dos anos 20, período no qual o governador José Augusto anunciou a inauguração da luz elétrica nas Rocas, ação que foi chamada pela imprensa de ato de “benemerência” e de “importante melhoramento” que contribuía para o “crescente e rápido desenvolvimento do subúrbio das Rocas”.⁴⁷²

É curioso o fato de Dona Nazaré não mencionar, em nenhum momento de sua fala, o prefeito Silvio Pedroza, do sujeito que trouxe o progresso e integro o bairro das Rocas à cidade a partir de suas obras de melhoramento. Será que as obras não foram tão relevantes para ela? O que ficou guardado em sua memória foi a campanha “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, projeto de alfabetização colocado em prática na cidade durante o período da gestão de Djalma Maranhão.

Mesmo Dona Nazaré não considerando o período da gestão municipal de Silvio Pedroza como marcante para deixar registrado em suas memórias, o fato é que o prefeito foi projetado

⁴⁷¹ SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia: guerras do alecrim*. Natal, RN: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007, p. 22.

⁴⁷² NO SUBÚRBIO DAS ROCCAS. *A Republica*, Natal, 24 de novembro de 1925.

pelos grupos dirigentes da cidade de Natal e pela imprensa situacionista como homem moderno e progressista, cujo programa de governo tinha como base a remodelação do espaço urbano da cidade, sobretudo no que se referia aos bairros empobrecidos, que no seu discurso eram espaços que precisavam ser integrados e conectados ao restante da cidade.

Na segunda parte dessa tese, apresentamos algumas fotografias do bairro das Rocas que retratavam esse lugar como espaço da pobreza, da doença, esquecido, sem estrutura urbana, local de moradia dos mais humildes, um discurso que, no entanto, foi apropriado por um outro e que serviu de base para consolidar a ideia de renascimento das Rocas, que, por sua vez, foi personificada na figura do prefeito Silvio Piza Pedroza, como sugere aquele texto de Silvino Lopes.

As imagens fotográficas a seguir são do Arquivo Silvio Pedroza, do Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza, da Fundação José Augusto, de forma que, ao nosso ver, elas também revelam ou podem ser somente indícios de como o próprio Silvio agiu para se consolidar como o político responsável pelo renascimento não só das Rocas, mas de toda a cidade de Natal.

Capturada por uma câmera com suporte para o filme Kodak px 5062, a fotografia abaixo representa um momento na história do processo de urbanização da cidade de Natal, a construção da Avenida Circular, que é a atual Avenida Presidente Café Filho, obra que foi iniciada no ano de 1946, como já mencionamos. Essa obra, pela sua extensão e sua localização, foi considerada no período como fora dos padrões urbanísticos para uma cidade como Natal. O próprio Silvio Pedroza comentou sobre isso na sua entrevista ao programa *Memória Viva*, na qual lembrou que, na época, a oposição lhe chamava de alucinado e que a obra já nascia destinada ao fracasso, já nascia condenada pelo mar que invadiria a avenida na primeira oportunidade.⁴⁷³

No dia 17 de agosto de 1946, o jornal *A Ordem* publicou uma matéria sobre algumas obras públicas inauguradas pela prefeitura dois dias atrás. Entre essas obras estavam a praça do Baldo e o Horto Municipal, bem como intervenções na estrutura do cemitério, novos trechos de ruas calçadas no Alecrim, e o assentamento da pedra fundamental da Avenida Atlântica, popularmente conhecida como Avenida Circular.⁴⁷⁴ A fotografia a seguir representa o momento

⁴⁷³ PEDROZA, *op. cit.*, 1984, p. 65.

⁴⁷⁴ TORNAR-SE-Á uma realidade a Avenida Circular de Natal. *A Ordem*, Natal, 17 ago.1946, p. 3

que Silvio Pedroza apresentou a planta do projeto a autoridades e pessoas interessadas no desenvolvimento da obra.

Figura 25 – Silvio Piza Pedroza apresentando a planta da Avenida Circular na praia de Areia Preta, Natal, Rio Grande do Norte (1946).



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.

Entre o grupo de pessoas que rodeavam o prefeito e a planta do projeto da Avenida Circular, ouvindo as explicações dele, estavam o Secretário Geral do Estado, representando o Interventor Federal, o comandante das Bases Aéreas e Naval, o comandante da Força Policial do Estado, bem como magistrados, advogados, representantes do Chefe de Polícia, jornalistas, diretores de Departamentos, comerciantes e industriais, além de representações da Casa do Estudante, do Congresso Sindical, fotógrafos, entre outras pessoas convidadas.

O prefeito explicou para o público presente o processo de construção da Avenida Circular, bem como adiantou alguns detalhes sobre a pavimentação de alguns trechos, sobre a construção de uma calçada larga, de seis metros (três de cada lado) para o passeio dos banhistas, assim como sobre a construção de casas residenciais, que levariam um pouco mais de tempo. Silvio Pedroza declarou ainda para aquelas pessoas que a Circular se prolongaria numa extensão de mil metros, até chegar às Limpas, já no bairro das Rocas, onde seria finalizada.

A cena capturada por aquele registro fotográfico sugere que o momento não foi espontâneo. O modo como os elementos aparecem organizados na fotografia, no instante em que o fotógrafo realizou o seu registro, indicam uma decisão anterior à captura desse

acontecimento, de forma que podemos perceber alguns aspectos de teatralidade, no qual o poder era o ator principal e subia ao palco para dar seu show.

O poder somente se realiza e se conserva quando dispõe de meios de controle que são capazes de organizar um quadro cerimonial, de produzir imagens e de manipular certos símbolos, de forma que sem esses meios de controle, o poder fica totalmente desnudo, exposto e é ameaçado constantemente. A criação do espetáculo (dos eventos de inauguração dos melhoramentos urbanos) funciona, nesse sentido, como meios de controle da cidade, pois “as técnicas dramáticas não são utilizadas exclusivamente no teatro, mas também na direção da cidade”, como bem afirmou Georges Balandier.⁴⁷⁵

O fotógrafo, provavelmente alguém que foi contratado pela prefeitura para cobrir o evento, capturou o momento exato em que o prefeito explicava o projeto para aquele grupo de pessoas. Notemos como uma espécie de corredor foi formado pelo grupo ali presente, deixando o campo de visão livre para o fotógrafo, como se o lugar estivesse reservado, e ao fundo, no centro da imagem, estavam o prefeito Silvio Pedroza que, aparentemente, parecia não se importar em ser fotografado ou sabia que ia ser e por isso se empenhou na explanação das ideias, nos gestos que sugeriam que ele sabia cada passo da execução do projeto da Avenida Circular e na interação com as autoridades, como se fosse o único capaz de transmitir o significado daquela obra.

Além do prefeito, duas outras figuras também aparecem na fotografia de forma mais evidente, no plano central da imagem. Elas demonstram bastante interesse e concentração nas explicações do edil natalense, e o prefeito, por sua vez, como se os outros não importassem, dedicava também a máxima atenção a eles, de forma que se tornaram o objeto central da atenção do ser fotógrafo. Mas qual foi o propósito deste registro fotográfico?

Essa fotografia faz parte de um acervo que foi montado e previamente organizado pelo próprio Silvio Pedroza ao longo de sua vida pública. Tais registros, nesse caso, tinham o objetivo de servirem como verdadeiros testemunhos da vida política e também privada de Silvio, pois muitas das fotografias presentes no acervo evidenciam momentos familiares e particulares do ex-prefeito e do ex-governador do Rio Grande do Norte. Arthur Torquato analisou parte dessas imagens em sua dissertação de mestrado e constatou pelo menos dois conjuntos: “aquelas que tratam das obras de modernização do espaço urbano de Natal, e um

⁴⁷⁵ BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

segundo grupo que corresponde às fotografias que testemunharam os momentos da vida social de Silvio Pedroza”.⁴⁷⁶

Toda fotografia é fruto de um desejo, de uma vontade de transmitir alguma ideia, de contar alguma história ou de preservar na memória um instante de vida específico. Várias fotografias reunidas num único acervo, organizadas e selecionadas sob uma mesma temática, como o Arquivo Silvio Pedroza, constituem uma verdadeira trama, uma grande narrativa cuja a intenção era ser lida e, acima de tudo, conservada. Pelos registros fotográficos, Silvio Pedroza queria ser lembrado e reconhecido como o homem público, como administrador moderno e dinâmico, como homem do povo disposto a transformar a cidade em prol de toda a sociedade. E nisso estava implícita uma maneira de conquistar e conservar o poder.

Figura 26 – Silvio Pedroza visitando as obras da Avenida Circular (1946).



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.

O prefeito, em certa medida, encarnava a figura do herói, sobretudo para os bairros pobres. Silvio foi tratado como aquele que enfrentou de frente as dificuldades e as venceu, como o gestor popular que integrou o bairro das Rocas à cidade, que trouxe o saneamento, que calçou as ruas e as praças, e que levou cultura e arte para o referido bairro. Para Georges Balandier, a

⁴⁷⁶ TORQUATO, *op., cit.*, 2011, p. 113.

figura do herói constitui-se de uma autoridade espetacular, sendo reconhecido em virtude de sua força dramática, de modo que sua postura e ações provocam adesão, que o faz receber o poder.⁴⁷⁷

O efeito de real produzido pelas imagens fotográficas ajudou Silvio Pedroza nesse sentido, a criar essa imagem e repercuti-la por diversos setores da sociedade com sugere essa outra fotografia referente um churrasco que foi oferecido aos operários no novo bairro dos Santos Reis ao meio dia do dia 13 de novembro de 1946, no qual Silvio Pedroza almoçou com “a mais de uma centena de operários, que trabalhavam no grande empreendimento da qual sairá a parte mais moderna da cidade de Natal”.⁴⁷⁸

Figura 27 – Silvio Pedroza almoça com trabalhadores da Avenida Circular em churrasco oferecido por ele no recém-fundado bairro dos Santos Reis (1946).



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto

As próximas fotografias, que também fazem parte do mesmo Acervo Silvio Pedroza, podem ser lidas como expressões daquilo que afirmamos anteriormente sobre a apropriação pelo prefeito do discurso que representava as Rocas como espaço de pobreza, atrasado e

⁴⁷⁷ BALANDIER, *op.*, *cit.*, 1982, p. 7.

⁴⁷⁸ UM CHURRASCO aos operários. *A Ordem*, Natal, 13 de novembro de 1946, p. 4.

incivilizado para sustentar uma de suas bases de campanha política: a ideia de renascimento do bairro das Rocas. Os registros fotográficos correspondem a um trecho específico do bairro das Rocas, a rua Expedicionário José Varela, antiga rua ou avenida Paraense, aquela na qual foi instalada a subdelegacia das Rocas. O nome atual foi uma homenagem ao soldado da Força Expedicionária Brasileira José Varela, que morreu em 1945 em Montese, na Itália, durante a Segunda Guerra. A antiga avenida Paraense foi a rua na qual José Varela nascera no bairro das Rocas.

Figura 28 – Trecho da rua Expedicionário José Varela antes das obras de pavimentação (1946)



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.⁴⁷⁹

⁴⁷⁹ Acervo do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade.

Figura 29 – Trecho da rua Expedicionário José Varela depois das obras de pavimentação (1948)



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.⁴⁸⁰

Analisando somente as duas fotografias, o que podemos afirmar? Em um primeiro olhar, podemos concluir que o referido trecho passou por obras na sua estrutura viária, isto é, passou por obras de pavimentação, de forma que possibilitou o trânsito de veículos no local como podemos ver na imagem, bem como o fato de a rua está mais limpa, sem poças de lama. Outro detalhe que nos chama a atenção são os postes e a fiação de energia elétrica ao longo da rua nos dois momentos da fotografia. Imediatamente somos forçados a lembrar daquele trecho da entrevista de Dona Nazaré a Marcos Silva na qual ela comentou que o bairro não tinha energia elétrica na época da Segunda Guerra, durante os *black-outs*, pois era ainda de querosene. Mais uma vez somos levados a pensar sobre o alcance dos “melhoramentos” que foram realizados nas Rocas desde meados da década de 1920, inclusive a implementação da energia elétrica.

⁴⁸⁰ Acervo do grupo de pesquisa Os Espaços na Modernidade.

Entretanto, o que não vemos nessa fotografia é o processo no qual se desenrolaram essas obras que foram atribuídas única e exclusivamente ao prefeito Silvio Pedroza, embora, no dia 16 de outubro de 1946, uma comissão formada por Francisco Gomes Silva, Valdemar de Souza, Manoel Caetano de Lima, João Leandro, Elza Dantas e Antônia Alves, moradores do bairro das Rocas, tivessem se reunido com o prefeito para solicitar dele providências que beneficiassem o bairro como o aterro da rua São João e o calçamento da rua Expedicionário José Varela.⁴⁸¹

Essa mesma comissão informou à redação do jornal *O Diário* que o prefeito, em resposta ao pedido, prometeu que mandaria fazer o aterro da rua São João, mas que não poderia adiantar nada quanto ao calçamento da Expedicionário José Varela, cujas obras de pavimentação só foram realizadas no ano de 1948, mais de um ano depois. Em uma pequena nota jornalística, que anunciava a inauguração do calçamento da referida rua, podemos verificar que a construção da imagem do prefeito Silvio Pedroza como gestor dinâmico, moderno e atento às necessidades dos grupos sociais menos favorecidos, não se dava somente pelos registros fotográficos.

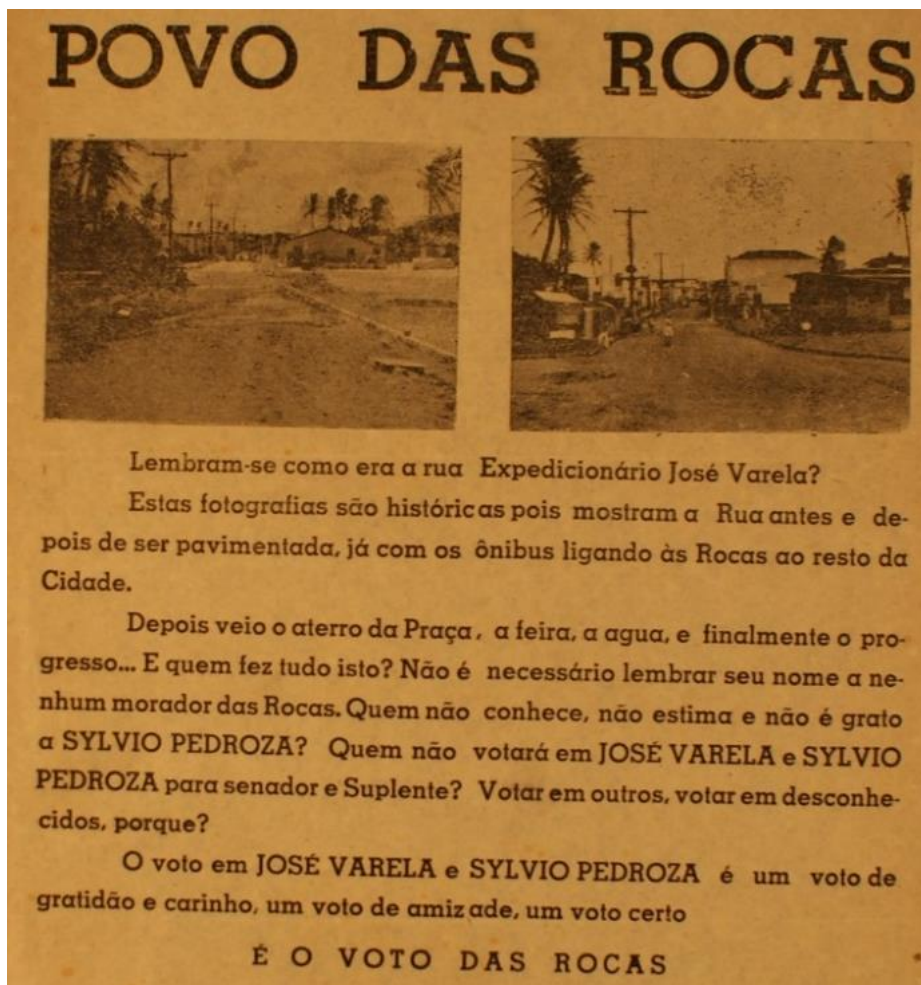
A nota dizia que, pela primeira vez, o bairro das Rocas teria uma de suas artérias pavimentadas pela “útil iniciativa do prefeito da capital”. A nota desconsiderava completamente a atitude daquela comissão que havia pleiteado junto ao prefeito a pavimentação dessa rua, deixando somente o prefeito como o principal agente neste processo, o qual ainda receberia, de acordo com a publicação, manifestações e homenagens da população do bairro das Rocas.⁴⁸²

Essas fotografias nos revelam um momento, um vislumbre das modificações materiais realizadas nas Rocas, um antes e depois dessa rua, um antes e depois do bairro, de forma que, ao serem colocadas lado a lado, as pessoas pudessem visualizar e comprovar, de fato, o “renascimento” das Rocas pelas mãos do prefeito Silvio Pedroza. Isso fica ainda mais evidente quando essas duas fotografias foram usadas como material de campanha política na época que Silvio Pedroza concorreu ao senado junto com o ex-prefeito e ex-governador José Augusto Varela.

⁴⁸¹ PLEITEANDO MELHORAMENTOS NAS ROCAS. *O Diário*, Natal, 17 de outubro de 1946.

⁴⁸² PAVIMENTAÇÃO da rua Expedicionário José Varela. *Diário de Natal*, Natal, 24 jan. 1948, p.6

Figura 30 – Recorte do material de campanha para o Senado da República de Silvio Pedroza e José Varela (1958).



Fonte: Arquivo Silvio Pedroza. Centro de Documentação Cultural Eloy de Souza Fundação José Augusto.

O material tinha o propósito claro de mobilizar os afetos e a memória do “povo das Rocas”, justamente evidenciando o antes e depois do bairro após a gestão municipal de Silvio Pedroza, além de usar o fator histórico como argumento de autoridade para atestar a importância das obras e da figura do prefeito para o bairro, com sugere esse trecho: “Estas fotografias são históricas pois mostram a Rua antes e depois de ser pavimentada, já com ônibus ligados às Rocas ao restante da Cidade”. A própria construção narrativa do material aponta para aquela teatralização do poder de que tratou Georges Balandier.

Analisemos o seguinte trecho: “Depois veio o aterro da Praça, a feira, a água e finalmente o progresso... e quem fez tudo isso? Não é necessário lembrar seu nome a nenhum morador das Rocas. Quem não conhece, não estima e não é grato a Silvio Pedroza?”. Podemos

perceber de maneira clara o desenvolvimento do arquétipo do herói em vários atos graduais, até culminar na figura dotada de uma autoridade espetacular, que provoca adesão voluntária e possui poder.

Em vista disso, por meio dos registros fotográficos, cujo assunto principal foi o bairro das Rocas, podemos identificar alguns aspectos do imaginário social sobre esse lugar e como, a todo momento, discursos foram produzidos, apropriados e reapropriados por indivíduos ou grupos sociais a fim de que seus interesses fossem atendidos. Foi o caso da mudança de perspectiva sobre o bairro das Rocas que, por meio das imagens fotográficas, podemos detectar indícios de que esse lugar Rocas passou por um processo discursivo fundamentado na ideia de renascimento através das ações do prefeito Silvio Pedroza e de Omar O’Grady antes dele, uma vez que o bairro, até a momento em que esses dois gestores chegaram à prefeitura da cidade, era representado como um lugar pobre, doente, antro de prostituição e vícios de toda espécie, para se transformar no espaço da tradição, renascido e embalado pelo progresso. Em outras palavras, Rocas, até a década de 1950, passou por dois momentos que se configuraram nos discursos dos grupos dirigentes da cidade como *momentos de renascimento*.

Após o término do mandato de Silvio Pedroza como prefeito da cidade de Natal e o início do seu governo estadual, ao que parece, o bairro das Rocas voltou a ser noticiado com frequência, novamente como o espaço da cidade marcado pela fome, miséria e pobreza, com sugere a reportagem realizada pelo repórter Ferreira Filho para o jornal *O Poti*, em 1954. O bairro das Rocas foi descrito por esse jornalista como um como um lugar no qual ainda se podia ver “fome, miséria e famílias ao desabrigo”.⁴⁸³

A representação do bairro como lugar associado à pobreza e ao abandono não desapareceu depois dos investimentos realizados na gestão Piza Pedroza. A matéria de Ferreira Filho informava aos leitores sobre os retirantes da seca tinham saído do interior do estado e se instalado no bairro das Rocas, na altura da rua Belo Horizonte. O repórter deu detalhes de sua visita ao bairro, que nas palavras deles era “velho” e “tradicionalíssimo”, onde “mais as necessidades estão presentes, estampadas, eloquentemente, na triste fisionomia da sua paisagem humana”. Ferreira Filho destacou que ele e sua equipe, pisando na areia solta das Rocas, se depararam com uma barraca muito simples, armada com paus e algumas telhas por cima. Não

⁴⁸³ ROCAS: fome, miséria e famílias ao desabrigo. *O Poti*, Natal, 31 de julho de 1954, p.8-6.

havia paredes nesses barracos, a não ser internamente, cuja divisão parecia ser um quarte, e mesmo assim eram de palhas secas de coqueiros. O repórter se deparava com o drama da seca.

Figura 31 – Chamada da reportagem produzida pelo jornalista dos Diários Associados, Ferreira Filho, publicada no O Poti, em julho de 1954.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional.

Ferreira Filho relatou que havia encontrado nessa barraca, uma criança recém-nascida, suja, maltrapilha, deitada numa rede e próximo a ela estava sua mãe, “uma mulher de rosto esquelético, triste, o olhar quase sem brilho”. Não demorou muito tempo para que a presença da equipe do jornal fosse percebida por outros indivíduos que também estavam ali em igual situação, de forma que procuravam saber o que acontecia embaixo da tenda.

Eram “alguns homens, outras mulheres, muitas crianças, umas nuas, seminuas outras, todas pálidas, muito pálidas, amarelas, imensos ventres, olhos desmesuradamente abertos, escancaradamente abertos”, cuja situação levou o repórter a fazer um alerta aos poderes públicos quanto a situação dessas pessoas que estavam ali vivendo sob condições precárias, com fome e assolados por inúmeras doenças, sendo a maioria crianças.

Ao final de sua matéria, Ferreira Filho destacou a necessidade de o bairro das Rocas ser lembrado pela sociedade, mas sobretudo pelos poderes públicos. Em poucas linhas, Ferreira

Filho deu a ver aos leitores do *O Poti* a sua impressão sobre Rocas, a qual se contrapunha diretamente àquela projetada no período da gestão do prefeito Silvio Pedroza, de um lugar próspero, que estava em ritmo de obras, rumo ao progresso. A imagem das Rocas que Ferreira Filho apresentou foi outra, a de um lugar carente de equipamentos urbanos e miserável, e que não podia ser esquecido em função dessa sua condição de pobreza. Transcrevemos o trecho para uma melhor apreciação.

É preciso que nos lembremos das Rocas, da gente pobre, que ali reside, sem conforto, num bairro que não tem esgotos, que não tem água, que não tem calçamento, que praticamente não tem luz. É preciso que nos lembremos das Rocas, mas que dela nos lembremos apenas para dizer que é pobre, que é abandonada, mas, antes, dando-lhe assistência médica assistência social, sob todos os aspectos. É assim que nós devemos lembrar das Rocas, dando-lhes esses benefícios, de que ela urgentemente necessita.

Em outra matéria, assinada por Moreira Aguiar, o assunto tratado foi sobre a construção, em uma área alagada pela maré, pelas águas do Potengi, de um Canal no bairro das Rocas. A obras seriam coordenadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, pelo engenheiro chefe Nilson Rocha. Essa obra foi anunciada como imprescindível para o bairro e para a cidade, pois ela correspondia ao “surto acelerado de progresso” que o bairro estava passando, fosse pela pavimentação de ruas ou construção de prédios modernos, além de serem colocadas questões de saúde e de higiene. A matéria também tratou da questão da desapropriação de casas no local reservado para as obras do Canal e do pagamento urgente da indenização, por parte da prefeitura, aos moradores para que não ocorresse atrasos na obra.⁴⁸⁴

De acordo com Moreira Aguiar, a partir da construção desse canal o problema da “lama fétida”, do lixo nas Rocas, cuja “imundice sacode ao ar o mal cheiro característico das terras encharcadas nas quais é comum ver-se porcos e galinhas se fartando no lamaçal do mangue e das águas que descem da chamada Lagoa do Jacó”, seria resolvido e concorreria para aumentar o progresso urbanístico que podia ser observado no tradicional bairro dos pescadores natalenses.

Na fotografia abaixo, produzida pela Escola de Aviação Militar, em 1934, podemos visualizar a área das Rocas de modo amplo. No primeiro plano da imagem temos o rio Potengi, ao fundo temos o oceano Atlântico, o que evidencia que Rocas está situada, de fato, entre o rio

⁴⁸⁴ RECUPERAÇÃO de grande área de terreno no bairro pobre das Rocas. *O Poti*, Natal, 29 de setembro de 1954, p. 8-6

e o mar. No canto direito da imagem, podemos ver a Igreja Matriz da Sagrada Família e logo abaixo uma área alagada, que também pode ser visualizada nos registros fotográficos presentes na obra de Januário Cicco (fig.14). No plano central da fotografia está aquilo que parece ser a Lagoa do Jacó e também a longa rua do Areal. No canto esquerdo temos o parque ferroviário, no qual podemos observar o prédio da antiga Estação, situada na Esplanada Silva Jardim, bem como a Rotunda, onde hoje funcionam do Departamento de Obras Contra as Secas (DENOCS) e o IFRN Campus Natal - Cidade Alta, unidade Rocas.

Figura 32 – Vista área das Rocas (1934).



Fonte: Escola de Aviação Militar. Acervo Brasileira Fotográfica.

A imagem do bairro veiculada pelos periódicos continuou associada com a condição de pobreza, miséria e sempre carente de equipamentos urbanos de uso coletivo, como saneamento e o abastecimento de água, e de moradias adequadas, pois o mocambo passou a ser cada vez mais frequente nas Rocas, como sugere a matéria de *O Poti* sobre a construção de 182 mocambos zona baldia das Rocas que impossibilitaram o andamento dos serviços de pavimentação da área pelo 5º Distrito de Portos, Rios e Canais nas Rocas. O prefeito Creso Bezerra informou aos repórteres que não foram dadas permissões para que essas “choupanas”

fossem construídas no local, de forma que não se sabia a quem responsabilizar pela situação que estava “protelando a execução de um serviço útil à coletividade e há muito esperado”.⁴⁸⁵

Diante do exposto, o bairro das Rocas, após a saída de Silvio Pedroza da gestão municipal, continuou a ser alvo de obras que buscavam melhorar as condições urbanísticas do bairro, sobretudo obras de saneamento e pavimentação, embora continuasse a ser caracterizado como espaço insalubre e da pobreza. Isso nos leva a indagar se essas intervenções no bairro – isto é, obras que, como vimos, foram anunciadas como empreendimentos que transformaram lugar por completo ao ponto de ele ter renascido – foram eficientes ou apenas serviram como recurso retórico em campanhas políticas para mobilizar os afetos dos grupos menos favorecidos e com isso conseguirem seus objetivos políticos.

⁴⁸⁵ 182 MOCAMBOS foram levantados em dois meses na zona baldia das Rocas. *O Poti*, Natal, 29 de julho de 1954, p. 8.

CONCLUSÃO

A cidade se configura como essa realidade socioespacial complexa, dinâmica e multifacetada, resultante de processos nos quais várias forças sociais se articulam e se relacionam em diferentes níveis. São essas interações sociais – políticas, econômicas, culturais e/ou simbólicas – que moldam e influenciam a dinâmica da sociedade e, conseqüentemente, a dinâmica e a estrutura do próprio espaço urbano, uma vez que a cidade é a projeção da sociedade no espaço, de modo que quando ela passa por mudanças, isto é, quando as necessidades, os interesses e as questões que regem essa sociedade se alteram, o espaço citadino se transforma junto com ela.⁴⁸⁶

O choque entre essas forças sociais – instituições com o Estado, a Igreja, a Família, o Trabalho, a Educação, assim como movimentos e grupos sociais – tende a produzir certos desequilíbrios no processo de organização social e espacial da cidade, ainda mais levando em consideração a nossa sociedade contemporânea, marcada principalmente pela extrema desigualdade e estratificação social.

É no espaço citadino que melhor podemos observar os efeitos desses desequilíbrios, sobretudo no que diz respeito à produção, às formas de uso e de apropriação do solo e da memória urbana, que são processos atravessados por negociações, nem sempre simétricas, entre os produtores da cidade – políticos, empresários, agentes imobiliários, proprietários de terras e grupos socialmente excluídos.

Em Natal, o processo de urbanização/modernização da cidade, levado a efeito a partir dos interesses e dos desejos da classe dirigente, se deu de forma extremamente desigual e excludente ao longo da primeira metade do século XX, na medida que alguns espaços e grupos específicos foram privilegiados e outros foram relegados à margem desse processo, mesmo que em certos momentos ações e práticas tenham sido desenvolvidas a fim de, quem sabe, reparar essa visível desigualdade socioespacial presente na cidade.

Esses projetos e planos urbanísticos elaborados para a cidade de Natal acabaram contribuindo para o desenvolvimento de espaços de exclusão, locais que, no processo de urbanização e divisão territorial da cidade, foram reservados para a parcela da sociedade menos favorecida e nos quais podem ser observados a negação daquilo que Henri Lefebvre

⁴⁸⁶ LEFEBVRE, *op.*, cit., 2001, p. 51.

compreendeu como o direito à cidade, isto é, direitos fundamentais aos indivíduos, como o acesso à moradia, à saúde, à educação, à segurança, à cidadania e a direitos políticos. O espaço urbano de Natal, compreendido com mercadoria, passou a ser mediado muito mais pelo valor de troca do que pelo seu valor de uso.

A cidade moderna, objeto de desejo dos grupos dominantes, que deveria ser o lugar do encontro e da convivência entre grupos, etnias, atividades, trabalhos, ideias e conhecimentos divergentes e contraditórios, que para Lefebvre representa o verdadeiro sentido da vida urbana, passa a ser, nesse sentido, objeto de práticas reguladoras que buscam suprimir essas diferenças a partir de um processo de homogeneização dos espaços na cidade.

Essas práticas representam, geralmente, estratégias de classe – da classe dominante – para o controle do espaço urbano e da sociedade, na medida que “Estado e Empresa (...) se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la, como tal”, de maneira que elas, “apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação” socioespacial.⁴⁸⁷ É a partir da segregação que os grupos dominantes controlam o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses, e a própria sociedade. Nas palavras de Flávio Villaça, “a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço”.⁴⁸⁸

O poder político e econômico desses grupos acabou viabilizando à sua influência nas tomadas de decisões sobre os rumos da cidade, isto é, sobre a legislação urbana, instrumento que determinava as formas de uso e ocupação do solo urbano, os limites e o zoneamento urbano, os códigos de posturas, os planos e projetos urbanísticos, os locais para a instalação de equipamentos urbanos de uso coletivo que, normalmente, priorizavam determinadas áreas da cidade, enquanto que deixam outras regiões desvalorizadas e precarizadas, como foi o caso das áreas suburbanas e periféricas. Nesse sentido, se torna muito mais adequado falarmos em equipamentos urbanos de uso exclusivo.⁴⁸⁹

Além desse aparato técnico, jurídico, que em tese deveria ser resultado de um processo democrático e que visasse, acima de tudo, o bem público, os grupos dominantes também se serviram de outros tipos de instrumentos discursivos, oficiais se não oficiais – relatórios de governo, textos jornalísticos, crônicas, fotografias, entre outros registros – para moldar, produzir ou até mesmo inventar a cidade ou partes específicas dela. A noção de invenção nos

⁴⁸⁷ LEFEBVRE, *op., cit.*, 2001, p. 99.

⁴⁸⁸ VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana. In: *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001, p. 151.

⁴⁸⁹ ROLNIK, *op., cit.*, 1997.

ajuda a compreender não apenas a natureza da história, isto é, o seu processo de fabricação, como uma construção interpretativa realizada pelo historiador, mas também compreender a própria cidade como um processo que envolve a produção social, política e cultural do espaço urbano.

O uso do termo invenção, nas palavras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, “remete para uma abordagem do evento histórico que enfatiza a descontinuidade, a ruptura, a diferença, a singularidade, além de que afirma o caráter subjetivo da produção histórica”, ao mesmo tempo que ressalta a dimensão inventiva das práticas humanas, diferente da visão historicista. Partindo desse ponto de vista, os objetos e sujeitos são desnaturalizados e passam a ser pensados como fabricação histórica, como fruto de práticas discursivas que, por serem humanas, sociais, culturais, simbólicas, ideológicas e subjetivas, não conseguiriam, conforme as palavras desse autor, dar conta de “dizer as coisas como elas são, os fatos tais como aconteceram”, mas apenas uma visão parcial do evento histórico.⁴⁹⁰

Ao questionarmos a forma como a cidade de Natal e, em especial, o bairro das Rocas, foram moldados ao longo do tempo, buscamos compreender as razões que estão por trás de certas desigualdades sociais e espaciais observáveis no presente. Buscamos entender o porquê de um determinado local na cidade atrair maiores investimentos do setor imobiliário do que outro, ou o porquê de uma determinada parte da cidade ser estigmatizada e vista como perigosa, pobre e doente, enquanto outra é considerada agradável e rica, representações que, em certa medida, foram evidenciadas pelas recentes discussões e debates relativos à revisão do Plano Diretor da capital norte-rio-grandense.

As discussões sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de Natal avançaram em meio à pandemia do Covid-19 (2019-2023), de modo que sua aprovação ocorreu no mês de dezembro de 2021, depois de intensas discussões e mudanças no texto do projeto, sendo sancionado somente no mês de março do ano seguinte. A gestão municipal do então prefeito Álvaro Costa Dias tratou esse processo de uma maneira bastante parcial, buscando beneficiar determinadores setores da sociedade, sobretudo aqueles ligados ao ramo de construções imobiliárias e ao setor comercial.

⁴⁹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 20-24.

Essa prática foi denominada por Raquel Rolnik de “micropolítica familiar”⁴⁹¹, ou seja, quando grupos específicos se utilizam da legislação para determinar a maneira como a cidade deve ser usada, levando em consideração seu próprio modo de vida e interesses, desconsiderando, por vezes, os outros agentes sociais que também fazem parte da cidade, grupos não hegemônicos que, na mesma medida, produzem e se apropriam dos espaços.⁴⁹²

Os setor imobiliário da Natal frisou a importância da aprovação do novo Plano Diretor como uma maneira de serem retomados os investimentos na cidade, que haviam sido paralisados por causa das “deficiências do plano anterior” que “fizeram com que Natal não tivesse novos lançamentos”, conforme as palavras de Marcus Aguiar, vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte (Sinduscon/RN). Aguiar também destacou que, com a aprovação do novo Plano Diretor de Natal, seria “visível o crescimento do número de obras e a modificação da ocupação em diversos bairros da cidade” antes mesmo do término do mandato do prefeito Álvaro Dias.⁴⁹³

A verticalização da orla da cidade de Natal foi um dos principais pontos defendidos pelo prefeito Álvaro Dias, pois, para ele, o fato de a cidade não crescer verticalmente, por causa das restrições do plano diretor de 2007, era algo que impedia o progresso, que para o prefeito estava, ao que tudo indica, na capacidade de a cidade comportar as demandas crescentes do setor turístico e imobiliário.⁴⁹⁴ Para isso, Natal teria que ter uma estrutura que pudesse suprir e atrair um grande fluxo de pessoas que chegavam à cidade para visita-la ou para morar. O discurso de Álvaro Dias, nesses termos, se baseava no aumento do potencial edificante da cidade, partindo do pressuposto de que isso resultaria num melhor aproveitamento do solo urbano.

O Plano Diretor de 2007 limitava, a partir de medidas protetivas, a construção em alguns locais considerados como áreas de interesse social, paisagístico e turístico, de modo que as críticas realizadas a algumas propostas do novo Plano Diretor atacavam justamente o fato de que, com a sua aprovação, essas Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) seriam prejudicadas no processo.

⁴⁹¹ ROLNIK, *op., cit.*, 1997, p. 13.

⁴⁹² CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 41-43.

⁴⁹³ PLANO DIRETOR será enviado à Câmara próxima semana. *Tribuna do Norte*, Natal, 14 de julho de 2021. Disponível em < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/plano-diretor-sera-enviado-a-ca-mara-pra-xima-semana/515523> > acesso em 18/08/2021.

⁴⁹⁴ BENTES FILHO, Giovanni Roberto P. Qual a cidade que queremos?. *Brasil de Fato*, Natal (RN), 21 de outubro de 2019. Disponível em < <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/21/artigo-or-qual-e-a-cidade-que-queremos> > Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

Especialistas da área da arquitetura e do urbanismo ressaltaram que o novo Plano Diretor de Natal rompia “de forma estrutural com princípios da função social da propriedade e gestão democrática, face às propostas de desconstrução e, em alguns casos, de eliminação dos mecanismos de proteção socioambiental das AEIS, instituídos a partir de 1994”, colocando em risco áreas como Ponta Negra, a Via Costeira, a Areia Preta, a Redinha, Brasília Teimosa, Rocas, Santos Reis, protegidas pelo Plano Diretor de 2007 como forma de assegurar o bem-estar social, o direito à moradia, o equilíbrio climático, a qualidade de vida e o valor cênico-paisagístico da cidade à população.

As Áreas Especiais de Interesse Social se caracterizam por serem locais ocupados, geralmente, por famílias com renda base de até três salários mínimos e que se encontram, por sua vez, “em áreas de implantação ou de influência de empreendimentos de impacto econômico e submetidos a processos de valorização imobiliária incompatíveis com as condições socioeconômicas e culturais da população residente”, como estabelecido no Art. 22 da Lei Complementar nº 082, que dispõe sobre o Plano Diretor de Natal de 2007.

Rocas e Santos Reis, a partir desse dispositivo, foram incluídas como AEIS, pois, apesar de não apresentarem atualmente aspectos que remetessem a favelas e/ou vazios urbanos, boa parte de sua população se enquadrava no critério da renda. Não podemos esquecer que essas áreas estão localizadas em pontos estratégicos do ponto de vista turístico e imobiliário, de modo que as pressões exercidas por essas atividades, como ressaltou Dulce Bentes, “evidenciaram a necessidade de se adotar medidas protetivas para a habitação de interesse social ali existente”.⁴⁹⁵

Os discursos do prefeito sobre o avanço da cidade, isto é, sobre sua modernização e o quanto Natal tinha que estar alinhada ao ritmo do progresso, foi considerado por alguns representantes políticos como um discurso muito perigoso. Divaneide Basílio, vereadora da cidade de Natal pelo Partido dos Trabalhadores, apontou problemas, não apenas de redação do texto do Plano Diretor, mas também de gestão pública, como fato de que algumas dessas áreas ainda não haviam sido regulamentadas para que se pudesse entrar em debate a questão de se modernizar a cidade, que para Álvaro Dias se resumia ao aumento do gabarito (altura) dos edifícios.

⁴⁹⁵ BENTES, Dulce. *et al.* Os rumos do (novo) Plano Diretor de Natal: o que muda nas Áreas Especiais de Interesse Social?. *Observatório das Metrópoles*. Disponível em < <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/os-rumos-do-novo-plano-diretor-de-natal-o-que-muda-nas-areas-especiais-de-interesse-social-parte-5/> > acesso em 20 de outubro de 2022.

As críticas realizadas por Divaneide foram com relação aos efeitos negativos desse “progresso” tão ansiado pelo prefeito e seus partidários, principalmente no que dizia respeito às questões ambientais e ao bem-estar social de toda a população. A vereadora quis com isso sugerir que a aprovação do novo Plano Diretor da cidade não poderia ser uma ação levada a efeito sem uma discussão bem fundamentada e transparente, assim como também não poderia ser aprovada sem a participação popular. O novo Plano Diretor de Natal, por princípio, teria que garantir justiça e equidade social.⁴⁹⁶ À vista disso, podemos perceber como determinados grupos sociais, quando possuem vinculações e apoio do poder público, atuam e buscam se apropriar do espaço urbano.⁴⁹⁷

As discussões e as análises sobre as Rocas realizadas na presente tese acabaram por ressaltar uma certa tendência dos grupos dirigentes da cidade de associarem determinados espaços, geralmente periféricos, a aspectos negativos e a estereótipos, como também podem ser percebidos nas discussões e nos debates sobre o processo de revisão do Plano Diretor de Natal.

Em uma reunião com empresários no dia 12 de setembro de 2019, o prefeito Álvaro Dias apresentou a proposta da revisão do Plano Diretor enfatizando o aumento do gabarito dos prédios na orla urbana como de extrema necessidade para o desenvolvimento da cidade. De acordo com o repórter Luiz Henrique Gomes, do *Tribuna do Norte*, o prefeito declarou que a orla de Natal era “feia”, “suja”, “decadente”, “local de tráfico de drogas” e de “prostituição”.⁴⁹⁸ Contudo, essas imagens de decadentismo, de atraso e de desordem em alguns espaços da cidade, usadas pelo prefeito Álvaro Dias, são reveladoras de um discurso demagógico e cheio de interesses, com o fim de justificar a concretização de seu projeto de cidade.

Na orla de Natal, com toda certeza, há muito mais do que sujeira, decadência, tráfico de drogas e prostituição, como sugeriu o prefeito; há também uma diversidade de pessoas que estão ali trabalhando, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, pescadores e artesãos, muito provavelmente moradores das Rocas, Mãe Luiza e Santos Reis, que passam o dia inteiro na labuta para conseguir o sustento de cada dia e que, pelo visto, o senhor prefeito esqueceu. Além deles existem os moradores, os passantes e os visitantes, que já possuem uma relação

⁴⁹⁶ NATAL dá início à conferência final para revisão do Plano Diretor. *G1 RN*. Rio Grande do Norte, 06 de maio de 2021. Disponível em < <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/05/06/natal-da-inicio-a-conferencia-final-para-revisao-do-plano-diretor.ghtml> > acesso em 18/08/2021.

⁴⁹⁷ Tire as construções da minha praia (2020). Fórum direito à cidade. 2019. 1 vídeo (23:26 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tHPRMQ0rs-A&feature=youtu.be>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2021.

⁴⁹⁸ GOMES, Luiz Henrique. Revisão do plano diretor tem como foco mudanças na orla urbana. *Tribuna do Norte*, Natal, 13 de setembro de 2019. Disponível em < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/revisa-o-do-plano-diretor-de-natal-tem-foco-na-orla-urbana/459415> > acesso em 24 de maio de 2021.

sinestésica com o lugar. Álvaro Dias deve ter ficado eufórico com a sensação provocada pelo gosto doce que a palavra “progresso” por certo deixou em sua boca. O progresso, no entanto, não obedece a uma receita fixa e o seu sabor pode ser variado – às vezes doce, às vezes amargo, dependendo, inclusive de quem o experimenta.

Em vista disso, o discurso do progresso pelo progresso deve ser encarado com muito cuidado. Ele deve ser confrontando diretamente para que possamos compreender aquilo que está por trás, por exemplo, das propostas intencionam modificar toda uma paisagem urbana na cidade de Natal a partir novo Plano Diretor, aprovado em 2022, ou voltando um pouco mais no tempo, daquilo que estava por trás do empreendimento da construção da Avenida Circular, na década de 1940, como também dos discursos sobre as Rocas ao longo da primeira metade do século XX, bairro que havia “renascido”, segundo a perspectiva de certos agentes produtores da cidade, a partir de uma série de intervenções materiais de caráter modernizante.

Assim, compreender o processo de produção dos espaços urbanos e suburbanos da cidade de Natal e a forma como os grupos dirigentes trataram esses espaços, sobretudo as Rocas, se mostra extremamente necessário para que possamos ter um entendimento mais crítico no que diz respeito à forma como cidade foi e continua sendo apropriada por determinados grupos sociais que visam ou visaram apenas seus interesses políticos e econômicos.

Situações de desigualdades socioespaciais na cidade não podem ser consideradas como meras coincidências, resultantes do acaso, pois são decorrentes de processos históricos, sociais e políticos complexos, e principalmente de políticas urbanas discriminatórias que moldaram a geografia urbana e influenciaram as dinâmicas sociais presentes, sendo que uma boa parte delas foram elaboradas em nome do progresso e de uma pretensa modernização do espaço citadino.

Nosso propósito ao interrogarmos as narrativas dominantes sobre a cidade foi identificar aquilo que não queria ser dito sobre ela, mas que acabou escapando pelas frestas dos arquivos, pelas entrelinhas dos textos produzidos e pelas margens das fotografias; assim como identificar também aquilo que foi dito ou registrado, não com a intenção de servir de munição para o questionamento crítico, mas apenas para condenar determinadas ações, grupos ou ideias com o propósito de fortalecer uma certa visão idealizada da cidade ou de perpetuar preconceitos e estereótipos sobre algumas de suas partes.

O não querer dizer, ou o dizer com a intenção de legitimar uma ideia/concepção em detrimento de outra, são práticas que nos levam a indagar as intenções e os interesses por trás

da narrativa oficial/dominante, bem como nos motivam a investigar, ou pelo menos apontar a existência de outras histórias e narrativas que foram intencionalmente omitidas, distorcidas e ignoradas sobre a cidade e que precisam ser resgatadas. Assim, espero que essa tese sirva como um convite à reflexão sobre as narrativas que moldaram e moldam nossa compreensão do espaço urbano da cidade de Natal e que possibilite a antigos e novos pesquisadores o contato com elementos, dados e análises que fundamentem novos trabalhos e pesquisas sobre a cidade e a sua trama urbana.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. 2. ed. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; Ed. FGV, v. 8, n. 15, p. 145-152, jan./jul. 1995.

ANDRADE, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Martins. 1972.

ANDRADE, Mário de. *O turista aprendiz* / Mário de Andrade; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF: Iphan, 2015.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; VIANA, Hélder do Nascimento. *A Intendência e a cidade: fontes para o estudo da gestão da cidade de Natal 1892 a 1919*. Natal: EDUFRN, 2012.

ARRAIS, Raimundo. As identidades das cidades. In: VIANA, Hélder do Nascimento; et al (Org). *Cidade e diversidade: itinerários para a produção de materiais didáticos em história*. Natal: EDUFRN, 2012.

ARRAIS, Raimundo. *Luís da Câmara Cascudo: historiador da cidade de Natal*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e a alma da cidade moderna: Natal, entre 1900 e 1930*. Natal: EdUFRN, 2008.

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Trad. de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

BARROS, S. A. L. A escala bairro e o conceito de lugar urbano: o caso de apipucos e poço da panela no Recife. *PosFAUUSP*, (15), 2004.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Tradução Mário Laranjeira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. 3. ed. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

- BENTES FILHO, Giovanni R. P. *Do Norte ao Sul: a missão do cruzador “José Bonifácio” e a incorporação do pescador a um projeto de nação (1900-1930)*. 2018, 181f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/CCHLA. Natal, 2018.
- BERGUER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BERMAN, Marshall. Baudelaire: o Modernismo nas ruas. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CAFÉ FILHO, João. *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas*. tradução Ivo Barroso — São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAMARA, Amphilóquio. *Scenários Norte-Riograndenses*. Rio de Janeiro: Empr. Ind. Editora “O Norte”, 1923.
- CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, v. 4, n. 6, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade de Natal*. 4. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2010.
- CASCUDO, Luís da Câmara; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 46.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHEVALIER, Louis. *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris pendant la première moitié du XIX siècle*. Paris: Plon, 1984.

CICCO, Januário. *Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento*. Natal: Atelier Typ. M. Victorioso A. Camara & C. 1920.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia* / Homero de Oliveira Costa. - São Paulo: Ensaio: Rio Grande do Norte: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

CUNHA, Paulo Rikardo Pereira Fonseca da. *"Ombro a ombro com os mais fracos": a inserção de João Café Filho nos espaços do trabalhador na cidade de Natal 1922 - 1937*. 2015. 200f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

DANTAS, Ana Carolina, et al. Uma cidade sem plano?: gestão e ações públicas em Natal (1939-1967). In: FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George. *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna, 1890-1940*. EDUFRN. 2006.

DANTAS, Ana Caroline de C. L. *Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - DARQ/UFRN. Natal, 2003.

DANTAS, George A. F. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: Transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. 2003. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - EESC/USP. São Carlos, 2003.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. A administração Omar O'Grady (1924-1930) e a modernização urbana de Natal. In: Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo. *Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade de Natal/ Secretaria de Meio*

Ambiente e Urbanismo; organização de João Gothardo Dantas Emerenciano. Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos: Universidade de São Paulo. 2003.

DANTAS, Manoel. Natal d'aqui a cincoenta annos. Natal, RN. Typographia d' "A República". 1909.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso: ou o progresso como ideologia*. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução Ruy Jungman. v.1, 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução B. A. Schumann. São Paulo : Boitempo, 2010.

FABRIS, Annateresa. *Fragmentos urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1972, p. 355-360. (Tomo III – O Brasil Republicano, 3º volume – Sociedade e Política 1930-1964).

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editoria Brasiliense. 1984.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro. Editora Apicuri/Faperj. 2011.

FERRARO, Alceu Ravanello. *Igreja e desenvolvimento: o movimento de Natal* / Alceu Ravanello Ferraro; Renato Amado Peixoto (org.) – Natal(RN) : Jovens Escribas, 2019.

FERREIRA, Angela Lucia de Araújo. *De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1996.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; CLEMENTINO, Maria do Livramento. O processo de constituição e estruturação urbana de Natal. In: *Estado e movimentos sociais urbanos: o caso de Natal*. Relatório parcial. Natal. jan. 1990.

FERREIRA, Angela Lucia de Araújo; DANTAS, George. O plano Palumbo preparando a Natal do futuro. V *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Campinas, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Mestrado em Urbanismo – FAU PUC Campinas. 1998.

FERREIRA, Ângela Lúcia et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal - 1850 a 1969*. Natal: IAB, RN CREA, 2008.

FERREIRA, Ângela Lúcia; DANTAS, George. Os “indesejáveis” na cidade: as representações sobre os retirantes da seca (Natal, 1890-1930). In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940*. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

FERREIRA, Angela. A paisagem criada pelo saneamento: propostas para a Natal dos anos 1930. In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George (org). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940*. Natal: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2006.

FERREIRA, Brasília Carlos. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania: nordeste em tempos de Vargas*. Natal: Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOOT HARDMAN, F. *Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996, p. 9.

FREYESLEBEN Alice F. Imagem e urbanização: usos políticos e artísticos da fotografia na Curitiba dos anos 1940. *R. Inter. Interdisc. Art&Sensorium*, Curitiba, v.4, n.1, p. 1 - 12 jan.-jun. 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CASA DE OSWALDO CRUZ. A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913 [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1992. Disponível em < <https://static.scielo.org/scielobooks/5vx2d/pdf/intituto-9788575413074.pdf> > acesso em 30/12/2022.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Nacional, 2007.

GÓES, Moacyr de. *Entre o rio e o mar*. Rio de Janeiro: Revan. 1996.

GOMES, Ângela de Castro. A construção do trabalhador. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101-42, jan.-abr. 2005.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice. 1990.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HERSCHMANN, Micael M; KROPF, Simone Petraglia; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOMEM, Homero. *Cabra das Rocas*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1988.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 5ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial. 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Maria Jailma de. *"Taquei Detefon nos Brutos": o Rio Grande do Norte em campanha política 1945-1955*. Campina Grande, PB: EDUFCG, 2017.

LIRA, José Tavares Correia de. Bairro. In: *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Org. Christian Topalov, Stella Brescisi, et al. Tradução Alícia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

LUTEI, Eulina Pacheco, et al. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARINHO, Márcia. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque natalense*. Natal, RN: EDUFRN, 2011.

MARIZ, Marlene da Silva. *A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte: 1930-1934*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984. Reimpressão fac-similar, Natal: Sebo Vermelho. 2021.

MARTINS, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 23.

MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo, São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo; ed. Hucitec, editora UNESP, 2002.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Evolução urbana de Natal em 400 anos, 1599-1999*. Natal, RN: Prefeitura do Natal, 1999.

NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: Projeto História. *Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. v.10. São Paulo, 1993.

NUNES, Benedito. Antropofagia ao alcance de todos. In: ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. 4ª ed. São Paulo: Globo. 2011.

OLIVEIRA, Gabriel Barreto da Silveira. *O intelectual e a cidade imaginada: Manoel Dantas e a construção de uma Natal do futuro (1900-1923)*. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade de Natal/RN (Brasil) na II guerra mundial*. XVII ENAPUR. São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial*. Recife, PE. 2008.

OLIVEIRA, Giovanna Paiva. *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade de Natal na Segunda Guerra Mundial*. Recife, Pernambuco. 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Ed. FioCruz, v. V, p. 195-215, jul. 1998.

ORNELLAS, Clara Ávila. Subúrbio como centro do mundo: Lima Barreto e João Antônio. *Navegações*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 7-16, jan./jun. 2010.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana: carnaval e cotidiano de guerra em Natal, 1920-1945*. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

PEDROZA, Silvio. *Pensamento e Ação: marcos de uma trajetória de governo*. Natal, Gráfica Manimbu, 1984.

PEREIRA, Margareth da Silva. Subúrbio. In: *A aventura das palavras da cidade: através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Org. Christian Topalov, Stella Brescisni, et al. Tradução Alícia Novick. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano: Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 1999.

PINTO, Lauro. Natal que eu vi. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

PINTO, Lenine. *Os americanos em Natal*. Natal: Sebo Vermelho. 2005.

POSSAS, Lúcia Maria Vianna. *Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

PROST, Antoine. *Como a História faz o historiador?*. Porto Alegre: Anos 90, nº. 14, dez. 2000.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução Emir Sader. 1. Ed. São Paulo: Bointempo, 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: *Cidade, povo e nação* [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman (orgs). – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.

RIOS, Kênia Sousa. *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. Tensões e conflitos na instalação de um Pátio Ferroviário na Esplanada Silva Jardim, Natal/RN (1909-1920). *Urbana*, ano 3, nº 3, 2011.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP/ Studio Nobel, 1997, p. 13.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: *Enciclopédia Einaudi: Região*. Imprensa Nacional: Casa da moeda. 1986.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. Tradução Eduardo Brandão. - 2. ed. - São Paulo SP: Martins Fontes, 2001.

RYKWERT, Joseph. *A ideia de cidade: a antropologia da forma urbana em Roma, Itália e no mundo antigo*. Tradução Margarida Goldsztajn e Anat Fabel. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. Escola, a cidade e os desfavorecidos de fortuna: espaços da pobreza em Natal-RN (1909-1937). *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, 2017.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!* [recurso eletrônico]: o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal, RN: EDUFRN, 2018.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna: 1900-1930. *Dynamis*, vol. 32, n. 1. 2012.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Os Instantâneos Cruéis de Monteiro Lobato. *Brasiliiana Fotográfica*. 26 de novembro de 2021. Disponível em < <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=26164> > acesso em 30/12/2022.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando A et al. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal": a vida intelectual natalense (1889-1930)*. 2014. 399f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVA, Marcos. *Câmara Cascudo, Dona Nazaré de Souza & Cia: guerras do alecrim*. Natal, RN: Edufrn - Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.

SILVA, Wesley Garcia Ribeiro. *Cartografia dos tempos urbanos: representações, cultura e poder na cidade de Natal (década de 1960)*. Natal: EDUFRN, 2011.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Cidade, terra e jogo social: apropriação e uso do patrimônio fundiário natalense e seu impacto nas redes de poder locais (1903-1929)*. Tese de doutorado apresentada na UFC, 2019.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes. Entre a Cidade Nova e a Cidade das Lágrimas. In: ARRAIS, Raimundo org. *A terra, os homens e os sonhos: a cidade de natal no início do século XX*. 1. ed. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In RÉMOND, Renê. *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 243.

SMITH JUNIOR, Clyde. *Trampolim para a vitória*. Natal, RN: UFRN, Editora Universitária, 1993.

SOROKIN, Pitirim A. *Estratificación y movilidad social*. Traducción Angela Müller Montiel. 2º Ed. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional. 1961.

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930-1935*. Natal: EDUFRN, 2010.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo brasileiro: apresentação dos principais poemas, manifestos, prefácios e conferências vanguardistas, de 1857 a 1972*. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* / E. P. Thompson; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sergio Silva, — Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TORQUATO, Arthur Luís de O. *O plantador de cidades e a criação do espaço moderno: a construção de uma Natal moderna na administração de Silvio Pedroza (1946-1950)*. Dissertação (mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: PPGH-UFRN. 2011.

VENTURA, Leonardo Carneiro. *A trama dos sons: invenção e arquivo na fabricação de uma escuta do Nordeste (1910-1950)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2021.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana. In: *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política do café com leite". Ebook – 2ª. ed., Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.